Revista Brasileira de Linguística Antropológica

Vol. 10, nº 2 – Dez. 2018

UnB

LALLI

Universidade de Brasília
Reitora
Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor
Enrique Huelva Unternbäumen
Decana de Pós-Graduação e Pesquisa
Helena Eri Shimizu
Diretora do Instituto de Letras
Rozana Reigota Naves

Descrição da capa: Cerâmica Guaraní. Panela e Caçarola (peças do Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, SJ.), fotos de Ângelo Alves Corrêa; tostador (peça do acervo do Museo de la Fundación Carlos Alberto Pusineri Scala), foto de Francisco Noelli.
Cover description: Guaraní Ceramic. Pan and Casserole (pieces from Museu do Homem Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, Sj.), photos by Ângelo Alves Corrêa; Toaster (piece from Museo de la Fundación Carlos Alberto Pusineri Scala), photo by de Francisco Noelli.

R454 Revista Brasileira de Linguística Antropológica / Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, Editora – v. 10, n. 2 (Dez . 2018) – Brasília: Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2018.

Semestral
ISSN 2176-834X

1. Linguística antropológica. 2. Línguas e culturas indígenas – Américas. 3. Linguística histórica. 4. Tipologia linguística. I. Cabral, Ana Suelly Arruda Câmara.

CDU 81'27

Conselho Editorial

EDITORA
editor •

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral
(LALLI, Universidade de Brasília)

DIRETORES
managers •

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral
(LALLI, Universidade de Brasília)

Jorge Domingues Lopes
(Universidade Federal do Pará)

ORGANIZADORES DE EDIÇÃO
assistant managers •

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral
(LALLI, Universidade de Brasília)

Andérbio Márcio Silva Martins
(Universidade Federal da Grande Dourados)

Eliete de Jesus Bararuá Solano
(Universidade Estadual do Pará)

Maria Risolêta Silva Julião
(Universidade Federal do Pará)

EDITORAÇÃO E CAPA
desktop publishing and cover •

Matheus Vieira Fernandes
(LALLI, UnB)

Conselho Científico

MEMBROS HONORÁRIOS
honorary members •

Eric Hamp
(University of Chicago)

Terrence Kaufman
(University of Pittsburgh)

Francisco Mauro Salzano
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sarah Grey Thomason
(University of Michigan at Ann Arbor)

MEMBROS NO EXTERIOR
members abroad •

Willem Adelaar
(Universiteit Leiden)

William Poser
(University of British Columbia)

Rodolfo Cerrón Palomino
(Pontificia Universidad Católica del Perú)

Marianne Mithun
(University of California at Santa Barbara)

Marie-Claude Mattei-Muller
(Universidad Central de Venezuela)

Bartomé Melià
(Centro de Estudios Paraguayos)

Elena Ruzickova
(California States University Los Angeles)

María Emilia Montes Rodriguez
(Universidad Nacional de Colombia)

Jon Landaburo
(Ministerio de Cultura de Colombia)

Verónica M. Grondona
(Eastern Michigan University)

Daniel Leonard Everett
(State University of Illinois)

Wolf Dietrich
(Universität Münster)

Lyle Richard Campbell
(University of Hawai'i at Mānoa)

Susan Berk-Selligson
(Vanderbilt University)

Pilar Valenzuela
(Chapman University)

María Alejandra Regúnaga
(Universidad Nacional de La Pampa)

MEMBROS NO BRASIL
members in Brazil •

Pablo Diener
(Universidade Federal do Mato Grosso)

Enrique Huelva Unternbäumen
(Universidade de Brasília)

Maria Luiza Ortíz Alvaréz
(Universidade de Brasília)

Rozana Reigota Naves
(Universidade de Brasília)

Enilde Faulstich
(Universidade de Brasília)

Betty Mindlin
(Instituto de Estudos Avançado, Universidadede São Paulo)

Julio Cezar Melatti
(Universidade de Brasília)

Thereza Maher
(Universidade Estadual de Campinas)

Roque de Barros Laraia
(Universidade de Brasília)

Abdelhak Razky
(Universidade Federal do Pará)

Carmen Sylvia Junqueira
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Priscila Faulhaber
(Museu de Astronomia, Rio de Janeiro)

Francisco Silva Noelli
(Universidade Estadual de Maringá)

Fábio Bonfim duarte
(Universidade Federal de Minas Gerais)

Apresentação

Sendo a língua um dos principais constituintes das culturas humanas, os estudos linguísticos, tanto sincrônicos quanto diacrônicos, devem estar associados, naturalmente, não só ao conhecimento dos diversos aspectos dessas culturas, como organização social, conhecimento do respectivo meio ambiente, cultura material e tecnológica, práticas artísticas e lúdicas e tradições históricas, mas também aos fatores biológicos e psicológicos dos falantes, e ao meio físico e social em que vivem.

É essa concepção da língua como envolvendo todo esse conjunto de propriedades das sociedades humanas que nos motiva a lançar a Revista Brasileira de Linguística Antropológica para ser um fórum aberto a contribuições não só de linguistas, mas também de antropólogos, arqueólogos, biólogos, psicólogos, e outros especialistas no aprofundamento dos conhecimentos sobre os seres humanos, neste caso, sobre os indígenas das Américas e, mais particularmente, os sul-americanos.

A Revista Brasileira de Linguística Antropológica é constituída das seguintes seções:

- Espaço do Editor
- Artigos
- Do passado e do presente (traduções)
- Relembrando
- Recensões
- Notícias

Aryon Dall'Igna Rodrigues
Ana Suelly Arruda Câmara Cabral

Presentation

As language is one of the main constituents of human cultures, the linguistic studies, either synchronic or diachronic, should be naturally associated not only to the knowledge of the several aspects of those cultures, such as their social organization, natural environment, material and technological culture, ludic and artistic practices, and historical traditions, but also to the biological and psychological factors of the speakers as well as to their physical and social environments.

It is this concept of language as involving this whole set of properties of human societies which motivate us to inaugurate the Revista Brasileira de Linguística Antropológica, as a forum to contributions not only by linguists, but also by anthropologists, archeologists, biologists, psychologists, and other scholars interested in the deepening of the knowledge on human beings, in this case, on American natives, the South American native peoples

Revista Brasileira de Linguística Antropológica consists of the following sections:

- Editors's corner
- Articles
- Past and present (translations)
- Remembering
- Reviews
- News

Aryon Dall'Igna Rodrigues
Ana Suelly Arruda Câmara Cabral

Objetivo e Política Editorial

A Revista Brasileira de Linguística Antropológica (RBLA) é uma revista semestral, publicada pelo Laboratório de Línguas Indígenas, Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Fundada em 2009 por Aryon Dall'Igna Rodrigues e Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, a revista visa ser um fórum frutífero para os estudos acadêmicos sobre as línguas e culturas dos povos nativos das Américas, com foco especial no continente sul-americano. Seus principais interesses são artigos, relatórios de pesquisa, diários de campo, ensaios bibliográficos e recensões de estudos linguísticos que enfatizem a interface entre língua e cultura em uma perspectiva descritiva ou histórica. A revista publica estudos sobre línguas e culturas nativas, entre os quais, léxico, fonologia, gramática, sistemas e campos semânticos, classificações culturais de plantas e animais, etnografia, etno-história, onomástica, sistemas de parentesco, pré-história linguística e cultural, genética humana, contato de línguas, processos de obsolescência e de revitalização linguística, análises de texto e de discurso, artes verbais, linguagem ritual e expressões linguísticas de distinções de gênero. Estudos sobre interpretações e discussões de material de arquivo, documentos históricos editados e contribuições à história do campo da linguística antropológica são também bem-vindos.

Aim and editorial policy

• Objetivo y Política Editorial • Objectif et Politique Éditoriale

Revista Brasileira de Linguística Antropológica (RBLA) is a semi-annual journal published by the Laboratório de Línguas Indígenas, University of Brasília. Founded in 2009 by Aryon Dall'Igna Rodrigues and Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, the journal aims to contribute as a fruitful forum for scholarly studies on the languages and cultures of native peoples of the Americas, with special focus on the South American continent. Its main concerns are articles, research reports, and bibliographical essays and reviews of linguistic studies highlighting the interface between language and culture in descriptive or historical perspectives. It publishes studies on a variety of aspects of the native languages and cultures, among which lexicon, phonology, grammar, semantic systems and fields, cultural classifications of plants and animals, ethnogeography, ethnohistory, onomastics, kinship, linguistic and cultural prehistory, human genetics, language contact, language obsolescence and language revitalization processes, text and discourse analyses, verbal arts, ritual language, and linguistic expressions of gender distinctions. Studies on interpretations and discussion of archival material and edited historical documents, ethnohistorical studies and contributions to the history of the field are as well welcome.

La Revista Brasileira de Linguística Antropológica es un instrumento periódico de promoción y divulgación de estudios científicos en las áreas de intersección de la lingüística sincrónica y diacrónica con las investigaciones sobre las culturas en el presente y en el pasado de los pueblos nativos de las Américas, con los estudios sobre las afinidades genéticas entre esos pueblos y las investigaciones sobre el medio ambiente en que se desarrollan. Así la revista incentiva la colaboración no sólo de lingüistas, sino también de antropólogos, arqueólogos, biólogos y otros investigadores que traigan contribuciones para mejor comprender la multiplicidad de lenguas que caracteriza nuestro continente.

Revista Brasileira de Linguística Antropológica est une publication semestrielle qui a pour but de promouvoir et divulguer des études scientifiques dans les domaines d'intersection entre la linguistique synchronique et diachronique et la recherche sur les cultures actuelles et anciennes des peuples indigènes des Amériques et sur les affinités génétiques entre ces peuples, aussi bien que celles sur l'ambiance naturelle dans laquelle ils se sont développés. Cette publication veut stimuler la collaboration non seulement de la part des linguistes, mais aussi des anthropologues, des archéologues, des biologistes et d'autres chercheurs qui puissent apporter des contributions pour mieux comprendre la multiplicité de langues qui caractérise notre continent.

Sumário
Table of Contents •

Artigos • Articles

167 A linguagem da cerâmica Guaraní: sobre a persistência das práticas e materialidade (parte 1)
Francisco Silva Noelli
José Proenza Brochado
Ângelo Alves Corrêa

201 Processos de aumento e de diminuição de valência verbal em Oro Wari' (Wari/Pacaa Nova, Txapakura)
Marcelina Oro Waram Xiyein
Selmo Azevedo Apontes
Quesler Fagundes Camargos

237 Documentos, mapas y arqueología: decifrando dos grupos étnicos entre 1400 y 1600 en la Amazónia norte de Equador, algunas inferencias
Adolfo Jorge Arellano

265 Predicados não-verbais em Tuparí
Edineia Aparecida Isidoro
Raul Pat'Awre Tuparí
Isaías Tuparí

281 Últimas palabras del médico charrúa Senaqué: novel hipótesis respecto a su interpretación
José Campione-Piccardo

287 A trama dos documentos em torno da demarcação da Terra Indígena Igarapé Lourdes
Lediane Fani Felzke

301 Estado da arte da língua Kinikinau: estudos descritivos, sociolinguísticos e comparativos
Andérbio Márcio da Silva Martins
Gabriel Barros Viana de Oliveira

319 Aspectos sociolinguísticos do ensino e do uso da língua Sabanê na aldeia Sowaintê, da Terra Indígena Parque do Aripuanã - RO. Relatório de pesquisa
Fábio Pereira Couto
Ivonete Sabanês

335 Notas sobre a voz causativa-comitativa em Kaiowá e Guajajára
Rosileide Barbosa de Carvalho
Marina Cintia da Silva Guajajára

347 NOTÍCIAS

A linguagem da cerâmica Guaraní: sobre a persistência das práticas e materialidade (parte 1) [1]

The language of Guaraní pottery: about the persistence of practices and materiality (part 1)

Francisco Silva Noelli[2]
José Proenza Brochado[3]
Ângelo Alves Corrêa[4]

DOI: https://doi.org/10.26512/rbla.v10i2.20935

Recebido em julho de 2018
Aceito em agosto de 2018

Resumo

Este artigo apresenta a linguagem da cerâmica registrada nos dicionários *Tesoro e Vocabulario de la lengua Guaraní*, publicados respectivamente em 1639 e 1640 pelo missionário jesuíta Antonio Ruiz de Montoya. Selecionamos 445 palavras e frases para compor cenários etnográficos. Nosso objetivo é compreender a cadeia operatória de produção das vasilhas cerâmicas Guaraní e alguns dos contextos de seus usos domésticos. O léxico apresenta grande potencial para estudos de linguística histórica comparada com outras línguas do tronco Tupí e de tecnologia cerâmica arqueológica.

Palavras-chave: língua Guaraní, conhecimento tradicional, taxonomia cerâmica, tecnologia cerâmica

Abstract

This paper discuss the pottery language registered in the dictionaries *Tesoro* and *Vocabulario de la lengua Guaraní*, published respectively in 1639 and 1640 by the jesuit missionary Antonio Ruiz de Montoya. We selected 445 words and phrases to compose ethnographical settings. Our aim is to understand the operational sequence production of the Guaraní ceramic vessels, and some contexts of its domestic use. The lexicon presents great potential for comparative studies of historical linguistics about the Tupí languages and the archaeological pottery technology amongst.

[1] Dois artigos complementam este: 1) sobre o contexto geral da ocupação Guaraní (Bonomo et al., 2015); 2) sobre a arqueologia e linguística no caso dos povos Tupí (Silva e Noelli, 2017).

[2] Arqueólogo, professor aposentado, Universidade Estadual de Maringá. chico.noelli@gmail.com

[3] Arqueólogo, professor aposentado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[4] Arqueólogo, professor do Curso de Arqueologia e Conservação em Arte Rupestre, da Universidade Federal do Piauí. angelo@ufpi.edu.br

Keywords: Guaraní language, traditional knowledge, pottery taxonomy, pottery technology

"El tiempo es olvido y es memoria"
J L Borges

Definindo o problema

Neste artigo apresentamos uma compilação sistemática e interpretação da mais extensa lista de vocábulos e frases relacionados à cerâmica Guaraní. É um texto experimental construído a partir de dois dicionários, com os dados ordenados e articulados como cenários etnográficos, no sentido de compreender a cadeia operatória de produção da cerâmica e alguns de seus usos cotidianos. A fortuna de encontrar fontes linguísticas tão completas permitiu superar a imensa lacuna sobre o tema nas fontes históricas e etnográficas, resgatando preciosas informações coletadas no século XVII, em territórios ainda distantes do sistema colonial, entre populações que eram autodeterminadas e resistiam aos europeus nas bacias dos rios Paranapanema e Tibagi. Consideramos este trabalho apenas um começo, havendo muito para avançar no conhecimento do léxico e textos Guaraní fixados no dicionário, sendo necessária uma tradução alternativa com perspectivas linguística, etnográfica e tecnológica. Na próxima edição da RBLA publicaremos a segunda parte do artigo, no qual apresentaremos ilustrações referentes a este vocabulário para demonstrar que as regularidades linguísticas têm correspondência na tecnologia cerâmica, sendo possível propor uma teoria de que havia uma uniformização da linguagem da cerâmica em todos os assentamentos Guaraní até aqui estudados. Pode não haver tantos registros linguísticos, mas temos o registro arqueológico de milhares de sítios para demonstrar tal possibilidade. E, na perspectiva do presente, observando-se os registros etnográficos e entrevistando os Guaraní falantes dos três dialetos (Avá-Guaraní, Kaiowá e Mbyá), rapidamente constatamos que eles ainda mantêm os mesmos nomes para as suas vasilhas emblemáticas em centenas de assentamentos espalhados por vasta área.

Escrevemos movidos pela premissa de que os arqueólogos precisam compreender a importância dos conteúdos linguísticos quando investigam sociedades com línguas vivas ou documentadas. Neste caso a língua é um portal para vários níveis de interesse acadêmico e dos próprios Guaraní, sendo possível submergir até as estruturas profundas do conhecimento conservadas e transformadas na longa duração, ou seja, para reconhecer o legado da transmissão de conhecimentos de uma geração à outra, fixados nas palavras e nos modos de fazer e usar as coisas. Pensamos que foi esse legado que produziu e manteve a cultura material Guaraní com características muito específicas, com aparências e funções semelhantes entre os diversos povos falantes de várias das mais de 70 línguas do tronco Tupí. A arqueologia se faz também com e por meio de palavras, e foi isto que nos levou a investigar como as similaridades e

transformações de conhecimentos permitem evidenciar persistências históricas no tempo (relacionando passado e presente), possibilitando gerar conhecimento acadêmico para auxiliar as demandas dos povos indígenas pela garantia do seu estilo de vida e manutenção ou reconquista das suas terras.

As nossas fontes são os dicionários bilíngues de Antonio Ruiz de Montoya, elaborados no seu serviço missionário jesuíta na Província do Paraguai. Nas 1062 páginas da quarta edição do *Tesoro de la lengua Guaraní* (1639) e do *Vocabulario de la lengua Guaraní* (1640), encontramos um léxico com 445 palavras e frases diretas e indiretas sobre matérias-primas, técnicas de produção, morfologia e uso das vasilhas cerâmicas. Por se constituir como vocabulário básico tão completo, também é referência para estudos de linguística histórica comparada entre os Tupí, como mostraremos na conclusão. O valor dos dicionários não é apenas linguístico. Uma das primeiras tarefas de um regime colonial é aprender a língua daqueles que se pretende colonizar (Guha, 1997). Assim, os dicionários eram guias enciclopédicos para facilitar o acesso dos missionários aos vários temas práticos e simbólicos da imensa população Guaraní, estimada no começo do século XVII em aproximadamente um milhão de pessoas apenas no Guairá, que incluía parte do atual Estado do Paraná (Melià, 1986:88). Montoya viveu entre 1611 e 1637 nas reduções e, em trânsito por diversas aldeias, observou o cotidiano dos Guaraní, registrando *in loco* o que havia de comum entre seus assentamentos, selecionando itens para compor os dicionários. Sem a padronização, os dicionários não fariam sentido para os religiosos conviverem com os Guaraní das regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil, Nordeste da Argentina e Paraguai oriental. Então, a outra premissa que ancora esta investigação é o *ñande reko* (nosso modo de ser), a filosofia Guaraní de reprodução do seu modo de ser, como se verifica nos registros linguísticos, nas práticas cerâmicas e entre eles próprios na atualidade.

Base de dados e metodologia

As vasilhas cerâmicas são utilizadas em todo o mundo como marcadores geográficos e cronológicos na investigação arqueológica. Também são utilizadas para reconhecer diversos aspectos relacionados ao modo de vida, tecnologia, economia, sociabilidade, territorialidade e conhecimentos diversos, independentemente de registros escritos. Mas as fontes escritas possuem um papel fundamental na compreensão dos mais diversos aspectos de uma sociedade ao longo da história e, quando devidamente analisadas sob uma perspectiva interdisciplinar e etnoarqueológica, são importantes para o estudo de períodos recuados, anteriores a qualquer descrição histórica, etnográfica ou linguística. As fontes escritas, especialmente aquelas do período colonial, descrevem ações sociais e a vida social dos objetos (Galloway, 2006). No caso dos Guaraní, a documentação da linguagem da cerâmica oferece uma oportunidade para

desenvolver vários temas de pesquisa, dentre eles, aquele do qual ora nos ocupamos: a cadeia operatória das cerâmicas e seus contextos de uso.

O nosso levantamento exaustivo nas quatro edições dos dicionários teve várias etapas entre 1987 e 2018, com a exploração exaustiva de todas as edições do *Tesoro* e do *Vocabulario*. Procuramos estabelecer uma metodologia para definir as classes funcionais das vasilhas inteiras e para reduzir o erro na reconstrução gráfica a partir de fragmentos de borda. A função de uma vasilha pode ser deduzida ou observada (La Salvia e Brochado, 1989:121). É deduzida quando não existe observação etnográfica, nem fontes escritas e dados iconográficos suficientes, sendo a sua interpretação hipotética a partir das proporções e dimensões da morfologia das vasilhas arqueológicas. É observada quando existe registro histórico ou etnográfico sobre sua tecnologia de produção e uso específico (primário ou secundário). A leitura de Montoya nos permitiu encontrar meios para deduzir e observar, pois oferece-nos informações plenamente compatíveis com as vasilhas arqueológicas e uma linguagem sobre tecnologia e funcionalidade da cerâmica.

A primeira edição consultada foi a de Francisco Adolfo de Varnhagen (Montoya, 1876a, 1876b), utilizada nos relatórios sobre a cerâmica do alto rio Uruguai, na publicação de artigos e do livro *Cerâmica Guaraní* (La Salvia et al., 1989; La Salvia e Brochado, 1989; Brochado, Monticelli e Neumann, 1990; Brochado e Monticelli, 1994). A partir de 1989 pesquisamos a versão de Julius Platzmann, fac-símile da primeira edição (Montoya, 1876c, 1876d), para estudos sobre a cultura material e ecologia (p. ex.: Noelli, 1993, 1994, 1998a, 1998b; Noelli e Dias, 1995; Noelli e Brochado, 1998). Para este artigo utilizamos as mais recentes edições coordenadas por Bartomeu Melià (Montoya, 2002, 2011), com o léxico transliterado por Antonio Caballos e Friedl Paz Grünberg, comparando cada palavra com cópias das primeiras edições do *Tesoro* (Montoya, 1639) e do *Vocabulario* (Montoya, [1640] 1994). Para tentar alcançar a plenitude dos significados do léxico, utilizamos dois dicionários espanhóis dos séculos XVII e XVIII, mas sem citá-los sistematicamente: 1) *Tesoro de la lengua Castellana o Española* (Covarrubias Orozco, 1611); 2) *Diccionario de Autoridades*, em seis volumes (1729-1739).

Para economizar na quantidade total de palavras do artigo, reduzimos o tamanho da citação das referências dos dicionários: 1) T:1 (Montoya, 2011, página 1); 2) B:1 (Montoya, 2002, página 1); 3) TLC:1 (Covarrubias Orozco, 1611, página 1); 4) DA 1:1 (*Diccionario de Autoridades*, volume 1, página 1). A citação da palavra ou frase Guaraní foi copiada integralmente como foi redigido por Montoya, em negrito seguida pelas referências T (*Tesoro*) e B (*Vocabulario*), o número da página e a tradução em espanhol grafada com itálico. Por exemplo: **ña'ẽ'ũ** (T:358; B:208) *barro de loza*. Também alertamos ao leitor que serão encontradas formas arcaicas no léxico e na composição das frases em espanhol.

Revisamos e ampliamos o léxico de Montoya publicado para a investigação das classes funcionais de cerâmicas arqueológicas (cf. La Salvia e Brochado, 1989:115-145; Brochado, Monticelli e Neumann, 1990:730; Brochado e Monticelli, 1994:107-108). Em 1989, os objetivos eram: 1) "fazer uma classificação etno-histórica da cerâmica Guaraní do século XVII"; 2) "identificação destas classes entre as vasilhas Guaraní arqueológicas inteiras"; 3) "estabelecimento de regras de proporção entre as partes destas vasilhas, separadamente para cada classe"; 4) "uso destas regras na reconstrução gráfica através de fragmentos". Dito de outro modo, tratava-se de fazer a hermenêutica das fontes escritas; de compreender as morfologias das vasilhas a partir da definição das suas partes constituintes e a relação das formas com funcionalidades específicas. A abordagem cumpriu os objetivos propostos, legando uma nova maneira para investigar cerâmica arqueológica a partir de uma perspectiva interdisciplinar. O mais importante foi o método com efeitos positivos para mostrar a função das vasilhas e reduzir os erros na reconstrução gráfica baseada em perfis de vasilhas inteiras, confirmando o valor da morfologia como marcador para identificar os sítios ocupados pelos Guaraní. Inicialmente foi proposto um conjunto com 10 classes funcionais (Brochado, Monticelli e Neumann, 1990:730). Depois foi revisado e reduzido para 6 (Brochado e Monticelli, 1994:108): 1) panelas para cozinhar; 2) caçarolas para cozinhar; 3) pratos para assar beiju; 4) jarras para bebida em geral, especialmente para bebidas fermentadas alcoólicas; 5) pratos para comer; 6) tigelas para beber. Agora, ao prosseguir desenvolvendo o método e ampliando a base de dados, ainda consideramos que as morfologias do conjunto de vasilhas cerâmicas Guaraní ainda não foram definitivamente estabelecidas. Ao falarmos de vasilhas cerâmicas Guaraní, assumimos a presença de semelhanças estruturais e de proporções que podem ser mapeadas no espaço geográfico e datadas na longa duração. Além da forma, foram registradas as demais características preponderantes nas classes funcionais (quadro 1).

	Quadro 1: Características das classes funcionais					
	Yapepó	**Ñaetá**	**Ña'ẽ, Ña'ẽmbé, Tembiyru, tembe'y'u**	**Kambuchi kaguava**	**Kambuchi**	**Ñamypyũ**
Função	preparo de alimentos, urna funerária	preparo de alimentos, tampa para urna funerária	servir, comer e acompanhamento funerário	servir, beber e acompanhamento funerário	preparo e armazenamento de bebida e urna funerária	preparo de alimentos, torrar
Morfologia	globular ou duplamente infletida	aberta, conoidal, troncocônica ou elipsoide	muito abertas, hemisférica	contorno simples, composto ou complexo, conoidais e levemente restringido	restringidas, de contorno complexo, segmentado, abertura estreita ou media	muito abertas, calota rasa
Borda	infletida para dentro ou fora, vertical e cambada	direta, vertical, infletida para fora	direta, vertical, infletida para fora e dentro	infletida ou complexa e carenada	carenada, reforço externo, côncava e extrovertida	direta, vertical, extrovertida
Corpo	globular saliente e cambado	meio ovóide invertido	meio esfera ou calota	simples, composto ou complexo	complexo, segmentado, carenado, simples e piriformes	vestigial e calota
Base	conoidal ou convexa	aplanada e levemente convexa	convexa ou levemente convexa	elipsóide ou conoidal	conoidal convexa e aplanada	convexa ou aplanada
Tratamento de Superfície	alisado, corrugado, ungulado, estocado, escovado, nunca pintado	nunca pintado	pintado	alisado ou pintado	alisado, corrugado, ungulado, escovado e pintado	lisa, corrugada, ungulada e nunca pintada
Diâmetro de abertura (cm)	pequena: 12-16; média: 16-30; grande: >30	média: 30-48; grande: >50	pequena: 12-16; média: 16-30; grande: >30	pequena: 12-16; média: 16-26; grande:>26	pequena: 18-34; média: 35-50; grande: >50	média: 18-32; grandes: >32

Para ampliar o alcance do primeiro objetivo citado acima, a nova leitura

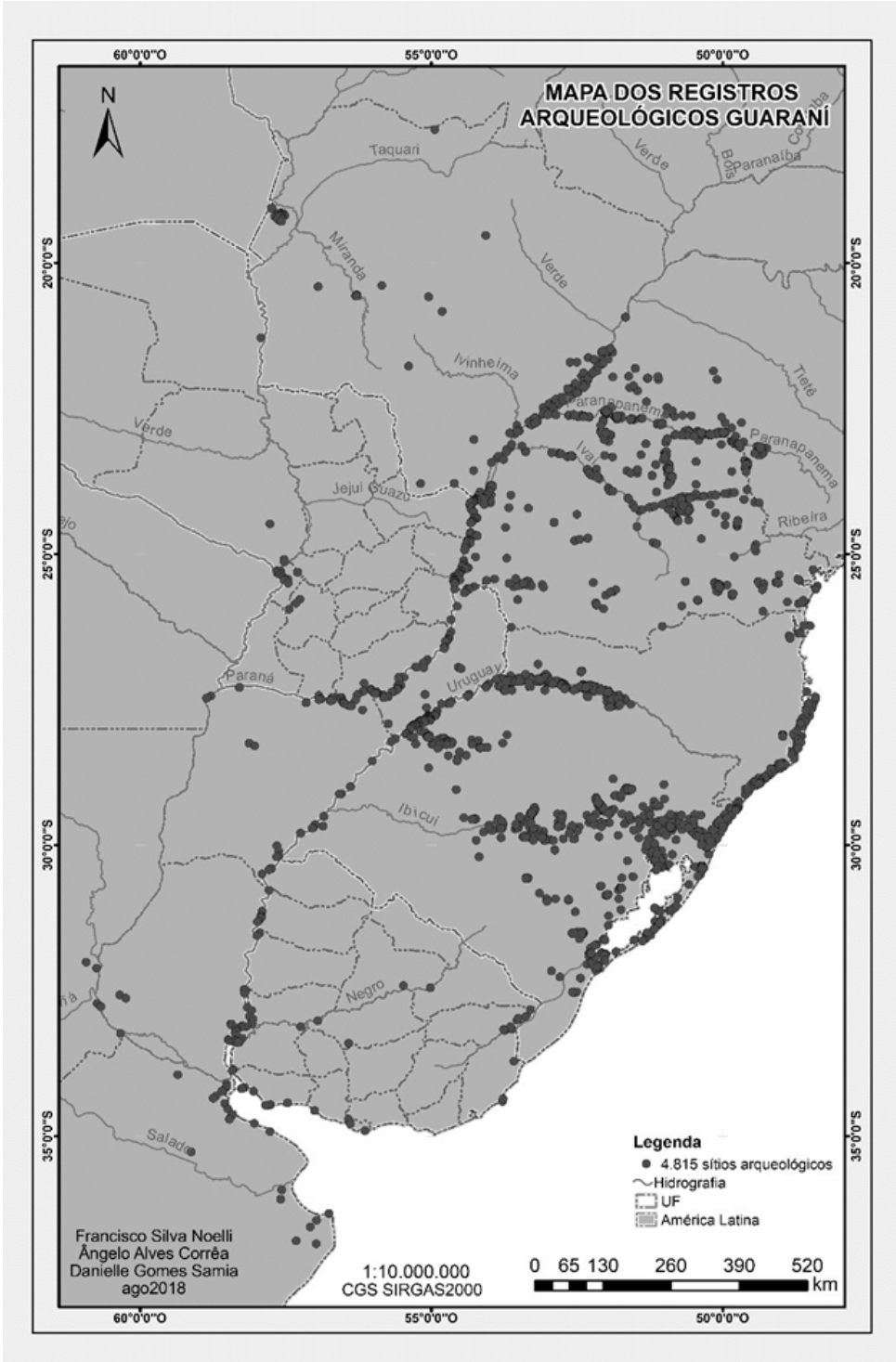
exaustiva e sistemática dos dicionários procurou: 1) levantamento e registro mais completo do léxico; 2) ordenação do léxico por temas; 3) análise contextual de aspectos tecnológicos e funcionais. Além das leituras, passados 30 anos do início do projeto, após suspender a pesquisa entre 1995 e 2009, retornamos ao levantamento de vasilhas inteiras e semi-inteiras nas coleções de instituições públicas, privadas e particulares. Entre 2011 e 2014, estivemos em 45 instituições de 15 Estados brasileiros, onde registramos 971 vasilhas Guaraní inteiras, além das produzidas por outras populações falantes das línguas Tupí (Corrêa 2014). De 2015 até meados de 2018, ampliamos a amostragem total para 1826 vasilhas, registradas em 150 coleções no Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai, Áustria, Inglaterra e Holanda (a Bolívia possui coleções que ainda não analisamos). Esta etapa de levantamentos será encerrada no final de 2018, para a publicação de um catálogo com a imagem de todas as vasilhas registradas, mais os dados métricos sobre morfologia, tratamento de superfície e espessura, e os mapas com a sua distribuição geográfica. Posteriormente, pretendemos continuar visitando instituições para prosseguir com os registros e deixar o catálogo como um instrumento público de pesquisas o mais completo possível.

A principal conclusão sobre a amostragem atual é a de que Montoya testemunhou a existência de um conjunto tecnológico e funcional que não é aleatório, considerando que as vasilhas dos distintos assentamentos não apresentam diferenças significativas. Ou seja, as vasilhas arqueológicas encontradas em uma vasta área de 5 países da Bacia Platina comprovam que houve um padrão tecnológico replicado a partir de uma estrutura de transmissão de conhecimentos de uma geração à outra. O catálogo que estamos preparando oferecerá informações abundantes para demonstrar que as vasilhas cerâmicas são a objetificação de uma série de conhecimentos tradicionais acumulados e compartilhados entre as ceramistas de várias gerações, ao longo de 2 mil anos, conforme as várias datações dos sítios arqueológicos (Corrêa, 2017). Portanto, agora existe mais consistência para propor que a linguagem da cerâmica Guaraní registrada no século XVII possa ser aplicada para dar nome às vasilhas encontradas em qualquer um dos 4.815 sítios arqueológicos registrados até o presente.

O Montoya e outros cronistas dos séculos XVI e XVII testemunharam uma magnitude demográfica enorme, que aparece parcialmente mapeada com registros arqueológicos na figura 1. O mapa arqueológico apresenta a distribuição dos sítios e ocorrências, revelando as principais áreas de concentração e vazios de investigação em espaços importantes, densamente povoados nos século XVI e XVII, como o Paraguai Oriental e partes do Mato Grosso do Sul. Também revela problemas a serem resolvidos, como ocorrências aparentemente isoladas nas áreas campestres ao redor do Rio da Prata e próximas de Santa Fé, provavelmente resultado das relações entre os Guaraní do baixo rio Uruguai e ilhas do Delta do rio Paraná com as diversas populações que viviam na região

antes deles chegarem.

O colapso causado pelo impacto das epidemias levou os Guaraní a uma redução demográfica que ainda não foi devidamente compreendida, tampouco pesquisada. O desafio para todos investigadores das mais diversas disciplinas é compreender e explicar como tanta gente conseguiu produzir uma cultura material e um modo de ocupar o espaço com tantas semelhanças, e como conseguiu manter uma língua comum em milhares de assentamentos por tanto tempo. Mesmo em áreas de contato permanente com populações de outras culturas. Como pesquisadores acostumados a investigar contextos com pouca gente, geralmente em uma única aldeia, poderão conceber uma avaliação que dê conta de uma vasta área densamente povoada por gente atuando sob as balizas do ñande *reko*?


MAPA DOS REGISTROS ARQUEOLÓGICOS GUARANÍ
N
60°0'0"O
55°0'0"O
50°0'0"O
20°0'0"S
25°0'0"S
30°0'0"S
35°0'0"S
Taquari
Verde
Paranaíba
Miranda
Verde
Ivinheima
Tietê
Paranapanema
Verde
Ivai
Jejui Guazú
Ribeira
Paraná
Uruguai
Ibicuí
Negro
Salado
Legenda
4.815 sítios arqueológicos
Hidrografia
UF
América Latina
Francisco Silva Noelli
Ângelo Alves Corrêa
Danielle Gomes Samia
ago2018
1:10.000.000
CGS SIRGAS2000
0 65 130 260 390 520
km

Práticas de consumo e classes funcionais

A língua Guaraní possui uma definição mais ampla e inclusiva para qualquer tipo de recipiente: como cestos, cabaças, bolsas tecidas, incluindo a cerâmica. Trata-se das palavras **ryru** ou **yru** (T:506, 641, B:394) *vaso, vasija*, *cesto*, *continens*, *etc*. A palavra latina *continens* pode ser traduzida literalmente como "coisa que contém" (*contenedor*, em espanhol). O dicionário da época de Montoya oferece para *vaso* três acepções relativas à função: 1) *nombre genérico, por cualquier instrumento idóneo para recibir dentro de si alguna cosa;* 2) *más comúnmente que todos, en el que bebemos;* 3) *otros que son para la cocina y para las cosas inmundas* (TLC:65v).

A única vasilha que agrega o termo genérico **ryru** em seu nome é o prato, justamente por servir a comida, definido como **tembiyru, tembe'y'u** (T:358, 506, 558, B:322) *plato* (**tembi'u** (T:558) *comida*; **tembi'u** + **yru** = comida + *continens*). Encontramos exemplos do emprego do nome **ryru** na guaranização dos nomes de vasilhas europeias: 1) **mba'e ryhũ ryru**; **tyhũ ryru** (B:380) *tintero*; 2) **ty ryru** (B:66) *bacinilla*; 3) **tepotiháp**e, **tepoti ryru** (T:563, B:66) *bacín o servicio;* 4) **juky ryru** (T:219) *salero*; 5) **y rovasapy ryru** (B:321) *pila de agua bendita*.

Outras vasilhas europeias também foram definidas com nomes Guaraní:

jepohéitáva (T:426) *aguamanil*
tataendy (T:533, B:87) candela (T:533) *fuego encendido*
tataendy rendáva (T:533, B:246) *lámpara*
iraity rataendy; tataendy iraity reheguára (T:533, B:87) *candela de cera*
tataendy renda; tataendy rupáva (T:533, B:87) *candelero*
mbaka kyra rataendy (T:533, B:87) *candela de sebo*

A compreensão do vocabulário de Montoya exige o conhecimento das definições da língua espanhola no século XVII. Encontramos no *Tesoro de la lengua Guaraní* as palavras *vasija, botija, botijuela, cántaro*, *tinaja, tinajón, olla, cazuela, jarro, copa, escudilla, plato* e *tostador,* para nomear as classes funcionais das vasilhas cerâmicas, mas não as suas definições. Para sanar as ausências, fomos aos seis volumes do *Diccionario de Autoridades* (1727-1739), publicados 90 anos depois dos dicionários de Montoya. Com este levantamento elaboramos os quadros 2 e 3, com a relação entre as classes funcionais e as definições do século XVIII. As ilustrações das vasilhas são uma amostra simplificada, sem escala, de cada classe funcional.

Quadro 2: Classes funcionais de vasilhas e suas definições

Português	Espanhol	Definição no DA	Verbetes
panela	*olla*	*vasija redonda,hecha regularmente de barro. Por abaxo es angosta, y sube em proporción, formando una barriga ancha, y estrechandose algo a formar el cuello, dexa grande la boca, y se le pone su assa para manejarla. sive para cozer y sazonar alguna cosa* (v.5, p. 34).	**japepo** (T:201; B:299) *olla* **kuarepoti japepo** (T:268) *olla de cobre; o hierro*
caçarola	*cazuela*	*vaso de barro redondo, más ancho que hondo, de diferentes tamaños, que sirven para guisar, o para assar manjares, y entonces suelen ser bajas y prolongadas* (v.2, p. 247)	**ña'ẽ'a** (B:95) *cazuela* **ña'ẽ'ta** (T:358) *cazuela* **ña'ẽ' py guasu** (T358, B:380) *tinaja, tinajón* **ña'ẽ'a py guasu** (B:358) *pila de água* **ña'ẽ'ta guasu** (B:380) *tinajón* **ña'ẽ guasu** (B:380) *tinajón* **kuarepoti ña'ẽ'ta** (T:268) *cazuela de hierro*
tostador	*tostador*	*el que tuesta. Se llama asimismo el instrumento, em que se tuesta alguna cosa* (v.6, p. 310).	**ñamypyũ** (T:359; B:95) *cazuela, tostador* **ñamypyũ guasu** (T:359) *tostador grande* **ñamypyũ** (T:228) *horno, cazuela grande*
prato	*plato*	*vasija baxa y redonda, com una concavidad en médio, y un borde o alero al rededor. Hacese de diversos tamaños... usase dél en las mesas para servir las viandas, comer n él, y para otros usos* (v.5, p. 294)	**ña'ẽ** (T:358) *cosa cóncava* **ña'ẽ** (T:358) *plato* **ña'ẽmbe** (T:358, B:322) *plato, plato de barro* **teña'ẽ** (T:358) *plato "reciben muchos nombres"* **tembyru, tembe'y'u** (T:358, 558, B:322) *plato* **mbiporu** (T:331, 448) *cosa usable, lo que se usa, y lo toman por él plato comunmente* **ña'ẽpy guasu** (T:358) *tinaja* **ña'ẽ apu'a** (T:358) *escudilla (tijela de madeira para comida)* **ña'ẽmbe repysã** (T:564) *plato que tiene por medio divisiones* **yvyra ña'ẽ** (T:358) *plato cóncavo* **yvyra ña'ẽmbe** (T:358, B:322) *plato de palo, de madera* **kuarepoti ña'ẽmbe** (T:268, 358, B:322) *plato de plata o peltre* **ña'ẽmbe imoendypúpy** (T:358) *plato vidriado* **ña'ẽmbe ikuatiapyre** (T:358) *loza pintada*

Museu do Homem do Sambaqui. Pe. João Alfredo Rohr, S.J.

Museu do Homem do Sambaqui. Pe. João Alfredo Rohr, S.J.

Museo de la Fundación Carlos Alberto Pusineri Scala

Museo Etnográfico Andres Barbero

Divisón de Arqueología del Museo de La Plata

Quadro 3: Classes funcionais de vasilhas e suas definições

Português	Espanhol	Definição no DA	Verbetes
talha	*cántaro/tinaja*	*vaso de barro alto, con la barriga ancha, y el suelo, y la boca recogida, con una asa para manejarle* (v.2, p. 122)	**kambuchi** (T:235; B:394) *tinaja; jarro;* vaso **kambuchi mirî yguáva** (T:235; B:394) *jarro para agua* **[kambuchi] y asa; y asy** (T:631; B:88) *cántaro para acarrear agua* **[kambuchi] ygua ryru** (T:631) *tinaja para agua* **[kambuchi] y ryru** (T:632) *botija ó cántaro de agua* **kambuchi iñakuruguãi** (T:235) *botijuelas como de aceite, y cosas semejantes*
 Museu do Homem do Sambaqui. Pe. João Alfredo Rohr, S.J.			
copo	*vaso*	*qualquier pieza cóncava de varias materias... dipuesta para recoger, y contener en si alguma cosa, especialmente liquida. Comumente significa los que sirven para beber, y suelen tomar el nombre del liquor que continen, como un vaso de agua, un vaso de vino, etc (v.6, p. 427)*	**[kambuchi] yguáva** (T:631, 636, B:394) *vaso de beber agua* **kambuchi mirî** (B:114, 121) *copa, o vaso; cubilete* **[kambuchi] kaguáva** (T:232, B:394) *vaso de beber vino (***guáva** *(T:130) donde se bebe vino; instrumento de beber)* **ñeangechaka yguáva** (B:394) *vaso de vidrio* **[kambuchi] y ryru** (T:632) *botija ó cántaro de agua*
 Museu Nacional - UFRJ			

Cadeia Operatória: quem, com o que e como se fazem cerâmicas

A oleira

A confecção cerâmica era uma atividade feminina entre os Guaraní, seguindo o exemplo da maioria dos falantes das línguas do tronco Tupí (Pauke, 1943:156-60; Azara, 1904:28-9; D'Orbigny, 1944:134; Métraux, 1928). O termo **apohára** (B:215) *hacedor*, era utilizado para falar sobre quem desenvolvia alguma atividade. O ato de trabalhar com a argila para fazer vasilhas foi dicionarizado como **ña'ẽ'ũ apohára** (B:299) *ollero*. Aparecendo ainda nas formas **japepo apohára** (T:201) *ollera* e, no ato de fazer pratos, definido como **tembiyrurãma ajapo** (T:558) *hago platos*.

A matéria-prima

As vasilhas foram predominantemente confeccionadas com matérias inorgânicas na pasta cerâmica e nos pigmentos. Eventualmente, algumas superfícies pintadas bem preservadas apresentam uma camada de resina vegetal, aplicada após a queima da vasilha. As jazidas eram encontradas em distâncias variadas, próximas ou distantes dos assentamentos, sendo a sua determinação um tema inteiramente aberto à pesquisa. Em Montoya, encontramos as designações dos sedimentos utilizados como matéria-prima:

Ña'ẽ'ũ (T:358, B:208) *barro negro de loza* e *barro de loza*. Barro devia abranger um largo espectro de sedimentos argilosos e síltico-argilosos ricos em matéria orgânica, estes últimos encontrados em locais alagadiços e cursos de água. Montoya não usou a palavra *arcilla.* Parece-nos que o vocábulo ũ verbalizava o barro nos depósitos naturais e, somente depois de processado e preparado para a produção de vasilhas, receberia a denominação de **ña**'**ẽ'ũ.**

Ña'ẽ'ũ tĩ (T:358) *barro de loza, blanco*. Sedimentos com diversos níveis de concentração de feldspatos cálcicos decompostos, normalmente misturados com os sedimentos argilosos e síltico-argilosos que compõem a pasta, dando-lhe coloração esbranquiçada.

É importante distinguir **ña'ẽ'ũ** de **tuju** (T:595; B:254). **Tuju** foi traduzido como *lodo*, *cosa podre*, o sedimento rico em matéria orgânica encontrada no **tuju tĩ** (T:595; B:254) *lodazal*, nas áreas alagadiças. Não existe registro do **tuju** sendo empregado puro na formulação da pasta cerâmica Guaraní e nem da sua adição em pequena proporção.

Tovatĩ (T:591, B:69) *barro blanco*. É o caulim, basicamente empregado na pintura branca da superfície da vasilha, tanto na face externa, quanto na interna.

Tapytã (B:69) *barro colorado*. Embora não apareça o qualificativo barro de louça neste verbete, os sedimentos argilosos e síltico-argilosos areníticos avermelhados foram comumente empregados na confecção das vasilhas, tanto na pasta, quanto na barbotina e no banho (La Salvia & Brochado, 1989:17-18). A cor vermelha: 1) **pytã**, **pirã** [**virã**] (T:419, B:102) *colorado*; 2) **moropytãnga'i** (B:102) *colorado fino.*

Ita pytã (T:176) *bermellón* é a cor vermelha atribuída ao Óxido de Ferro, usada tanto nos banhos, quanto nas linhas vermelhas.

Os sedimentos usados para elaborar o pigmento negro não foram informados por Montoya. A cor preta: **hũ**, **ñũ** (T:176, 378, B:102) *negro, color negro.*

Os sedimentos com textura grossa e excesso de antiplástico eram denominados **ña'ẽ'ũ ei** (T:358) *barro no fino* (**e'ii** (T:118) *muchos*, significa a proporção de grãos acima do desejado). Este barro de granulometria maior seria trabalhoso na preparação da pasta, levando à necessidade de extrair grãos minerais até alcançar a proporção esperada entre o volume de sedimento e a quantidade de grãos.

Por outro lado, quando a argila possuía uma plasticidade muito acentuada a

oleira acrescentava substâncias antiplásticas na pasta, como informa o verbete **amoñã ña'ẽ'ũ ytaky pe ku'i pype** (T:358) *poner mezcla al barro*. Neste caso, a pasta recebia **ytaky pe ku'i** (farelo de arenito triturado). Além do emprego de grãos minerais, as análises mostram variação no antiplástico: cerâmica moída (chamote), biominerais (carapaças de moluscos), fragmentos orgânicos, etc.

Ahumbiri ita pytã ikuatia haguãma (T:176) *moler bermellón para pintar*. Esta frase possivelmente refere-se a moer o óxido de ferro **ita pytã** (pedra vermelha), até virar pó, para ser hidratado e elaborar a tinta mineral vermelha.

A preparação da pasta cerâmica

Não há na bibliografia Guaraní informações etnográficas específicas sobre a extração do barro para a confecção cerâmica. Porém, existem duas referências de Félix de Azara do final do século XVIII: uma delas refere-se às ceramistas do Paraguai colonial no povoado de Itá, as quais coletavam sedimentos de "greda negra nos vales e lugares fundos" (Azara, 1904:28); a outra, também no Paraguai, nas canhadas com sedimentos "amarelados-pardos ou enegrecidos" (Azara, 1943:20). A extração dos sedimentos seria realizada com paus de cavouco, a exemplo dos Guaraní e de outros povos indígenas brasileiros (Noelli, 1993; Silva, 2000).

Os sedimentos poderiam ser transportados para o local da confecção das vasilhas dentro de envoltórios de folhas colocados em cestos-cargueiros, canoas, etc (Silva 2000). Na residência da ceramista havia o **ña'ẽũnga** (T:358) *el lugar del barro*, onde eram guardados os **yvy apu'a** trazidos da jazida. Esta seria uma área de atividade específica para fazer as vasilhas.

O verbete **yvy apu'a** (T:648) *bodoque de barro* (**yvy** = terra-barro; **apu'a** = redondo-esfera), representa a elaboração das bolas de terra para o transporte. **Yvy akytã** (T:648) *bodoque, terrón*, seria o torrão natural de tamanho variado.

Com os sedimentos trazidos para o local da confecção das vasilhas, a oleira realizava uma sequência de processos para fazer a pasta, produzindo "uma relação entre argila e antiplástico", segundo La Salvia & Brochado (1989:17). Isto é, dependendo das características físicas do sedimento, se acrescentavam ou retiravam elementos minerais e orgânicos. Além disso, para manter sua plasticidade, era importante induzir certos níveis de umidade na pasta durante a confecção da vasilha.

Montoya registrou o processo de amassar e abrandar os sedimentos, removendo o que chamou de impurezas (vegetais, torrões e grãos, de tamanhos indesejados de minerais, etc). O ato de "fazer barro" e preparar a pasta cerâmica era **ayvy mboruru** (T:649) *ablandar tierra; hacer barro*. Ele incluía retirar manualmente as impurezas: 1) **amou'**ũ (B:4) *ablandar barro*; 2) **amboyku** (B:4, 148) *desleir, ablandar desliendo* (**yku** (T:638) *derretir*, no sentido de dissolver). Neste processo a pasta era hidratada, ação descrita como **amboruru**,

amou' ũ (B:5) *ablandar mojando*.

A expressão geral **aikambi** (B:147-148) *deshacer con la mano, magullar*; e as palavras específicas **amonguruvichog** e **aikuruvichog** (T:281, B:148) *deshacer los tolondroncillos (terrones, tolondrones)*, referem-se a desmanchar torrões entre os dedos. Enfim, o objetivo era remover os **kuru** e **kuruvi** (T:281, B:312) *pedazos* e *pedazuelos*, divididos entre os grãos minerais (**ita kuruvi** T:281 *piedras pequeñas*) e torrões (**yvy akuru** T:281 *terrón de tierra*).

Depois de limpa e preparada, a etapa final de preparação da pasta é descrita pelo verbo **ajuka** (T:24) *aporrear*, *sobar*, *amasar.* Especificamente: 1) **ajajuka ña'ẽ'ũ** (B:37) *amasar barro*; 2) **ajapajuka ña'ẽ'ũ** (B:69) *hacer barro de loza*. Quando o barro estava amassado, pronto, diziam **ña'ẽ'ũ ijajukapýra** (T:358) *amasado barro*. Quando alcançavam o resultado esperado diziam **ña'ẽ'ũ ijajuka katupýra** (T:24) *bien amasado*; quando não era o desejado, diriam **ña'ẽ'ũ ndijajuka katuhávi** (T:24) *no está bien amasado.*

Modo de produção ou receita de ação

A vasilha era feita da base para a borda. Uma expressão caracterizava o início da atividade: **ahevirũ japepo** (T:502) *dar princípio el ollero a la olla que hace*. A oleira construía as paredes com a superposição de roletes (cilindros) de pasta cerâmica. A confecção dos roletes era denominada **aikyty ña'ẽ'ũ** (T:358) *estirar el barro para hacer ollas* (**kyty** T:288 *refregar*, no sentido de esfregar com a mão, girando a argila sobre uma base para fazer o rolete).

No processo de sobrepor e unir os roletes, a ceramista vai gradativamente levantando a parede, obliterando os roletes, ajustando a espessura desejada e dando a forma esperada. Os ajustes para deixar a vasilha com a forma desejada vêm descritos no verbete **amoangu'a pypuku kambuchi** (T:51) *ensanchar el ollero el vaso por de dentro*; isso exemplifica os ajustes da forma da peça durante a confecção, procurando-se "alargar, afundar, aprofundar" segurando um implemento para espalhar a pasta e mesclar a argila de vários roletes. De **ambopyguasu** (T:456) *ensanchar*, ampliar a capacidade alargando e aprofundando, como se estivesse escavando um pilão (**anguá** (T:51) *mortero* + **pypuku** (T:475) *hondo*, no sentido de o tornar mais espaçoso e aumentar o seu volume).

Anatomia da vasilha

O conteúdo dos dicionários mostra a analogia que os Guaraní faziam entre a anatomia humana e a morfologia da vasilha, assim como ocorria com a própria tradição Ibérica de onde vinha Montoya. O corpo é a barriga, a abertura é a boca, a borda é o lábio, o pescoço é o espaço entre a abertura e parte mais larga da vasilha. A base da vasilha equivale ao mesmo tempo a pé e terra, uma vez que *suelo* traduz-se como solo, chão, fundo e pé, mas também significava bunda

ou nádegas. A vasilha, quando recebia um conteúdo, "agarrava", "pegava" ou "tomava" o que era colocado dentro.

O tamanho das vasilhas era dividido em três classificações gerais: grande, médio e pequeno (Tabela 1). Não há nomenclatura para tamanhos intermediários. A designação de tamanho vem como sufixo da palavra referente da vasilha: panela grande, caçarola média, prato pequeno, etc.

A tradução de grande é **guasu** (T:13, B:209) *grande; grueso; ancho*; e sua apócope é **usu** (T:615) *grande, largo.*

O tamanho médio é definido como **voja** [**voñã**] (T:624, B:272) *mediano; menor.*

O menor tamanho se traduz como **mirĩ** (T:308, B:315) *poco; pequeño; chico*. Com o mesmo significado de **mirĩ** existe, acentuada com variação, a palavra **ti'i** ou **ti'**ĩ (T:581) *cosa chica* (*lo mismo que: mirĩ*). Também há, com os significados de pequeno e pouco, a palavra **michĩ** (T:307).

Tabela 1: Exemplos da definição de tamanho

Tamanho	Vasilha	Função
Grande	**japepo guasu** (T:201)	*Olla grande*
	ña'ẽmbe guasu (T:358)	*Plato grande*
	ña'ẽmbe pyko'ẽ guasu (T:358)	*Plato grande hondo*
	kambuchi guasu (T:235)	*Tinaja grande*
Médio	**japepo voja** (T:201)	*Olla media*
Pequeno	**japepo mirĩ** (T:201)	*Olla pequeña*
	ña'ẽmbe mirĩ (T:358)	*Plato pequeño*
	kambuchi mirĩ yguava (T:235)	*Jarro para agua*

Base: a "bunda da vasilha"

A base era a primeira parte elaborada da vasilha, formando a peça inicial onde seriam aplicados os roletes para compor o corpo. A peça era feita com roletes ou modelada a partir de uma bolota de argila. Se a vasilha fosse pequena seria integralmente feita sem apoio, apenas com as mãos. Se fosse média ou grande, na maioria dos casos, por causa do diâmetro e do peso relativo das peças, primeiro seria moldada em uma concavidade escavada no solo com a forma desejada, como observamos nas marcas do perfil do terço inferior de centenas de vasilhas arqueológicas. O nome genérico de buraco é **kuára** (B:229) *hoyo*, de **kua** (T:263) *agujero, hoyo, pozo*. Para fazer o buraco é **ambokua** (T:263) *hacer hoyo.* A expressão adequada na descrição da escavação do molde para dar forma à base da cerâmica é **amboapykyraguy** (B:173) *engrandar el hoyo por de dentro a la redonda*, com o sentido de alargar o buraco, de (B:24) *agrandar*

hoyo, comiendo alrededor.

A área da vasilha que tocava o piso era genericamente designada como **topyta** (T:585) *cuento; testero; extremo*, como está representado em **ña'ẽmbe** ropyta (T:585) *suelo de plato*. A face externa da base era definida como **tevi** (T:576) *asiento, extremo por de fuera* e (B:288) *nalgas* (uma analogia com nádegas, bunda). Por exemplo: **japepo revi** (T:576) *el suelo de la olla por defuera*. Também poderia ser por dentro da vasilha (T:201) *el suelo de la olla por dentro, y fuera*. A face interna da base era definida como **hugua**, **rugua** e **tugua** (T:176, 503, 593) *testero; asiento; culata; popa; por de dentro.* Por dentro a base da vasilha era denominada como **japepo rugua** (T:201) *asiento de la olla por de dentro*. É muito interessante a inclusão da tradução de "nádegas", pois bunda é uma analogia para a base que aparece para outros povos falantes das línguas da família Tupí-Guaraní, como é o caso dos Asurini do Xingu (Silva, 2000:64).

As coleções mostram três tipos básicos para forma da base, vistas pela face externa: 1) conoidal; 2) arredondada; 3) plana (respectivamente denominadas por Montoya como pontiagudas, redondas e chatas). A existência dos três conceitos Guaraní para as bases é uma importante advertência aos arqueólogos, pois, quando reconstroem graficamente a forma das vasilhas a partir de fragmentos de borda, tendem à generalização do formato globular da base, especialmente os que seguem as sugestões de Ford (1962) e Meggers e Evans (1970) (cf. análise crítica in LaSalvia e Brochado, 1989:115-116).

As conoidais eram denominadas como **tevicha akua** (T:577) *asiento puntiagudo de* cántaro, fruta, etc. O formato vem de **chuã** (T:112, B:25) *cosa aguda; olla; cesto; etc*. As expressões **amboevicha akua kambuchi** (T:577) *hacer cántaros con el suelo puntiagudo*; **kambuchi evichuã** (T:112) *botijuela puntiaguda en el fondo*; **japepo revichuã** (T:201) *olla con el suelo algo puntiagudo*.

As arredondadas recebiam a designação de **kambuchi apu'ã** (T:235) *vaso redondo*; **japepo revi agua** (T:201) *olla de suelo redondo*; **hevi'a jere kambuchi** (T:576) *olla redonda por el suelo*. Inclusive a convexidade de alguns pratos tinha nome **ipytepo rai ña'embe** (T:482) *tiene el plato barriga en medio.*

As bases planas eram designadas como **revi'a**, traduzidas como "chatas". Por exemplo, **kambuchi revi'a** (T:576) *suelo de cántaro chato*. A confecção desta forma era descrita como **amboevi'a** (T:576) *hacer chato el suelo del cántaro*.

A forma da base está diretamente relacionada aos usos das vasilhas. Para ficar em pé e não tombar, algumas necessitavam ser enterradas por alguns centímetros e outras teriam apoio externo com aparatos de cerâmica, lítico, trançados e a própria lenha, no caso das panelas preparando o alimento. Montoya oferece alguns exemplos sobre os apoios: **amboeviguy** (T:576) *poner*

algo debajo del cántaro sobre que asiente. Os apoios eram chamados de **ita kuru** (T:188, 189) *piedras; bodoques de barro* (*que ponen debajo las ollas por trébedes*). Na língua *castellana* os apoios das *tinajas* eram denominados *reposadero* e *savilla* (Torres, Gómez e Ferreira, 1997:126). Havia também um suporte de palha para algumas vasilhas, denominado **patagui** (T:398) *asiento de paja para los vasos*.

As vasilhas, especialmente as com base conoidal, eram apoiadas ou parcialmente enterradas para que pudessem permanecer equilibradas perpendicularmente em relação ao solo. Existe uma descrição de cântaros Guaraní semienterrados com bebidas fermentadas alcoólicas para servir, feita por Cabeza da Vaca (1906:327-28): "lhes mandou dar de beber de umas talhas que tinham dentro de casa, mantidas até o pescoço de baixo da terra, cheias de vinho de milho".

E, ainda, sobre movimentar uma panela: **ehugua upi japepo** (T:593) *levanta la olla por el asiento.* Esta forma de movimentar a vasilha explicaria dois exemplos sobre quebrar a base da vasilha de dentro para fora: **japepo rugua pog** (T:593) *quebrose el asiento de la olla;* **japepo rugua ambopog** (T:593) *quebrose el asiento de la olla; quité el asiento de la olla*.

"Barriga": a morfologia

Ao traduzir corpo como *barriga*, Montoya mostrou literalmente a definição e o significado Guaraní: **a** (B:69) *barriga de ollas*; **japepo a** (T:1) *la barriga de la olla*. Nos dicionários indicou duas acepções para **a** (T:1): 1) *coger*, que em português significa agarrar, pegar, tomar; ou seja, a vasilha agarra, pega ou toma o seu conteúdo; 2) *corpórea cosa*, define a corporalidade da vasilha.

Montoya procurou fazer o leitor compreender a morfologia inserindo vários verbetes, que foram reorganizados abaixo em uma sequência para oferecer a compreensão Guaraní da morfologia.

O termo mais genérico para morfologia da vasilha é **gua** (T:125) *cosa redonda*. O verbete **gua** contém a indicação para consultar no *Tesoro* o termo **pygua** (T:470), cuja primeira acepção é *abolladura* e, a segunda, *cosa en arcada*. Atualmente **pygua** é traduzido como côncavo (Guash e Ortiz, 1986:113).

Logo, **py** + **gua** define simultaneamente forma e volume, cujo conceito equivalente da matemática é o sólido geométrico. **Py** (T:455) = *centro; capacidad; vacío*, é a noção Guaraní de volume, de capacidade, a área interna oca do sólido, como explicam os verbetes: 1) **ña'ẽmbe py** (T:358) *la capacidad del plato por de dentro*; 2) **ña'ẽ py guasu** (B:380) *tinajón*, uma vasilha de volume grande (**py** = volume + **guasu** = grande). O conteúdo da vasilha é definido como **pypia** e **po** (T:474, B:112) *lo contenido*; *contenido en la cosa*, tendo como exemplos: 1) **japepo pypiára** (T:474) *lo que está en la olla*; 2) **kambuchi po** (T:431) *lo contenido en el cántaro.*

Montoya destacou a perspectiva Guaraní, de quem observa a vasilha, com termo **agua'a** (T:11) *abolladura (mirado por de fuera)* e **gua'a** (T:125) *abolladura por de fuera*. O exemplo aparece na expressão **japepo gua'a** (T:125) *la barriga de la olla por de fuera*. Deriva do verbo amassar, **ajambogua** (B:5) *abollar vaso, etc*, com o sentido de dar forma ao corpo da vasilha, ajeitando os roletes com os dedos ou uma ferramenta para modelar a parede e seus tratamentos de superfície. Um exemplo para a barriga: **ipytepo rai ña'embe** (T:482) *tiene el plato barriga por el medio.*

O termo *abolladura* traduz-se por amolgadura ou amolgamento, isto é, dar forma curvada e\ou arqueada. E logo exemplifica com a expressão **ambopygua kambuchi** (T:470) *hacer el ollero barriga a los vasos*, repetindo o exemplo dado no verbete **pygua**, na segunda acepção, como "coisa em arcada". A expressão **kambuchi ipygua** (T:470) *esta abollada la olla, o cántaro.* E, na mesma página, seguindo o verbete **pygua**, Montoya colocou o verbo **pyguarī** (T:470) *arquear*.

Logo conclui-se que Montoya, ao reunir no mesmo grupo de verbetes os termos para uma forma côncava arredondada e arqueada, procurou mostrar que não se tratava simplesmente de vasilha com corpo arredondado e/ou arqueado, mas perfis com formas variadas e complexas cujas definições mais detalhadas estavam além do escopo do seu dicionário. Montoya utilizou a noção Guaraní mais inclusiva para volumes com formas variadas, indo além das globulares, para cada classe funcional. Isto é: 1) a variedade de perfis entre todas as classes funcionais de panelas, talhas, caçarolas, pratos, etc.; 2) a variedade entre as vasilhas de uma classe funcional, como as panelas.

La Salvia e Brochado (1989:116) consideraram que na cerâmica Guaraní "não existem vasilhas cuja forma se aproxime sequer suficientemente de esferas, cones, elipsoides, etc, para justificar a comparação" com um sólido geométrico. Eles escreveram que, "por outro lado, chama a atenção o aspecto representado pela maioria das vasilhas Guaraní. Tem-se a impressão que as ceramistas Guaraní concebiam as vasilhas como um empilhamento de zonas ou segmentos horizontais bem demarcados", definindo os segmentos como "unidades padrão, de formas definidas que sobrepostas, darão o contorno da vasilha" (La Salvia e Brochado, 1989:116).

A forma do corpo da vasilha, indicando toda a extensão do perfil, também foi registrada: **japepo pykyraguy** (T:456, 473) *lo convexo de la olla*. **Pykyraguy** e **pykuraguy** (T:456, 473), significam: *lo de dentro de la cosa, los lados de la cosa por de dentro; lo convexo*. Nestes dois verbetes Montoya não foi exato, por engano seu ou por erro tipográfico, trocando côncavo por convexo (como já observaram La Salvia e Brochado, 1989:127). Mas se encontra a correção no *Tesoro* e no *Vocabulario*, nos verbetes **(')ẽ** (T:116) *hueco cóncavo* e **guy** (B:107) *cóncavo*, com Montoya remetendo o leitor para o Tesoro, para ver **pykyraguy**.

Se traduz convexo por **pyko'ẽ** (T:472), **pyko'ẽngue** (B:113).

Havia algumas vasilhas que Montoya definiu como *ceñidas* (apertadas, cingidas, acinturadas), com vários exemplos no mesmo verbete: **kuái** (T:266) *cuello; cosa ceñida*; **kambuchi iku'a kuái** (T:266) *vaso ceñido por la cintura.* Encontramos o ato de fazer a cintura na vasilha: **amboku'a kuái kambuchi** (T:266) *ceñir asi el vaso*. As acinturadas ocorrem entre as vasilhas com tamanhos médios e pequenos, provavelmente para estocar água, a exemplo de uma moringa.

Borda e abertura: a "boca"

A abertura da vasilha era denominada boca: **kambuchi revicha** (T:577) *la boca de la olla*. Há alguns verbetes que se referem à abertura como sinônimo de boca (**juru** (T:220, B:74) *boca*), referindo-se ao tamanho do seu diâmetro:

> Pequeno: 1) **jurumi** (T:222) *boca chica* (**mirĩ** (T:308) *poco; pequeño; chico*)*;* 2) **kambuchi juru'ĩ; kambuchi jurumĩ** (T:235) *vaso de boca pequeña*; 3) **ambojuruvi kambuchi** (T:220) *hacer chica la boca al cántaro*;
>
> Médio: 1) **juru voja** (T:220) *boca mediana* (**voja** [**voñã**] (T:624) *mediano*); 2) **kambuchi ijuru vojávae** (T:220) *olla de boca mediana*; 3) **ambojuru voja** (T:220) *hacer la boca mediana*;
>
> Grande: **guasu** (T:130) *grande; grueso; ancho.* Embora existam vasilhas arqueológicas com aberturas grandes ou largas, Montoya não fez registro específico sobre elas.

Há um registro para vasilha de pescoço comprido e abertura pequena, semelhante à *cantimplora*: **juru ovi** (T:222) *cuello largo; boca chica, como de cantimplora.* E outro sobre a altura da vasilha: **ambopytepo katu ña'embe** (T:482) *dejar algo alto el medio del plato.* O pescoço foi definido como *la parte superior y más angosta de alguna vasija, cómo redóma, tinaja, & etc. Collum* (DA 2:679, DA 5:261).

A face interna do pescoço era definida como **juko'ẽ** (T:219, B:299) *la olla del garguero* (deve haver engano\inversão tipográfica, o correto seria *el garguero de la olla*). É o espaço entre a borda e o começo do ombro, na parede interna. Na época de Montoya, se definia *garguero* (TLC:429v) como o *interior de la garganta*; um século depois apareceu definido com mais detalhe: *la parte interior de la garganta; por donde desciende de la boca el alimento a el estómago* (DA 4:26).

Registramos e mensuramos mais de 2 mil vasilhas e verificamos que a forma

da boca em todas as classes é predominantemente circular. Em menor proporção eram ovaladas, com um eixo maior e outro menor, sendo a maioria resultado de uma deformação ocorrida na elaboração ou na queima, mas percebe-se que a intenção era fazer circular. O verbete **japepo rova rami** (T:590) *la manera que es la boca de la olla*, registra a circularidade da abertura da vasilha, pois no mesmo grupo de verbetes está a expressão "circularidade do escudo": **guarakapa rova rami** (T:590) *del círculo de una rodela* (**tova amã** (T:586) *círculo* + **rami** (T:489) *manera; tamaño; semejante*).

O final do perfil da parede na abertura da vasilha era definido como: 1) **pepo** (T:406) *bordos de cualquier cosa*; 2) **tembe** e **tembe'y** (T:557, B:245, 301) lábio de abajo e *orilla*. Montoya exemplificou com as expressões: 1) **ña'ẽmbe pepo** (T:406) *bordo de plato;* 2) **ña'ẽmbe rembe** (T:358) *bordo de plato*; 3) **japepo rembe** (T:201) *el labio de la olla*; 4) ña'ẽ **rembey** (T:557) *orilla de plato*; 5) **japepo rembey** (T:201) *el labio de la olla (que sale al modo de cuello hacia arriba, o como el labio de la bacinilla)*. A outra tradução de **pepo** é asa (T:406).

Algumas vasilhas para processar alimentos e conter líquidos passaram a receber um par de asas no período colonial. As talhas para conter água ou cauim traziam seus nomes com o sufixo **nambi**: **kambuchi nambi** (T:235) *vaso con asas*. A tradução literal em Guaraní não é asa, mas outra parte da anatomia da mastofauna: **nambi** (T:342) *oreja*.

As bordas possuíam diversos ângulos de inclinação, conforme a classe da vasilha (Brochado; Monticelli & Neuman, 1990:732-737). Há um exemplo de Montoya para um tipo de ângulo da borda da panela: **japepo rembey** (T:201) *el labio de la olla, que sale al modo de cuello hacia arriba, o como el labio de la bacinilla*. Segundo La Salvia & Brochado (1989:127), este verbete indica que a parede e a borda pertenceriam a uma vasilha "côncava extrovertida, comparada ao lábio de baixo ou beiço, é a borda das pequenas bacias; e isto é o que efetivamente se observa nas panelas arqueológicas".

Tratamento de superfície

As vasilhas Guaraní possuem pouca variação na superfície interna, a maioria alisada com ou sem acabamento, por brunidura, resina, banho, engobo e pintura. A superfície externa, conforme La Salvia e Brochado (1989:46), teria até 8 tipos de acabamentos principais: 1) alisado; 2) digital; 3) ungueal; 4) impresso; 5) estriado; 6) roletado; 7) nodulado; 8) exciso (sendo os três últimos em menor proporção). Eles poderiam ser subdivididos em mais de 50 tipos; e a combinação de dois ou mais tipos resultaria em mais de 100 acabamentos. As vasilhas alisadas que não iam ao fogo eram geralmente pintadas, usadas como copo para beber cauim. Mas as utilizadas para fermentar/armazenar o cauim, como as talhas e cântaros, eram aquecidas por um fogo brando, com

chama baixa apenas para aquecer a bebida fermentada alcoólica. Apesar desta variedade, Montoya dicionarizou apenas as alisadas e as pintadas na superfície externa, pois seu foco não era o mesmo dedicado a descrever as minúcias dos tratamentos de superfície que interessam aos estudiosos da tecnologia.

Qualquer face externa era traduzida como **ajape** (T:19) e **ape** (T:60) *superficie; tez; casco; cara*. A superfície externa das vasilhas recebia a designação de: 1) **japepo ape** (T:19) *tez exterior da panela* e (T:60) *lo de fuera de la olla; la superficie*; 2) **ña'ẽmbe ape** (T:358) *el plato por de fuera*; 3) **japepo ajape** (T:201) *la barriga de la olla por de fuera*.

A definição de liso vem nos verbetes **sỹ** (T:517) *liso* e **apesỹ** (T:62) *superficie lisa*; *tez lisa*. A ação é definida pelos verbos **jo'a** (T:215), **amosỹ** (T:517, B:32) *alisar,* e **añapesỹ** (T:62, 517) *alisar la superficie*. Alisar as duas superfícies da parede vem descrito em: 1) **amoapesỹ** (T:62) *alisar por de fuera*; 2) **pysỹm** (T:479) *alisar por de dentro; limpiar bien; acabar de todo punto*.

As expressões **ambojoja**, **aisurosurog** e **ahakapekapevog** (B:32) *alisar, quitando altibajos*, explicam os processos mais avançados de alisamento das paredes (**joja** (T:216) *igualdad*). Esta etapa de remoção de altibaixos refere ao alisamento após a união dos roletes. O alisamento seria com seixos, conchas e com o **kuruguãi** (T:282) *unas habas silvestres gruesas con que alisan la loza* (sementes de *Mucuna urens* Medick). A frase **nipysỹ ngatuhávi** (T:479) *no está bien liso por de dentro*, indica a necessidade de se continuar o alisamento.

Após concluir o alisamento costumava-se brunir a superfície lisa, mais comum na face interna, como indicam os verbetes **amoendypu** e **ambojoa** (B:32) *alisar bruñendo*. A brunidura serve para reduzir a porosidade da parede, especialmente nas vasilhas para armazenar líquidos, cozer alimentos e nas vasilhas para servir, como pratos e copos.

Algumas vasilhas antes da queima, após concluir-se o alisamento da superfície externa, recebiam apliques de nódulos de argila com a forma cônica, definidos como **hatĩ** (T:150) *punta; cuerno*. A aplicação de muitos cones era chamada **amoatĩ atĩ** (T:150) *poner puntas de hilo, o púas, o puntas na loza cuando la hacen*.

Antes da queima a superfície alisada da vasilha que conteria líquidos poderia receber dois tratamentos complementares para vedação e redução da porosidade, especialmente na parte interna (La Salvia e Brochado, 1989:17-18): 1) barbotina: revestimento superficial de argila mais refinada, aplicado antes da queima; 2) banho: revestimento superficial, delgado, proveniente de um caldo ou nata de argila em suspensão na água. Eventualmente poderia receber ambos os tratamentos na superfície externa. Não encontramos verbetes para estes casos.

A pintura com pigmentos era feita quando a vasilha estava totalmente concluída, também antes da queima. A base lisa poderia estar brunida e\ou com

banho ou barbotina. Na pintura o fundo era branco, raramente creme. Sobre o fundo iam linhas pretas e vermelhas e, eventualmente, pontos geralmente pretos (ver acima descrição dos pigmentos). A pintura era aplicada somente nas vasilhas que não iam diretamente ao fogo em sua função primária.

O verbo é **aikuatia** (T:269, B:153, 321) *pintar; escribir*; *dibujar*. Quem pinta ou desenha é **kuatiahára** (B:321) *pintor*. A escrita, a pintura e o desenho recebiam o nome de **kuatia** (T:269, B:153, 321) *escritura, pintura, dibujo, etc*. Adornar, pintar para enfeitar era **amombipig ikuatiávo** (T:418) *adornar pintando* e **ambopara ikuatiávo** (T:396) *pintar de varios colores*. Como mostra o exemplo, a vasilha pintada era chamada de **ña'ẽmbe ikuatiapyre** (T:358) *loza pintada*.

A tinta era denominada como **tyũ** ou **tyrũ** (B:380). Era colocada em um "tinteiro" denominado de **mba'e ryhũ ryru** ou **tyhũ ryru** (B:380). A aplicação dos pigmentos era feita com pedaços finos e flexíveis de vegetais, pêlos não-flexíveis, espinhos, etc, especialmente as linhas estreitas (para a tipologia de motivos, ver La Salvia e Brochado, 1989:98-109). Encontramos verbos que poderiam exemplificar a elaboração de linhas, linhas cruzadas e linhas paralelas na pintura de tecidos, no corpo humano e nas vasilhas cerâmicas: **hasa**; **tasa** (T:150, 530, B:254) *lista*; *cosa atravesada, lista atravesada*; **apyrasa** (T:76) *pasar por encima;* **hasa parapara** (B:254) *listado com colores atravessadas* (**para** (T:396) *variedad*). Em dois verbetes encontramos a representação de dois tipos de pinturas, como a abertura dos favos da colmeia de vespas e como o couro do jacaré: 1) **kavatĩ rami ajapo japepo** (T:229) *pintar las ollas con unos agujeritos a modo de avisperas*; 2) **japepo jakare** (T:200) *olla pintada conforme las mallas del lagarto* e **ambojakare che japepo** (T:200) *pintar así las ollas*.

Depois da queima, as vasilhas para conter líquidos que não eram utilizadas sobre o fogo poderiam receber resina vegetal para impermeabilização na parede interna. As pintadas também eram resinadas, apenas onde havia a pintura. Os espanhóis chamavam de breu e verniz as resinas vegetais, exatamente como traduziu Montoya: **yvyra ysy** (T:652, B:350) *resina*. Ele usa como exemplo a **kuri'yvysy** (T:281, B:77) *brea de pino*, a resina da árvore *Araucaria angustifolia*. O verbo é **mõng** (T:317) *cosa pegajosa; brear; pegar con brea*. A fixação da resina ocorria com o aquecimento gradativo e indireto da vasilha próxima de uma pequena fogueira, aquecia-se mais a resina para deixá-la líquida. O ato de resinar está nos verbetes: 1) **aikupemõng** (B**:**77) *brear por de dentro*; 2) **aypi mõng kambuchi** (T:317) *brear, o poner barniz al cántaro por de dentro*. E usar a resina de araucária é **amongy kuri'yvysy**; **ajo'og kuri'yvysy pype** (B:77) *brear*; passar a resina por dentro é **aikupemõng**; **amongy kuri'yvysy ipy rupi** (B:77) *brear por de dentro*. O verbete **ña'ẽmbe imoendypúpy** (T:358) "prato vidrado", representa as vasilhas que receberam o acabamento interno com resinas. Resta a questão: quais as alternativas para resinas vegetais nas

áreas distantes das florestas de araucária? Uma possibilidade é a **yvyra ysy** (almacegueira, breu branco) *Protium heptaphyllum*, árvore cuja resina é usada pelos Guaraní para fins medicinais (Gatti 1985:141, 148) e, devia ser, como foi para os Tupinambá, utilizada para resinar e envernizar as cerâmicas pintadas.

A pintura esmaecida, enfraquecida, apagada e perdida, comum nas vasilhas usadas, aparece nas expressões **amomeguã**; **amboai**; **aimonã**; **ambogue**; **amboje'og** (B:147) *deshacer, echar a perder letra, pintura*.

Contextos de uso das vasilhas

Montoya selecionou algumas expressões e verbos sobre o uso das vasilhas, tanto sobre o uso sobre o fogo e os seus efeitos sobre a vasilha, quanto para limpá-las e usá-las para servir alimentos e bebidas.

Queimar e quebrar

Sobre a queima das vasilhas, quando elas são confeccionadas, não há referência explícita. Porém, existe uma referência do uso da panela colocando-a sobre o fogo para alguma cocção: **añoño japepo** (T:377) *poner la olla al fuego* (**ñoño** (T:377, B:325) *poner*). E para afastar a vasilha do fogo, para deixar seu conteúdo na temperatura de manuseio para processar, ou para comer: **aroguejy japepo** (T:131) *apartar la olla del fuego, o bajarla de otra cosa* (de **guejy** (T:131) *bajada;* **aguejy** (T:131) *yo bajo*; **aguejy** (B:46) *apearse*).

Para a panela com água fervente sobre o fogo: **opupu japepo** (B:224) *hervir la olla;* **okumbekumbeg**, **opupuete** (B:224) *hervir la olla a borbollones;* **pytu y ei** (T:482) *agua del vapor de la boca, y de la olla caliente.* Uma panela poderia ser usada para cozinhar várias vezes: **ambojoupague** (T:597) *cocer en una misma olla uno tras otro.*

A panela com seu conteúdo quente poderia exalar vapor pelos poros da superfície externa: **japepo timbo**; **japepo pytu** (B:392) *vaho de la olla* e (T:482) *vapor de la olla caliente;* (de **timbo** (T:581) *vaho*; **pytu** (T:482) *vaho*, *calor del fuego*, *aliento*, *vapor*). Também poderia gotejar após a condensação do vapor: **oẽ japepo** (T:116) *rezúmase la olla;* **oyga kambuchi** (T:635) *rezúmase el cántaro.*

Depois de ser afastada do fogo ou do fogo ter se extinguido, a panela teria sua temperatura reduzida: **ijapyryve japepo** (T:78) *no hierve más la olla.*

O uso sobre o fogo deixaria a superfície externa coberta por fuligem, especialmente da metade para baixo da vasilha: **apekumã**; **kumã** (T:62, 274, B:226) *hollín;* **japepo kumã**; **japepo rũ; japepo apekumã** (T:201, 274, B:226) *tizne*; *hollín.* Também poderia queimar o conteúdo, especialmente nas vasilhas maiores, deixando crostas grudadas na superfície interna: 1) **ipyjare** (T:193) *lo que se pegó cocido a la olla* (de **ja** (T:193) *pegar*)*;* 2) **amopiche jykysy** (B:339)

quemar el guisado.

Encontra-se uma associação entre a quebra da vasilha e o fogo: **tata ojapiti kambuchi** (T:69) *el fuego quebró la olla*. Porém, não há como definir se a quebra foi durante a queima ou no uso cotidiano. Vem de **apiti** (T:69) *quebrar en pedazos*, tendo como exemplo a descrição de uma vasilha quebrada: **ajapiti kambuchi** (T:69, B:338) *hacer pedazos la olla*. Também vem de **ajoka** (B:338) *quebrar*, exemplificado por **ajoka kambuchi** (B:338) q*uebrar vaso;* e com o sentido de causar um dano, quebrando: **ajambogua** (T:2) *quebrar cántaro, o calabazo de água*.

Durante a preparação de alimentos e bebidas eram usados alguns equipamentos para mexer o conteúdo, como pazinhas e colheres: **aipyvu**, **aipykúi**, **aipyguara** (B:352) *revolver en olla*. Eles poderiam deixar marcas raspadas nas paredes internas das vasilhas, incluindo-se: 1) **yvyra pehẽ** (T:653) *paleta para revolver la olla*; (B:121) *cuchara o espátula de hacer mazamorra*; 2) **tyjúi ogkáva** (T:605, B:187) *espumadera*; 3) **yvyra kuipe** (T:274) *cuchara de palo.*

O fragmento era chamado **ñapesẽ** (T:361) *tiesto*, de pedaço, parte: **pesẽ** (T:407, B:308, 312) e **pehẽ** (T:403) *pedazo*. Por exemplo, pedaço de prato: **ña'ẽ pesẽngue** (B:380) *tiesto.* E o coletivo: **pesẽnta** (T:408, B:312) *muchos pedazos.*

Montoya deu exemplos para a quebra de partes específicas das vasilhas.

Para a base: 1) **japepo rugua pog** (T:593) *quebrose el asiento de la olla;* 2) **japepo rugua ambopog** (T:593) *quebrose el asiento de la olla*; *quité el asiento de la olla*. Note que a frase anterior mostra a intenção de quebrar, tirando a base ou um pedaço dela.

Para a borda e lábio: 1) **kambuchi juru chacha** (T:221) *cántaro que tiene la boca rota* (**juru** (T:220, B:74) *boca* e **chacha** (T:109) *rechinar la cosa (como el instrumento que está hendido, o despegado*); **ahembeka ña'ẽ** (B:338) *quebrar labio del plato* (**mbeka**, **peka** (T:330, 404) *abertura,* no sentido de forçar, rachar, quebrar); 3) **ahembeyvo**; **ahembeka** (B:151) *desportillar la boca de vaso, etc.,* registro para a vasilha quebrada na borda, "desbeiçada":

Tapar e destapar

As vasilhas poderiam ser cobertas por vários motivos, mas não encontramos exemplos históricos ou etnográficos, salvo o uso de vasilhas como opérculo nos enterramentos com "urnas funerárias". O léxico oferece exemplos, com as expressões para tampa, mas sem especificar como era a cobertura ou sua matéria: **japepo asojáva**; **japepo rovapy tỹmbáva**; **japepo rovapy asojáva** (T:90, 201) *tapadera de la olla*; **japepo asoja** (B:99) *cobertera de olla*. O verbo tampar e cobrir foram registrados como: **aho'i** (T:15), **aso'i** (T:90), **ahovapy rahó'i** (T:589) *tapar, cubrir, encubrir*; **ahovapy tỹ** (T:173, 589) *tapar*. As tampas foram descritas como *cobertera* ou *tapadera* em **asojáva** (T:90, B:205),

hovapy rasojáva (T:589), **hovapy tỹmbáva** (T:173, 589), com o sentido de cobrir a superfície, a "cara" de uma abertura (de **tova** (T:586) e **tovapy** (T:588) *rostro, cara, haz, cara de la cosa, superficie [el principio del rostro]*). Literalmente, **japepo rovapy asojáva** traduz-se "panela + área da superfície + tampa" (tampa da área da superfície da boca da panela).

Destampar também possui várias acepções: **ajasojavo** (B:151)**, ahovapy tỹmbo'i** (T:173, 589, B:151), **ahovapy tỹmbavog** (T:173, 589, B:151) *destapar;* **asojávo** (T:90) *destapar; descubrir lo tapado.* A ação de destampar possui alguns exemplos: **ahovapytymbavog**, **ahovapysojavog**, **ahovapysope'a**, **aovasojamboi, ahovapyasojambovy** (B:7) *abrir, destapar como a cântaro, etc.*

Para um modo específico de tampar uma vasilha, destacam-se as expressões **ahovapypeteg**, **ahovapymou'ũ**, **ahovapychy** (B:165) *embarrar la boca del vaso.* No caso, significa colocar o barro na parede externa ao redor da abertura da vasilha: **ajapeteg** (B:165) *embarrar* (**ajape** (T:18) *la superfície*, *o tez, casco;* **japepo ajape** (T:19) *la tez exterior de la olla*). Seria para assentar uma vasilha sobre outra para fermentar o cauim nas condições adequadas de pressão (Noelli e Brochado, 1998:124), em sobreposição semelhante à encontrada nos enterramentos. No vocabulário da língua brasílica, escrito no final do século XVI, o verbete **açobapigtec** (VLB 1:52) *barrar como as panelas emq. se guarda o uinho*, oferece mais detalhes sobre esta técnica de vedar duas vasilhas sobrepostas para fermentar o cauim, como faziam os Tupinambá. As tampas das talhas usadas durante o período de fermentação do cauim também poderiam ser feitas com trançados bem vedados ou couros, cingidos com cordas ou tiras de couro na boca dos *kambuchi*.

Limpeza

A remoção das crostas queimadas durante a cocção dos alimentos, ao serem removidas na limpeza, poderiam deixar marcas de uso na superfície interna ao serem removidas por raspagem e esfregação: 1) **kysy** (T:287) *refregón*, *revolver*; **ambokysy** (T:287) *menear*, *refregar;* 2) **kyty** (T:288) *refregar, limpiar;* 3) **aikyty** (T:288) *yo refriego*, *limpio*. Daí limpar dentro, esfregando: **ambopykytĩ** (T:456) *limpiar por dedentro*.

A limpeza das vasilhas pautava parte das ações cotidianas para a manutenção dos utensílios domésticos. Encontramos informações que indicam modos de remover os resíduos culinários após o uso, basicamente aguando por dentro as vasilhas: 1) **aipysỹmbo ña'ẽmbe**; **ña'ẽmbe pysỹmbo** (T:456, 479) *limpiar bien los platos*; 2) **aipyereko**; **amongure kambuchi ihéita**; **ambokosokoso ihéita** (B:173) *enjaguar vasos.*

O verbo **pysy** (T:478) *bañar*, compõe a maioria das expressões que exemplificam a limpeza das vasilhas com água. Também encontramos

descrições de limpeza da parte interna de algo nos verbetes **aipysỹmbo** (T:456) *limpiar por dedentro,* **pysỹmbo** (T:479) *limpiar por dedentro.* Encontramos também uma descrição sobre esvaziar a vasilha escorrendo o seu conteúdo, sem definir se era alimentar ou água da limpeza: **amondyky** (B:184) *escurrir la vasija.* A limpeza interna das vasilhas poderia ser complementada esfregando as paredes com uma epífita, definida por Montoya como estopa e esponja: 1) **yvyra ygáu** (T:636) *estopa de los árboles*; 2) **ygáu** (B:187) *esponja*. É a bromeliácea *Tillandsia usneoides* L. (Gatti, 1985: 49, 125), chamada de barba de pau ou de velho (*barba de viejo* no Paraguai e Argentina).

Guardar as vasilhas

Não existem informações específicas sobre como guardavam e organizavam as vasilhas, mas as suas casas e áreas de atividade deveriam ter uma variedade e quantidade considerável de peças para diferentes funções. Encontramos a definição para "armário de louça", que não deveria servir apenas para guardar os pratos: **ña'ẽ rupáva**, **ña'ẽmbe rendáva**, **ña'ẽmbe rendatýba** (B:33) *almario de loza*, nome que deriva de **mba'e rupáva** (B:256) *lugar donde se guarda algo.*

Considerações Finais

A construção de um artigo a partir de 445 palavras e frases do vocabulário sobre vasilhas cerâmicas é mais do que uma alternativa à falta de fontes históricas e etnográficas. Com efeito, é um exercício no limite do vazio epistemológico para superar o esquecimento de um conhecimento tradicional multimilenar ofuscado com as mudanças impostas pelas vicissitudes da história colonial. No presente, em certas comunidades, alguns Guaraní decidiram voltar a fazer vasilhas cerâmicas, procurando ressignificar alguns conhecimentos atuais sobre usos e formas. Mas enfrentam dificuldades para superar entre eles a longa ausência da produção de vasilhas cerâmicas e o desaparecimento das protagonistas deste campo do saber. Com a morte das mulheres que detinham a expertise prática, a capacidade para oferecer a orientação prática e teórica na aprendizagem da tecnologia cerâmica e da memória do conhecimento tradicional ficaram reduzidas. A linguagem da cerâmica registrada por Montoya pode estimular estudos entre os Guaraní atuais interessados na cerâmica. Seria uma oportunidade para reunir experiências do passado e do presente; seria como um sopro poético das tradições passadas insuflando, inspirando vigor, às práticas tecnológicas da atualidade das comunidades Guaraní.

O conteúdo apresentado no artigo poderá ser avaliado e utilizado conforme a disciplina científica de cada um. Mas desde a perspectiva da linguística histórica comparada, podemos contrastar e cotejar o vocabulário coligido por Montoya com os vocabulários da cerâmica das 10 famílias linguísticas do

tronco Tupí. Este contraste oferecerá empiria sobre o desenvolvimento das classes funcionais na longa duração de 5 mil anos desde o Proto-Tupí, as quais possibilitaram o processamento de plantas, a criação de novas dietas e maneiras de servir o cardápio. O vocabulário Guaraní, desde que não confinemos as fontes – e inclusive as linguísticas! – nos limites de uma única disciplina, oferece muitas possibilidades de encontrar pareamentos compatíveis nos vocabulários das demais 70 línguas do tronco Tupí (Rodrigues e Cabral, 2012). Talvez as línguas Tupinambá, Asuriní do Xingu, Suruí e Juruna ofereçam no presente léxicos mais completos, e possibilidades de exercícios interessantes a serem descobertos. Também seria importante vasculhar as fontes linguísticas, históricas e etnográficas sobre as demais famílias do tronco Tupí, para deslocar o peso atual da família Tupí-Guaraní como referência quase absoluta do conhecimento tecnológico e arqueológico da cerâmica. É importante procurar um equilíbrio que permita uma compreensão mais adequada do que representou a cerâmica para cada um dos povos Tupí.

Adotando-se uma perspectiva interdisciplinar, o problema de pesquisa é verificar se as regularidades linguísticas se evidenciam nos conjuntos artefatuais de todas as famílias, como no caso dos Tupí-Guaraní. A regularidade da morfologia nas principais classes funcionais encontradas nos sítios arqueológicos da imensa área ocupada pelos Guaraní é uma evidência de que a regularidade linguística também ocorria: se as vasilhas eram feitas e usadas de modos específicos, é provável que conservassem seus nomes e as linguagens afins. A base empírica e teórica desta perspectiva é o trabalho de Aryon Rodrigues (2007, 2010), que mostrou através de reconstruções fonéticas pela linguística histórica comparada que os Tupí são ceramistas desde o Proto-Tupí. As tabelas 2 e 3 mostram a reconstrução fonética da palavra panela, uma vasilha emblemática para os Tupí, uma palavra do vocabulário básico que foi conservada desde o Proto-Tupí. Mesmo com variações, a fonética revela um aspecto estrutural e estruturante na manutenção do nome panela na longa duração, em 7 das 10 famílias linguísticas, incluindo a família Tupí-Guaraní, onde a língua Guaraní foi incluída no ramo I (faltam dados nas famílias Puruborá, Mondé e Arikém). No cerne do modelo genético de Rodrigues (1985:34) está a hipótese, aceita por diversas tendências teóricas que investigam a linguística histórica da família Tupí-Guaraní, "de que as línguas em questão sejam manifestações diferenciadas do que foi no passado uma mesma língua e que as propriedades compartilhadas sejam a herança comum conservada sem diferenciação ou apenas diferenciações menos profundas". Este componente estrutural marcado no vocabulário básico da cultura material explicaria uma das causas das semelhanças tecnológicas e funcionais entre tantos conjuntos artefatuais. A tabela 4 mostra o nome da panela em 15 línguas da família Tupí-Guaraní.

Tabela 2: Reconstrução fonética da palavra panela

Proto-Língua	Região	Panela	Fonte
Proto-Tupí	Rondônia	**waʔẽ	Rodrigues 2007
Proto-Tupí-Guaraní	?	*jaʔẽ	

Tabela 3: Panela nas famílias do Tronco Tupí

Famílias	Panela	Fonte
Juruna	waʔẽ	Rodrigues 2007
Munduruku	waʔe	
Awetí	taʔẽ	
Tupí-Guaraní	jaʔẽ	
Tuparí	waʔẽ	
Ramaráma\Káro	maʔẽ-káʔ	
Mawé	maʔã	

Tabela 4: relação forma/função das vasilhas cerâmicas da família Tupí-Guaraní

Língua	Região	Cozinhar\ Panela	Armazenar líquidos\ cauim\ Talha	Servir\ Consumir\ Prato	Fonte
Ramo 1					
Guaraní	Brasil Meridional\ Paraguai Argentina\ Uruguai	Japepó	kambutsí ~ kãmbuˈtʃĩ	ja’ẽmbe	Montoya 2011
Chiriguano	Bolívia	japépo	kambúʃĩ	jáẽ	Giannecchini 1916
Tapieté	Bolívia	japépo		ña’ẽ’õ	González 2005
Ramo 2					
Sirionó	Bolívia	ñéo [ˈñiõ]			Holmberg 1960
Ramo 3					
Língua Geral\ Amazonas	Baixo Amazonas	japepú	kamusí, kamutí	jaẽ	Stradelli 1929
Tupinambá	Litoral Brasileiro,	ja’ẽpepó	kamisí	ja’ẽ	VLB
Ramo 4					

Língua	Região	Cozinhar\ Panela	Armazenar líquidos\ cauim\ Talha	Servir\ Consumir\ Prato	Fonte
Tapirapé	Tapirapé	tʃã’ʔẽ			Baldus 1970
Asuriní do Tocantins	Tocantins	sa’é			Nicholson 1982
Tembé	Maranhão	zapepó	kamutí		Rice 1934
Ramo 5					
Asuriní do Xingu	Xingu	japepaí		ja’é	Silva 2000
Ramo 6					
Parintintin	Tapajós	japepó	kamabuí	jaetíngy’á	Betts 1981
Tupí-Kawahíb	Madeira	japepoí			
Apiaká	Tapajós	jẽpepó			Coudreau 1897
Kayabí	Tapajós	japepó			Weiss 1988
Ramo 7					
Kamayurá	Xingu	ja’ẽ			Baldus 1970
Ramo 8					
Kaapor	Maranhão		kamuxĩ		Kakumasu e Kakumasu 1988

Paralelamente é necessário construir um caminho semelhante na comparação das vasilhas cerâmicas das 70 línguas. As coleções arqueológicas melhor conhecidas são as Guaraní e Tupinambá; as coleções etnográficas mais estudadas são as Asurini do Xingu, Juruna, Suruí e Parakanã. Existem ainda coleções menores, com poucas ou apenas uma vasilha para várias línguas e existe uma grande quantidade de iconografias e fotografias em arquivos e publicações que precisam ser pesquisadas. Um exercício de arqueologia reversa comparada, indo das coleções do presente para as coleções do passado, poderia associar à deriva genética linguística com a diferenciação das vasilhas e encontrar os marcadores que possam permitir identificar no passado a autoria do registro arqueológico em nível de língua ou família.

A partir da nossa experiência de campo na arqueologia, da visita a 150 instituições nacionais e internacionais para registrar vasilhas inteiras arqueológicas e etnográficas, de ler milhares de fontes históricas, etnográficas, linguísticas arqueológicas; e, finalmente, depois de examinar milhares de fragmentos cerâmicos, concluímos que existe um imenso potencial de pesquisa nas coleções, cujo acúmulo provém do século XIX. Tanto quanto os sítios arqueológicos, este acúmulo oferece chances e atalhos para compreender uma

parte dos processos históricos dos Tupí em relação a sua origem e expansão geográfica. Podem indicar, pois, quais áreas teriam maior potencial para novas descobertas e estimular novas ideias.

Um outro veio de pesquisa é aquele sugerido pelo título de nosso artigo. As regularidades linguísticas e artefactuais materializam aspectos da ontologia Guaraní; elas são práticas do ñande reko, que lhes permitiu transmitir suas milenares tradições e mantê-las no presente. Se, como quer Ingold (2013: 17-32), o ambiente não tem objetos, é porque, como evidencia o caso dos Guaraní, a morfologia da cerâmica não se separa dos corpos das pessoas; tal inseparabilidade entre corpo e objetos, entre os Guaraní, simetrizam humanos e não humanos num mesmo plano ontológico. Daí que, como a mão humana, a vasilha agarra, pega ou toma o conteúdo que se despeja nela. Os objetos, assim como a linguagem (*sensu* Barthes 2008), são feitos para agarrar. Por isso há poética, uma beleza que consideramos tocante numa vasilha Guaraní: ela é verso encarnado, verbo feito de barro.

Agradecimentos

À Ana Suelly Cabral pela revisão cuidadosa e fraterno incentivo para finalizar este artigo suspenso desde 1993, quando da sua primeira escrita por Noelli e Brochado, em Porto Alegre. Em Londrina (2001), o saudoso amigo Aryon Rodrigues sugeriu uma colaboração para ampliar o escopo do manuscrito para um estudo de linguística comparada na família Tupí-Guaraní, mas não conseguimos unir esforços por motivos alheios a nossa vontade. Em 2017 foi reescrito em São Paulo; e finalizado em 2018 por Corrêa e Noelli, em Teresina e na Pindorama, em Timon. Às leituras e generosas sugestões de Fabíola Andréa Silva, Amílcar de Mello D'Ávila, Marianne Sallum, Lúcio Menezes Ferreira, Noélia Bortolloto, Andres Gascue, Silvana Suze, Eduardo Bespalez, Lorena L. W. G. Garcia e Mariano Bonomo.

Aryon Dall'Igna Rodrigues e Francisco Noelli, I Encontro de Línguas Jê, Londrina-PR, fevereiro de 2001. Foto de Luis Carlos Tavares de Sá.

Referências

Azara, F. Geografía física y esférica de las Provincias del Paraguay y Misiones Guaraníes. Año de MDCCXC. *Anales del Museo Nacional de Montevideo*, 1:1-610. 1904.

Azara, F. *Descripción e Historia del Paraguay y del Río de la Plata.* Buenos Aires, Editorial Bajel.

Betts, L. V. D. 1981. *Dicionário Parintintin-Português, Português-Parintintin.* Brasília: Summer Institute of Linguistics. 1943.

Baldus, H. 1970. *Os Tapirapé. Tribo do Brasil Central*. São Paulo: Cia Editora Nacional.

Barthes, R. 2008. *Aula*. São Paulo: Cultrix.

Bonomo, M.; Angrizani, R. C.; Apolinaire, E.; Noelli, F. S. 2015. A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. *Quaternary International***,** 356:54-73.

Brochado, J. P. 1984. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Urbana-Champaign: University of Illinois at Urbana-Champaign. (Tese de doutorado).

Brochado, J. P.; Monticelli, G.; Neumann, E. 1990. Analogia etnográfica na reconstrução gráfica das vasilhas Guarani arqueológicas. *Veritas*, Porto Alegre, 35(140):727-743.

Brochado, J. P.; Monticelli, G. 1994. Regras práticas na reconstrução gráfica da cerâmica Guarani por comparação com vasilhas inteiras. *Estudos Ibero-Americanos*, 20(2):107-118.

Cabeza De Vaca, A. A. 1906. *Naufragios y comentarios*. Madrid, Librería General de Victoriano Suárez. 2 v.

Corrêa, A. A. 2017. Datações na bibliografia arqueológica brasileira a partir dos sítios Tupí. *Cadernos do Lepaarq*, 14(27):379-406.

Corrêa, A. G. 2014. *Pindorama de Mboia e Iakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupí*. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de doutorado).

Covarrubias Orozco, S. 1611. *Tesoro de la lengua Castellana, o Española*. Madrid: Luiz Sanchez.

Diccionario De Autoridades, 1726-1739. Madrid: Real Academia Española. 6 v.

D'Orbigny, A. 1944. *El hombre americano considerado en sus aspectos fisiológicos y morales*. Buenos Aires: Editorial Futuro.

Ford, J. A. 1962. Método cuantitativo para estabelecer cronologias culturales. Washington D.C.: Unión Panamericana.

Galloway, P. 2006. Material culture and text: Exploring the spaces within and between. In: HALL, M; SILLIMAN, S. (eds). *Historical Archaeology*. Blackwell Publishing, Oxford, pp. 42-64.

Gatti, C. 1985. *Enciclopedia Guaraní-Castellano de ciencias naturales y conocimientos paraguayos***.** Asunción: Editorial Nuevo.

Giannecchini, D. 1916. *Diccionario Chiriguano-Español y Español-Chiriguano.* Tarija.

González, H. 2005. *A grammar of Tapieté (Tupí-Guaraní)*. Pittsburg: University of Pittsburgh (Tese de Doutorado).

Guash, A.; Ortiz, D. 1986. *Diccionario Castellano-Guaraní, Guaraní-Castellano*. Asunción: CEPAG.

Guha, R. 1997. *Dominance without hegemony: History and power in Colonial India.* Cambridge: Harvard U. P.

Holmberg, A. 1960. The nomads of the long bowl. Chicago: Chicago University Press.

Ingold, T. 2013. *Making: Anthropology, Archaeology, Art and Architecture*. London: Routledge.

Kakumasu, J. Y.; Kakumasu, K. *Dicionário por tópicos Urubu-Kaapor-Português.* Brasília: Summer Institute of Linguistics. 1988.

La Salvia, F.; Brochado, J. P. 1989. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Pozenato Arte & Cultura.

Meggers, B: J.; Evans, C. 1970. *Como interpretar a linguagem da cerâmica.* Washington, DC: Smithsonian Institution.

Melià, B: 1986. La población Guaraní del antiguo Guaira en la historia primera (1541-1632). In: B: Melià. *El Guaraní conquistado y reducido*. Asunción, CEADUC\CEPAG. pp. 60-89.

Métraux, A. 1928. *La civilisation matérièlle des tribus Tupi-Guarani*. Paris, Librarie Orientaliste.

Montoya, A. R. 1639. *Tesoro de la lengua Guaraní*. Madrid: Juan Sanchez.

Montoya, A. R. 1876a. *Arte de la lengua guarani, ó mas bien tupi*. v. 1. Viena: Faesy y Fric.

Montoya, A. R. 1876B: *Arte de la lengua guarani, ó mas bien tupi*. v. 2. Viena: Faesy y Fric.

Montoya, A. R. 1876c. *Tesoro de la lengua Guaraní*. Leipzig, B:G. Teubner.

Montoya, A. R. 1876d. *Bocabulario de la lengua Guaraní*. Leipzig, B:G. Teubner.

Montoya, A. R. 1994. *Arte y vocabulario de la lengua Guaraní*. Edición de Silvio Liuzzi. Madrid: Cultura Hispanica.

Montoya, A. R. 2002. *Vocabulario de la lengua Guaraní*. Asunción: CEPAG.

Montoya, A. R. 2011. *Tesoro de la lengua Guaraní*. Asunción: CEPAG.

Nicholson, V. 1982. *Breve estudo da língua Asuriní*. Brasília: Summer Institute of Linguistics.

Noelli, F. S. 1993. *Sem Tekohá não há Tekó (em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS)*. Porto Alegre: IFCH-PUCRS (Dissertação de Mestrado).

Noelli, F. S. 1994. El Guaraní agricultor. *Acción – Revista Paraguaya de reflexión y diálogo*, 144:17-20.

Noelli, F. S. 1998a. Aportes históricos e etnológicos para o reconhecimento da classificação Guaraní de comunidades vegetais no século XVII. *Fronteiras. Revista de História*, 2:275-296.

Noelli, F. S. 1998B: Múltiplos usos de espécies vegetais pela farmacologia Guaraní através de informações históricas. *Diálogos*, 2:177-199.

Noelli, F. S.; Brochado, J. P. 1998. O cauim e as beberagens dos Guaraní e Tupinambá: equipamentos, técnicas de preparação e consumo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 8:117-128.

Paucke, F. 1944. *Hacia alla y para cá (Una estada entre los indios Mocobíes, 1749-1767)*. 3 v. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán.

Rice, F. J. D. 1934. O idioma També (Tupí-Guaraní). *Journal de la Société des Américanistes*, 26:109-152.

Rodrigues, A. D. 1984-1985 As relações internas na família Tupi-Guarani, *Revista de Antropologia*, 27-28:33-53.

Rodrigues, A. D. 2007. As consoantes do Proto-Tupí. In: A. S. A. C. Cabral; A. D. Rodrigues. (org). *Línguas e Culturas Tupí*. Campinas/Brasília: Curt Nimuendajú/ LALI. pp. 167-203.

Rodrigues, A. D. 2010. Linguistic reconstruction of elements of prehistoric Tupí culture. In: E. B. Carlin; S. van der Kerke (org). *Linguistics and archaeology in the Americas: the historization of language and society*, v. 2. Leiden: Brill. pp. 1-10. 2010.

Rodrigues, A. D.; Cabral, A. S. 2012. Tupían. In: Campbell, L.; Grondona, V. (eds). *The indigenous languages of South America*, v. 2. Boston: Mouton de Gruyter. pp. 495-574.

Silva, F. A. 2000. *As Tecnologias e seus Significados.* São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado).

Silva, F. A.; Noelli, F. S. 2017. Arqueologia e Linguística: Construindo as trajetórias histórico-culturais dos povos Tupí. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, 7(1):55-87.

Stradelli. H. 1929. *Vocabulário Nheengatu-Português e Português-Nheengatu.* Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Torres, C.; Gómez Martinez, S.; Ferreira, M. B. 2003. Os nomes da cerâmica medieval: Inventário de termos. *Actas das 3ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 125-134.

VLB 1952. *Vocabulário na Língua Brasílica*. São Paulo: Boletim 137 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Processos de aumento e de diminuição de valência verbal em Oro Wari' (Wari/Pacaa Nova, Txapakura)

Increase and Decrease Processes of Verbal Valency in Oro Wari' (Wari'/Pacaa Nova, Txapakura)

Marcelina Oro Waram Xiyein[1]
Selmo Azevedo Apontes[2]
Quesler Fagundes Camargos[3]

DOI: https://doi.org/10.26512/rbla.v10i2.20936

Recebido em maio de 2018
Aceito em junho de 2018

Resumo

Este trabalho tem por objetivo oferecer uma breve descrição e análise de operações de mudança de valência verbal verificadas na língua Oro Wari' (Pacaa Nova, família Txapakura). Vamos mostrar dois processos que aumentam a valência verbal: a causativização e a aplicativização. Em termos descritivos, a partícula {*ara?*} introduz o significado de causação e adiciona um novo argumento agente (o causador) à estrutura argumental. Essa língua possui ainda as seguintes partículas aplicativas: {*win*}, {*mi?*}, {*het*}, {*ka*} e {*pe*}, as quais introduzem um argumento na estrutura verbal com as funções semânticas de comitativo, beneficiário, fonte, alvo e locativo. Investigaremos ainda três categorias de diminuição de valência: o reflexivo {ʃiye-}, o recíproco {*karakan*} e o intransitivizador {*maw*}. Nas construções reflexivas e recíprocas, uma estrutura sintática é usada para indicar que alguém ou alguma coisa está realizando uma ação sobre ou para si. Contudo, como os argumentos de sujeito e objeto são referencialmente idênticos, apenas um participante é expresso. Finalmente, a partícula {*maw*}, a qual gera estruturas estativas resultativas, é a categoria de mudança de valência que remove o argumento agente da posição de sujeito, e o argumento paciente deve ocupar a posição de sujeito.

Palavras-chave: Oro Wari'. Txapakura. Estrutura Argumental. Valência Verbal.

Abstract

In this paper, we aim to offer a brief description and analysis of the valence-changing operations observed in the Oro Wari' Language (Pacaa Nova, Txapakura family). We will

[1] Estudante da Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (DEINTER/UNIR). E-mail: marcelinaorowaramxijein@gmail.com

[2] Professor do Centro de Educação, Letras e Artes e do Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras) da Universidade Federal do Acre (UFAC).

[3] Professor do Departamento de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (DEINTER/UNIR). Membro do Laboratório de Línguas e Culturas Indígenas (LALIC/UNIR) e do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA).

show two valence-increasing categories: the causative and the applicative. In the descriptive terms, the particle {*ara?*} conveys the meaning of causation and adds a new agent argument (the causer) to the valence pattern. The language also has the following applicative particles: {*win*}, {*mi?*}, {*het*}, {*ka*} and {*pe*}, which introduce an argument in the verbal structure with the semantic functions of comitative, benefactive, source, direction/goal and locative. We will investigate three valence-decreasing categories: the reflexive {ʃiye-}, the reciprocal {*karakan*} and the intransitivizer {*maw*}. In reflexive and reciprocal verbs, a syntactic structure is used to indicate that someone or something is performing an action on or for itself, but since subject and object arguments are referentially identical, only one participant is expressed. Finally, the particle {*maw*}, which derives stative-resultative structure, is the valence-changing category which removes the agent argument from the subject position, and the patient argument must take up the subject position instead.

Keywords: Oro Wari'. Txapakura. Argument Structure. Valence Pattern.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo investigar os processos de aumento e de diminuição da valência verbal presentes na língua Oro Wari' (família linguística Txapakura), utilizando como suporte teórico Comrie (1989), Whaley (1997), Payne (1997, 2006), Crystal (2000) e Givón (2001). Além disso, será proposta uma descrição inicial das estruturas aplicativas, a fim de classificar as partículas envolvidas em tais construções, tendo em conta a tipologia de morfemas aplicativos tal como proposta por Pylkkänen (2002, 2008).

Inicialmente é necessário ressaltar que a língua Oro Wari' (também conhecida na literatura como Pacaa Nova) apresenta diversas variantes dialetais faladas por indígenas que se autodenominam como Oro Waram, Oro Waram Xijein, Cao Oro Waje, Oro Mon, Oro Nao', Oro At, Oro Eo e Oro Yowin. Apesar de cada um desses subgrupos apresentar uma variante diferente, devido a inúmeros casamentos entre membros de cada um deles, essas variantes quase sempre estão sobrepostas, de tal forma que muitos indivíduos podem utilizar a língua Oro Wari' com características dialetais de mais de um subgrupo.

O povo indígena Oro Wari' está localizado em terras indígenas nos municípios de Nova Mamoré e Guajará-Mirim (Rondônia, Brasil). As demais línguas pertencentes a esta família linguística, o Oro Win e o Moré, localizam-se em Rondônia e na região da Bolívia, respectivamente. Os materiais utilizados neste trabalho são de sentenças pertencentes às variantes Oro Waram (Apontes e Camargos 2013, Apontes 2015), Oro Waram Xijein (Oro Waram Xiyein, Camargos e Apontes 2017) e Oro Nao' (Everett e Kern 1997).

Em relação à tipologia, a língua Oro Wari' é analítica/isolante. Por definição, uma língua de tipo isolante, conforme Sapir (1921), não apresenta marcas morfológicas de relações gramaticais ou morfologias de ligação entre argumentos e predicados. Dessa forma, línguas com esse comportamento tipológico não exibem flexão. As informações gramaticais que são expressas

por meio de flexão nas línguas flexionais são expressas nas línguas isolantes por meio de palavras invariáveis. Para Comrie (1989:43), "uma língua isolante é aquela que não tem morfologia, i.e. ao menos idealmente, uma língua em que há uma correspondência um-a-um entre palavras e morfemas". O autor apresenta exemplo do vietnamita, que mais se aproxima de uma língua isolante ideal.

Vietnamita (Comrie 1989:43)

(1) *Khi tôi đến nhà bạn tôi, chúng tôi bắt đầu làm bài*
when I come house friend I plural I seize head do lesson
"When I came to my friend's house, we began to do lessons"
(Quando eu venho à casa do meu amigo, nós começamos a fazer as lições)

Nota-se que cada uma das palavras na sentença em (1) é invariável, não exibindo assim nenhuma variação morfológica para codificar, por exemplo, tempo e caso morfológico. A partir da análise de Comrie (1989), pode-se afirmar que as três realizações do pronome de primeira pessoa *tôi* na sentença (1), por exemplo, exercem respectivamente as funções sintáticas de sujeito, adjunto adnominal e sujeito. Dessa maneira, nota-se que se realiza, em vietnamita, a mesma palavra independentemente de sua função sintática, o que é diferente do português, por exemplo, em que o pronome de primeira pessoa varia entre as formas "eu" e "meu" para codificar essas mesmas funções sintáticas.

Na língua Oro Wari', as informações gramaticais também são expressas por meio de palavras invariáveis. Assim, o complexo verbal, entre colchetes no exemplo[4] (2), o qual nas línguas flexionais, geralmente, corresponde a uma única palavra, é organizado por meio de uma sequência rígida de palavras lexicais e palavras gramaticais, e não com afixos ou morfemas.

(2) [*oraʔ pan ʔan pe pin naŋ*] *akom ʔarawet*
na-ɲ
PREC cair perder APPL PERF 3SG-3SG.N água.N menino.M
"O menino já derramou a água"

Pode-se notar que cada uma das palavras na sentença em (2) é invariável e que, a princípio, não exibe nenhum tipo de flexão ou morfologia, o que mostra que o Oro Wari' se aproxima muito do que a tipologia linguística classifica como língua isolante. Deve-se destacar ainda que, assim como ocorre nas demais

[4] Abreviaturas: 1: primeira pessoa; 2: segunda pessoa; 3: terceira pessoa; APPL: aplicativo; ASS: associativo; CAUS: causativo; COL: coletivizador; COMPL: complemento da ação verbal; DEM: demonstrativo; DIM: diminutivo; EXCL: exclusivo; F: feminino; GEN: genitivo; IMP: imperativo; INCL: inclusivo; INTR: intrantisitivizador; M: masculino; N: neutro; NMLZ: nominalizador; PERF: perfectivo; PL: plural; PERF: perfectivo; PREC: evento precedente; RECIP: recíproco; RED: reduplicativo; REFL: reflexivo; REL: relativo; RES: resultativo; SG: singular.

línguas isolantes, a ordem das palavras em Oro Wari' é significativamente rígida, não se permitindo nenhum tipo de alteração na ordem das palavras, exceto os argumentos na função sintática de sujeito e objeto, que podem, em alguns contextos, ser intercambiáveis. De modo geral, o complexo verbal em Oro Wari' pode apresentar a seguinte estrutura sintática rígida (leia-se # como fronteira de palavra):

(3) # Aspecto # Causativo # Verbo Lexical # Aplicativo # Modo # Aspecto # Tempo # Marcador de concordância #

Deve-se salientar, contudo, que a língua Oro Wari' não é totalmente isolante, uma vez que os argumentos nucleares do sintagma verbal são referenciados na parte final do complexo verbal por meio de palavras que passamos a nomear neste artigo como "marcadores de concordância" que especificam os traços de pessoa, gênero e número dos argumentos verbais. Como demonstraremos nas próximas seções, os marcadores de concordância podem ser realizados como formas morfológicas aglutinantes, uma vez que, em construções transitivas, estão fundidos os traços gramaticais de pessoa e número do sujeito, por um lado, e de pessoa, número e gênero do objeto, por outro. No exemplo (2), por exemplo, pode-se notar que a palavra {*naŋ*} é uma forma composta pelo morfema livre {*na*}, que codifica os traços de terceira pessoa singular do sujeito, e o marcador preso {*-ŋ*}, que carrega os traços de terceira pessoa singular de gênero neutro do objeto.

Por ser uma língua com tipologia analítica/isolante, muitas vezes as palavras lexicais podem ser requisitadas para funcionar como palavras gramaticais, ou seja, uma palavra pode funcionar como verbo ou como uma partícula de aspecto, modo ou de aumento ou diminuição de valência, incorporando-se sintaticamente no complexo verbal, contribuindo para a uma nova composição verbal, por exemplo. Para mais informações sobre a estrutura gramatical da língua Oro Wari', direcionamos o leitor para os trabalhos de Everett e Kern (1997) e Apontes (2015).

Este artigo está dividido em cinco seções. Na seção 1, apresentamos o objetivo deste trabalho, que consiste na investigação dos processos de aumento e de diminuição de valência verbal na língua Oro Wari'. Na seção 2, exibiremos o paradigma de concordância verbal e alguns aspectos da sintaxe em Oro Wari' relevantes para investigarmos os processos de mudança de valência verbal nessa língua. Na seção 3, serão analisados os processos de aumento de valência verbal por meio da partícula causativa {*ara?*}, a qual se junta a verbos intransitivos e transitivos a fim de licenciar um argumento agente (causador), e por meio das partículas aplicativas {*win*}, {*mi?*}, {*het*}, {*ka*}, {*pe*}, as quais coocorrem com verbos para introduzir um objeto aplicado com as funções semânticas de comitativo, beneficiário, fonte, alvo e locativo. Na seção 4, investigaremos

os processos de diminuição de valência verbal, que, em Oro Wari', realiza-se por meio das estruturas reflexivas e recíprocas, por um lado, e por meio da intransitivização codificada pela partícula {*maw*}, a qual deriva verbos intransitivos a partir de verbos transitivos. Por fim, encerramos este artigo com as considerações finais.

Processos de aumento e de diminuição de valência verbal

Segundo Crystal (2000), a valência verbal se refere ao número de elementos dependentes (também denominados como argumentos e valentes), cujos números e tipos são determinados pela valência atribuída ao verbo. Para Payne (1997), valência faz referência ao número de argumentos que deve haver no evento verbal. Argumento sintático do verbo é um sintagma nominal que enlaça uma relação gramatical com o verbo. Um verbo intransitivo ou monovalente, como em (4a), possui apenas um argumento, pois requer apenas uma valência. Um verbo transitivo ou bivalente, conforme (4b), apresenta dois argumentos nucleares: um sujeito e um objeto direto ou indireto, pois requer duas valências para completar seu sentido. Por fim, um verbo bitransitivo, também denominado como ditransitivo ou trivalente, para ter um sentido pleno, precisa projetar, como pode ser visto em (4c), três argumentos para completar a valência: um sujeito e dois objetos. Além do mais, quanto ao processo de concordância verbal nessa língua, os argumentos verbais, na função sintática de sujeito e de objeto, são codificados no complexo verbal por meio dos marcadores de concordância, os quais são linearizados da seguinte forma: {AgrS+AgrO}, em que (i) AgrS corresponde aos traços de pessoa e número do sujeito e (ii) AgrO instancia os traços de pessoa, número e gênero do objeto da predicação, com pode ser visto nos exemplos abaixo.

(4a) *mo* *na* *trama*ʔ
correr 3SG homem.M
"O homem correu"

(4b) *paʔ* *pin* *na-on* *kopakaw* *narimaʔ*
matar PERF 3SG-3SG.M onça.M mulher.F
"A mulher matou a onça"

(4c) *miʔ* *pin* *na-on* *paŋ* *mapak* *piwa* *narimaʔ*
entregar PERF 3SG-3SG.M 3SG.N milho.N cotia.M mulher.F
"A mulher deu o milho para a cotia"

Note que, no exemplo (4a), o verbo *mo* 'correr' seleciona apenas um argumento nuclear: o sujeito *tɾamaʔ* 'homem', o qual é codificado no complexo verbal pelo marcador de concordância {*na*}, cuja função é assinalar um argumento de terceira pessoa do singular, não especificando seu gênero.

No exemplo (4b), o verbo *paʔ* 'matar' seleciona dois argumentos, a saber: (i) o sujeito *naɾimaʔ* 'mulher', que é codificado pelo marcador de concordância {*na*} de terceira pessoa do singular, não especificando o gênero; e (ii) o objeto *kopakaw* 'onça', o qual é referenciado pelo marcador {*-on*}, cuja função é assinalar um objeto de terceira pessoa singular do gênero masculino.

No exemplo (4c), por fim, o verbo *miʔ* 'entregar' seleciona três argumentos nucleares. Tendo em vista que o marcador de concordância verbal é aquele que carrega traços gramaticais de apenas dois argumentos, um dos objetos desse verbo bitransitivo não será referenciado no complexo verbal. Pode-se notar que nesse exemplo realizam-se os marcadores de concordância {*na-on*}, em que: (i) o marcador livre {*na*} codifica o sujeito de terceira pessoa do singular *naɾimaʔ* 'mulher'; e (ii) o objeto *pɨwa* é instanciado pelo morfema preso {*-on*}. Desse modo, o objeto *mapak* 'milho' não é codificado por nenhum marcador de concordância no complexo sintático verbal.

Paradigma de concordância verbal em Oro Wari'

Como já foi mostrado na seção anterior, na língua Oro Wari', os argumentos dos predicados verbais, quando exercem as funções sintáticas de sujeito e de objeto, engatilham no complexo verbal os marcadores de concordância, os quais apresentam a seguinte linearização: {AgrS+AgrO}. Dessa forma, o sujeito engatilha o marcador {AgrS} com os traços de pessoa e número do sujeito, ao passo que o objeto aciona o marcador {AgrO} com os traços de pessoa, número e gênero do objeto. No Quadro 1, apresentamos o paradigma desses marcadores de concordância que identificam os argumentos verbais.

Quadro 1: Marcadores pessoais no modo indicativo[5]

Traços Gramaticais	Pronomes Livres Enfáticos		Marcadores de Sujeito		Marcadores de Objeto	
	Sg.	Pl.	Sg.	Pl.	Sg.	Pl.
1	*wataʔ*	*waɾiʔ* *waɾyt*	*ʔna*	*hɾut*	*pa*	*pɾut*
2	*wym*	*wahyʔ*	*ma*	*he*	*-em* *pum*	*pahu*

[5] Os pronomes apresentados no Quadro 1 correspondem às formas do modo indicativo. Há ainda na língua em análise outros marcadores pronominais condicionados por tempo, aspecto, modo e orações subordinadas (Cf. Apontes 2015).

Traços Grama-ticais	Pronomes Livres Enfáticos		Marcadores de Sujeito		Marcadores de Objeto	
	Sg.	Pl.	Sg.	Pl.	Sg.	Pl.
3M	*warikon*	*warikokon*	*na*	*na*	*-on* *kon*	*-onon* *kokon*
3F	*warikam*	*warikakam*			*-am* *kam*	*-anam* *kakam*
3N	-	-			*-ɲ*	

No caso de argumentos pronominais, as posições sintáticas de sujeito e de objeto não serão fonologicamente realizadas, de forma que a identificação dos argumentos do verbo será feita por meio dos marcadores de concordância, constituindo-se primeiro do marcador de sujeito, seguido do marcador de objeto. A nosso ver, a forma superficial do marcador de concordância {*non*}, a título de exemplo, apresenta a seguinte segmentação: {*na-on*}, em que o marcador livre {*na*} codifica os traços de pessoa e número do sujeito e o marcador preso {*-on*} marca os traços de pessoa, número e gênero do objeto. Veja, a seguir, exemplos com marcadores argumentais que realizam a concordância dos verbos intransitivos em Oro Wari'.

(5a) *mo* ***ʔna***
correr 1SG
"Eu corro"

(5b) *mo* ***maʔ***
correr 2SG
"Você corre"

(5c) *mo* ***na*** *tramaʔ*
correr 3SG homem.M
"O homem corre"

(5d) *pan* ***hɾut***
cair 1PL
"Nós caímos"

(5e) *pan* ***he***
cair 2PL
"Vocês caem"

(5f) *pan* ***nana*** *oro* *narimaʔ*
cair 3PL COL mulher.F
"As mulheres caem"

No caso de verbos transitivos, os marcadores de concordância que codificam os argumentos verbais serão apresentados em destaque nos exemplos em (6). Os marcadores terão uma forma superficial que é o resultado de uma composição de dois marcadores que fazem a identificação do sujeito e do objeto de verbos transitivos.

(6a) *paʔ* ***ˀnaɲ*** *miyak*
ˀna-ɲ
matar 1SG-3SG.N queixada.N
"Eu matei a queixada"

(6b) *ʃak* ***maɲ*** *memem*
maʔ-ɲ
chupar 2SG-3SG.N fruta.N
"Você chupou a fruta"

(6c) *noro* ***ˀnem***
ˀna-em
observar 1SG-2SG
"Eu observo você"

(6d) *krik* ***maʔ*** ***paʔ***
ver 2SG 1SG
"Você me viu"

(6e) *krik* ***ɾyt*** ***kakam***
ver 1PL.EXCL 3PL.F
"Nós as vimos"

Nos exemplos em (6), pode-se observar que o marcador de concordância realiza os traços de pessoa e número do sujeito e os traços de pessoa, número e gênero do objeto. Em (6a), por exemplo, a parte inicial do marcador de concordância {*ˀna*} codifica o argumento externo de primeira pessoa do singular, ao passo que a parte final do marcador de concordância {*-ɲ*} faz referência a um argumento interno de terceira pessoa do singular do gênero neutro *miyak* 'queixada'. Deve-se notar ainda que, nos exemplos em (6a-c), os marcadores que codificam sujeito e objeto se aglutinam, ao passo que, nos exemplos em

(6d-e), os marcadores constituem-se como palavras independentes (devido a um impedimento estabelecido pela fonotática da língua), mantendo, contudo, a ordem rígida dos marcadores, da seguinte forma: primeiro o marcador que codifica o sujeito, depois o marcador que se refere ao objeto.

Mudanças de valência e composição

Para a derivação de subtipos de verbos em Oro Wari', Everett e Kern (1997: 369-371) ilustram com os exemplos abaixo a composição, que é um dos mecanismos mais produtivos nessa língua.

(7a) ***mo*** ***paʔ*** *non* *jowin*
na-on
correr matar 3SG-3SG.M macaco prego.M
"Ele correu matando um macaco prego"

(7b) ***miʔ*** ***koɾomikat*** *nain* *karawa*
na-in
dar pensar 3SG-3SG.N comida/carne.N
"Ela relutantemente deu carne/comida"

(7c) ***juk*** ***wao*** *ɾon* *koxaʔ* *ma*
ɾaʔ-on
empurrar balançar 2SG-3SG.M irmão.M 2SG
"Empurre seu irmãozinho, balançando-o"

Veja que o primeiro elemento das composições verbais nos exemplos em (7) corresponde ao núcleo semântico da estrutura verbal. Os demais membros da composição, conforme Everett e Kern (1997), ou expressam o resultado e o efeito da ação do primeiro verbo, ou restringem e modificam o seu significado. É por meio desse processo composicional que a língua permite ainda os ajustes de valência verbal, conforme será discutido neste artigo.

Em relação aos argumentos do verbo, a língua Oro Wari' exibe processos de aumento e de diminuição da valência verbal. Assim, permite o acionamento de processos sintáticos de arranjamento da valência verbal na oração, dependendo da perspectiva e da intenção do falante. Na nossa perspectiva, são os marcadores de concordância que sinalizam a mudança de valência verbal. Se houver a diminuição de argumentos, haverá diminuição nos marcadores de concordância verbal. Se houver aumento de argumento, haverá aumento ou mudança nos marcadores de concordância que codificam os argumentos dos verbos. Nas próximas seções, investigaremos os processos de aumento de valência verbal em Oro Wari'.

Processos de aumento de valência

A língua Oro Wari' utiliza arranjos sintáticos na oração para marcar aumento ou diminuição de valência. Segundo Payne (1997), os dispositivos de aumento de valência acrescentam um novo participante na estrutura argumental do verbo. Entre os dispositivos de aumento de valência estão o causativo e os aplicativos. Começamos a seguir com o processo de causativização.

Estruturas causativas

De acordo com Crystal (1997), no processo de aumento de valência, o causativo especifica uma relação causal entre versões alternativas de uma sentença. Na língua Oro Wari', essa relação causal é indicada por meio da partícula específica {*ɾaɾaʔ*}, a qual emerge à esquerda do verbo lexical. Essa partícula pode juntar-se a verbo intransitivo, a fim de introduzir mais um argumento agente (causador) ao verbo, tornando-o transitivo, como pode ser verificado nos exemplos a seguir:

(8a) *mo* *pin* *na* *tɾamaʔ*
correr PERF 3SG homem.M
"O homem correu"

(8b) ***ɾaɾaʔ*** *mo* *pin* *ʔnon* ***tɾamaʔ***
ʔna-on
CAUS correr PERF 1SG-3SG.M homem.M
"Eu fiz o homem correr"

Em (8a), o verbo *mo* 'correr' seleciona apenas um argumento, nesse caso *tɾamaʔ* 'homem'. Esse único argumento é codificado pelo marcador de concordância de terceira pessoa do singular {*na*}. Ao introduzir um elemento indicando a relação causal {*ɾaɾaʔ*}, em (8b), o verbo introduz um argumento na função sintática de sujeito, aumentando, dessa maneira, a valência do verbo, resultando no verbo transitivo causativo *ɾaɾaʔ mo* 'fazer correr', o qual passa a selecionar dois argumentos nucleares: o sujeito de primeira pessoa do singular e o objeto nominal {*tɾamaʔ*}. Os marcadores de concordância evidenciam que houve mesmo o acréscimo de argumento, pois a primeira parte do marcador, {*ʔna*}, codifica o argumento sujeito agente (causador), enquanto a segunda parte do marcador {*-on*} realiza os traços de pessoa, número e gênero do objeto causado. Vejamos outro exemplo:

(9a) *tatam* *na* *tɾamaʔ*
rir 3SG homem.M
"O homem riu"

(9b) ***aɾaʔ*** *tatam* *pin* *non* *tɾamaʔ* ***wijikam*** ***naɾimaʔ***
na-on wiji-kam
CAUS rir PERF 3SG-3SG.M homem.M DIM-3SG.F mulher.F
"A menina fez o homem rir"

Nos exemplos em (9), o verbo intransitivo *tatam* 'rir' introduz o argumento *tɾamaʔ* 'homem', o qual exerce a função sintática de sujeito. Após a causativização em (9b), esse sujeito passa a exercer a função sintática de objeto, enquanto que um novo argumento, *wiji-kam narima* 'menina', é introduzido na função de sujeito. Como pode ser notado, a causativização ocorre por meio da inserção da partícula {*aɾaʔ*} à esquerda do núcleo do verbo intransitivo.

Pode-se ver ainda que a partícula {*aɾaʔ*}, além de causativizar verbos intransitivos, também forma verbos bitransitivos a partir de um verbo transitivo, conforme os exemplos em (10). Nesse contexto, o sujeito inicial passa a exercer a função de objeto, enquanto que um novo participante é inserido na estrutura argumental com a função sintática de sujeito. O curioso é que o objeto direto do verbo transitivo inicial passa a receber uma partícula {*kon*} a sua esquerda, a qual codifica os traços gramaticais de pessoa, número e gênero desse objeto.

(10a) *paʔ* *pin* *non* *kopakaw* *tɾamaʔ*
na-on
matar PERF 3SG-3SG.M onça.M homem.M
"O homem matou a onça"

(10b) ***aɾaʔ*** *paʔ* *pin* *non* *kon* *kopakaw* *tɾamaʔ* ***naɾimaʔ***
na-on
CAUS matar PERF 3SG-3SG.M 3SG.M onça.M homem.M mulher.F
"A mulher fez o homem matar a onça"

Observe que, em (10a), o verbo transitivo *paʔ* 'matar' seleciona como argumento o sujeito *tɾamaʔ* 'homem' e o objeto *kopakaw* 'onça'. Após a causativização, em (10b), o participante sujeito passa a exercer a função de objeto, enquanto que um novo argumento, *naɾimaʔ* 'mulher', é introduzido na função de sujeito. Vejamos outro exemplo:

(11a) *hɾik* *naɲ* *akom* *tɾamaʔ*
na-*ɲ*
ver 3SG-3SG.N rio.N homem.M
"O homem viu o rio"

(11b) ***aɾaʔ*** *hɾik* *non* *paɲ* *akom* *tɾamaʔ* ***naɾimaʔ***
na-on
CAUS ver 3SG-3SG.M 3SG.N rio.N homem.M mulher.F
"A mulher fez o homem ver o rio"

No exemplo (11a), o verbo transitivo *hɾik* 'ver' seleciona como argumento o sujeito *tɾamaʔ* 'homem' e o objeto *akom* 'rio'. Após a causativização, em (11b), o participante sujeito passa a exercer a função de objeto, enquanto que um novo argumento, *naɾimaʔ* 'mulher', é introduzido na função de sujeito. Veja que é por meio da partícula {*aɾaʔ*}, introduzida à esquerda dos verbos transitivos, que se realiza o processo de causativização.

Quanto ao fenômeno da concordância verbal, pode-se notar ainda que, embora haja concordância de gênero com o objeto, como fica claro em (11a) e (11b), em que seus respectivos objetos *akom* 'rio' e *tɾamaʔ* 'homem' engatilham os marcadores {*-ɲ*} e {*-on*}, esse traço de gênero parece estar ausente na concordância com o sujeito. Veja que o marcador {*na*} codifica apenas os traços de pessoa e número do sujeito, o que ficar particularmente evidenciado pela ausência de distinção desse marcador em (11a) e (11b), mesmo com sujeitos de gêneros distintos, a saber: *tɾamaʔ* 'homem', do gênero masculino, e *naɾimaʔ* 'mulher', do gênero feminino. Exemplos como (11) mostram que de fato os marcadores de concordância são linearizados da seguinte forma: {AgrS+AgrO}. Assim, AgrS corresponde ao marcador que engatilha os traços de pessoa e número do sujeito e AgrO representa o marcador que instancia os traços de pessoa, número e gênero do objeto.

Deve-se considerar, por fim, que a partícula {*aɾaʔ*}, a qual é utilizada nas construções de causativização, também se comporta como verbo lexical independente, ocupando o núcleo lexical do complexo verbal, com o sentido de 'fazer' ou 'construir', como pode ser observado nos exemplos a seguir:

(12a) *aɾaʔ* *ˀnaɲ* *kapam* *neʔ*
ˀna-ɲ
fazer 1SG-3SG.N pamonha.N 1SG.GEN
"Eu fiz a minha pamonha"

(12b) *aɾaʔ* *pin* *naɲ* *tɾim* *nekem* *tɾamaʔ*
na-ɲ
construir PERF 3SG-3SG.N casa.N 3SG.F.GEN homem.M
"O homem construiu a casa dela"

Nos exemplos em (12), o verbo {*aɾaʔ*} é um verbo transitivo, pois a composição dos dois marcadores de concordância de fato mostra que o verbo possui dois argumentos nucleares. Na próxima seção, investigamos as estruturas aplicativas.

Estruturas aplicativas

À luz da tipologia de Pylkkänen (2002, 2008) para os núcleos aplicativos, há dois tipos de estruturas aplicativas nas línguas humanas: (i) aplicativo alto e (ii) aplicativo baixo. Estes dois tipos de aplicativos distinguem-se quanto a aspectos sintáticos e semânticos. Para distingui-los, Pylkkänen (2002:23) propõe dois diagnósticos capazes de demonstrar a natureza do núcleo aplicativo, a saber:

> (13a) **Restrições de transitividade**: aplicativos altos são capazes de se combinar com inergativos[6] e, a princípio, não há nenhuma razão que impeça sua ocorrência com verbos inacusativos e transitivos. Os aplicativos baixos, por sua vez, denotam uma relação entre um objeto direto e um objeto indireto. Assim, não possuem a propriedade sintática de figurar em uma estrutura que não disponha de objeto direto.

> (13b) **Semântica do verbo**: aplicativos baixos não fazem sentido com verbos que são completamente estáticos, uma vez que implicam em transferência de posse. O evento de "segurar uma sacola", por exemplo, não resulta como estado final a posse dessa sacola por alguém. Dessa maneira, aplicativos baixos se manifestam com verbos transitivos e licenciam objetos com papéis temáticos específicos: fonte ou alvo. Aplicativos altos, por outro lado, não exibem nenhuma dificuldade com verbos tais como, por exemplo, "segurar", já que é plausível alguém ser beneficiário do evento "segurar uma sacola". Assim, aplicativos altos introduzem na estrutura objetos aplicados com papéis temáticos variados, a saber: fonte, comitativo, instrumento, entre outros.

Devido a essas possibilidades paramétricas, mostraremos a seguir cinco construções que se comportam como estruturas aplicativas na língua Oro Wari', que são aquelas que resultam em aumento de valência ao introduzir na estrutura argumental um objeto aplicado, conforme Quadro 2.

---

[6] De acordo com Perlmutter (1978), os verbos intransitivos dividem-se em inergativos e inacusativos. Esses dois tipos de verbos têm em comum o fato de licenciarem apenas um argumento que, em termos sintáticos, ocupa a posição de sujeito da oração. Foi Burzio (1986) quem incorporou a chamada Hipótese de Inacusatividade de Perlmutter (1978) na gramática gerativa, de modo que a distinção entre as duas classes de verbos intransitivos foi então formalizada. Pode-se afirmar grosso modo que os verbos inergativos são aqueles sujeitos a serem nominalizados por meio de sufixos derivacionais agentivos e sempre licenciam um argumento externo com a função de agente (Bobalijk 1993). Os verbos inacusativos, por sua vez, são aqueles que também licenciam apenas um argumento; todavia, este não é um agente, mas sim um argumento interno com o papel temático de tema ou afetado.

Quadro 2: Partículas aplicativas

Partículas	Função
win	Comitativo
miʔ	Beneficiário
het	Alvo
ka	Fonte
pe	Locativo

Na seção a seguir, passamos a analisar a estratégia de aplicativização por meio da partícula {*win*}, cuja função é licenciar um objeto aplicado com o papel temático de comitativo.

3.2.1. A partícula {*win*}

A partícula {*win*} tem a função sintática de licenciar um objeto aplicado com a propriedade semântica de comitativo. O curioso é que além dessa função semântica de companhia, o argumento aplicado necessariamente exibe propriedades agentivas, uma vez que desempenha e executa junto com o sujeito a ação descrita introduzida pelo verbo, conforme os exemplos a seguir:

(14a) *mo* *na* *ʔarawet*
correr 3SG menino.M
"O menino correu"

(14b) *mo* ***win*** *nam* ***narimaʔ*** *ʔarawet*
na-am
correr APPL 3SG-3SG.M mulher.F menino.M
"O menino correu com a mulher (os dois correram)"

(15a) *aka* *na* *narimaʔ*
chorar 3SG mulher.F
"A mulher chorou"

(15b) *aka* ***win*** *nam* ***kayinakam*** *narimaʔ*
na-am kayina-kam
chorar APPL 3SG-3SG.M filha.F-3SG.F.GEN mulher.F
"A mulher chorou com a filha dela (as duas choraram)"

Nos exemplos (14b) e (15b), pode-se notar que o objeto licenciado pela partícula aplicativa {*win*} passa a se comportar como um argumento nuclear do verbo, uma vez que passa a acionar o marcador de concordância de objeto no

complexo verbal. Note que nesses exemplos o objeto aplicado *narimaʔ* 'mulher' engatilha no complexo verbal o marcador preso {*-am*}, que codifica os traços de terceira pessoa singular do gênero feminino.

Em termos sintáticos, a partícula {*win*} parece não apresentar qualquer tipo de restrição, uma vez que pode se juntar a verbos intransitivos e transitivos. Além de coocorrer com verbos inacusativos e inergativos, conforme (14) e (15), essa partícula realiza-se também com predicados transitivos, conforme exemplos a seguir.

(16a) *kaw* *ʔnaɲ* *kapam*
ʔna-ɲ
comer 1SG-3SG.N pamonha.N
"Eu comi a pamonha"

(16b) *kaw* ***win*** *ʔnon* *paɲ* *kapam* *ʔarawet*
ʔna-on
comer APPL 1SG-3SG.M 3SG.N pamonha.N menino.M
"Eu comi a pamonha com o menino (os dois comeram a pamonha)"

(17a) *pri* *naɲ* *pana* *tramaʔ*
na-ɲ
subir 3SG-3SG.N árvore.N homem.M
"O homem subiu na árvore"

(17b) *pri* ***win*** *non* *paɲ* *pana* *ʔarawet* *tramaʔ*
na-on
subir APPL 3SG-3SG.M 3SG.N árvore.N menino.M homem.M
"O homem subiu na árvore com o menino (os dois subiram na árvore)"

Nos exemplos (16b) e (17b), a partícula {*win*} licencia na estrutura argumental de verbos transitivos um objeto com o papel temático de comitativo com propriedades agentivas. Em termos sintáticos, o objeto aplicado passa a se comportar como o objeto direto do verbo, uma vez que aciona o marcador de concordância verbal {*-on*} codificando *ʔarawet* 'menino' nos dois exemplos. Paralelamente, nota-se que os objetos diretos *kapam* 'pamonha' em (16b) e *pana* 'árvore' em (17b), no entanto, além de deixar de acionar o marcador de

concordância, passa a receber a preposição[7] {*paɲ*}, a qual é formada pela base {*pa*} e pelo marcador de gênero neutro {*-ɲ*}.

Em termos tipológicos, tendo em vista o trabalho de Pylkkänen (2002, 2008), nossa proposta é que a partícula {*win*} comporta-se como aplicativo alto. Isto porque apresenta as seguintes propriedades sintáticas e semânticas: (i) coocorre com verbos intransitivos e transitivos; (ii) licencia um argumento com a função semântica de comitativo; (iii) denota uma relação de um objeto aplicado com o evento introduzido pelo verbo; e, por fim, (iv) não licencia um argumento que denota uma relação de transferência de posse com o outro objeto.

Antes de prosseguirmos para a descrição da próxima partícula aplicativa, deve-se notar ainda que a língua Oro Wari' possui outra construção sintática que também introduz um argumento na estrutura argumental do verbo com a propriedade semântica de companhia. Nessa nova configuração, ao invés de o expediente gramatical ser uma partícula aplicativa no interior do complexo verbal, um argumento é licenciado na estrutura por meio de uma preposição, conforme (18) e (19). Decidimos denominá-la como construção associativa para distingui-la do aplicativo alto comitativo instanciado pela partícula {*win*}.

(18a) *makiʔ* *na* *tramaʔ*
vir 3SG homem.M
"O homem veio"

---

[7] De acordo com Apontes (2015), há apenas uma preposição em Oro Wari' que assume funções diversas, tais como locativo, diretivo, companhia, instrumento, alvo, entre outras, conforme exemplos a seguir:

(i) *paɲ ʃitot* "para roça"
paɲ panaʔ "com pau"
paɲ pawin "em cima"
paɲ ʃek pane "no dia anterior"

Essa preposição é composta por uma base e pelos marcadores de pessoa, número e gênero, como se pode ver a seguir:

(ii) *pa ta* "PREP mim"
pɾi *pa-ɾi* "PREP nós (inclusivo)"
pɾyt *pa-ɾyt* "PREP nós (exclusivo)"
pym *pa-ym* "PREP você"
pahyʔ *pa-hyʔ* "PREP vocês"
paɲ *pa-ɲ* "PREP ele (neutro)"
kon *ka-on* "PREP ele (masculino)"
kam *ka-am* "PREP ela (feminino)"

Veja os exemplos abaixo que ilustram o uso dessa preposição com os pronomes de primeira e segunda pessoa apresentados acima.

(iii) *paʔ* *ʔna-ɲ* *mijak* *pym*
matar 1SG-3SG.N queixada 2SG
"Eu matei a queixada com você"

(iv) *paʔ* *ma-ɲ* *mijak* *pa ta*
matar 2SG-3SG.N queixada 1SG
"Você matou a queixada comigo"

(18b) *maki?* *na* ***kam*** ***manakon*** *trama?*
mana-kon
vir 3SG 3SG.F esposa.F-3SG.M.GEN homem.M
"O homem veio com a esposa dele"

(19a) *pi ʔam* *na* *wijikon* *ʔarawet*
wiji-kon
dormir 3SG DIM-3SG.M menino.M
"O menininho dormiu"

(19b) *pi ʔam* *na* *wijikon* *ʔarawet* ***kon*** ***ate?***
wiji-kon ate-eʔ
dormir 3SG DIM-3SG.M menino.M 3SG.M pai.M-1SG.GEN
"O menininho dormiu com meu pai"

Os verbos em (18) e (19) são intransitivos e, logo, requerem apenas um argumento. Nesses exemplos, os únicos argumentos nucleares, a nosso ver, são aqueles que engatilham o marcador de concordância {*na*}. Nos exemplos em (18a) e (19a), há apenas um marcador de concordância, a saber: {*na*}, o qual codifica respectivamente os sintagmas nominais *trama?* 'homem' e *wijikon ʔarawet* "menininho", os quais figuram na função sintática de sujeito.

Deve-se observar ainda que, no exemplo (18b), ocorre o acréscimo de mais um participante no evento verbal, por meio da partícula associativa {*kam*}, que acompanha o sintagma nominal *manakon* 'mulher dele', que exibe o traço de gênero feminino. Em (19b), por sua vez, o participante adicional é codificado por meio de {*kon*}, assinalando o gênero masculino do participante *ate?* 'meu pai'.

No Quadro 3, apresentamos as formas fonológicas dessa preposição, que variam tendo em vista os traços de gênero do participante licenciado na construção. Em termos descritivos, pode-se afirmar que, ao introduzir um argumento na estrutura com a função semântica de companhia (ou de associação), esse argumento recebe a preposição encabeçada pela base {*ka*}, à qual é acrescentado os marcadores presos de gênero masculino {*ka+on=kon*} e gênero feminino {*ka+am=kam*}.

Quadro 3: Associativos

Gênero	Conector
Masculino	{*kon*}
Feminino	{*kam*}

Deve-se observar ainda que, caso o participante adicional em exemplos como (18b) e (19b) fosse um argumento nuclear do verbo, este certamente

engatilharia no complexo verbal o marcador de concordância para identificar o argumento objeto, acionando seus traços de pessoa, número e gênero gramatical. No entanto, não é isso que ocorre, como indicam as sentenças agramaticais em (18c) e (19c). É bem provável que as preposições associativas {*kon*} e {*kam*} funcionam como um tipo de barreira que impede a concordância verbal instanciada pelos marcadores de concordância.

(18c)	**maki?*	***nam***	***kam***	***manakon***	*trama?*
		na-am		mana-kon	
	vir	3SG-3SG.F	3SG.F	esposa.F-3SG.M.GEN	homem.M
	"O homem veio com a esposa dele"				

(19c)	**pi ʔam*	***non***	*wijikon*	*ʔarawet*	***kon***	***ateʔ***
		na-on	wiji-kon			ateʔ-e
	dormir	3SG-3SG.M	DIM-3SG.M	menino.M	3SG.M	pai.M-1SG.GEN
	"O menininho dormiu com meu pai"					

Pode-se notar que há um comportamento sintático bem distinto entre o aplicativo alto comitativo e o associativo. Em termos sintáticos, o aplicativo comitativo instancia uma partícula aplicativa {*win*}, que ocorre no interior do complexo sintático verbal, ao passo que associativo ocorre como uma preposição que marca o gênero do participante introduzido na estrutura. Ademais, assumimos que o participante introduzido pela preposição associativa não é um argumento nuclear, uma vez que não é apto a acionar o marcador de concordância que codifica os argumentos verbais. Em termos semânticos, há também diferenças significativas entre os papéis temáticos atribuídos ao objeto aplicado e ao participante associativo. Note que o objeto aplicado em (20a) recebe a função semântica de comitativo com propriedades agentivas, ao passo que o participante associativo, em (20b), apresenta apenas a propriedade temática de comitativo, estando assim ausente qualquer tipo de interpretação agentiva.

(20a)	*aka*	***win***	*nam*	***kayinakam***	*narimaʔ*
			na-am	kayina-kam	
	chorar	APPL	3SG-3SG.F	filha.F-3SG.F.GEN	mulher.F
	"A mulher chorou com a filha dela (as duas choraram juntas)"				

(20b)	*aka*	*na*	***kam***	***kayinakam***	*narimaʔ*
				kayina-kam	
	chorar	3SG	3SG.F	filha.F-3SG.F.GEN	mulher.F
	"A mulher chorou com a filha dela (só a mulher chorou)"				

O curioso é que a língua Oro Wari' permite que os dois mecanismos de

aumento de valência verbal ilustrados em (20) coocorram, de forma que o argumento inserido na estrutura argumental, em termos semânticos, desempenha a função se comitativo com propriedades agentivas, mas recebe sintaticamente o associativo especificando o gênero feminino {*kam*}. Assim, temos, no exemplo (20c), uma fusão dos dois mecanismos discutidos acima.

(20c) *aka* ***win*** *na* ***kam*** ***kayinakam*** *narimaʔ*
kayina-kam
chorar APPL 3SG 3SG.F filha.F-3SG.F.GEN mulher.F
"A mulher chorou com a filha dela (as duas choraram)"

Pode-se afirmar que, em (20c), houve de fato a introdução de um novo argumento na estrutura argumental. No entanto, esse aumento de elemento nominal não exibe reflexo no sistema de marcação de concordância na predicação verbal, que permanece codificando apenas os traços de número e pessoa do sujeito. Na próxima seção, investigamos a partícula aplicativa {*miʔ*}, que introduz um objeto aplicado beneficiário.

A partícula {*miʔ*}

A partícula {*miʔ*}, ao se juntar a verbos intransitivos agentivos, que a Teoria Gerativa denomina de verbos inergativos, licencia um objeto direto, derivando um predicado transitivo. Pode-se afirmar que, nos exemplos (21) e (22), este objeto aplicado exerce a função semântica de beneficiário.

(21a) *mo* *ʔna*
correr 1SG
"Eu corri"

(21b) *mo* ***miʔ*** *ʔnon* ***ʔarawet***
ʔna-on
correr APPL 1SG-3SG.M menino.M
"Eu corri pelo menino" (em benefício do menino)

(22a) *pi* *na* *ʔarawet*
dançar 3SG menino.M
"O menino dançou"

(22b) *pi* ***miʔ*** *non* ***tramaʔ*** *ʔarawet*
na-on
dançar APPL 3SG-3SG.M homem.M menino.M
"O menino dançou pelo homem" (em benefício do homem)

No caso de uma sentença possuir dois argumentos nominais com o mesmo gênero, como ocorre em (22b), os marcadores de concordância que codificam os argumentos não seriam suficientes para indicar as funções sintáticas desses argumentos. Entretanto, além dos marcadores de concordância, a língua Oro Wari' utiliza a linearização dos argumentos como expediente sintático que permite que sentenças como (22b) não sejam ambíguas. Veja que, nos exemplos apresentados até aqui, a língua apresenta a seguinte ordem básica: VOS. Dessa forma, embora os marcadores de concordância em (22b) não sejam suficientes para identificar o sujeito e o objeto, a ordem de palavras permite apenas uma interpretação.

Por sua vez, os verbos inacusativos, que são aqueles verbos intransitivos não agentivos, são incapazes de receber a partícula {*miʔ*}, conforme as sentenças agramaticais (23b) e (24b):

(23a) *pan* *na* *ʔarawet*
cair 3SG menino.M
"O menino caiu"

(23b) **pan* ***miʔ*** *non* ***tramaʔ*** *ʔarawet*
na-on
cair APPL 3SG-3SG.M homem.M menino.M
"O menino caiu pelo homem" (em benefício do homem)

(24a) *aka* *na* *ʔarawet*
chorar 3SG menino.M
"O menino chorou"

(24b) **aka* ***miʔ*** *non* ***tramaʔ*** *ʔarawet*
na-on
chorar APPL 3SG-3SG.M homem.M menino.M
"O menino chorou pelo homem"

Veja que os dados (23b) e (24b) mostram que de fato parece haver no Oro Wari' uma distinção formal entre os verbos inergativos e inacusativos, uma vez que a partícula {*miʔ*} exibe restrição de coocorrência apenas com esse último.

Por fim, pode-se notar ainda que essa partícula também pode se juntar a verbos transitivos, introduzindo na estrutura um terceiro argumento na função sintática de objeto com a função semântica de beneficiário, conforme exemplos abaixo.

(25a) *araʔ* *naɲ* *ʃitot* *ʔarawet*
na-ɲ
fazer 3SG-3SG.N roça.N menino.M
"O menino fez a roça"

(25b) *araʔ* ***miʔ*** *nam* ***paɲ*** *ʃitot* *ʔarawet* ***ʔnaʔ***
na-am
fazer APPL 3SG-3SG.F 3SG.N roça.N menino.M mãe.F.1SG.GEN
"O menino fez a roça para minha mãe" (em benefício da minha mãe)

(26a) *wap* *non* *oromiyak* *ʔarawet*
na-on
bater 3SG-3SG.M cachorro.M menino.M
"O menino bateu no cachorro"

(26b) *wap* ***miʔ*** *nam* ***kon*** *oromiyak* *ʔarawet* ***ʔnaʔ***
na-am
bater APPL 3SG-3SG.F 3SG.M cachorro.M menino.M mãe.F.1SG.GEN
"O menino bateu no cachorro para a minha mãe" (em benefício da minha mãe)

Note que, nas sentenças (25b) a (26b), a partícula {*miʔ*} introduz na estrutura argumental de verbos transitivos um objeto com o papel temático de beneficiário. Assim, o complexo verbal passa a selecionar três argumentos em sua estrutura argumental. Em (25b) e (26b), o objeto beneficiário é codificado no marcador de concordância por meio de {*-am*}. Os argumentos que funcionavam como objeto em (25a) e (25b) passam a receber, respectivamente, as preposições {*paɲ*} e {*kon*}.

Em termos tipológicos, nos termos de Pylkkänen (2002, 2008), assumimos que a partícula {*miʔ*} comporta-se como aplicativo alto, uma vez que apresenta as seguintes propriedades sintáticas e semânticas: (i) junta-se a verbos inergativos e transitivos; (ii) introduz um argumento com a função semântica de beneficiário; (iii) denota uma relação de um objeto aplicado com o evento descrito pelo verbo; e, por fim, (iv) não introduz um argumento que denota uma relação de transferência de posse com o outro objeto.

Vale ressaltar que essa partícula possivelmente é um uso funcional do verbo lexical *miʔ* 'dar, entregar'. Além disso, há na língua o verbo homônimo *miʔ* com o significado de "morrer". Veja os exemplos a seguir:

(27a) *miʔ* *nam* *paɲ* *kapam* *narimaʔ* *ʔarawet*
na-am
dar 3SG-3SG.F 3SG.N pamonha.N mulher.F menino.M
"O menino deu pamonha para a mulher"

(27b) *miʔ* *pin* *na* *kopakaw*
morrer PERF 3SG onça.M
"A onça morreu"

A partícula *het*

A partícula {*het*} parece não apresentar qualquer tipo de restrição sintática, uma vez que pode se juntar a verbos intransitivos e transitivos. Contudo, do ponto de vista semântico, por introduzir um objeto na estrutura argumental com o papel temático de alvo, essa partícula aparentemente coocorre apenas com verbos que denotam movimento, conforme exemplos a seguir.

(28a) *mo* *na* *narimaʔ*
correr 3SG mulher.F
"A mulher correu"

(28b) *mo* ***het*** *non* *ʔarawet narimaʔ*
na-on
correr APPL 3SG-3SG.M menino.M mulher.F
"A mulher correu em direção ao menino"

(29a) *pan* *na* *ʔarawet*
cair 3SG menino.M
"O menino caiu"

(29b) *pan* ***het*** *nam* ***narimaʔ*** *ʔarawet*
na-am
cair APPL 3SG-3SG.F mulher.F menino.M
"O menino caiu na direção da mulher"

Deve-se notar que, nos exemplos (28b) e (29b), o objeto licenciado pela partícula aplicativa {*het*} passa a se comportar como um argumento nuclear do verbo, uma vez que passa a acionar os marcadores de concordância no complexo verbal, a saber: {*-on*}, em (28b), codificando o argumento interno de gênero masculino; e {*-am*}, em (29b), marcando o argumento interno de gênero feminino. O mesmo comportamento pode ser observado nos exemplos abaixo, em que essa partícula ocorre também com predicados transitivos, como pode ser verificado em (30b) e (31b).

(30a) *pri* *naɲ* *pana* *tramaʔ*
na-ɲ
subir 3SG-3SG.N árvore.N homem.M
"O homem subiu na árvore"

(30b) *pri* ***het*** *non* ***paŋ*** *pana* *ʔarawet* *tramaʔ*
na-on
subir APPL 3SG-3SG.N 3SG.N árvore.N menino.M homem.M
"O homem subiu na árvore em direção ao menino"

(31a) *yuk* *naŋ* *kano* *tramaʔ*
na-ŋ
empurrar 3SG-3SG.N canoa.N homem.M
"O homem empurrou a canoa"

(31b) *yuk* ***het*** *nam* ***paŋ*** *kano* ***narimaʔ*** *tramaʔ*
na-am
empurrar APPL 3SG-3SG.F 3SG.N canoa.N mulher.F homem.M
"O homem empurrou a canoa na direção da mulher"

Note que, nas sentenças (30b) e (31b), a partícula {*het*} introduz na estrutura argumental de verbos transitivos um objeto aplicado com o papel temático de alvo, o qual assume a função de objeto direto do verbo, uma vez que aciona o marcador de concordância verbal, {*-on*} em (30b) e {*-am*} em (31b), os quais codificam respectivamente os argumentos *ʔarawet* 'menino' e *narimaʔ* 'mulher'. O objeto direto do verbo inicial, no entanto, além de deixar de acionar o marcador de concordância, passa a receber a preposição {*paŋ*}, em (30b) e (31b).

A partir do trabalho de Pylkkänen (2002, 2008), em termos tipológicos, entendemos que a partícula {*het*} comporta-se como aplicativo alto, uma vez que apresenta as seguintes propriedades sintáticas e semânticas: (i) junta-se a verbos intransitivos e transitivos; (ii) introduz um argumento com a função semântica de alvo; (iii) denota uma relação de um objeto aplicado com o evento descrito pelo verbo; e, por fim, (iv) não introduz um argumento que denota uma relação de transferência de posse com o outro objeto.

Deve-se considerar, por fim, que essa partícula possivelmente é um uso funcional do verbo lexical *het* "ir em direção a, sair", conforme o exemplo (32).

(32) *het* *ton* *na* *koteka* *ʔarawet*
ta-on kote-ka
ir/sair FUT-3SG.M 3SG pai.M-3SG.M.GEN menino.M
"O menino vai até o pai dele"

A partícula *ka*

A partícula {*ka*} licencia um objeto aplicado com a função semântica de fonte. Em termos sintáticos, parece não apresentar qualquer tipo de restrição,

uma vez que pode se juntar a verbos intransitivos e transitivos. Contudo, do ponto de vista semântico, por introduzir um objeto na estrutura argumental do verbo com o papel temático de fonte, essa partícula parece ser mais produtiva com verbos que denotam movimento, conforme exemplos a seguir.

(33a) *mo* *ʔna*
correr 1SG
"Eu corri"

(33b) *mo* ***ka*** *ʔnon* *ʔarawet*
ʔna-on
correr APPL 1SG-3SG.M menino.M
"Eu corri do menino (em direção oposta ao menino)"

(34a) *pan* *na* *ʔarawet*
cair 3SG menino.M
"O menino caiu"

(34b) *pan* ***ka*** *nam* ***narimaʔ*** *ʔarawet*
na-am
cair APPL 3SG-3SG.F mulher.F menino.M
"O menino caiu da mulher"

Nos exemplos (33b) e (34b), constata-se que o objeto licenciado pela partícula aplicativa {*ka*} passa a se comportar como um argumento nuclear do verbo, uma vez que passa a acionar o marcador de concordância no complexo verbal, especificando os gêneros dos objetos aplicados, {*-on*} e {*-am*}. Deve-se considerar ainda que, além de coocorrer com verbos inacusativos e inergativos, a partícula {*ka*} realiza-se também com predicados transitivos, conforme exemplos a seguir.

(35a) *kaw* *ʔnaɲ* *kapam*
ʔna-ɲ
comer 1SG-3SG.N pamonha.N
"Eu comi a pamonha"

(35b) *kaw* ***ka*** *ʔnon* ***paɲ*** *kapam* *ʔarawet*
ʔna-on
comer APPL 1SG-3SG.M 3SG.N pamonha.N menino.M
"Eu comi a pamonha que era do menino"

(36a) *pri* *naɲ* *pana* *tramaʔ*
na-ɲ
subir 3SG-3SG.N árvore.N homem.M
"O homem subiu na árvore"

(36b) *pri* ***ka*** *non* ***paɲ*** *pana* *ʔarawet* *tramaʔ*
na-on
subir APPL 3SG-3SG.M 3SG.N árvore.N menino.M homem.M
"O homem subiu na árvore deixando o menino para trás"

Nos exemplos (35b) e (36b), a partícula {*ka*} licencia na estrutura argumental de verbos transitivos um objeto aplicado com o papel temático de fonte. Sintaticamente o objeto aplicado passa a se comportar como o objeto direto do verbo, uma vez que aciona o marcador de concordância verbal {*-on*}, codificando *ʔarawet* "menino" nos dois exemplos. Paralelamente, nota-se que os objetos diretos *kapam* "pamonha", em (35b), e *pana* "árvore", em (36b), no entanto, além de deixarem de acionar o marcador de concordância, passam a receber a preposição {*paɲ*}.

Em termos tipológicos, tendo em vista o trabalho de Pylkkänen (2002, 2008), nossa proposta é que a partícula {*ka*} comporta-se como aplicativo alto. Isto porque apresenta as seguintes propriedades sintáticas e semânticas: (i) coocorre com verbos intransitivos e transitivos; (ii) licencia um argumento com a função semântica de fonte; (iii) denota uma relação de um objeto aplicado com o evento introduzido pelo verbo; e, por fim, (iv) não licencia um argumento que denota uma relação de transferência de posse com o outro objeto.

A partícula *pe*

Como pode ser visto nos exemplos (37) e (38), a partícula aplicativa {*pe*} tem a função de juntar-se a verbos intransitivos e transitivos para licenciar um objeto aplicado com o função semântica de locativo.

(37a) *mo* *na* *tramaʔ*
correr 3SG homem.M
"O homem correu"

(37b) *mo* ***pe*** *naɲ* *ʃitot* *tramaʔ*
na-ɲ
correr APPL 3SG-3SG.N roça.N homem.M
"O homem correu na roça"

(38a) *pan* *na* *trama?*
cair 3SG homem.M
"O homem caiu"

(38b) *pan* ***pe*** *naɲ* *ʃìtot* *trama?*
na-ɲ
cair APPL 3SG-3SG.N roça.N homem.M
"O homem caiu na roça"

Pode-se notar que, nos exemplos (37b) e (38b), o objeto licenciado pela partícula aplicativa {*pe*}, a saber: *ʃìtot* "roça", comporta-se como um argumento nuclear do verbo, tendo em vista que aciona o marcador de concordância no complexo verbal {*-ɲ*} que codifica um objeto aplicado com traços gramaticais de terceira pessoa do singular do gênero neutro. O mesmo comportamento pode ser observado nos exemplos em (39), em que essa partícula ocorre também com predicados transitivos.

(39a) *ara?* *ˀnaɲ* *kapam*
ˀna-ɲ
fazer 1SG-3SG.N pamonha.N
"Eu fiz a pamonha"

(39b) *ara?* ***pe*** *ˀnaɲ* *kapam* ***mi***
ˀna-ɲ
fazer APPL 1SG-3SG.N pamonha.N mata.N
"Eu fiz a pamonha na mata"

Pode-se notar que, na sentença (39b), a partícula {*pe*} introduz na estrutura argumental um objeto com o papel temático de locativo, o qual passa a se comportar como objeto direto do verbo, devido ao acionamento do marcador de concordância verbal. Contudo, o objeto direto do verbo deixa de acionar o marcador de concordância.

Consoante Pylkkänen (2002, 2008), tipologicamente assumimos que a partícula {*pe*} comporta-se como aplicativo alto, uma vez que apresenta as seguintes propriedades gramaticais: (i) junta-se a verbos intransitivos e transitivos; (ii) introduz um argumento com a função semântica de locativo; (iii) denota uma relação de um objeto aplicado com o evento descrito pelo verbo; e, por fim, (iv) não introduz um argumento que denota uma relação de transferência de posse com o outro objeto.

Vale ressaltar, por fim, que, além da partícula {*pe*} ocorrer nas construções aplicativas, a língua dispõe da preposição {*paɲ*} para codificar o papel temático de locativo, conforme os exemplos abaixo. Note que, nos exemplos em (40), devido ao fato de esses argumentos serem introduzidos por preposição, não há

o requerimento do marcador de concordância verbal.

(40a) *mo* *na* ***paɲ*** ***ʃitot*** *trama?*
correr 3SG 3SG.N roça.N homem.M
"O homem correu na roça"

(40b) *pan* *na* ***paɲ*** ***ʃitot*** *trama?*
cair 3SG 3SG.N roça.N homem.M
"O homem caiu na roça"

(40c) *ara?* *ʔnaɲ* ***paɲ*** ***mi*** *kapam*
ʔna-ɲ
fazer 1SG-3SG.N 3SG.N mata.N pamonha.N
"Eu fiz a pamonha na mata"

Na próxima seção, trataremos detalhadamente dos processos de diminuição de valência verbal na língua Oro Wari'.

Processos de diminuição de valência verbal

Assim como há dispositivos que aumentam a valência, conforme descrito na seção anterior, a língua em análise apresenta também estratégias de diminuição de valência verbal. Dentre esses processos, serão analisadas neste trabalho as estruturas reflexivas, recíprocas e resultativas, as quais são apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4: Marcadores de diminuição de valência verbal

Marcador	Forma
reflexivo	{ʃiye-}
recíproco	{*karakan*}
resultativo	{*maw*}

Na próxima seção, iniciaremos a análise das construções que envolvem a reflexivização.

Estruturas reflexivas

Segundo Crystal (2000), o reflexivo refere-se a uma construção em que o sujeito e o objeto se referem à mesma entidade. Na língua Oro Wari', a reflexivização é codificada por meio da partícula {*ʃiye-*}, a qual se realiza na posição de marcador de concordância e recebe o sufixo que instancia os traços gramaticais de pessoa, número e gênero do argumento correferenciado. Veja os exemplos a seguir:

(41a) *hohok ʃiyeʔ*
ʃiye-eʔ
lavar REFL-1SG
"Eu me lavo"

(41b) *krik ʃiyeʔ*
ʃiye-eʔ
ver REFL-1SG
"Eu me olho"

(41c) *krik ʃiyem*
ʃiye-em
ver REFL-2SG
"Você se olha"

(41d) *ton pin ʃiyem*
ʃiye-em
ferir PERF REFL-2SG
"Você se feriu (com algo afiado)"

(41e) *ton pin ʃiyekün*
ʃiye-kün
ferir PERF REFL-3SG.M
"Ele se feriu (com algo afiado)"

(41f) *ton pin ʃiyekem*
ʃiye-kem
ferir PERF REFL-3SG.F
"Ela se feriu (com algo afiado)"

Conforme se pode observar nos exemplos em (41), a forma dos reflexivos é o resultado de uma composição do morfema reflexivo {ʃiye-} com os morfemas presos que codificam os traços de pessoa, número e gênero do argumento do verbo. Como foi dito, nas construções reflexivas, uma estrutura sintática é usada para indicar que alguém ou alguma coisa está realizando uma ação sobre ou para si. Apesar disso, como os argumentos de sujeito e objeto são referencialmente idênticos, apenas um participante é expresso. Analisaremos na próxima seção as estruturas recíprocas.

Estruturas recíprocas

Segundo Payne (2006), a construção recíproca é conceitualmente muito similar à reflexiva. Uma oração prototipicamente recíproca é aquela em que dois participantes atuam igualmente um sobre o outro. Pode-se notar nos exemplos abaixo que os recíprocos são muito similares aos reflexivos na língua Oro Wari', uma vez que esses dois processos de diminuição de valência utilizam a mesma partícula {*ʃiye-*}. Contudo, distinguem-se pelo fato de apenas o recíproco fazer uso da partícula {*karakan*}, que ocorre no interior do complexo verbal.

(42a) *paʔ* *non* *ʃohraʔ* *tramaʔ*
na-on
brigar 3SG-3SG.M jovem.M homem.M
"O homem brigou (com pau) com o jovem"

(42b) *paʔ* ***karakan*** *pin* *ʃìyekükün*
ʃìye-kükün
brigar RECIP PERF REFL-3PL.M
"Eles (os dois homens) brigaram (com pau) um com o outro"

(42c) *tototoʔ* ***karakan*** *pin* *ʃìyekükün*
ʃìye-kükün
brigar RECIP PERF REFL-3PL.M
"Os dois homens brigaram (com as mãos) um com o outro"

Em (42a), o verbo se realiza com dois argumentos, codificados pelos marcadores de concordância {*na-on*}, que codificam os argumentos sujeito *tramaʔ* 'homem' e o objeto *ʃohraʔ* 'jovem'. Nos exemplos (42b) e (42c), os participantes de um evento descrito pelo verbo 'brigar' atuam um sobre o outro. Esse fato é devido à partícula reflexiva, pois, nessa voz, o argumento que atua e que sofre a ação é o mesmo. O acréscimo da partícula {*karakan*}, que indica reciprocidade, sinaliza que a ação é realizada reciprocamente sobre os participantes do evento verbal. Em termos sintáticos, o recíproco situa-se no complexo verbal e não recebe nenhuma marca identificando pessoa, gênero e número, como ocorre com a partícula de voz reflexiva.

Poderia ser questionado se a partícula {*karakan*} de fato codifica a reciprocidade ou se esta seria uma partícula que marcaria o número dual. Apresentamos os exemplos abaixo que descartam essa interpretação.

(43a) *ka* *kep tiho* ***karakan*** *ʃìyeʃì*
ʃìye-ʃì
REL ajudar RECIP REFL-1PL.INCL
"O evento em que se ajudam reciprocamente" ou "Mutirão"

(43b) *ka* *nononok* ***karakan*** *wa*
nok~nok~nok
NMLZ odiar~RED~RED RECIP INF
"Aquele que eu odeio e que me odeia" ou "Inimigo"

(43c) *paɲ* *ka* *toa* *kep* *tiho* ***karakan*** *to* *kokon*
3SG.N REL local pegar ajudar RECIP estar.PL 3PL
"Na aldeia todo mundo ajuda todo mundo"

Pode-se afirmar que a estrutura relativa em (43a), a nominalização em (43b) e a estrutura locativa em (43c) mostram que realmente a partícula {*karakan*} de fato comporta-se como uma partícula que codifica uma predicação em que o evento verbal é realizado reciprocamente. Na próxima seção, investigamos o processo de intransitivização por meio da partícula {*maw*}.

Resultativo

A partícula {*maw*} tem a função gramatical de derivar estruturas estativas resultativas a partir de predicados que denotam mudança de estado. Assim, ao coocorre com verbos transitivos, serão geradas construções que designam o resultado final da ação descrita pelo predicado verbal. Ademais, em termos de valência verbal, um verbo transitivo torna-se intransitivos, uma vez que seu argumento externo deixa de ser projetado, gerando a estrutura intransitiva. A redução da valência verbal fica particularmente evidente devido ao fato de haver a mudança nos marcadores de concordância verbal, conforme os exemplos abaixo.

(44a) *tiyoʔ* *pin* *naɲ* *ʃe* *hotowaʔ*
na-ɲ
apagar PERF 3SG-3SG.N fogo.N vento.N
"O vento apagou o fogo"

(44b) *tiyoʔ* ***maw*** *na* *ʃe*
apagar RES 3SG fogo.N
"A fogueira ficou apagada"

(45a) *weʔ* *kore ʔam* *pin* *naɲ* *yami* *katimakon* *akom*
na-ɲ katima-kon
alagar apagar PERF 3SG-3sg.N imagem.N pé.M-3SG.M.GEN água.N
"A água apagou a imagem do pé dele (rastro)"

(45b) *kore ʔam* ***maw*** *na* *yami* *katimakon*
katima-kon
apagar RES 3SG imagem.N pé.M-3SG.M.GEN
"A imagem do pé dele (rastro) ficou apagada"

Os exemplos (44a) e (45a) apresentam uma estrutura com um verbo transitivo, o qual requer dois argumentos nucleares. Esse fato é demonstrado por meio dos marcadores de concordância que codificam dois argumentos nominais, a saber: {*na-ɲ*}. Em (44b) e (45b), com a introdução da partícula {*maw*} dentro do complexo verbal, realiza-se apenas o marcador de concordância {*na*}, o qual codifica o argumento interno, uma vez que o argumento externo agente foi apagado da estrutura argumental. Devido a isso, o argumento interno, que antes exercia a função sintática de objeto, passa a exercer a função sintática de sujeito. Vejamos mais dois pares de exemplos:

(46a) *konoʔ* *non* *ʃinaʔ* *panaʔ*
na-on
secar 3SG-3SG.M sol.M árvore.M
"O sol secou a vegetação (árvore)"

(46b) *konoʔ* ***maw*** *na* *panaʔ*
secar RES 3SG árvore.M
"A vegetação (árvaro) ficou seca"

(47a) *kamaraʔ* *naɲ* *ka* *ʃaɲ* *kaʔ* *ʃinaʔ* *piwiyaɲ* *panaʔ*
na-ɲ
apodrecer 3SG-3SG.N NMLZ calor.N 3SG.M sol.M flor.N árvore.N
"O calor do sol apodreceu a flor"

(47b) *kamaraʔ* ***maw*** *na* *piwiyaɲ* *memem* *paɲ* *kawati*
apodrecer RES 3SG flor.N pama.N 3SG.N verão/tempo de seca.N
"A flor da pama ficou podre no verão"

Verifica-se que os verbos transitivos, nos exemplos (46a) e (47a), apresentam os marcadores de concordância verbal {*non*} e {*naɲ*}, os quais codificam seus sujeitos e seus objetos. Já nos exemplos (46b) e (47b), a introdução da partícula {*maw*} no complexo verbal fez com que os verbos transitivos diminuam uma valência da estrutura argumental. Desse modo, fica evidente que a partícula {*maw*} atua como um diminuidor de valência dos verbos transitivos. Pode-se observar que, nesses contextos, o argumento interno que antes funcionava sintaticamente como objeto passa a ocupar a função sintática de sujeito, ao passo que o argumento externo deixa de ser introduzido na estrutura argumental. Os marcadores de concordância deixam esse fato bem claro, pois em (46a) havia a

seguinte composição: {*na-on*}, a qual codifica as duas valências verbais. Após a intransitivização com {*maw*}, passa a ser realizada, em (46b), apenas a seguinte marcação de concordância: {*na*}, a qual marca apenas uma valência verbal. Da mesma forma, em (47a), há dois marcadores de concordância {*na-ɲ*}, que codificam dois argumentos. Já em (47b), com a introdução do intransitivizador {*maw*}, há apenas um marcador de concordância {*na*}, demovendo um argumento do verbo.

Vimos até agora que a partícula {*maw*}, ao juntar-se a verbos transitivos, comportar-se como um intransitivizador, uma vez que diminui a valência verbal em um argumento. No entanto, a partícula {*maw*} também se junta a verbos intransitivos. Nesse caso, no entanto, não haverá processo de diminuição de valência verbal, uma vez que o verbo intransitivo mantém seu único argumento nuclear na estrutura argumental, conforme exemplos a seguir:

(48a) *miʔ* *na* *panaʔ*
secar/morrer 3SG árvore.N
"A árvore secou"

(48b) *miʔ* ***maw*** *na* *panaʔ*
secar/morrer RES 3SG árvore.N
"A árvore ficou seca"

(49a) *pan* *na* *wiyikon* *ʔarawet*
wiyi-kon
cair/nascer 3SG pequeno-3SG.M menino.M
"O menininho nasceu"

(49b) *pan* ***maw*** *na* *wiyikon* *ʔarawet*
wiyi-kon
cair/nascer RES 3SG pequeno-3SG.M menino.M
"O menininho ficou nascido"

(50a) *konoʔ* *na* *tonoɲ*
secar/morrer 3SG capim.N
"O capim secou"

(50b) *konoʔ* ***maw*** *na* *tonoɲ*
secar/morrer RES 3SG capim.N
"O capim ficou seco"

Note que os verbos nos exemplos de (48a) a (50a) são originalmente intransitivos. Logo, requerem apenas um argumento nuclear. Se a função da

partícula {*maw*} fosse apenas diminuir a valência verbal, não esperaríamos a realização de (48b), (49b) e (50b). O que esses dados mostram na verdade é que a partícula {*maw*}, quando é introduzida em uma sentença nucleada por um verbo intransitivo, faz com que esse verbo deixe de denotar um processo de mudança de estado e passe a codificar um estado resultativo propriamente dito.

Uma evidência de que a partícula {*maw*} de fato tem a função de transformar predicados de mudança de estado em predicados estativos resultativos decorre de sentenças como (51) e (52). Pode-se notar que, ao submetermos os predicados a uma construção relativa, a leitura estativa resultativa, marcada pela partícula {*maw*}, fica particularmente evidenciada.

(51a) *miʔ* *non* *krawa* *oromijak* [*ko* *miʔ* *pin*]
na-on
dar 3SG-3SG.M alimento.N cachorro.M REL morrer PERF
"Eu alimentei o cachorro que morreu"

(51b) ??*miʔ* *non* *krawa* *oromijak* [*ko* *miʔ* ***maw*** *pin*]
na-on
dar 3SG-3SG.M alimento.N cachorro.M REL morrer RES PERF
"Eu alimentei o cachorro morto"

Note que, no exemplo (51a), a construção relativa, cujo núcleo verbal é o predicado intransitivo *miʔ* 'morrer', denota um evento, o qual tem a função de acrescentar uma informação referente a mudança de estado pelo qual seu antecedente passou. O curioso é que, quando um predicado submetido à estrutura estativa resultativa, por meio da partícula {*maw*}, é relativizada, como em (51b), gera uma construção gramatical, embora seja estranha para o falante. Isto porque o predicado resultativo *miʔ maw* 'morto', por denotar uma leitura estativa, acrescenta uma informação referente ao estado resultativo do seu antecedente, o qual é incompatível com a semântica do predicado da oração principal, a saber: *miʔ krawa* 'alimentar'. Assim, não faz sentido um cachorro morto ser alimentado. Vejamos, por fim, mais um par de exemplos semelhantes ao anterior.

(52a) *nɾo* *naɲ* *ʃe* [*ka* *tin joʔ* *pin*] *narimaʔ*
na-ɲ
ver 3SG-3SG.N fogo.N REL apagar PERF mulher.F
"A mulher viu a fogueira que apagou"
(A mulher tinha visto a fogueira que agora está apagada)

(52b)	*nɾo*	*naɲ*	*ʃe*	[*ka*	*tin joʔ*	***maw***	*pin*	]	*naɾimaʔ*
		na-ɲ							
	ver	3SG-3SG.N	fogo.N	REL	apagar	RES	PERF		mulher.F

"A mulher viu a fogueira apagada"
(A mulher viu as cinzas que indicam que havia uma fogueira)

Pode-se notar que, no exemplo (52a), a construção relativa, cujo núcleo verbal é o predicado transitivo *tin joʔ* 'apagar', denota um evento, o qual acrescenta uma informação referente à mudança de estado pelo qual seu antecedente foi submetido. No exemplo (52b), no entanto, quando o predicado relativizado é aquele correspondente à estrutura estativa resultativa, marcada pela partícula {*maw*}, é gerada uma construção gramatical, embora distinta da sentença anterior em termos semânticos. Isto porque o predicado resultativo *tin joʔ maw* 'apagado', por denotar uma leitura estativa, acrescenta uma informação referente ao estado resultativo e não indica uma mudança de estado do seu antecedente, como deixar entrever suas respectivas traduções.

Considerações finais

Neste trabalho, investigamos os processos de aumento e de diminuição de valência verbal na língua Oro Wari'. Entre os processos mais comuns de aumento de valência, examinamos a construção causativa, licenciada pela partícula {*aɾaʔ*}, e as estruturas aplicativas, realizadas por meio das partículas {*win*}, {*miʔ*}, {*het*}, {*ka*} e {*pe*}. Nos processos de diminuição de valência, investigamos as estruturas reflexivas {*ʃiye-*}, recíprocas {*kaɾakan*} e resultativas {*maw*}.

Em termos descritivos, pode-se afirmar que a partícula {*aɾaʔ*} pertence ao processo de aumento de valência verbal denominado causativização, uma vez que denota um evento de causação e introduz um argumento na estrutura argumental do verbo com a função sintática de sujeito e com a propriedade semântica de causador. Esse argumento comporta-se sintaticamente como um argumento nuclear do verbo, uma vez que engatilha no complexo verbal o marcador de concordância, o qual codifica os traços de pessoa e número desse argumento sujeito.

Vimos ainda que, entre os processos de aumento de valência verbal, figuram os aplicativos, os quais introduzem na estrutura objetos aplicados com papéis temáticos variados. Foram examinadas cinco partículas que são instanciadas em estruturas aplicativas em Oro Wari', a saber: {*win*}, {*miʔ*}, {*het*}, {*ka*} e {*pe*}, as quais introduzem um argumento na estrutura verbal com a funções semânticas de comitativo, beneficiário, fonte, alvo e locativo. Em termos tipológicos, vimos que essas construções exibem propriedades de aplicativo alto, dentro da proposta tipológica de Pylkkänen (2002, 2008).

Notamos ainda que as preposições associativas {*kon*} e {*kam*} também

licenciam um participante no evento verbal com o papel temático de comitativo. No entanto, apresentam um comportamento sintático e semântico distinto da estrutura aplicativa comitativa. Pode-se notar que nas estruturas aplicativas o participante adicional será codificado nos marcadores de concordância dentro do complexo verbal. Já o associativo não possui um marcador incorporado na estrutura verbal. O associativo é realizado antes do nome que codifica o participante adicional na forma de uma preposição. Vimos que esse associativo possui uma base {*ka*}, à qual sofre variação na forma por meio dos marcadores presos {*-on*} e {*-am*}, para codificar os gêneros dos participantes que foram acrescentados.

Entre os processos mais comuns de diminuição de valência verbal, realizam-se o reflexivo {*fiye-*}, o recíproco {*karakan*} e o resultativo {*maw*}. O reflexivo e o recíproco atuam como um diminuidor de valência, porque tanto quem age quanto quem sofre a ação são correferenciados. Logo, referem-se ao mesmo argumento nominal. O reflexivo exibe uma forma fonológica distinta dos marcadores de concordância que codificam as valências verbais. Nesse caso, não marca a diminuição de valência da mesma forma que os codificadores de aumento de valência. Assim, conceitualmente fica fácil a compreensão da diminuição de valência, pois os marcadores de argumentos que sofrem e realizam a ação descrita pelo verbo são os mesmos.

Por fim, vimos ainda que a partícula {*maw*} especifica propriedades gramaticais diferentes segundo o tipo de verbo com o qual coocorre. Em verbos transitivos, essa partícula diminui a valência verbal em um argumento, ao transformá-lo em um predicado estativo resultativo. Esse fato é mostrado com a retirada de um marcador de concordância que codifica a valência verbal. No entanto, ao coocorrer com predicados intransitivos, a partícula {*maw*} não implica em modificar a valência verbal, mas sim na marcação do estado resultativo.

Referências

Apontes, Selmo Azevedo, e Quesler Fagundes Camargos. 2013. "Processo de Causativização em Oro Waram e suas consequências para a codificação dos argumentos nucleares." Artigo apresentado no IV Congresso Internacional de Estudos Linguísticos e Literários na Amazônia, Belém, PA, 23-26 de abril de 2013.

Apontes, Selmo Azevedo. 2015. Descrição gramatical do Oro Waram (Wari'/Pacaa Nova, Txapakura): fonologia, morfologia e sintaxe. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG.

Bobaljik, J. D., 1993. On Ergativity and Ergative Unergatives. MIT Working papers in Linguistics 19, pp. 45-88.

Burzio, L. Italian Syntax. 1986. A government-biding approach. Dordrecht: Reidel Publish Company.

Comrie, Bernard. 1989. Language Universals and Linguistic Typology: Syntax and Morphology. 2ed. Chicago: Chicago University Press.

Crystal, David. 1997. A dictionary of linguistics and phonetics. 4ed. Cambridge: Blackwell.

Crystal, David. 2000. Dicionário de Linguística e de Fonética. Rio de Janeiro: Zahar.

Everett, Daniel, e Bárbara Kern. 1997. Wari': the Pacaas Novos Language of Westerns Brazil. London, New York: Routlededge.

Givón, Talmy. 2001. Syntax: an introduction. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins.

Oro Waram Xiyein, Marcelina, Quesler Fagundes Camargos, e Selmo Azevedo Apontes. 2017. "As estruturas Aplicativas em Oro Waram Xiyein (família Txapakura)". Artigo apresentado no IV Encuentro de Lenguas Indigenas Americanas (ELIA), Santa Rosa, Pampa, Argentina, 20-22 de setembro de 2017.

Payne, T. E. 1997. Describing Morphosyntax. Cambridge: Cambridge University Press.

Payne, T. E. 2006. Exploring Language Structure. Cambridge: Cambridge University Press.

Perlmutter, D. 1978. "Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis." In Proceedings of the 4th Annual Meeting of the Berkley Linguistics Society. Berkeley: UC Berkeley.

Pylkkänen, Liina. 2002. Introducing Arguments. Tese de Doutorado. Cambridge: MIT.

Pylkkänen, Liina. 2008. Introducing Arguments. Cambridge: MIT Press.

Sapir, Edward. 1921. Language: an introduction to the study of speech. New York: Hardcourt, Brace.

Whaley, Lindsay J. 1997. Introduction to Typology: The unity and diversity of Language. SAGE Publications.

Documentos, mapas y arqueología: decifrando dos grupos étnicos entre 1400 y 1600 en la Amazónia norte de Equador, algunas inferencias

Documents, Maps and Archaeology: Decoding two ethnic groups between 1400 and 1600 in Northern Amazon of Ecuador

Adolfo Jorge Arellano[1]

DOI: https://doi.org/10.26512/rbla.v10i2.20939

Recebido em abril de 2018
Aceito em maio de 2018

Resumen

El presente trabajo tiene como finalidad considerar que a pesar de la irrupción Española, el proceso de desarrollo histórico cultural tuvo continuídad en las sociedades amazónicas de las regiones interfluviales del Norte del Ecuador. Para inferir este proceso se analizan documentos y mapas producidos durante los primeros siglos de la colonia, y nuevas evidencias arqueológicas asociadas con fechas radiocarbónicas cercanas a la presencia hispana. A partir de este análisis se confirma que dos importantes grupos étnicos ocuparon entre 1400 y 1600 d. C. el Norte amazónico. Los Omagua-Yete a lo largo del curso del río Coca y los Encabellados divididos en dos subgrupos entre el Napo y Putumayo. Así mismo se infiere que los Omagua no fueron portadores de la tradición de cerámica polícroma (Fase Napo), si no más bien estuvieron asociados a la tradición de cerámica corrugada con el nuevo estilo decorativo de falsocorrugado. Por otra parte, la distribución geográfica de las evidencias arqueológicas sugiere que los Encabellados conformaron varias tribus, las que posteriormente fueron denominados con nombres específicos.

Palabras clave: Ecuador, Norte amazónico. Documentos, mapas y arqueología. Período 1400-1600 d.C. Omagua-Yete. Encabellados.

Abstract

The purpose of this paper is to examine whether, despite the arrival of the Spaniards among Amazon societies residing in the interfluvial regions of Norther Ecuador, the process of historical and cultural development demonstrated continuity. To achieve this, documents and maps produced during the first centuries of the colonial period were analyzed, along with new archaeological evidence from carbon 14 dating. This study confirmed that two major ethnic groups occupied the Northern Ecuadorian Amazon between 1400 and 1600 AD. The Omagua-Yete resided along the Coca River, and the Encabellados were divided in two subgroups between the Napo and Putumayo Rivers. It is suggested that the Omagua-Yete did not use the polychrome pottery tradition (Napo Phase) but developed the new

[1] Associate Researcher, Department of Anthropology, Smithsonian Institution. E-mail: ArellanoA@si.edu.

decorative style of false corrugation based on their prior use of the corrugated pottery tradition. On the other hand, the geographic distribution of the archaeological evidence indicated that the Encabellados were divided into several tribes under different names, which were given them during the colonial period.

Keywords: Ecuador, Northern Amazon. Documents, maps and archaeology. 1400 – 1600 AC period. Omagua-Yete. Encabellados.

Introduccion

Desde la primera entrada española de Gonzalo Díaz de Pineda en 1538 a las sierras subandinas de los Quijos y de la expedición de Gonzalo Pizarro y Francisco de Orellana en 1541-42 al subandino y tierras amazónicas, transcurrieron 149 años hasta la presencia de los Jesuitas para la elaboración de un mapa conforme a la información geográfica conocida por los colonizadores. En este siglo y medio las etnias indígenas del subandino se transformaron socialmente pero mantenían los tradicionales contactos con las etnias amazónicas que habitaban el cinturón marginal amazónico. Estas últimas por su parte, fueron poco conocidas y superficialmente registradas y continuaron con sus sistemas económico-sociales hasta muy avanzada la colonia. En el norte amazónico de Ecuador, dos grupos étnicos fueron conocidos desde inicios de la colonia, los Omagua del Napo y los Encabellados de las regiones interfluviales.

En este sentido, el apreciable número de evidencias arqueológicas registradas en las regiones interfluviales proporcionan una apertura a la posibilidad de correlacionar los dos últimos períodos de ocupación de la tradición de cerámica corrugada- falsocorrugada (Ochoa 2007), con estos dos grupos étnicos descritos en los primeros documentos asociados a la ocupación española de las sierras subandinas y posteriormente la Amazonía marginal. Para inferir esta relación se incluyen al analísis documental, mapas y la secuencia arqueológica establecida para el norte amazónico. No obstante, se debe tomar en cuenta que exísten limitaciones para una integración entre idéntidades étnicas y lingüísticas y cultura material arqueológica.

La mayor parte de los asentamientos arqueológicos del Norte amazónico están cronológicamente ubicados en el período de Integración (500 a 1500 d.C.). En este período, dos tradiciones cerámicas fueron parte del desarrollo socio-cultural de la región, primero la tradición polícroma y luego la tradición corrugada. Esta última adquiere relevancia durante la difusión del estilo de decoración falsocorrugada. Para efectos del presente artículo se considera solo las evidencias que están relacionadas con dataciones C^{14} cercanas a 1450 d.C. y las cuales, según sus desviaciones estandar pueden apróximarse a la época de la conquista y descubrimiento del Río Amazonas.

Los actuales grupos étnicos amazónicos que tienen sus asentamientos y territorios en las regiones interfluviales del Norte amazónico de Ecuador son: Cofán, Siona, Secoya y Shuar. Sus principales asentamientos se ubican con

preferencia en la orilla de los ríos de mayor caudal. Los Cofán se encuentran en la orilla izquierda del Aguarico, en el área de la confluencia del Río Dureno y en la orilla derecha frente a la confluencia del Río Zabalo. Los Secoya en la orilla izquierda del Aguarico cerca de la frontera con Perú y en la confluencia del Río Shushufindi. Según Vickers (2003:47), los Secoya indican que sus ancestros provienen del Perú y que tienen relación con el río denominado *"Si'e koya"*, tributario del Río Santa María. Por su parte los Shuar se encuentran asentados en la orilla derecha del Aguarico y los Siona en el Río Cuyabeno, estos últimos podrían ser descendientes de los Encabellados (Vickers 2003:47). Con el avance de la colonización los quichua amazónicos se establecieron a lo largo de la orilla derecha del Napo formando pequeñas unidades familiares y cerca de la laguna Zancudo en la orilla derecha del Aguarico. Actualmente al Sur del Napo no exísten asentamientos estables de grupos étnicos, algunas informaciones señalan la presencia de algunas famílias Waorani en la subcuenca del Yasuni.

En el mapa etnolingüístico de Steward (1950) se puede apreciar de manera general que en el espacio geográfico del presente artículo, dos etnias ocuparon las serranias subandinas; Canelo y Quijo, mientrás en la alta amazonía o piedemonte amazónico fueron reconocidos los Gae, Semigae y Cofán. En la baja amazonía con relación al curso del Río Napo se pueden distinguir los Sioni, Pioje y Encabellado en la orilla izquierda y por la orilla derecha a los Semigae, Záparo y Awishira. Entre otros datos sobre grupos en la Amazonía baja, se menciona a los Tetete en lo que ahora es la provincia Sucumbios (Aguilera 2003:50).

Es interesante mencionar los territorios etnicos del mapa de Ferdon (1950), los quichua amazónicos están ocupando toda la región interfluvial desde la orilla izquierda del Aguarico hasta el Napo con una extensión por las orillas del Cuyabeno hacia el Putumayo. Los Cofán desde el Río Sán Miguel hasta la cabecera del Río Aguarico incluyendo parte de los ríos Coca y Eno. En éste mapa también se observa que desde el Napo hasta el Río Villano-Curaray se encuentra el territorio de los Sabela, subdivididos en Tschiripuno y Tihuakuna (Auca y Waorani). Ferdon (1950:6) citando a Tessman (1930) indica que un grupo de *"treinta a cincuenta"* Awishira estuvieron viviendo junto a los Tihuakuna entre el Napo y Tiputini.

La diversidad de grupos tribales en la cuenca del Río Napo fue descrita y mencionada por Alfred Simson en los años 1878 y 1883. Estas descripciones son muy importantes para posteriormente considerar los territorios y la variedad de patrones de asentamiento prehispánico. En sus notas sobre los indígenas del Napo y los Záparo, presenta una clara distinción de las tribus que habitaban las sierras subandinas amazónicas y la Amazonía. En base al consumo de sal los diferencia entre *"semi-cristianisados e infieles o Ancas"*. Los primeros tienen como lengua común el quichua. Los segundos que no consumen sal son: Záparos, Piojes, Cotos, Tutapishcus y Anhishiris, estas cinco

tribus fueron contactadas, y mencionadas por los indígenas del subandino. A través de noticias de comerciantes y los propios Záparos, Simson (1883:21-22) hace referencia a la probable existencia de Intillamas, Meguanas, Copalurcus, Tamburyacus, Payaguas, Cauranos, Pucabarrancas, Lagarto-cochas y Tagsha-curarais. No obstante le parece que no son diferentes tribus y que en realidad son designaciones de localidades, y que estarían conectadas con la tribu denominada y mejor conocida, Iquitos. Además, los Cotos y Tutapishcus son parte de una sola tribu. Sobre los Záparos indica que ocupan el Río Curaray y sus tributarios Nushinu, Nuganu y Supinu. En la cuenca del Río Napo los Záparos se ubican en las cercanías de Sinchisicta y el Yasuni (Simson 1878:502).

Esta diversidad de nombres de grupos tribales asociada con el curso del Río Napo es también confirmada por Tyler (1894), indicando que la tribu Záparo tiene su territorio desde el Napo hasta el Curaray, y que está subdivida en numerosas familias; "Ahuishiris, Andoas, Curayaes, Matagenes, Mautas, Meguanes, Nuganus, Nushinus, Rotunus, Shiripunos, Sinchisctus, Supinos, Tiputinis y Yasunis"(Tyler 1894:478). Se puede observar que la mayor parte de estas denominaciones tribales tienen asociación con la orilla derecha de las cabeceras del Napo y con la sub-cuenca del Curaray, donde se encontraba la mayor densidad demográfica de los Záparo. La mayor parte de estos grupos tribales desaparecieron y solo quedan las referencias. Al Norte del Napo, de acuerdo a los misioneros Capuchinos, en 1913 existían pequeños grupos familiares de Tetété y Sansahuari al norte del río Aguarico.

En la década de los años 1950 a 1960 todavía había evidencias de la presencia de dos famílias de la etnia Tetete habitando en el área de la confluencia del Río Sán Miguel con el Putumayo y *"200 a 1000"* Auca entre el Napo y Curaray (Emerson y Johnson 1961:201). En 1966 misioneros Capuchinos ubicaron a tres Tetete (una mujer y dos hombres) habitando entre los ríos Cuyabeno y San Miguel (Aguilera 2003). En esta década los grupos étnicos del Norte amazónico fueron conocidos bajo cuatro denominaciones: Yumbo, en la orilla izquierda del Napo hasta la confluencia del Coca; Auca, desde la orilla derecha del Napo hasta el Curaray; Cofán, en le region interfluvial entre el Aguarico y Napo; Secoya, al Norte del Aguarico (Emerson y Johnson 1961:201). Como se mencionó líneas arriba, bajo el denominativo de Auca o Anca, se incluyeron a las tribus que ocupan las regiones centro-sur del bajo amazonas de Ecuador.

En la actualidad todavía se publican noticias de grupos tribales aislados en las regiones interfluviales situadas al Sur del Napo. Entre los ríos Tiputini-Tivacuno y Curaray se identificaron en el año 2010 tres grupos denominados Curaray, Armadillo y Gabaron, nombrados de esta manera por su relación con el área donde se encuentran asentados. Probablemente estos grupos son derivados del grupo Tagaeri-Taromenani que ocasionalmente tenía contactos con los asentamientos Waorani. Los Waorani en 1958 estaban divididos en cinco clanes: Guikitairi en las cabeceras del Río Curaray; Baiwari en el curso

medio de los ríos Chiripunu y Tigueno; Piyemoiri en el Tiputini y cabeceras del Tivacuno; Wepeiri en el curso medio del Yasuni y Taromeanane entre los ríos Nashiño y Cononaco (Colleoni y Proaño 2010:11). Por otra parte, las periódicas migraciones de grupos tribales de origen Tagaeri desde los ríos Tivacuno y Tiputini hacia el Sur son mencionadas por Colleoni y Proaño (2010:10).

Las fuentes documentales escritas

Según los documentos que describen la *"gobernación de los Quijos"* entre 1559 y 1621 y los producidos por misioneros jesuitas, en especial el de Pablo Maroni, el Norte amazónico de Ecuador en los primeros siglos del período colonial estuvo poblado por grupos étnicos pertenecientes a las lenguas cofán, resígero y a la família lingüística záparo (Steward 1950). Al parecer los Cofán fue una etnia compacta que tenía como territorio el subandino y piedemonte al Oeste de la región interfluvial limitada por el Sán Miguel y el Aguarico, y probablemente fueron los últimos vecinos de las etnias Quijo y Coronado que dominaban las sierras subandinas centrales.

Las primeras noticias de la presencia de etnias en el subandino, el piedemonte andino y amazonía marginal del Ecuador provienen de la relación acerca de la expedición de Gonzalo Pizarro al país de la Canela y de la relación de 1542 de Fray Gaspar de Carvajal participante del contingente español de Francisco de Orellana durante el descubrimiento del río Amazonas.

En el trayecto de Pizarro los pueblos *"Capua y Guema"* en la confluencia del río Angelo con el Aguarico son descritos como *"pueblos indios del Coca"*. Esta particular región entre 1599-1611 estuvo ocupada por aldeas pobres y dispersas (Chaumeil y Fraysee-Chaumeil 1981:78). De la aldea Capua ubicada en la orilla derecha del alto Coca, enterado Pizarro de las *"riquezas que existían río abajo"*, cruzó a la orilla izquierda, *"asentándose en un pequeño caserío llamado Guema"* (Santos 1992:62). En el mapa del recorrido de Gonzalo Pizarro y Francisco de Orellana presentado por Chaumeil y Fraysee-Chaumeil (1981), se muestra objetivamente la ubicación de los sitios mencionados en el informe de Gonzalo Pizarro y en la relación de Fray Gaspar de Carvajal. Según esta relación, las orillas del Napo entre las confluencias de los ríos Coca y Aguarico estuvieron despobladas hasta el encuentro de Aparia Menor (Carvajal 1995).

En la interpretación efectuada por Chaumeil y Fraysee-Chaumeil (1981) acerca del itinerario de Pizarro y Orellana en el piedemonte oriental de los Andes y la región amazónica, se menciona que los Omagua-Yeté estuvieron asentados en las orillas del curso medio-inferior del Coca. Los mencionados investigadores consideran que *"en el momento del contacto en 1541, los Omagua estuvieron en una fase de replegarse en dirección al Coca"*. Posteriormente estas áreas fueron re-ocupadas *"por los Cofanes entre 1599-1600 en tiempos"* del padre Rafael Ferrer. Más tarde en los siglos XVII y XVIII los Omagua-Yete ocuparon

las cabeceras del río Tiputini. Es probable que los Omagua del Coca iniciaran migraciones forzadas hacia las cabeceras del Napo por la *"presión de invasores Tupi desde el Amazonas"* y las *"plantaciones y aldeas destruídas a lo largo del Aguarico"* (Chaumeil y Fraysee-Chaumeil 1981:78) fue un resultado de este movimiento migratorio.

De la misma forma, Reeve (1993:109) sugiere que la presencia Tupi-Omagua y su relación con el norte amazónico de Ecuador, fue resultado de migraciones hacia el alto Napo y Marañon anteriores al 1500 y de esta manera desarrollaron contactos interculturales mediante un comercio por las redes fluviales. Posiblemente los Omagua asentados en el río Coca comerciaron con los Quijos *"oro, ropa, comida y esclavos en sus mercados"* (Steward y Metraux 1963:654). Los Omagua tenían ornamentos de oro los cuales eran obtenidos de los Quijos (Chaumeil y Fraysee-Chaumeil 1981:90). Sin embargo, hasta el presente en la Amazonía de Ecuador no fueron registradas evidencias arqueológicas de ornamentos de este preciado metal y tampoco exísten referencias en las relaciones de los misioneros (Metraux 1948:694). No obstante, es más probable que coca y canela fueron los principales productos obtenidos de los Quijos (Porras Garces 1974:23), además de la corteza de quina-quina y que este intercambio tuvo que haberse efectuado en dirección a las cabeceras del Napo y por medio del curso del río Payamino. Los Omagua-Yete del Coca comerciaban con los Quijos y estos también llegaron hasta los Omagua del Amazonas intercambiando sal por "oro en polvo", son estos Omaguas que sirvieron de guías a los Jesuitas (Santos 1992:15). Al parecer estos intercambios comerciales se deterioraron poco después de que los Tupi-Omagua *"ayudaron a los Quijos en su rebelión de 1579 contra los españoles asentados en Avila"* (Reeve 1993:111). Sin embargo, los Tupi-Omagua estuvieron asentados en 1600 aguas arriba de la confluencia del Coca con el Napo. *"En 1605 unos de sus caciques vino a Avila para pedir a los Jesuitas que bautize a su gente"* (Reeve 1993:113). Es decir, que los Tupi-Omagua conocían el piedemonte donde estuvo asentada la población de Avila (aprox. 700 m snm) y que conocían el quechua, idioma que los Jesuitas utilizaban para comunicarse con los Quijos.

Consiguientemente y como menciona Reeve (1993:109), los Tupi-Omagua continuaban con su tradición de contactos con el subandino desde antes de la entrada de los Jesuitas al curso del bajo Amazonas. Además estos Omagua fueron los que ayudaron *"a contactar los pueblos que vivian en el bajo Napo y bajo Pastaza"* (Reeve 1993:121).

Por otra parte, las investigaciones etnohistóricas de Renard-Casevitz et al. (1988) determinaron que durante el período comprendido entre 1600 a 1700 también exístieron varias migraciones de grupos étnicos del Sur de Ecuador y Norte del Perú hacia la zona del Napo. Al mismo tiempo exístieron algunos movimientos migratorios desde la confluencia del Putumayo con el Amazonas hacia la confluencia del Aguarico con el Napo.

Los Omagua del Napo fueron distintos de aquellos del Amazonas que tenían sus aldeas en las islas del curso medio y orillas del río Amazonas (Metraux 1948:693). Los Omagua del Amazonas estuvieron *"organizados en dos entidades separadas, la primera liderizada por un jefe denominado Machiparo y la segunda por un jefe llamado Omagua"* (Wilson 1999:243). Machiparo posiblemente controlaba un territorio entre las confluencias de los ríos Putumayo y Jápura, mientras el territorio de Omagua se extendía desde Jápura hasta el río Purus.

Según Oberem (1967-1968), existe una continuidad en la información etnohistórica con relación a los Omagua desde la proporcionada por Gonzalo Pizarro en 1542 acerca de la presencia de este grupo étnico en el curso medio del Coca. Posteriormente, Francisco de Orellana al continuar la exploración por el Napo vuelve a encontrar a los Omagua cerca de la confluencia del Aguarico con el Napo (Chaumeil y Fraysee-Chaumeil 1981). Siguiendo la información proporcionada por Oberem (1967-1968), documentos señalan que posteriormente en 1563 Andrés Contero visitó las provincias de Tapaca y Omagua. En el mismo año José Villamoro Maldonado realiza una expedición a la provincia Omagua y en 1577 el oidor Diego de Ortegón informa la existencia de un río mas allá de la provincia de los Quijos con *"indios poblados que se llama tapaca e magua y eguata"*. Esta particular información sugiere que existía una diversidad de tribus étnicas Omagua asociadas a una sola lengua. Los Omagua ocuparon toda la atención de los españoles en el siglo XVI posiblemente por que fueron los más accesibles en las orillas de los ríos Coca, bajo Napo y Amazonas. Los españoles nunca se internaron en las regiones interfluviales y la información de los pueblos asentados en estas regiones es muy escasa.

De manera similar, documentos coloniales indican que el Norte amazónico se encontraba integrado a la gobernación y obispado de Mainas (Porras 1987). Estos documentos proporcionan una idea de los territorios de los grupos asentados en ambas orillas del Río Napo en la actual región que pertenece a Perú y Brasil, mientrás en lo que corresponde a Ecuador hay menos evidencias. El mapa étnico de Porras (1987:58) proporciona un panorama de la ubicación de los territorios que ocuparon los Semigayes, Pinches y Paguas en la región interfluvial entre el Napo y el Yasuni. Al Norte del Napo las evidencias etnohistóricas sugieren que los grupos hacia el 1600 fueron Omaguas en el margen izquierdo del Coca y Encabellados en la región interfluvial entre el Aguarico y Napo (Renard-Casevitz et al. 1988:58). De igual manera, el mapa de "El Marañon o Amazonas" elaborado por Samuel Fritz entre 1691 y 1707 proporciona una idea de los territorios de las etnias asentadas en la Amazonía ecuatoriana. Entre el Putumayo y Napo están los Encabellados, Sucubios, Yacanaras, Chius y Payahuaras, y al Sur del Napo los Semigayes, Gayes y Abijiras. Por otra parte, Reeve (1994:109) menciona que entre 1538 y 1540 los Omagua *"ocuparon las islas del alto Amazonas y vastos territorios a lo largo*

del Napo". También citando documentos de 1605 indica que los Omagua son referidos con diferentes nombres; Sumagua, Arianas, Tapaca, Magua y Eguata. Además que *"el territorio de los Omagua se extiende desde la confluencia del Río Coca a la confluencia del Napo y Marañon"* (Reeve 1994:132).

Luego de la fundación de Baeza en 1559 en el país de los Quijos, la frontera oriental española se fue ampliando hacia el piedemonte amazónico y en 1563 con la fundación de los pueblos de Archidona y Avila prácticamente se habia establecido la presencia hispana en el subandino. Apartir de estos asentamientos españoles se inició la "evangelización" de los indígenas para introducirlos al sistema de encomiendas. En 1621-22 la misión Jesuita de San Juán de Omaguas en el curso del río Curaray tenía un centenar de famílias. Por su parte, los franciscanos iniciaron la evangelización de los Omagua del Amazonas, denominados "*Marañones, Cavari-Manicuri*", desde la mitad del siglo XVII (Chaumeil y Fraysee-Chaumeil 1981:81-83).

Entre tanto, la frontera oriental española en el subandino del Sur de Colombia fue creada por Francisco Pérez de Quezada al Norte del río San Miguel, con la fundación de las poblaciones de Mocoa en 1557 y Ecija en 1558, para control de las tribus Mokoa, Putumayo y Sucumbios (Rivet 1952:203).

En 1603 el padre Rafael Ferrer fundó la misión San Pedro de los Cofanes conformada por 3000 individúos de 5 tribus, y en 1604 se fundaron las misiones de Santa Marta y Santa Cruz con 3000 individuos (Rivet 1952:203). Es decir, para entonces los Cofán fueron reconocidos como una etnia con idioma propio y un territorio que comprendía la cuenca alta del río Aguarico, desde el piedemonte hasta la confluencia del río Cuyabeno con el Aguarico, y por el Norte la subcuenca del río San Miguel. Nuevamente, "en 1611, el jesuita Rafael Ferrer visita los Cofán de alto Aguarico y funda misiones" (Chaumeil y Fraysee-Chaumeil 1981:78).

La presencia de los grupos étnicos Cosanes, Sucubios (Sucumbios) y Encabellados en la región interfluvial Aguarico-Putumayo fueron registrados por misioneros franciscanos entre 1632 y 1635 (Izaguirre 1922). Los franciscanos en su relación de 1634 mencionan que luego de su fracasado intento de llegar al Amazonas através del río Sán Miguel, *"el padre José Antonio Caicedo se quedo con los Sucumbios"*. Por su parte, el fraile Pedro Pecador continuó a San Pedro de Alcalá de los Cosanes, desde donde y junto con el capitan Juán de Palacios en diciembre de "*1635 embarcaronse en el Aguarico y luego se fueron a los Encabellados"*. En la denominada provincia de los Encabellados fundaron el pueblo "Ciudad de Sán Diego de los Encabellados" (Izaguirre 1922), probablemente en el mes de Enero de 1636.

En cuanto a Los Encabellados, Casanova (1998:35) concluye que es una etnia que tenían un idioma similar y habitaban *"la región comprendida entre el alto río Putumayo y el alto río Napo","solo aceptaban vivir temporalmente en*

los poblados-reducciones" y que el lugar de sus asentamientos se encontraba en el interior de los regiones interfluviales. Por los nombres nativos de las reducciones que los jesuitas utilizaron en el Napo y Putumayo, se infiere la exístencia de varias ramas o tribus de una misma lengua en el interior de las regiones interfluviales. Según Casanova (1998:32), asociados a las orillas de los ríos Napo, Aguarico, Cuyabino y Santa María, se encontraban las reducciones denominadas *Ciecoya, Puequeya, Necoya, Guasitaya, Icahuates, Zeocoya*, todos de lengua encabellada.

Los Encabellados también son mencionados en dos oportunidades *"1654 y 1664",* por los jesuitas que recorrieron el río Marañon desde *"el pueblo de Jeberos"* con dirección al Alto Napo. En 1654 surcaron el Napo, al llegar, probablemente a la boca del Aguarico, *"los indios Jeberos"* que los acompañaron tienen un encuentro armado con los Encabellados y luego continúan hasta Puerto Napo (San Román 1994:51). En la segunda oportunidad, los jesuitas bajan el Marañon y entran al Napo hasta llegar a la boca del río Curaray. En el recorrido del Curaray contactan los *"indios Quilinos"* y posteriormente a los *"indios Avijiras"* (San Román 1994:53).

Las fuentes documentales gráficas

De acuerdo a Loreiro Dias (2012:2), no sólo los documentos escritos deben ser considerados como fuentes etnohistóricas, sino también los mapas *"que pueden ser tratados como texto"* y por consiguiente en estos se pueden *"analizar la relación entre el objeto material y su significado"*.

Los primeros mapas de Sudamérica que muestran el curso del río Amazonas provienen del siglo XVI. La referencia geográfica inicial para la elaboración de estos mapas es la ubicación de las principales ciudades españolas situadas en las sierras andinas. Una de las ciudades, Quito, se encuentra particularmente relacionada con el curso del río Amazonas y en este usualmente se encuentra el nombre Omagua.

Latorre (1988) en su estudio sobre el desarrollo de la cartografía ecuatoriana en el siglo XVIII incluye una serie de mapas de América del Sur y del curso del río Amazonas. El análisis de este material permite inferir que los europeos desde 1550 tenían conocimiento de la exístencia de los grupos étnicos Omagua y Paguana. Sin embargo la representación gráfica del curso del río Amazonas, fué al parecer una copia de la Carta de Diego Gutierres de 1550 que muestra un "río serpenteado" hasta su desembocadura en el Atlántico.

La diferencia entre los siguientes mapas reproducidos por Latorre (1988): Carta de América de Juan Van Doet de 1585, Abraham Ortelius de 1587, Theodore de Bry de 1592, mapa de Brasilea et Peruvia de Cornelius de Jode de 1593 y el de Guillermo Sanson de 1670, es la variabilidad en la ubicación geográfica nominal de las provincias Omagua y Paguana en relación al curso

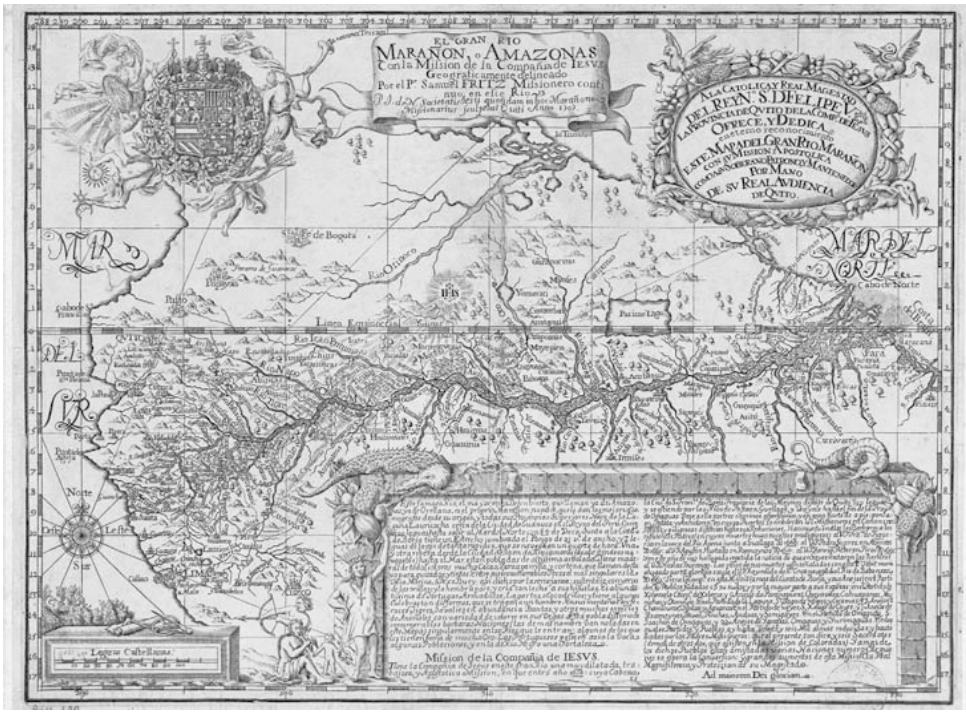
del Amazonas. Esta característica sugiere la falta de información geográfica, que también es evidente en el mapa de América de Nicolá y Guillermo Sanson de 1679, en el cual el Amazonas se idéntifica con el río Napo y solo se menciona Aparia Omaguas en su orilla izquierda (Latorre, 1988: 141-142). En esta secuencia, en el mapa del continente americano de Williem Blaeu elaborado entre 1630-1662, la representación del río Amazonas no es serpenteada y en el mapa de América del Sur de Nicolás de Fer de 1705 están incluídas las islas de los Omaguas.

Luego de la publicación del mapa de Cristóbal de Acuña en 1680, existió un mayor enfoque en la representación gráfica del curso del Amazonas y sus tributarios, y en la inclusión de los grupos étnicos que habitaban en sus orillas. La importancia de nombrar los tributarios y las tribus en los mapas posteriores a 1680, puede ser interpretado desde el punto de vista político en relación a la delimitación de las posesiones territoriales de las coronas española y portuguesa.

Sin lugar a dudas el primer mapa en el cual se trazaron los cursos de los ríos Napo y Putumayo con la inclusión de aspectos geográficos y la diversidad étnica en el curso del Río Amazonas, fue realizado por el Jesuita Samuel Fritz. Loureiro Dias (2012) menciona tres ediciones del mapa, la primera de 1707 que vendría a ser la original y luego las posteriores de 1712 y 1717.

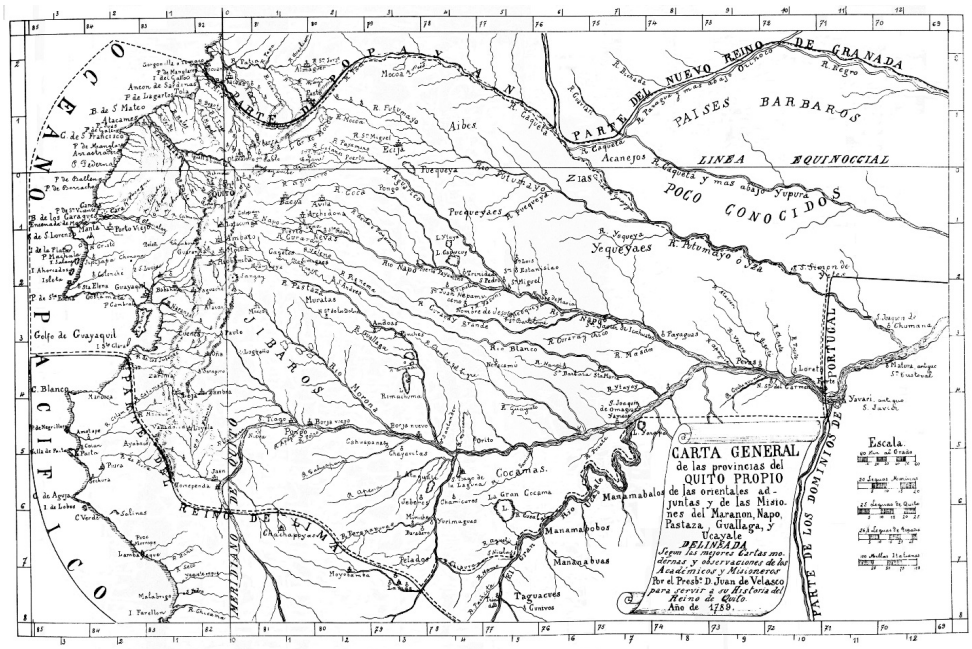
Por su parte, Latorre (1988) indica que el primer mapa del río Marañon-Amazonas fue realizado por Fritz entre 1689-1691 y fue *"donado a LaCondamine en 1740 y se conserva en la Biblioteca de París"*. También menciona un mapa de Fritz de 1701 que se conserva en la Biblioteca Nacional de París y que el mapa de 1707 fué grabado por Juán de Narváez en Quito y *"dos copias fueron llevadas por La Condamine"* a Europa,*"una se conserva en la Biblioteca Nacional de París*" y la otra *"fue enviada al Rey de España y reposa en la Biblioteca Nacional de Madrid"*. De igual manera, Loreiro Dias (2012:102) menciona un mapa de 1691 en esta biblioteca y lo considera una versión previa al mapa grabado de 1707 por Juán de Narváez en Quito. (Figura 1).

Figura 1: Mapa del "Grán Río Marañon o Amazonas", elaborado por Samuel Fritz y grabado en Quito por Juán de Narvaez en 1707



En las diferentes versiones de los mapas de Fritz 1707 a 1717 los grupos étnicos asociados a la cuenca del Napo fueron por el Norte: Encabellados, Sucubios, Yariuaras y Chais. Por el Sur: Semigaes, Abijiras y Yameos (Figura 2). Más tarde según Markham (1865), en 1789 Juán de Velasco en su "Historia del Reino del Quito" menciona los siguientes grupos étnicos asociados al curso del Napo: Abijiras (Abiras, Nevas, Oas, Cunjies) registrados hasta 1667, Simigaes (Acamoris, Arazas, Comacoris, Ginoris, Napotoas, Nepas, Panojoris, Ynuris), Aguaricos (Acaneos, Becabas, Chavelos, Chifias, Neguas Tamas), Encabellados (Ancuteres, Neocayas, Yapuas,Yasheos), Yameos (Ardas, Napeanos), Chais, Cofanes, Comayos, Tiputinis, Yurusunes, Záparos, Zeoqueyas (Zucoyas). Sin embargo, en el mapa de Juán de Velasco anexo a su publicación se observa que sólo se nombran las misiones y excepcionalmente los etnias de la subcuenca del Putumayo (Figura 2).

Figura 2: Mapa de la Audiencia de Quito, elaborado por Juán de Velasco en 1789



Se debe destacar que el informe de Fritz realizado en 1692, se encuentra enfocado en el trabajo misionero efectuado entre la boca del río Napo y el curso del rio Negro. En el informe se indica que los jesuitas tienen controladas 40 aldeas Omagua, Yurimagua y Aisure (Loureiro Dias 2012:110). Esta referencia es una re-afirmación del control de esta región no solo por los Jesuitas sino también por la corona española. Este informe también implica que Fritz conocía la *"lengua franca Kokama/Omagua"* que probablemente aprendió durante su estadía entre 1689 a 1691 en Belén (Cabral 1995:304; Yopán 2010:754), y que los Omagua empleaban para su relación con las tribus del Marañon, Huallaga y Ucayali.

En el análisis del contenido socio-político de los mapas de Fritz (1707-1717) realizado por Loureiro Dias (2012) se menciona que, *"la letra "O", la primera del nombre étnico Omagua, se sitúa precisamente en la boca del río Napo, donde El inició su trabajo misionario, y la última letra "A", esta localizada cerca de la boca del río Japurá".* En el mapa (grabado) de Fritz de 1707, el topónimo Omagua" se encuentra indiscutiblemente situado en la orilla izquierda del Napo y luego del Amazonas. Este mapa incluye una descripción de los aspectos geográficos relacionados con el curso del río Amazonas; *"Fritz también identifica los recursos naturales del río Amazonas que podrían ser suceptibles d*e explotación económica, y aspectos salvajes e inhóspitos del territorio" y comenta que el territorio está "muy densamente poblado por innumerables naciones bárbaras". Luego menciona el trabajo misionero de los

Jesuitas desde la provincia de Borja hasta el final del territorio de los Omagua y comenta que con solo 16 misioneros controlaron 39 aldeas de los cuales 23 estuvieron a cargo de Fritz, es decir 26000 almas re-asentadas en aldeas (Loureiro Dias 2012:106-107).

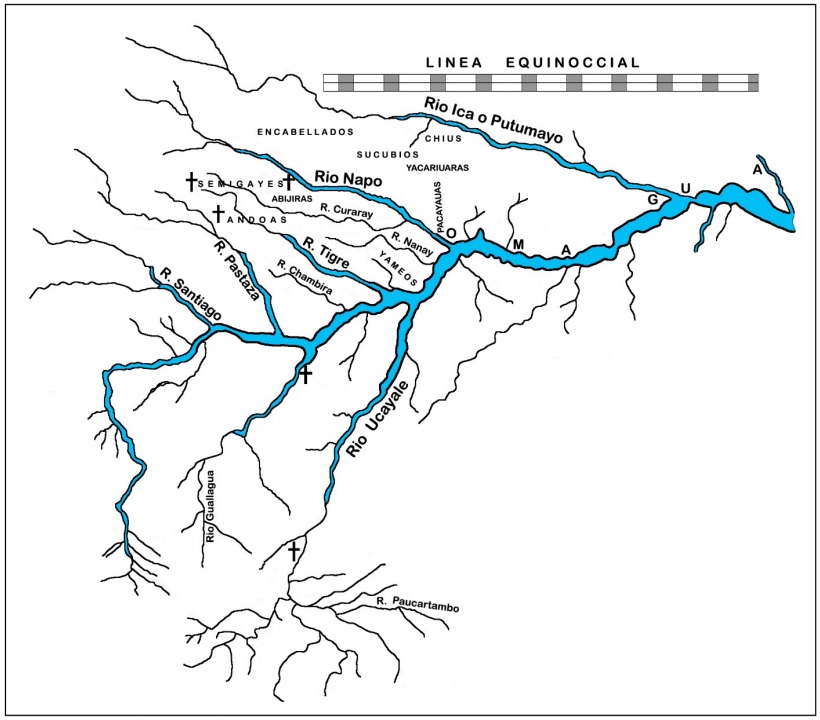
De acuerdo a Loreiro Dias (2012:113), en las posteriores versiones del mapa de Fritz exísten omisiones intencionales. En la publicada en 1717 no se encuentran las representaciones etnográficas y emblemas decorativos, "los símbolos que se refieren a residencias religiosas y pequeñas fortalezas continuan sin ninguna indicación si pertenecen a españoles o portugueses, o jesuitas u otras ordenes". "No hay indicaciones de las misiones indígenas entre los Omagua, que están cuidadosamente delineadas en la versión original". En los mapas de Fritz, el grupo étnico que se encuentra con bastante énfasis en asociación con el curso del río Amazonas es Omagua. Este nombre desaparece en el mapa de Fritz publicado en Francia en 1717.

De manera similar, exísten omisiones en la versión inglesa publicada en 1712 y posteriormente en la española de 1753 que es una copia de una francesa que tiene correcciones de Charles Marie de La Condamine en relación a información etnográfica e hidrográfica (Loreiro Dias 2012:115).

Es interesante mencionar que los ríos Aguarico y Sán Miguel no se encuentran incluídos en ninguno de los mapas de Fritz. Las representaciones del Aguarico y San Miguel se pueden observar con cierto detalle en el mapa de la Real Audiencia de Quito elaborado en 1779 por Francisco Requena. Luego, diez años más tarde estos dos ríos fueron delíneados en el mapa de Juán de Velasco "dibujado e impreso en 1789 en Madrid" (Latorre 1988:183-184). En el mapa de Acuña de 1680, integrante de la expedición portuguesa de Pedro Texeira, si bien el río Aguarico se encuentra muy bien representado, la ubicación de los ríos Coca y Napo se encuentra distorsionada.

La región interfluvial representada en los mapas de Fritz está limitada por el curso del río Napo y el río Ica o Putumayo. En esta región los grupos étnicos: Encabellados, se encuentra en la orilla izquierda y por la representación de colinas se puede inferir que se ubican muy cercanos al piedemonte andino. Sucubios (en los posteriores mapas Sucumbios), se ubican en la parte media hacia la orilla izquierda del Putumayo. Chius, en la orilla derecha de un tributario del Putumayo (probablemente Puequeya). Yacariuaras, en la parte central y finalmente Payauas en la confluencia del Napo con el Amazonas (Figura 3).

Figura 3: Extracto del mapa de Fritz de 1707. Ubicación de los grupos étnicos en relación a la representación del curso del Napo en los siglos XVII y XVIII



A partir de la boca del Napo la etnia Omagua está asociada a la orilla izquierda del Amazonas, hasta la confluencia del río Yupui. En la orilla derecha del Napo, dos grupos étnicos se ubican entre los ríos Curaray y Napo: Semigayes hacia las cabeceras del Curaray y Abijiras hacia la boca del Curaray.

También, es interesante mencionar el mapa de Perú elaborado por Philippe Buache en 1739 para su inclusión en "Historia de los Reyes Incas de Perú" de Garcilazo de la Vega publicado en Francia en 1744. En este mapa los ríos Aguarico, Coca y Curaray están definidos en relación al curso del Napo, y los grupos étnicos mencionados asociados a estos ríos son: Sucumbios, Encabellados, Oas, Semigayes y Abijiras.

Por su parte, Newson (1996:12) en el contexto de la densidad demográfica en 1492 en el oriente ecuatoriano, presenta un mapa que muestra cinco etnias ocupando las regiones interfluviales desde el Putumayo al Río Curaray: Cofan y Encabellado al Norte del Napo y Semigae, Abijira al Sur del Napo. Los Omagua-Yete están ubicados en las orillas del Coca y alto Napo, y los Omagua amazónicos en las orillas del Napo cerca de su confluencia con el Amazonas.

Finalmente en 1858, Villavicencio en el mapa anexo a su "Geografía de Ecuador", incluye la presencia de los grupos étnicos Anguteras, Cuiyacos, Cuiyayos, Maisames, Mazanes, Oritos y Yasunies (Markham 1865). Como

se puede observar, desde la presencia de los jesuitas hasta la descripción de Markham (1865), los principales grupos étnicos ya estuvieron subdivididos en varias ramas y probablemente éstas se fueron expandiendo en la ocupación de la Amazonia norte.

Las evidencias arqueológicas

Por el momento son muy pocos los sitios arqueológicos con fechas radiocarbónicas que podrían asociarse al período entre 1400 y 1700 d.C. Estos sitios están relacionados con los dos últimos períodos de la tradición de cerámica corrugada-falsocorrugada: C^{14} cal 900 a 1410 d.C. y C^{14} cal 1420 a 1600 d.C. en la periodificación descrita por Ochoa (2007) para la región interfluvial Napo-Aguarico. En este sentido consideramos los siguientes sitios: En la región interfluvial Napo-Aguarico: Conambo 1, Jivino Rojo 2, Plataforma Pata 3 (Ochoa, 2007), Pata 1B (Echeverría 2004) y Luz de América (Arellano 2009). En el Alto Napo los sitios: Timbela y Chilumbo (Ugalde 2014), y en las orillas del bajo Napo el sitio Rocafuerte (Evans y Meggers 1968). Al Norte del Aguarico incluímos los sitios asociados a la cuenca del río Putumayo: Santa Teresa del complejo Mocoa (Cifuentes 2006) y Loreto Yacu sitio 14, asociado a la tradición de cerámica polícroma (Bolian 1972). Las fechas de C^{14} de estos sitios también sugieren una relación entre la región interfluvial del Putumayo-Caqueta con las regiones interfluviales de Ecuador.

Los sitios Timbela, Jivino Rojo 2, Conambo 1 y Pata 1B están asociados cronológicamente a las últimas etapas del tercer período de Ochoa (2007). En el cuarto período se ubican los sitios Chullumbo B, Puerto Rocafuerte, Luz de América y Plataforma Pata 3 (Tabla).

Base de datos de fechas radiocarbónicas calibradas d. C.
Norte de la amazonía ecuatoriana

Area-Región/Sitio	Rango C^{14} cal. d. C.	Referencias
Piedemonte – Alto Napo		
Timbela	1285 – 1410	Ugalde (2014)
Chullumbo (B)	1310 – 1435	Ugalde (2014)
Orilla Derecha Río Napo		
Puerto Rocafuerte	1328 – 1552*	Evans y Meggers (1968)
Región Napo – Aguarico		

Area-Región/Sitio	Rango C^{14} cal. d. C.	Referencias
Conambo 1	1280 – 1410	Ochoa (2007)
Jivino Rojo 2 (B)	1290 – 1410	Ochoa (2007)
Pata 1B	1306 – 1408*	Echeverría (2004)
Luz de América	1390 – 1440	Arellano (2009)
Plataforma Pata 3	1420 – 1650	Ochoa (2007)

Sur de la amazonía colombiana

Loreto Yacu-Sitio 14(C)	1416 – 1596*	Bolian (1972)
Santa Teresa	1430 – 1592*	Cifuentes (2006)

*Calibradas por el Autor.

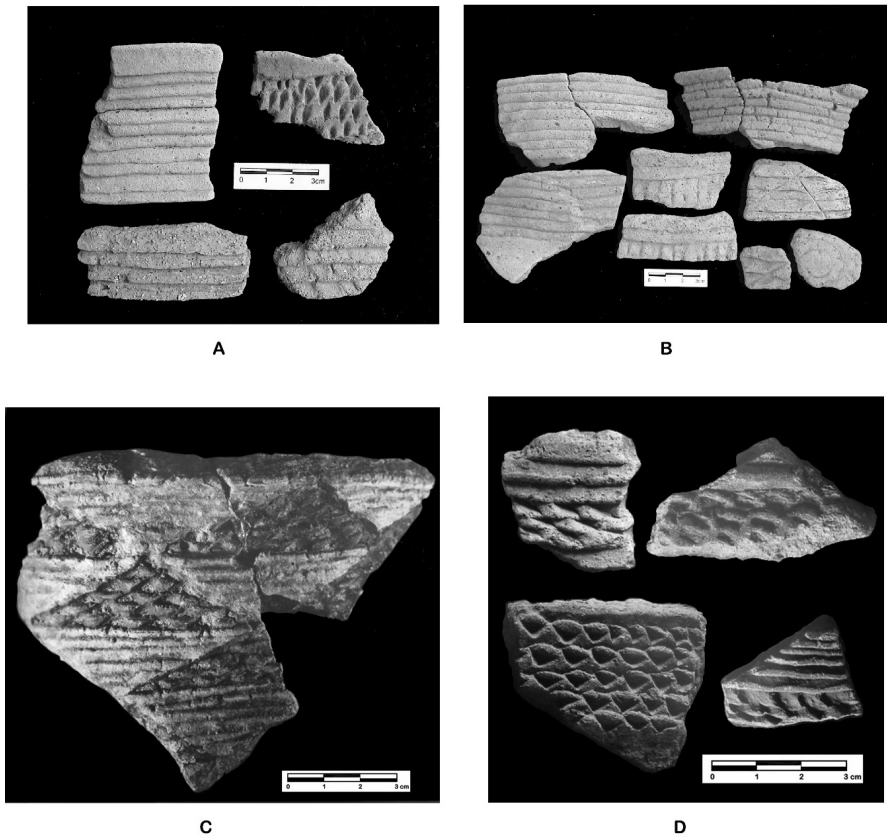
Los sitios del área Pata que se encuentran en el curso medio de la orilla izquierda del río Coca, proporcionaron una apreciable información sobre la ocupación prehispánica desde el Formativo hasta los primeros siglos de la colonia. En la secuencia estratigráfica, cerámica de la tradiciones incisa y punctuada representan las primeras ocupaciones desde apróximadamente C^{14} cal 250 d.C. En las ocupaciones intermedias se encontraron evidencias de las tradiciones polícroma y corrugada. Al interior de las regiones interfluviales sólo se encuentra la tradición corrugada-falsocorrugada. A partir de C^{14} cal 1410 d.C. la decoración falsocorrugada pasa a dominar los mediombientes ribereños de los tributarios. La tradición corrugada también fue detectada en el valle del río Suno, situado en el piedemonte andino (Porras Garcés 1987), y al parecer formas y decoración sobrevivieron en la cerámios elaborados por las tribus jíbara y zápara asentadas en los alrededores del río Curaray (Porras Garcés 1975).

De acuerdo a Ochoa (2007) no se puede establecer relaciones entre familias lingüísticas y culturas arqueológicas por que no son indicativos de idéntidades étnicas. Sin embargo, posteriormente acepta la asociación realizada por Metraux (1928) entre la difusión de urnas con decoración corrugada y ungulada con grupos Tupí-Guaraní, en especial Tupinambá establecidos en la cuenca media del Amazonas (Ochoa 2007:469). De igual manera se menciona que los Omagua podrían ser los antecesores de la etnia Shipibo-Conibo en el alto Ucayali y que están relacionados con la cerámica corrugada del complejo Cumancaya (Lathrap 1970). Es decir, es más probable que la cerámica de la tradición corrugada este relacionada con los Omagua.

También se menciona que la cerámica Napo de tradición polícroma tiene filiación Omagua o proto-Omagua, pero no exíste una acceptable evidencia de esta relación. El rango cronológico proporcionadas por las fechas radiocarbónicas de la Fase Napo (cal 725 d.C. a cal 1237 d.C.), no sugieren una cercanía a las

fechas de la evidencia etnohistórica de la presencia Omagua en el Napo. Por el contrario la presencia Omagua está más cercana a las fechas radiocarbónicas del último período de la tradición corrugada-falsocorrugada en la región interfluvial Napo-Aguarico. Además no exísten evidencias etnohistóricas o históricas de elaboración de cerámica con diseños Napo en los grupos étnicos del norte de la Amazonía de Ecuador. La etnia Cofán originaria del piedemonte amazónico, vendría a ser la única que actualmente tiene una tradición en la elaboración de vasijas de cerámica artesanal con diseños geométricos pintados. Sin embargo los diseños están cercanos a los diseños decorativos geométricos del falsocorrugado. Así mismo las formas de las vasijas Cofán son sencillas, mayormente cuencos y ollas, mientras las formas comunes en los últimos períodos de la tradición corrugada-falsocorrugada son ollas carenadas y urnas elipsoidales con bordes evertidos (Ochoa 2007; Arellano 2009) (Figura 4).

Figura 4: Fotografía de fragmentos de cerámica de la tradición corrugada.



A) Sitio Aguarico, orilla derecha del río Aguarico. B) Sitio Shushufindi, interior de la región interfluvial Napo-Aguarico. C) Fragmento con decoración falsocorrugado pintado (modificado de Cuyabeno Ancestral, 2003). D) Aguarico, fragmentos con estilos decorativos del falsocorrugado (modificado de Cuyabeno Ancestral, 2003).

Lamentablemente no exísten datos arqueológicos de las áreas anexas a las orillas de la confluencia del Napo con el Amazonas, donde etnohistóricamente fué ubicado Aparia menor, tampoco de la región de Aparia mayor. De manera que por el momento no es factible considerar que los Omagua prehispánicos fueron portadores de la tradición polícroma de la fase Napo.

Por otra parte, Ochoa (2007) menciona a Metraux (1928) para indicar que los Omagua podrían haber estado establecidos en las cabeceras del río Jivino que atraviesa parte de la región interfluvial entre el Napo y Aguarico. Esta conclusión fué previamente mencionada por Chaumeil y Fraysse-Chaumeil (1981) en su estudio acerca de las migraciones Omagua desde la región amazónica denominada Aparia Mayor. En este trabajo se indica que los Omagua prehispánicos se desplazaron desde Aparia Mayor a Aparia Menor y posteriormente hacia la región denominada El Barco en las orillas del río Coca. También se menciona que más tarde en los siglos XVII y XVIII existieron migraciones Omagua hacia y desde El Barco. Considerando las evidencias arqueológicas, las orillas del Coca y región anexa estuvieron ampliamente dominadas por el estilo falsocorrugado de la tradición de cerámica corrugada y es factible considerar que los Omagua fueron en parte los difusores de la decoración falsocorrugada. Es importante indicar que el nombre de Omaguas se encuentra registrado desde 1550 (Chaumeil y Fraysse-Chaumeil 1981), y que los Jesuitas todavía los encontraron ocupando las orillas del bajo Napo en su confluencia con el Amazonas.

Coíncidimos con Ochoa (2007) que las culturas de cerámica de la tradición corrugada de la región interfluvial Napo-Aguarico en sus últimas etapas, establecieron relaciones inter-étnicas y de esta forma adoptaron nuevas técnicas de acabado y estilos decorativos, adicionando pintura al falsocorrugado (Arellano 2014). Sin embargo, el estilo de falsocorrugado pintado se encuentra solo en los sitios concentrados en el área de Lago Agrio, orilla izquierda del Aguarico y por consiguiente están asociados a la región interfluvial Aguarico-Putumayo.

Las evidencias arqueológicas de la regiones interfluviales Napo-Aguarico y Aguarico Putumayo, sugieren la existencia de una diversidad de tribus desde mediados del período de Integración. Muchas de estas evidencias muestran una continuidad en la ocupación de los territorios tribales, especialmente en el piedemonte donde las tradiciones punctuada y corrugada comparten áreas específicas desde el Formativo. La decoración falsocorrugada fue introducida tardíamente en el período de Integración, y através de la variabilidad de sus estilos decorativos y ocasional pintura se infiere influencias de grupos étnicos asociados con la tradición bicolor del piedemonte andino.

Estas evidencias también sugieren que el piedemonte fué una área marginal de producción e intercambio de recursos naturales entre las sierras subandinas

y bajo amazonas. En particular el Alto Napo y Alto Aguarico que estuvieron dominadas por la etnias subandinas de los Quijos y Coronado.

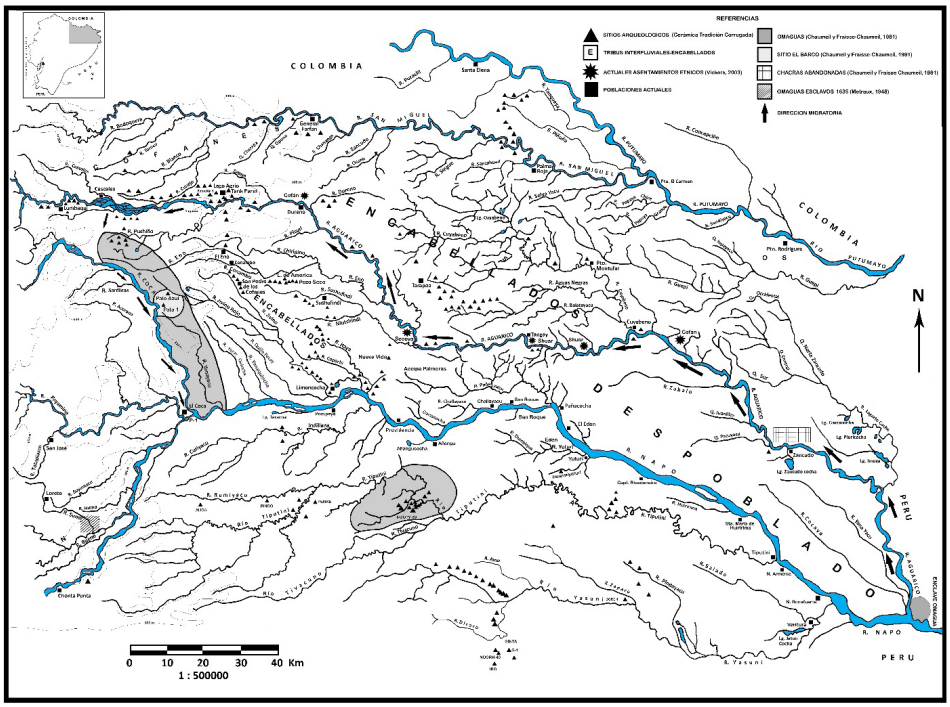
Consideraciones finales

La relación entre las evidencias arqueológicas situadas cronológicamente en el período de C^{14} cal 1420 d.C. al C^{14} cal 1650 d.C., y las fuentes documentales y gráficas de los siglos XVI a XVII asociadas con el ingreso español al piedemonte y baja Amazonía del norte de Ecuador, permite observar que existió un desconocimiento de la geografía y de los grupos étnicos que habitaron el interior de las regiones interfluviales. En este sentido, solo dos grandes etnias llamaron la atención desde el siglo XVI, los Omagua y los Encabellados. Esta última etnia estuvo conformada por varias tribus y subtribus asentadas en el Cuyabeno, por los Cofanes de las riberas del Aguarico e Yguacates de los afluentes del Napo (San Román 1994:22).

A partir de la entrada de Pizarro y Orellana a la vertiente oriental de los Andes y al Amazonas en 1541-42, se puede considerar el inicio de un período de transición socio-económico de las culturas étnicas subandinas y amazónicas hasta la entrada de los primeros misioneros en 1636. Luego de la fundación de la ciudad de Baeza en 1559, posteriormente refundada en 1561 (Porras 1974), las etnias subandinas sufrieron una violenta transformación social. Sin embargo, las sociedades amazónicas de las regiones interfluviales continuaron con su tradicionales modos de vida, esta característica se infiere por el patrón de ocupación que muestran la disposición geográfica de las evidencias arqueológicas.

Los promedios de fechas radiocarbónicas calibradas representados en la Tabla 1, indican que el Alto Napo estuvo ocupado por la tradición corrugada desde alrededor de C^{14} cal 1360 d.C. Mientras en la región interfluvial Napo-Aguarico se encuentran evidencias de cerámica corrugada desde el período Formativo. Más tarde el corrugado simple usualmente limitado al borde de las vasijas, evoluciona a la decoración falsocorrugada con diversos estilos decorativos y se expande hacia el cuerpo de las vasijas. En esta región, la distribución geográfica del falsocorrugado muestra que en el C^{14} cal 1410 d.C. tuvo completo dominio del territorio entre el curso del río Coca y la población de Nueva Vida en las cabeceras del río Pañayacu (Figura 5). En el bajo Napo que corresponde a Ecuador, una aislada evidencia de la tradición corrugada ubicada en el área de Roca Fuerte, tiene una fecha promedio de C^{14} cal 1440 d.C.

Figura 5:Mapa de las regiones interfluviales del Norte amazónico de Ecuador con ubicación de evidencias arqueológicas asociadas a los grupos étnicos Omagua-Yete y Encabellados entre el 1400 y 1600 d.C. (modificado de Arellano, 2014)



En el curso del Aguarico y hacia el norte, la tradición de cerámica corrugada también tuvo un amplio dominio, aunque por la falta de fechas radiocarbónicas no está establecido si fué el resultado de la expansión Tupi-Guaraní (Omagua). Los sitios arqueológicos ubicados en el área circundante a Lago Agrio, proporcionaron evidencias de un estilo falsocorrugado pintado que puede implicar una relación con el piedemonte subandino del alto Aguarico y Putumayo.

El panorama en la Amazonía Colombiana es diferente puesto que las tradiciones polícroma y corrugada se encuentran hasta el C^{14} cal 1508 d.C. y los contactos con el subandino se efectuaron através del Alto Putumayo. En la región de Mocoa la tradición corrugada cronológicamente se ubica desde "el siglo XI hasta el período colonial" y está representada por "vasijas globulares, cuencos y platos" con decoración corrugada en los bordes (Patiño 1994-95, Cifuentes 2006).

Los mapas en particular muestran de manera general la ubicación de las tribus asentadas en las orillas de los ríos asociados con el curso del río Amazonas. La descripción más detallada sobre la presencia de tribus entre la boca del río Napo y la boca del río Negro, fué proporcionada consecutivamente desde 1691

por Samuel Fritz. Aunque Fritz habría recorrido con frecuencia el Napo desde sus cabeceras, no menciona ningún grupo desde la boca del río Coca hasta la confluencia del Napo con el Amazonas. Esta particularidad coincide con la descripción de Carvajal (1955) sobre la inexistencia de aldeas en las orillas del Napo hasta el descubrimiento de Aparia Menor. Es importante mencionar que las evidencias arqueológicas asociadas con la cerámica Napo se ubican cronológicamente alrededor de 300 años anteriores al recorrido de Orellana y Carvajal.

De manera similar, en los mapas se observa que en el curso del Napo no se incluyen nombres de tribus entre el área del enclave de los Omagua-Yete del Coca y las aldeas Aparia Menor y Aparia Mayor, aspecto que puede interpretarse como espacios geográficos de tierras despobladas. Esta característica también es confirmada por Chaumeil y Fraysee-Chaumeil (1988).

Si bien las orillas del Napo se encontraban despobladas, el patrón de ubicación de los sitios arqueológicos de la tradición corrugada-falsocorrugada sugiere la presencia de varias tribus de un solo grupo étnico y/o lengua ocupando territorios en los cursos de los ríos tributarios de las regiones interfluviales.

Por otra parte, los datos medioambientales sugieren que los Omagua-Yete asentados en las orillas del Coca, cerca del piedemonte marginal andino, por la recurrencia de eventos catastróficos asociados con el subandino, se refugiaron en el interior de la región interfluvial Napo-Aguarico. Es probable que violentas inundaciones pudieron haber ocurrido poco antes de la entrada de Pizarro al curso del río Coca. También y sin lugar a dudas las tribus de la tradición corrugada conocían las condiciones medioambientales de las regiones interfluviales, donde existía menor degradación de recursos naturales. La capacidad de adaptación de estas tribus a diferentes medioambientes, está también sugerida por la disposición de sitios arqueológicos alrededor de pantanales en la cuenca del río Cuyabeno (Arellano 2011).

Através de Chaumeil y Fraysee-Chaumeil (1988), se puede sugerir que la secuencia cultural-histórica de la ocupación Omagua entre 1400 a 1600 en el Norte de la Amazonía Ecuatoriana podría ser la siguiente: Primero, habitaron la orilla izquierda y las islas situadas en el curso medio del Amazonas (Aparia Mayor). Luego pasaron a habitar las orillas del Amazonas en la boca del Napo (Aparia Menor). Posteriormente las orillas del curso medio del Coca (enclave compartido con los Yete). Finalmente estuvieron establecidos en el curso medio del río Tiputini. Esta última ocupación entre los siglos XVII y XVIII, probablemente fue inducida por los Jesuitas con la creación de una misión. Es importante citar a Metraux (1948:690) para mencionar la presencia de una colonia Omagua-Yete en la boca del río Aguarico. También que, “en 1635 fueron llevados como esclavos al río Suno, se rebelaron, y algunos migraron a las cabeceras del río Tiputini”.

En principio las evidencias arqueológicas y luego las etnohistóricas, sugieren que las principales migraciones Omagua se efectuaron por medio del curso del Aguarico hasta las cabeceras del río Eno y luego se desplazaron hacia las orillas del Coca. Si se toma encuenta las escasas evidencias arqueológicas del Alto Putumayo, también se puede considerar al curso del Putumayo como otra ruta de expansión hacia el piedemonte. Es interesante hacer notar que el mapa de Acuña de 1680, hace referencia a un grupo Omagua entre el alto Putumayo y alto Caqueta, y es probable que las evidencias arqueológicas de la tradición polícroma asociada a la corrugada ubicadas en el alto Putumayo, tengan alguna relación con este grupo.

Es indudable que los Omagua fueron desarticulados socialmente en varios grupos tribales por la constante presión de esclavistas portugueses y sus aliados tribales. Esta fragmentación cultural influyó negativamente en su modo de producción económica, induciendo una permanente movilidad migratoria hasta el punto de desintegrar y desaparecer su territorio étnico y fusionarse con otros grupos étnicos. Los recientes estudios lingüísticos del origen de la lengua Kokama del Alto Ucayali, determinaron que proviene de la lengua Kokama/ Omagua de raíces Tupí-Guaraní y que al final del siglo XVII perdió sus rasgos genéticos originales (Cabral 1995:305). Es decir, se puede inferir que los ríos Huallaga y Ucayali también fueron rutas de contacto y que con através de estas se expandió la cultura material con rasgos Tupí-Guaraní. Marcoy (1869) menciona un pueblo Omagua como parte de"cinco pueblos de la jurisdicción civil y eclesiástica de Nauta", ubicada en el Marañon cerca de la confluencia del Ucayali. Según Metraux (1948) citando a Tessmann (1930), indica que más de un centenar de Omaguas todavía habitaban en las aldeas Sán Salvador y Sán Joaquín, ubicadas en el Marañon-Amazonas.

El siguiente grupo étnico mencionado en mapas y documentos que incluyen el Norte amazónico de Ecuador, son los Encabellados que tuvieron sus aldeas en el interior de las regiones interfluviales Napo-Aguarico y Aguarico-Putumayo, y sólo salieron a las orillas de los ríos navegables al influjo de la creación de misiones-reducciones (Casanova 1988). Al parecer antes de la primera entrada del jesuita Rafael Ferrer en 1600, las diferentes tribus integradas bajo el nombre de Encabellados no tuvieron incentivos socio-culturales y económicos para propender a una expansión fuera de las regiones interfluviales.

De acuerdo con Steward (1950), los Encabellados ocupan la orilla izquierda del Napo junto a los Sioni y Pioje, que junto a los Secoyas y Angoteras también son considerados Encabellados (San Román, 1994). En las cercanías de la confluencia del Aguarico con el Napo se encuentran los Coto. Todos pertenecientes a la família lingüística Tucano. En la orilla derecha el único grupo étnico representado por Steward (1950) es el Awishira, según el mapa de Fritz (1707) es Abijira, y Markham (1865:144) indica que también son conocidos como Avigira, Auxira y Abira, y que tienen la misma lengua y costumbres

que los Iquitos. El registro de Fabre (1994:94) indica que los Awishira tienen una lengua aislada autodenominada tekiráka, y Tessmann (1930) que 30 a 40 Awishiri se encontraban en Shiripuno región del río Tiputini y 25 en el lago Vacacocha cerca de Puerto Elvira en el Napo.

Por otra parte, la ubicación geográfica de los Encabellados en los mapas del siglo XVI cubren la mayor parte de la región interfluvial entre el Aguarico y Putumayo. Si se consideran las evidencias arqueológicas de ambas regiones bajo el dominio de los Encabellados, se observa una directa asociación a la cerámica de la tradición corrugada. De manera que es evidente que esta etnia estuvo influenciada por la expansión de la decoración falsocorrugada.

Los datos que proporcionan jesuitas y franciscanos para las regiones interfluviales del Napo-Aguarico y Aguarico-Putumayo, se refieren a cinco grupos étnicos y no especifican tribus, probablemente porque consideraron que las región amazónica marginal fue de manera definitiva posesión de la corona española. También se puede inferir que las tribus preferían los contactos con los misioneros en las orillas de los cursos de los ríos Napo, Coca, Aguarico y ocasionalmente Sán Miguel, y no permitían el ingreso al interior de sus territorios. Asímismo, pocos documentos se refieren a misioneros que hayan ingresado a los bosques utilizando cursos de pequeños ríos tributarios.

Es importante destacar que, los Jesuitas fueron los que reconocieron la importancia del registro de las tribus a lo largo del curso del Amazonas, para consolidar las posesiones de la orden y luego para establecer la posesión de las tierras por la corona española. En este particular caso, el informe de Fritz de 1692 y su mapa de 1707, proporcionan evidencias objetivas de la diversidad de tribus que estuvieron asentadas en el curso del Amazonas, desde la confluencia del Napo hasta su desembocadura en el Atlántico.

En consecuencia, en el norte de la Amazonía de la actual República de Ecuador, los primeros contactos españoles fueron efectuados con los Omagua-Yete. Las únicas evidencias de grupos al interior de las regiones interfluviales provienen de investigaciones arqueológicas, y es posible que pertenezcan a tribus de la etnia "Encabellado" influenciadas por los Omagua-Yete. La hetereogeneidad decorativa en la cerámica falsocorrugada también sugiere que el grupo étnico Encabellado adquirió tardíamente este estilo decorativo por influencia Omagua. En el siglo XVI el grupo étnico amazónico mejor conocido fue el de los Omagua. A partir de 1600 se incluyó a los Encabellados (Figura 5) y al final del siglo XVII se incluyeron varias tribus al influjo de los expediciones de los jesuitas. En 1701 las siguientes provincias étnicas fueron conocidas: En la orilla izquierda del Napo: Encabellados, Sucumbios, Chius y Yacariuaras. Mientras en la orilla derecha del Napo fueron conocidos los Semigayes y Abijiras.

Finalmente, consideramos que esta primera apróximación arqueológica-

histórica evolucionará progresivamente con el registro de nuevos datos arqueológicos, etnohistóricos y etnolingüísticos para el período comprendido entre 1400 a 1600 d.C.

Referencias

Aguilera, María. 2003. Del San Miguel hacia el Norte. En: *Cuyabeno Ancestral*: 49-122. Ediciones Simbioe – GAIA – WALSH Ecuador, Quito.

Arellano, A. Jorge. 2009. *Culturas Prehispánicas del Napo y el Aguarico, Amazonía Ecuatoriana*. Centro Cultural Pío Aza, Taraxacum Washington D.C., Walsh Environmental Scientists and Engineers Ecuador. Lima.

_____ 2011. El manejo prehispánico del paisaje en zonas marginales de la Amazonía: La Amazonía Norte de Ecuador y la zona Norte de las tierras bajas de Bolivia. En: *Por donde hay soplo, Estudios amazónicos en los países andinos*: 89-136. Eds. J-P. Chaumeil, O. Espinoza de Rivero y M. Cornejo Chaparro. Actas y Memorias 29. IFEA, PUCP, CAAAP, CEREA. Lima.

_____ 2014. La densidad de población prehispánica durante el período de Integración (500-1500 d.C.) en las regiones interfluviales del Norte de la Amazonía de Ecuador. *INDIANA*, Vol. 43 (1): 111-132.

Bolian, Charles E. 1972. An Archaeological Survey of the Trapecio of Amazonas, Colombia. Paper presented at the 1972 al Northeastern Anthropological Meetings, April 21-23, Buffalo, New York.

Cabral, A. S. A. C. 1995. Contact-Induced Language Change in the Western Amazon: The non-genetic origin of the Kokama Language. Ph.D. dissertation, Faculty of Arts and Sciences, University of Pittsburg.

Carvajal, Gaspar de. 1955. *Relación del Nuevo Descubrimiento del famozo Río Grande de las Amazonas.* Biblioteca Américana, Fondo de Cultura Económica, Mexico.

Casanova V., Jorge. 1998. La misión jesuita colonial entre los Aido Pai (Secoya) y los asentamientos indígenas. *Investigaciones Sociales*, No. 2: 25-37. Bogota.

Chaumeil, Jean-Pierre y J. Fraysee-Chaumeil. 1981. La canela y el Dorado: Les indigenes du Napo et du Haut-Amazone-Aux XVIe Siecle. *Bolletin de l'Institut Français d'Études Andines IFEA,* 10 (3-4): 55-86. Lima.

Cifuentes, Arturo. 2006. Arqueología del Piedemonte Amazónico, Putumayo (Colombia). En: *Pueblos y Paisajes Antíguos de la Selva Amazónica*. Eds. Gaspar Morcote R., Santiago Mora C. y Carlos Franky C. Universidad Nacional de Colombia y Taraxacum Washington D.C.

Colleoni, Paola y José Proaño. 2010. *Caminantes de la Selva, Los pueblos en aislamiento en la Amazonía Ecuatoriana* 7. CONAIE – IPES - IWGIA. Quito.

Echeverría, José. 2004. Exploration archéologique sur la plataforme Pata 1, communauté de Huataraco, San Sebastián del Coca. En: *Actes des Séminaries et ateliers scientifiques du 30e de l'ORSTOM/IRD en Equateur*. Octobre 2004: 67-69. Quito.

Emerson, M. R. y R. H. Johnson. 1961. A Secoya tribe in the Oriente of Ecuador. *Man*, 61: 201-203.

Evans, Clifford y Betty J. Meggers. 1968. *Archaeological Investigation on the Rio Napo, Eastern Ecuador*. Contributions to Anthropology, Vol. 6. Smithsonian. Washington D.C.

Fabre, Alain. 1994. *Las lenguas indígenas sudamericanas en la actualidad: diccionario etnolingüístico clasificatorio y guía bibliográfica*. Tampere.

Ferdon, Edwin N. 1950. *Studies in Ecuadorian Geography*. Monographs of the School of American Research 15. University of Southern California. California.

Fritz, Samuel. 1654-1724. The Marañon or the Amazon River with the Missions of the Society of Jesus. Disponible en https://www.wdl.org/en/item.1137

Guffroy, Jean. 2006. El Horizonte corrugado: correlaciones estilíticas y culturales. *Bulletin de l'Institut Francais d'Etudes Andines* 35 (3): 347-359. Lima.

Izaguirre, Bernardino. 1922. *Historia de las Misiones Franciscanas y Narración de los Progresos de la Geografía del Oriente del Perú*. Talleres Tipográficos de la Penintenciaría, Lima.

Lathrap, Donald W. 1970. *The Upper Amazon*. Praeger Publishers, New York.

Latorre, Octavio. 1988. *Los mapas del Amazonas y el desarrollo de la Cartografía Ecuatoriana en el Siglo XVIII*. Miscelánea Antropológica Ecuatoriana, Serie Monográfica. Quito.

Loreiro Dias, Camila. 2012. Jesuit Maps and the Political Discourse: The Amazon River of the Father Samuel Fritz. *The Americas*, Vol. 69 (1): 95-116.

Marcoy, Paul. (1869), 2001. *Viaje a través de América del Sur: del Oceáno Pacífico al Oceáno Atlántico*. IFEA, PUCP, BCRP, CAAAP, Lima.

Markham, Clemens R. 1865. A list of the Tribes in the Valley of the Amazon, Including those on the Banks of the Main Stream, and of All Its Tributaries. *Transactions of the Ethnological Society of London*, Vol. 3: 140-196.

Metraux, Alfred. 1928. *La Civilisation Matérialle des Tribus Tupi-Guarani*. Librairie Orientalisté Paul Geuthner, París.

_____ 1948. Tribes of the Middle and Upper Amazon River. En: *Handbook of South American Indians. The Tropical Forest Tribes*. Editor Julian H. Steward. Bulletin 143 (3). Smithsonian Institution - Bureau of American Ethnology, Government Printing Office, Washington.

Morcote-Rios, Gaspar. 2008. *Antiguos Habitantes en Ríos de Aguas Negras. Ecosistemas y cultivos en el interfluvio Amazonas-Putumayo, Colombia-Brasil*. Instituto de Ciencias Naturales, Facultad de Ciencias, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá.

Newson, Linda A. 1996. The population of the Amazonian Basin in 1492: A view from the Ecuadorian Headwaters. *Transactions of the Institute of British Geographers*. New Series 21 (1): 5-26.

Ochoa, Myriam. 2007. Redefiniendo la Fase Pastaza. En: *II Congreso Ecuatoriano*

de Antropología y Arqueología; Balance de la Última Década: Aportes, Retos y Nuevas Ideas. Tomo I: 463-495.

Oberem, Udo. 1967-68. Un Grupo Indígena desaparecido del Oriente Ecuatoriano. *Revista de Antropología*, Vol. 15-16: 149-170.

Patiño Castaño, Diógenes. 1994-1995. El altiplano Nariñense, el valle de Sibundoy y la ceja de montaña Andina en el Putumayo, Investigaciones de Arqueología de Rescate. *CESPEDESIA*, Vol. 20 (66): 115-179.

Porras Garces, Pedro. 1974. *Historia y Arqueología de la Ciudad Española Baeza de los Quijos, Siglo XVI*. Editorial PUCE, Quito.

_____ 1975. *Supervivencia de tradición cerámica común a las culturas del Alto Amazonas y de manera especial a las de la zona oriental del Ecuador en Sudamérica*. Universidad de Panamá, Panamá

_____ 1985. *Arte Rupestre del Alto Napo-Valle de Misagualli, Ecuador*. Artes Gráficas Señal, Quito.

Porras, María Elena. 1987. *La Gobernación y el Obispado de Mainas*. Ediciones Abya-Yala y TEHIS, Quito.

Renard-Casevitz, F. M., Th. Saignes y A. C. Taylor. 1988. *Al Este de los Andes*. Tomo II, Ediciones Abya Yala-Institut Français d'Études Andines (IFEA), Quito.

Reeve, Mary-Elizabeth. 1994. Regional Interaction in the Western Amazon: The Early Colonial Encounter and the Jesuit Years: 1538-1767. *Ethnohistory*, 41 (1): 106-138.

Rivet, Paul. 1952. Affinités du Kofán. *Anthropos*, 47 (1-2): 203-234.

San Román, Jesús. 1994. *Perfiles Históricos de la Amazonía Peruana*. CETA, CAAAP, IIAP. Iquitos.

Sanson, Nicolas. 1680. The course of the River of the Amazons, Based on the Account of Christopher d'Acugna. Disponible en http://hdl.loc.gob/loc.wdl/brrjbn.139

Santos, Fernando. 1992. *Etnohistória de la Alta Amazonía, Siglos XV-XVIII*. Colección 500 Años, Ediciones Abya-Yala y MLAL, Quito.

Simson, Alfred. 1878. Notes on the Zaparo. *The Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. 7: 502-510.

_____ 1883. Notes on the Napo Indians. *The Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland.* 12: 21-27.

Sinclair, Joseph H. y Theron Wasson. 1923. Explorations in Eastern Ecuador. *Geographical Review*. 13 (2): 190-210.

Steward, Julian H. (ed.). 1950. *Handbook of South American Indians*. *Physical Anthropology, Linguistics and Cultural Geography of South American Indians*. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143 (6). Government Printing Office, Washington.

Steward, Julian H. y Alfred Metraux. 1948. Tribes of the Ecuadorian and Peruvian Montana. En: *Handbook of the South American Indians. The Tropical Forest Tribes*. Editor Julian H. Steward. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology,

Bulletin 143 (3): 535-656. Government Printing Office, Washington.

Tessmann, Günter. 1930. *Die Indianer Nordost-Perus. Grundengendle Forshungen für eine Systemastiche Kulturkunde*. Friedrichsen de Gruyert & Co. Hamburg.

Tyler, Charles D. 1894. The River Napo. *The Geographic Journal*, 3 (6): 476-484.

Ugalde, María Fernanda. 2014. Entre el contrato y el olvido. La arqueología de la ribera del Napo. *INPC, Revista del Patimonio Cultural del Ecuador*, No. 6: 56-67. Quito.

Vickers, William T. 2003. The Modern Political Transformation of the Secoya. En: *Millenial Ecuador, Critical Essays on Cultural Transformation and Social Dynamics*. Editor Norman E. Whitten. University of Iowa Press, Iowa.

Wilson, David J. 1999. *Indigenous South Americans of the Past and Present, An Ecological Perspective.* Westview Press.

Yopán, Rosa V. A. 2010. Grammar of Kokama-Komilla. Ph.D. dissertation, Department of Linguistics, University of Oregon.

Agradecimientos

Deseo expresar mís agradecimientos al Departamento de Antropología del Museo de Historia Natural de la Smithsonian Institution en la persona del Dr. Rick Torben, Chair del Departamento, por darme la oportunidad de formar parte de esta prestigiosa Institución. Así mismo a: Dr. Dennis Stanford, Dr. Ronald Bishop, Dr. Paul Taylor, Dr. Mary Jo Arnoldi, Dr. Laurie Burgess y Barbara Watanabe de la Smithsonian Institution, por su permanente apoyo a la conclusión del presente y previos trabajos de investigación. De igual manera al Dr. Mark Turber e Ing. Peter Ayarza de Walsh Environmental Scientists and Engineers Ecuador, con quienes tuve la oportunidad de trabajar en Ecuador. Finalmente, mís agradecimientos a los editores y revisores anónimos por sus valiosos comentarios y sugerencias para mejorar el presente artículo.

Predicados não-verbais em Tuparí

Nonverbal Predicates In Tuparí

Edineia Aparecida Isidoro[1]
Raul Pat'Awre Tuparí[2]
Isaías Tuparí[3]

DOI: https://doi.org/10.26512/rbla.v10i2.20941

Recebido em agosto de 2018
Aceito em setembro de 2018

Resumo

Descrevem-se os tipos de predicados não-verbais identificados até o presente na língua Tuparí, pertencente à família Tuparí do tronco Tupí (Rodrigues 1964, 1984-85, 1986). A análise tomou por base dados do Tuparí contidos em Rodrigues e Caspar (1957), em Alves (2004), e novos dados coletados em 2011 e 2016 em Brasília, em 2013 em Ji-Paraná, e em 2017 e 2018 na Terra Indígena Rio Branco. A análise referencia-se nas tipologias de predicados propostas por Payne (1997) e por Dryer (2007). O artigo contribui com os estudos linguísticos sobre a língua Tuparí, abordando um tema ainda muito pouco estudado no âmbito dessa língua.

Palavras-chave: Predicados não verbais. Nomes e Adjetivos. Cópulas. Verbos posicionais. Sintagmas posposicionais.

Abstract

The types of nonverbal predicates identified so far in the Tupari language, a language belonging to the Tupari family of the Tupi stok (Rodrigues 1964, 1984-85, 1986) are described. The analysis was based on the Tuparí data contained in Rodrigues and Caspar (1957), in Alves (2004), and new data collected in Brasília, in 2013 in Ji-Paraná, in 2016 in Brasília, and in 2017 and 2018 in Rio Branco Indigenous Land. The analysis is based on the typologies of predicates proposed by Payne (1997) and Dryer (2007). The article contributes with the linguistic studies on the Tuparí language, addressing a subject that is still very little studied in that language.

Keywords: Non-verbal predicates. Nouns and adjectives. Copulas. Posicional verbs. Postposicional phrases.

[1] Universidade Federal de Rondônia, campus de Ji-Paraná, Rondônia, Brasil, Departamento de Educação Intercultural, e-mail:edineiapi@yahoo.com.br.

[2] Secretaria de Estado da Educação, Terra Indígena Rio Branco, Município de Alta Floresta, Rondônia, Brasil, Escola, Kap'Sogo Tuparí, email:rtupari@gmail.com.

[3] Secretaria de Estado da Educação, Terra Indígena Rio Branco, Município de Alta Floresta, Rondônia, Brasil, Escola Hapbit Tuparí, email:isaiastuparí@gmail.com.

Breve apanhado dos estudos sobre a língua Tuparí

O Tuparí é falado atualmente em duas Terras Indígenas, a Terra Indígena Rio Branco e a Terra Indígena Rio Guaporé. Nesta última, há apenas algumas famílias que ainda falam a língua, com apenas uma minoria que continua a transmiti-la aos seus filhos e netos. É na Terra Indígena Rio Branco, onde vivem aproximadamente 600 indivíduos, que a maioria fala e transmite plenamente a sua língua nativa aos seus descendentes.

A língua Tuparí foi a primeira língua indígena falada em Rondônia objeto de estudo gramatical. Sua primeira gramática foi escrita em 1957 por Aryon Dall'Igna Rodrigues, a partir dos dados coletados por Frans Caspar, durante os seis meses de sua estada junto aos Tuparí, no ano de 1948, e durante os cinco meses de sua segunda viagem a esse povo, em 1955 (Caspar 2015 [1948, 1955]). Rodrigues, que na segunda metade da década de 1950 realizava seu doutorado em Hamburg, foi convidado por Franz Caspar a sistematizar linguisticamente os dados que este coletara junto aos Tuparí. Rodrigues mudou-se para a Suíça, onde permaneceu seis meses, em 1957, analisando os dados que lhes foram confiados por Caspar, trabalho que resultou na *Versuch einer Grammmatik der Tuaprí-Sprache*, traduzida para o Português e publicada em 2017 pelo Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas da Universidade de Brasília.

A segunda linguista a trabalhar com a língua foi Poliana Maria Alves, que realizou mestrado sobre sua fonologia com base em dados coletados por outro pesquisador[4]. Posteriormente, ao conhecer dois indígenas Tuparí em evento na Universidade de São Paulo, retomou sua pesquisa, agora em campo, no ano de 1992. Ainda na década de 1990 a professora Lucy Seki foiconvidada pelo Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (IAMA) para lecionar no Curso de Formação de Professores Indígenas, promovido pela instituição. Lá, conheceu alguns Tuparí e se interessou em realizar estudo linguístico sobre essa língua.

Em 2011, Edineia Isidoro organiza a primeira oficina de língua Tuparí para professores indígenas, em atendimento à solicitação dos professores Isaias e Raul Tuparí, na aldeia Colorado. Além dessa, duas outras seriam realizadas naquele mesmo ano: uma no Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas da Universidade de Brasília, sob a supervisão de Aryon Dall'Igna Rodrigues, e outra na Aldeia Colorado. Desde então, Isidoro vem pesquisando a língua Tuparí em oficinas, nas quais os professores indígenas são participantes ativos no processo.

Mais recentemente, o americano Adam Roth Singerman passou a estudar também a língua Tuparí. Embora já tenham sido produzidos uma primeira gramática da Língua Tuparí por Rodrigues e Caspar ((1957[2017]), nove artigos (Alves 1991, 2000, 2001, 2004, 2005, 2007; Seki 2002; Adam 2017; Cabral et

[4] Dados coletados por Dennis Albert Moore junto a uma mulher Tuparí de 25 anos, em 21 de junho de 1988, no Posto Indígena Ricardo Franco, Terra Indígena rio Guaporé.

al. 2017), além de três trabalhos de conclusão de curso sobre a língua – uma dissertação de mestrado e duas teses de doutorado. Em sua tese de doutorado, Alves (2004) apresenta uma proposta de dicionário, que também inclui uma revisão de aspectos fonológicos que foram tratados em sua dissertação de mestrado (1991), além de retomar aspectos gramaticais evidenciados por Rodrigues e Caspar (1957). A segunda tese, de autoria de Adam Roth Singerman (2017), parte do conhecimento já sistematizado por Rodrigues, Alves e Seki, aprofunda aspectos da morfossintaxe e reanalisa alguns processos fonológicos. Considerando todos esses estudos, verifica-se que um dos temas que merece aprofundamento é o relativo a predicados nominais em Tuparí. Nenhum desses estudos dedicou atenção ao tema explorando-o de forma a oferecer uma análise de seus diferentes tipos.

O presente artigo aborda, assim, predicados não-verbais da língua Tuparí, visando contribuir para o aprofundamento do conhecimento linguístico dos seus tipos de predicação. Os resultados do estudo mostram, também, que essa língua apresenta características que lhe são próprias, distinguindo-a das demais línguas da família Tuparí.

Algumas notas sobre a tipologia de predicados não-verbais segundo Payne (1997) e Dryer (2007)

Antes de apresentarmos nossa descrição dos predicados não-verbais do Tuparí, fazemos algumas considerações sobre as tipologias de predicados dessa natureza propostas por Payne (1997) e por Dryer (2007), por elas subsidiarem a análise em pauta, contribuindo para o traçar do perfil tipológico da língua com respeito às estruturas internas e respectivas naturezas de seus predicados não-verbais.

Payne distingue dois tipos principais de predicados não-verbais: 1) "predicados nominais" e 2) "construções relacionadas". Os núcleos de predicados dessas naturezas expressam, segundo o autor, "inclusão, equação, atribuição, localização, existência e posse" (1997:111). Sumarizamos, no quadro seguinte, os tipos de predicados não-verbais que podem ser encontrados nas línguas, segundo Payne (1997):

Predicados não-verbais		
Tipos gerais	Tipos específicos	Natureza da predicação relativa aos seres
Predicados Nominais	Predicado nominal (inclusivos e equativos)	Embutida em um nome

Predicados não-verbais		
Construções Similares	Predicados atributivos	Atributiva
	Predicados existenciais	Existencial
	Predicados locativos	Locativa
	Predicados possessivos	Possessiva

Payne (1997) observa que esses tipos de construções "tendem a ser gramaticalmente semelhantes uns aos outros na medida em que não possuem um verbo semanticamente rico" (p. 112), ou seja, verbos que expressam o conteúdo semântico do predicado. O autor sugere que os tipos de predicados nominais e similares podem provavelmente ser organizados em um *continuum* baseados na probabilidade de não possuírem um verbo lexical semanticamente rico. (Payne 1997:113). Esse *continuum* é reproduzido em seguida:

Predicate types according to the likehood of lacking a semantically rich lexical verb

Most likely to lak a semantically rich verb			Not very likely to lak a semantically rich verb, but still may	
Predicate > nominals (equative, inclusive proper)	Predicate > locative, adjective (atributive)	Existencials >	Possessive > Clauses	Locomotion > Clauses
←----------Subject matter for this chapter----------→				

Payne chama de predicado nominal aqueles predicados em que o principal conteúdo semântico está imbutido em um nome e que expressam as noções de inclusão própria ou de equação. A noção de inclusão própria dá-se quando é afirmado que uma entidade está entre os itens de uma classe especificada no predicado, como em "Ele é um professor", parafraseado por "Ele é um membro da classe de itens designados pelo nome professor". Já orações equativas são as que afirmam que uma entidade particular (o sujeito da oração) é idêntica à entidade especificada no predicado nominal, como em "Ele é meu pai".

Payne acrescenta que às vezes é difícil ou mesmo impossível determinar qual nominal é o predicado e qual é o sujeito, e que muitas línguas não fazem uma distinção gramatical entre inclusão própria e orações equativas. O autor oferece uma discussão sobre uma lista de modos como as línguas expressam inclusão própria e equação, e a sumariza como a seguir:

Predicados Nominais

1		Sem cópula	NPNP
2		Cópula	
	a)	Cópula é um verbo	NP V NP
	b)	Cópula é um pronome	NP PRO NP
	c)	Cópula é uma partícula invariável	NP COP NP
	d)	Cópula é uma operação derivacional	[NP] V NP
3		Cópula apenas em tempos não presente	NP (COP) NP

Também é apresentado o modo como as línguas expressam predicados adjetivais, cuja morfossintasse geralmente é idêntica ou semelhante a dos predicados nominais:

Predicados Adjetivais (Orações atributivas)

1		Sem cópula	NP ADJ
2		Cópula	
	a)	Cópula é um verbo	NP V ADJ
	b)	Cópula é um pronome	NP PRO ADJ
	c)	Cópula é uma partícula invariável	NP COP ADJ
	d)	Cópula é uma operação derivacional	[NP] V ADJ
3		Cópula apenas em tempos não presente	NP (COP) ADJ

Com relação às construções existenciais, Payne ressalta que estas requerem um adjunto locativo ou temporal, e que muitas línguas tratam morfossintaticamente orações do tipo "Existe um Deus" como existenciais, embora não haja nenhum adjunto locativo expresso. No entanto, ele enfatiza que orações existenciais puras não são comuns em discursos quotidianos (Payne 1997:123).

Sobre a constituição de predicados locativos, Payne observa que algumas línguas como o Inglês usam um verbo ou morfema copular, como em "*The table has a book on it"*, e que apresentam, ainda, um meio secundário de formação de predicados locativos que se baseia no modelo de orações possessivas (p.121).

Finalmente, sobre orações possessivas (ex: "*I have a dólar*"*)*, Payne lembra que são distintas de sintagmas nominais possessivos como *(my dollar)* e que as línguas empregam estruturas existenciais e ou locativas para expressar posse. Acrescenta, ainda, que ocasionalmente orações possessivas usam um verbo especial como "ter" (Payne 1997:127).

Outro linguista a propor uma tipologia de predicados não-verbais é Dryer (2007). Sua classificação para predicados não-verbais é análoga à proposta por Payne, mas organizada de modo distinto. O autor classifica predicados não-verbais em três grupos: 1) predicados com núcleos adjetivos; 2) predicados com

núcleos nominais; e 3) predicados com núcleos locativos. Ele acrescenta que algumas línguas possuem um verbo cópula, mas que outras podem expressar as mesmas noções sem cópula.

Os três tipos de orações com predicados não-verbais apresentados por Dryer (2007: 225) são exemplificados com dados do Muɹinypata, língua isolada falada no norte da Austrália:

panŋun	kanʸi-ka	putput
woman	this-top	pregnant

'this woman is pregnant'
'Esta mulher está grávida'

paŋu-ka	lawaŋga
that.rem-top	wallaby

'that's a wallaby'
'Isso é um wallaby'

nukunu-ka	ŋaɹa	da	wiɹit
3sg.masc-top	loc	place	bed

'he's on the bed
'Ele está na cama'

Apresentamos, no que segue, quais e como são constituídos os tipos de predicados não-verbais em Tuparí, tendo como referência as tipologias de Payne (1994) e Dryer (2007).

Subtipos de predicados não-verbais em Tuparí

Por predicados não-verbais, entende-se que se tratam de predicados cujos núcleos são constituídos de algo [-verbo]. Dentre os tipos de predicados dessa natureza encontrados em Tuparí, há os predicados nominais (inclusivos, equativos e atributivos), os predicados locativos, os predicados existenciais e os predicados possessivos.

Predicados nominais equativos

Na língua Tuparí, orações equativas são constituídas de um sujeito e de um predicado cujo núcleo é um nominal, sem nenhum tipo de cópula, o que o associa ao tipo de predicado nominal proposto por Payne (2007):

Sem cópula	NP NP

Observamos que, em Tuparí, a ordem do sujeito com respeito ao predicado nesse tipo de oração segue o princípio geral da língua, que **é** válido para orações

com predicados verbais ou nominais, ou seja, quando o sujeito é um nome ou demonstrativo, a ordem é SP, mas se o sujeito é um pronome pessoal, a ordem é PS. Seguem alguns exemplos de predicados nominais em Tuparí[5].

O sujeito é um nome possuído:

1. e-er-et Arlene
   2-nome-DET Arlene
   'seu nome é Arlene'

2. i-er-et Arlene
   R[2]-nome-DET Arlene
   'o nome dela é Arlene'
   O sujeito é um pronome pessoal:

3. Tuparí ʔon
   Tuparí 1
   'eu sou Tuparí' (Alves 1994:224)

4. õpɨop maʔan ʔon
   professor 1
   'eu sou professor'

5. õpɨop maʔan-eat ʔote
   professor-COL 1INCL
   'nós somos professores'
   O sujeito é um pronome demonstrativo:

6. he-et o-si aʔytʔa
   essa/esse/ela/ele-DET 1-mãe irmã-mais nova (de mulher)
   'ela é minha tia (irmã mais nova da mãe de mulher)'

7. ekaon ipotʔar-at
   aquele pescador-NAG
   'aquele é pescador'

[5] Abreviaturas usadas neste estudo: ABL = ablativo; CONT = continuativo; COL= coletivo; DET = caso determinativo; EXCL = exclusivo; INCL = inclusivo; INESS = inessivo; N.AG = nominalizador de agente; POSS= possessivo; R[1]= relacional de contiguidade; 1= primeira pessoa; 2 = segunda pessoa; p = plural.

8. he-et o-psi
essa/esse/ela/ele-DET 1-mãe
'ela/essa é minha mãe'
O sujeito é um nome:

9. Rau-t o-nõ
Raul-DET 1-amigo
'Raul é meu amigo'

10. takara-t o-arop
anta-DET 1-PERTENCE
'a anta é minha'

11. ɨpa-et ote-arop
milho-DET 1INCL-PERTENCE
'o milho é nosso' (exclusivo)

12. ɨpa-et e-arop
milho-DET 2-PERTENCE
'o milho é de você'

É natural que demonstrativos e nomes em função sintática de sujeito sejam, em vários contextos discursivos, flexionados pelo caso 'determinativo', como mostram os exemplos apresentados neste artigo. Entretanto, em orações equativas, o nominal que é núcleo do predicado pode também ser marcado pelo caso determinativo, como mostra o exemplo seguinte:

13. ha-t ɨpa-et
este-DET milho-DET
'este aqui é o milho' (Alves 2004:73)

Ressaltamos o fato de que no contexto em que o nome 'milho' foi usado tratava-se do milho sobre o qual se falava, algo conhecido do falante e do ouvinte, e que na situação discursiva esse milho é aquele sobre o qual se falava. A tradução do exemplo que resume o significado do uso do sufixo casual determinativo é 'este aqui é o milho' e não 'este aqui é milho'. A tradução para o Tuparí deste último exemplo seria *ha-t ɨpa* 'este aqui é milho'.

Outros exemplos:

14. he-et o-si aʔytʔa
essa/esse/ela/ele-DET 1-mãe irmã-mais nova (de mulher)
'ela/essa é minha tia (irmã mais nova da mãe de mulher)'

15. he-et o-psi
essa/esse/ela/ele-DET 1-mae
'ela/essa é minha mãe'

Orações com predicados nominais semanticamente inclusivos

Em Tuparí, predicados semanticamnete inclusivos têm a mesma estrutura dos predicados equativos precedentes. E como ocorre com os demais tipos de predicados não-verbais, se o sujeito é um nome ou um demonstrativo, a ordem do sujeito com respeito ao predicado é SP (exemplos 16 a 18), mas se o sujeito é um pronome pessoal, a ordem é PS (exemplos de 19 a 21):

16. he-et wãmoã
essa/esse/ela/ele-DET pajé
'ele é pajé'

17. ekao-n ipot=ar-at
aquele-DET peixe=pegador-nom.ag
'aquele é pescador'

18. Gilasia-t o-ak
Gilasia- DET 1-filha
'Gilasia é minha filha'

19. po:tea-t ʔon
cacique- DET 1
'eu sou cacique'

20. õpɨop maʔa-n ʔen
professor- DET 2
'você é professor'

21. õpɨop maʔa-n eat ote
professor-DET COL 1EXCL
'nós somos professores'

Orações com predicados atributivos

A língua Tuparí também não distingue predicados semanticamente atributivos dos predicados semanticamente equativos e inclusivos, sendo estruturalmente idênticos a estes.

22. he-et kiarap
essa/esse/ela/ele-DET alegre
'ele é alegre'

23. he-et apʔe
essa/esse/ela/ele-DET gordo
'ele é gordo'

24. takara-t erat
anta-DET grande
'a anta é grande'

25. kiarap-ʔom ʔon
alegria-NEG 1
'eu sou triste'

Como mostram os exemplos precedentes, Tuparí não diferencia formalmente predicados nominais equativos, inclusivos e atributivos. Diante disso, pode-se concluir que há na língua um só tipo de predicado que tem como núcleo uma expressão nominal, sem a presença de morfologia específica, como cópulas ou partículas. A não distinção formal de predicados equativos, inclusivos e atributivos contribui para a classificação de palavras como 'bom', 'bonito' e 'gordo', por exemplo, como pertencentes a uma subclasse de nomes, que chamamos de "nomes descritivos".

Payne (1997) observa que predicados semanticamente atributivos como "Ele é alto" são raramente distintos estruturalmente de predicados inclusivos e equativos que ele denominou de nominais. Segundo ele, se não existe diferença entre esses predicados, não se deve tratá-los separadamente, ou seja, a separação é pertinente "apenas se exibirem algumas propriedade ou propriedades formais distintivas" (Payne 1997:120).

Contudo, se por um lado a língua Tuparí não distingue predicados equativos de inclusivos e de atributivos, faz uma distinção aspectual entre predicados nominais atributivos "essivos" e predicados atributivos "estativos". Em predicados atributivos "essivos", o conteúdo informacional corresponde a um atributo permanente do sujeito. Já em predicados atributivos "estativos", o conteúdo informacional expresa um atributo circunstancial ou efêmero do sujeito. Exemplificamos, em seguida, o contraste entre os dois tipos de predicados nominais.

Predicados atributivos essivos

26. ki-arap okit
1INCL-alegre 1.INCL
'nós (incl.) somos alegres'

27. he-et kɨray
ele/esse/ela/essa-DET bonito
'ele é bonito'

Predicados atributivos estativos

28. a-kiara-ere na ki-a
alegre-ABL CONT 1INCL-em.pé
'com respeito à alegria nós estamos'

29. he-et kɨray na te-a
essa/esse/ela/ele-DET bonito CONT 3-em.pé
'ele está bonito'

Predicados atributivos estativos têm como núcleo um nome de qualidade seguido pela partícula que expressa o modo de ação 'continuativo' (*na*). Ademais, as orações das quais são núcleos contêm um verbo posicional, como mostram os exemplos em 30 e 31.

30. he-et kɨray nã te-a
essa/esse/ela/ele-DET bonito CONT 3-em.pé
'ele está bonito'

31. kiara-ere na ki-a
alegre-ABL CONT 1INCL-em.pé
'com respeito alegria, nós estamos'

Predicados locativos

Em Tuparí, predicados locativos têm como núcleo expressões locativas, que predicam a localização de algo ou de alguém, e as orações das quais são núcleos podem conter um verbo posicional opcional. Alguns exemplos ilustrativos desses predicados são:

32. ipor-et kopka-ere te-a
peixe-DET fogo-ABL 3-em.pé
'o peixe está no fogo'

33. ipor-et wa'ẽ top-'a-pe te-à
peixe- DET panela-CL.CIRC-INESS 3-em.pé
'o peixe está na panela'

34. ipor-et kupe:-pe te-yã.
peixe-DET barco-INESS 3-deitado
'o peixe está no barco'

35. txau-t sako-pe te-yã
farinha- DET sako- INESS 3-deitada
'a farinha está no saco'

Observamos que predicados locativos podem ser utilizados com valor existencial, como mostram os seguintes exemplos:

36. ipor-et keranga baia-re
peixe- DET muito baia-ABL
'há muitos peixes na baia'

37 pot'a-t te-jã wirig-ere
porco- DET 3-sentado roça-ABL
'existe porco na roça'

Predicados existenciais

Embora na língua Tuparí orações com predicados locativos possam ter função existencial, há um tipo de predicado genuinamente existencial, caracterizado pelo uso da partícula existencial *tero'a* 'existencial':

38. har-et teroʔa garape-re
cobra-DET existe igarapé-ABL
'existe cobra (no igarapé)'

39. ha:re kɨr-et teroʔap
LOC criança-DET EXIST
'há criança nessa aldeia'

40. amẽko-t tero?a ha:re
onça-DET EXIST aqui
'existe onça aqui'

Predicados possessivos

A língua Tuparí possui um outro tipo de predicado não-verbal, cujo núcleo é um nome combinado com o sufixo *-siro* ~ *-psiro* ~ *-msiro,* que chamamos de 'possessivo'. Rodrigues e Caspar (1957:41) descrevem a função desse sufixo como sendo a de identificar algo ou alguém com uma propriedade. Segundo Rodrigues e Caspar, com esse sufixo "são formados radicais nominais simples, nomes que significam 'o que contém, o que tem [...]'." A alomorfia inerente a esse sufixo é por eles assim explicada: "Os alomorfes *-siro* e *-psiro* ocorrem em variação livre depois de fonemas não nasais". O primeiro é a variante mais frequente. O sufixo *–msiro* ocorre depois do fonema nasal. Exemplos oferecidos por Rodrigues e Caspar são os seguintes:

> *itsiro* 'o que tem no prato' 'o que tem acompanhamento' (no sentido duma parte da comida que acompanha outra de valor nutritivo mais alto, como por exemplo uma salada)
> *oitsiro* 'que contem sal (como adição a comida, sabor agradável)'.
> *hit=apsiro* 'o que tem flores (*hit=a* flores)'
> *paiãmsiro* 'canhoto (*paiã* 'habilidade com a mão esquerda)'
> *ioitsiroka* 'ela come com sal'. (Lit: seu que contem sal, ela come)
> (Rodrigues, Caspar 2015: 45 [1957])

Nos exemplos seguintes, elicitados de orações com predicados possessivos, evidencia-se a natureza possessiva do sufixo *-siro* ~ *-psiro*, razão pela qual o chamamos de "possessivo", o que não anula ou contradiz a definição que lhe foi dada por Rodrigues e Caspar (1957), a de identificar algo ou alguém com uma propriedade. Pelo contrário, há um reforço dessa definição, uma vez que possuir algo é possuir a propriedade relativa a esse algo, como em 'eu tenho marido' ou 'eu tenho a propriedade de ser casado', ou 'eu tenho pai' e 'eu sou paizudo'.

41. i-men-siro ?on
R^2-marido-POSS 1
'eu tenho marido'

42. i-men-siro ?en
R^2-marido-POSS 2
'você tem marido'

43. mãy-siro ʔon
Roça-POSS 1
'eu tenho roça (mas não é muito)'

44. wap-siro wat
rede-POSS 2p
'vocês têm rede'

45. siep-siro ʔon
esteira- POSS 1
'eu tenho esteira'

Uma síntese dos predicados não-verbais do Tuparí

Vimos que a língua Tuparí possui quatro tipos de predicados não-verbais: predicados nominais, predicados locativos, predicados existenciais e predicados possessivos. Os predicados nominais não distinguem formalmente o que é semanticamente equativo, inclusivo, e atributivo. Por outro lado, os dados aqui apresentados mostram que os predicados semanticamente atributivos dividem-se em "essivos" e "estativos", os primeiros expressando um atributo inerente ao sujeito, e os segundos, uma qualidade efêmera ou circunstancial do sujeito. Estes últimos diferem formalmente dos predicados essivos por serem seguidos da partícula continuativa *na* e por apresentarem um verbo posicional opcional.

Os dados também mostram que a língua Tuparí distingue predicados locativos dos demais predicados não verbais. Predicados locativos expressam a localização do sujeito e têm como núcleo uma expressão locativa. Sua interpretação pode ser a de um predicado existencial, embora a língua possua uma partícula existencial, *tero'a*, que funciona como núcleo de predicado de orações puramente existenciais.

Finalmente, a língua Tuparí apresenta um tipo de oração possessiva, cujo núcleo é um nome combinado com o sufixo derivacional *-siro, psiro, msiro* 'possessivo'.

Este estudo, que não se pretende definitivo, representa uma primeira sistematização dos tipos de predicados não verbais em Tuparí, e está sendo enriquecido com resultados de pesquisa em desenvolvimento por seus autores.

Referências

Alves, Poliana Maria. 1991. Análise Fonológica Preliminar da Língua Tuparí. Dissertação de Mestrado, UnB.

Alves, Poliana M.. 2000. A Flexão Relacional em Tuparí. In: Anais da 52ª Reunião Anual da SBPC, Brasília, 2000, Brasília.

Alves, Poliana M.. 2001. Flexão Relacional em Tuparí e em Tupí-Guaraní. In: Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Belém: Editora Universitária - EDUFPA/Livraria do Campus,. v. I. p. 269-273.

Alves, Poliana Maria. O léxico do Tuparí: proposta de um dicionário bilíngüe. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.

Alves, Poliana M.. 2007. O Dicionário Tuparí-Português. In: Ana Suelly Arruda Câmara Cabral; Aryon Dall'Igna Rodrigues. (Org.). Línguas e Culturas Tupí. 1ed. Campinas: Curt Nimuendajú, v. I, p. 301-308.

Caspar, Franz. 2015. Os Tupari. Uma tribo indígena no Brasil ocidental.. (MS).

Caspar, Franz, and Aryon Dall'Igna Rodrigues. 1957. Ms.Versuch einer Grammatik der Tuparí-Sprache.

Dryer, Matthew. 2007. Clause Types. In. Shopen Timothy, Language Typology and Syntactic Description, secon edition, Vol. I: Clause Structure. Edited by, Published in the United States of America by Cambridge University Press, New York.

Payne, Thomas E. 1997. Describing morphosyntax, A guide for field linguists. University of Oregon and Summer Institute of Linguistics, CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, Cambridge, New York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapore, Sao Paulo (63-65)

Rodrigues, Aryon; Caspar, Fraz. 2017. Esboço da Gramática da Língua Tuparí. Tradução de Enrique Huelvaa Unterbaum, Laura Waagerle, Ariel Pheula do Couto e Silva, Ana Suelly Arruda Camaara Cabral, Brasila, DF: lALLI-IL-UnB,.

Seki, L. 2002. Aspectos morfossintáticos do Nome em Tupari. In: Ana Suelly A. C. Cabral; Aryon D. Rodrigues. (Org.). Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL. 1ed. Pará: Editora Universitária UFPA, 2002, v. 1, p. 298-308.

Tupari, Raul Pat' Aware. 2015. Ote Ma'ẽ - Reflexões Sobre a Escrita da Língua Tupari. Monografia, Licenciatura em Educação Básica Intercultural, Departamento de Educação Intercultural, Universidade Federal de Rondonia- UNIR.

Últimas palabras del médico charrúa Senaqué: novel hipótesis respecto a su interpretación

Last Words of the Charrúa Medicine-Man, Sennaqueh: A New Hypothesis about their Interpretation

José Campione-Piccardo[1]

DOI: https://doi.org/10.26512/rbla.v10i2.20942

Recebido em abril de 2018
Aceito em maio de 2018

Resumen

En el presente artículo se sugiere una hipótesis alternativa respecto de la interpretación que se les ha dado a las últimas palabras del médico indígena charrúa Senaqué desde su fallecimiento en Paris el 26 de julio de 1833. La versión que iniciara el interno Camus, y que se ha mantenido hasta el presente, es entendible desde un punto de vista parisino y francés, pero no parece condecir con los orígenes de Senaqué, su carácter, su habla, su trayectoria y sus creencias, y es posible que se trate de una honesta pero errónea interpretación basada en la transcripción fonética al francés (mediante cambio de código lingüístico entre lo enunciado por quien habla y el decodificado por parte de quien le oye) por las personas de habla francesa que estaban presentes al momento de su muerte, y que fueran las únicas que le oyeron pronunciarlas.

Palabras claves: Charrúa. Guaraní. Últimos Charrúas. Senaqué. transcripción fonética oral. cambio de código lingüístico

Abstract

In the present submission a new hypothesis is suggested with respect to the interpretation that has been given to the last words of the Charrúa medicine-man Senaqué since his death in Paris on July 26, 1833. The version initiated by the intern Camus, which has lasted until now, is understandable from a Parisian or French point of view, but does not seem to echo Senaqué's origins, his character, his language, his trajectory and his beliefs, and it could possibly be the result of an honest but erroneous interpretation based on the phonetic transcription into French (i.e., code-switching between the word as uttered and the word as heard and decoded) by the French-speaking persons who were present at his death, and who were the only ones to hear him say them.

Keywords: Charrúa. Medicine-man. Sennaqueh

[1] Médico, científico y académico uruguayo-canadiense, retirado de la Agencia de Salud Pública del Canadá (PHAC/ASPC) y la Organización Panamericana de la Salud (OPS/OMS). Ottawa, Ontario K1B 4T9, Canadá.

Senaqué fue un médico indígena charrúa sobreviviente de la Matanza de Salsipuedes (Campaña 2004), el 11 de abril de 1831, con la que el General Fructuoso Rivera, primer presidente constitucional de la novel nación oriental, diera inicio a su campaña de limpieza de indígenas charrúas sublevados dentro del territorio. Un grupo de sobrevivientes a dicha emboscada fueron hechos prisioneros. Cuatro fueron llevados a Francia por François De Curel en 1832, siendo exhibidos en París como curiosidades antropológicas y sometidos a estudios por los frenólogos de la época (Rivet 1930). Uno de los cuatro charrúas era Vaimaca Pirú, un cacique charrúa que había contado con la confianza del General José Gervasio Artigas, y otro fue Senaqué, médico indígena o s*epé*[2] de su tribu e inseparable compañero. Senaqué fue herido de lanza en el tronco, y enfermo y desnutrido fue el primero en dejarse morir en Paris, el 26 de julio de 1833. Vaimaca Pirú le siguió poco después. Antes de morir, Senaqué fue llevado a la Maison Royale de Santé donde fue asistido por el interno Camus, quien dejara un sentido relato de las últimas horas del médico charrúa recogiendo las que, según su interpretación, fueron sus últimas palabras (Camus 1833).[3] El 10 de agosto de 1833, bajo el título *Pauvre sauvage!,* el periódico Le Charivari (Chavari 1833) publica un artículo sobre la muerte de Senaqué en el que repite la versión de Camus.[4] En 1840, M. César Famin, describe brevemente el periplo francés de los Charrúas poniendo en boca de Senaqué esas mismas palabras (Famin 1840).[5] La misma anécdota la reproduce en 1844 Auguste Wahlen (Walen 1844), en 1858 la incluye X.-B. Saintine en su libro *Seul!* (Santine 1858), en 1863 la vuelve a citar Armand de Brossard (De Brossard 1863), y en 2017, Darío Arce Acenjo (Acenjo 2017), luego de ciento ochenta y cuatro años, vuelve a reproducir textualmente la versión originada por Camus.

Cuesta aceptar que las últimas palabras del *sepé* Senaqué hayan podido ser 'Oh *Paris! Paris!'*. En primer lugar, porque es muy poco probable que al morir haya evocado el nombre de una ciudad que conocía mal y en la que sufrió el escarnio de ser expuesto a los parisinos como una curiosidad de la naturaleza. En segundo lugar, resulta aún menos concebible que en el momento de morir pudiese haber enunciado un vocablo en un lenguaje que no conocía, ya que no hablaba francés y tenía un muy pobre conocimiento del castellano (Paul Rivet en su memoria titulada *Les derniers charrúas* (Rivet 1930) hace hincapié en el hecho de que «no había nunca querido adquirir las costumbres de los criollos ni aprender su lenguaje»). Sin entrar en el análisis de estas últimas palabras

[2] Médico o sabio indígena, en lengua charrúa (Sabat Pebet 1969).

[3] «Guardaba un silencio absoluto, el que él rompió solo una vez, sin provocación. *Oh Paris! Paris!* exclamó, y para quienes le escucharon en esa exclamación estaba toda su historia.»

[4] «'*Oh Paris! Paris!*' son las últimas palabras que pronunció.»

[5] «Cercano a su último suspiro, este pobre hombre juntó todas sus fuerzas y gritó de un tono tan doloroso que todos los asistentes resultaron emocionados: ¡Paris! ¡Paris!».

en tanto que discurso narrativo (Bakhtin 2012), es mucho más probable que Senaqué, quien durante su estancia en Paris «habla poco y contesta lenta y difícilmente» (Dumoutier 1833)[6], en esas circunstancias, haya utilizado un vocablo de su lengua habitual, referido a algo o alguien evocativo de su vida pasada, de su propia cultura, cuya fonética pudiera haber creado un cambio de código lingüístico (Cantero 1995) (Cortés Moreno 2001) involuntario entre el término enunciado en un idioma y su inmediata decodificación en otro, resultando en un inconsciente *calembour* o juego de palabras entre dos lenguas, por la polisemia así se creada. Además, debe recordarse que en el lenguaje francés la palabra '*Paris*' se pronuncia cercana a 'Parí' en castellano ('pa.ʁi', en notación fonética (International Phonetic Association 1999)), con acentuación en la 'i' y sin sonido para la 's' de final de palabra. Ello puede haber inducido a error a las personas de habla francesa que presenciaron su muerte en el caso mucho más probable que él haya invocado un vocablo de su propia lengua con una fonética cercana a 'pa.ʁi', aunque quizás más evocativo de su propia vida o creencias. La palabra '*Pirí*', posiblemente de origen guaraní, era utilizada por las diferentes tribus indígenas que poblaban las riberas del río Uruguay para designar las esteras de junco (Ruiz de Montoya 1639), los toldos así confeccionados y los campamentos que utilizaban dichas tolderías (Trelles 1870)[7] (aunque a partir del siglo XVIII estos toldos ya se confeccionaban preferentemente con pieles y cueros de animales) (Rossi 2002). Es posible que, por extensión, este vocablo haya pasado a designar el hogar (Antón 1995), y probablemente también al poblado indígena (Antón 1998). La versión escrita de la palabra '*Pirí*' reproduce (en portugués o castellano) su pronunciación aproximada, ya que no se sabe la pronunciación exacta que pudiera habérsele dado en el hablar charrúa de la época (García 2010), pero es probable que al ser enunciada por Senaqué, pudiera, en oídos parisinos, confundirse con la fonética de 'pa.ʁi'. Refuerza además la interpretación de que Senaqué haya enunciado una palabra indígena de uso corriente entre los Charrúas para designar su habitación y quizás a su pueblo, el que el frenólogo M. Dumoutier (Dumoutier 1833), en la cita que de él hace Paul Rivet en la memoria arriba citada (Rivet 1930), refiera haberle preguntado al cacique Vaimaca Pirú acerca de la muerte de Senaqué, a lo cual el cacique le contestó: «ha retornado al país, [...] él está volviendo.»[8] Luego,

[6] «Desde su captura, es notorio que [Senaqué] es el menos comunicativo, sea por el efecto de su enfermedad o por la pena que experimenta, guarda sobre todos los hechos pasados un triste silencio y cuando mira a alguien, no es sino de costado y rápidamente. Desdeñoso, ve todo con un aire de desprecio, una especie de indiferencia con algo de apatía; como todos los de su raza se enorgullece de manifestar la más perfecta impasibilidad. Habla poco y contesta lenta y difícilmente.»

[7] «... empleada figuradamente, como especie de sinécdoque para significar las chozas de aquellos indígenas por el nombre de la planta que les servía de material para cubrirlas.»

[8] «Le he preguntado a Peru [sic] qué pensaba acerca de la muerte de su compañero: "Ah!,

parece más probable que Senaqué en el momento de sentir que moría haya invocado sus orígenes, su gente y el lugar donde deseaba y esperaba retornar, y que '¡Pirí! Pirí!' (en guaraní-charrúa) y no '*Paris! Paris!'* (en francés) hayan sido las últimas palabras que se ahogaron en su garganta el 26 de julio de 1833.

Es difícil establecer la veracidad absoluta de cualquiera de estas versiones. Sin embargo, la novel interpretación que aquí se presenta parece plausible, tanto o más que la francesa, dado no solo los conocimientos lingüísticos de Senaqué, sino los aspectos históricos de su figura y su personalidad en tanto que indígena de la Banda Oriental y miembro de la nación charrúa. Además, contribuye a reforzar su memoria, al devolverle a sus últimas palabras un mayor poder evocativo y algo de la grandeza moral y espiritual con la que el sabio charrúa enfrentó todas las vicisitudes de su vida, incluida su propia muerte.

Referencias bibliográficas

Acenjo, D. A. 2017. *La historia de los Charrúas llevados a Paris en 1833.* http://www.enlacesuruguayos.com/Charruas.htm.

Antón, D. 1995. *Piriguazú - el gran hogar de los pueblos del sur.* Montevideo: Rosebud ediciones.

Antón, D. 1998. *El pueblo jaguar: lucha y sobrevivencia de los charrúas a través del tiempo.* Montevideo: Rosebud Ediciones.

Bakhtin, M. M. 2012. *Problemas de la poética de Dostoievski.* Vol. 3ra. edición. México: Fondo de Cultura Económica.

Campaña, M. 2004. "La guerra de los charrúas." *Revista Guaragua*, 141-164.

Camus. 1833. "Les derniers momens de Sénaque le charrua." *Revue de Paris* (H. Dumont) 5ème année (tome 5ème): 130-133.

Cantero, F. J., de Arriba, C. 1995. "El cambio de código: contextos, tipos y funciones." *Actas del Congreso Nacional de AESLA.* Valencia, España: Asociación Española de Lingüística Aplicada (AESLA). 278-290.

Chavari, Le. 1833. "Pauvre sauvage!" *Le Chavari* 2ème année (266).

Cortés Moreno, M. 2001. "Fenómenos originados por las lenguas en contacto: cambio de código, préstamo lingüístico, bilingüismo y diglosia." *Wenzao Journal* (Universidad Wenzao) 295-312.

De Brossard, A. 1863. *Mes voyages avec le docteur Philips dans les républiques de La Plata.* Tours, France: Mame et Cie.

Dumoutier, M. 1833. "Considérations phrénologiques sur les têtes de quatre Charruas." *Journal de la Société Phrénologique de Paris* Tome II: 74-102.

Famin, M. C. 1840. *L'Univers ou Histoire et description de tous le peuples….* Paris, France: Firmin Didot Frères.

ha retornado al país", fue lo que me dijo, "él está volviendo."»

García, B. 2010. *Palabras charruas conocidas y su significado.* Setiembre 17. http://caio.uy.over-blog.com/article-palabras-charruas-conocidas-y-su-significado-57204447.html.

International Phonetic Association. 1999. *Handbook of the International Phonetic Association A Guide to the Use of the International Phonetic Alphabet* . Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Rivet, P. 1930. "Les derniers Charruas." *Revista de la Socidad de Amigos de la Arqueología* (El Siglo Ilustrado) IV.

Rossi, J. J. 2002. *Los Charrúas.* Buenos Aires: Editorial Galerna.

Ruiz de Montoya, A. 1639. *Tesoro de la Lengua Guaraní.* Madrid.

Sabat Pebet, J. C., Figueira, J. J. 1969. «Las lenguas indígenas del Uruguay.» *Boletín histórico del Estado Mayor General del Ejército* 188-220.

Santine, X.-B. 1858. *Seul!* Vol. 2ème ed. Hachette et Cie.,.

Trelles, M. R. 1870. "Informe de P. Policarpo Dufo sobre lo sucedido en la entrada que se hizo en el año 1715 al castigo de los infieles." *Revista del Archivo General de Buenos Aires* (Imprenta del Porvenir) Tomo II.

Walen, A. 1844. *Usage et costumes de tous les peuples du monde.* Bruxelles: Librairie Historique-Artistique.

A trama dos documentos em torno da demarcação da Terra Indígena Igarapé Lourdes

The plot of the documents on the demarcation of the Igarapé Lurdes Indigenous Land

Lediane Fani Felzke[1]

DOI: https://doi.org/10.26512/rbla.v10i2.20979

Recebido em julho de 2018
Aceito em agosto de 2018

Resumo

A Terra Indígena Igarapé Lourdes, habitada pelos grupos étnicos Arara e Gavião, está situada no estado de Rondônia, na divisa com o Mato Grosso. A ideia, neste artigo, é compreender as nuances do processo demarcatório nos anos 1970 e trazer alguns dados sobre a invasão e a expulsão de colonos sulistas nos anos 1980, por meio dos registros documentais arquivados na FUNAI/DF e no Museu do Índio/RJ. Quanto à demarcação, a maior parte da terra tradicional dos Ikólóéhj Gavião ficou fora dos limites. Os documentos dão conta que a decisão sobre a área a ser identificada e demarcada foi determinada em Brasília, antes mesmo que a equipe do Grupo de Trabalho chegasse ao então Território de Rondônia. A identificação foi realizada "pelo alto", na medida em que a equipe não conversou com os indígenas Arara e Gavião. A demarcação física teve início no ano de 1976 e foi concluída em 1977. Pouco depois, a terra começou a ser invadida por colonos oriundos do sul e sudeste e mesmo depois da homologação da TI pelo decreto nº. 88.609 de 09/08/1983, os invasores continuaram no local. Apenas entre 1984 e 1985 foram retirados por iniciativa dos indígenas que então contaram com o apoio da FUNAI e da Polícia Federal. Este processo resultou no deslocamento das aldeias, do interior para o sul da TI a fim de proteger os limites e desestimular novas invasões.

Palavras-chave: Terra Indígena Igarapé Lourdes. Povo Arara. Povo Ikólóéhj Gavião. Identificação e demarcação.

Abstract

The Igarapé Lourdes Indigenous Land, inhabited by the Arara and Gavião ethnic groups, is located in the state of Rondônia, on the border with Mato Grosso. The idea, in this article, is to understand the nuances of the demarcation process in the 1970s and to bring some data about the invasion and expulsion of southern settlers in the 1980s, through documentary records filed at FUNAI / DF and the Museu do Índio / RJ . As for the demarcation, most of the traditional land of the Ikólóéhj Gavião was off limits. The documents indicate that the decision on the area to be identified and demarcated was determined in Brasília, even before the team of the Working Group arrived at the Territory of Rondônia. The identification was

[1] Professora no Instituto Federal de Rondônia (IFRO) Campus Ji-Paraná

made "at the top", in that the team did not talk to the Arara and Gavião natives. The physical demarcation began in 1976 and was completed in 1977. Shortly after, the land began to be invaded by settlers from the south and southeast and even after the approval of IT by decree no. 88.609 of 09/08/1983, the invaders continued in the place. Only between 1984 and 1985 were they withdrawn on the initiative of the indigenous people who then had the support of FUNAI and the Federal Police. This process resulted in the displacement of villages, from the interior to the south of the TI, in order to protect boundaries and discourage further invasions.

Keywords: The Igarapé Lourdes Indigenous Land. The Arara people. The Ikólóéhj Gavião people. Identification and demarcation.

Contextualizando

A Terra Indígena Igarapé Lourdes, habitada pelos grupos étnicos Arara e Gavião, está situada no estado de Rondônia, na divisa com o Mato Grosso. A ideia, neste artigo, é compreender as nuances do processo demarcatório nos anos 1970 e os entremeios da invasão e da expulsão de colonos sulistas nos anos 1980 por meio dos registros documentais arrolados no processo FUNAI/BSB/004.836/1975, arquivado na sede da FUNAI em Brasília e de arquivos do Museu do Índio no Rio de Janeiro. As informações de tais documentos foram complementadas pelos relatos orais de indígenas Ikólóéhj Gavião, interlocutores desta pesquisa.

Este texto foi originalmente escrito para a tese de doutorado[2] por mim defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília e parcialmente publicado no livro "Os Ikólóéhj Gavião: a terra e os *outros*" (Felzke 2017). Esta versão, mais completa, procura dar conta dos registros oficiais acerca da demarcação da TI, da invasão e da expulsão dos invasores nos anos subsequentes. A demarcação física teve início no ano de 1976 e foi concluída em 1977. A terra começou a ser invadida por não indígenas em fins dos anos 1970, teve seus 185.533 hectares homologados pelo decreto nº. 88.609 de 09/08/1983 e apenas nos anos seguintes os invasores foram retirados.

A chegada ao Igarapé Lourdes

Depois de percorrer, ao longo de tempos imemoriais, um longo caminho desde as proximidades dos rios Roosevelt e Aripuanã, habitar as cabeceiras dos igarapés que formam o rio Branco e, na sequência, a Serra da Providência, os Ikólóéhj Gavião encontravam-se em 1965, residindo nas margens do igarapé Lourdes, tributário do Rio Machado. Foi naquele local que os primeiros

[2] Felzke Lediane. Dança e imortalidade. Igreja, festa e xamanismo entre os Ikólóéhj Gavião de Rondônia. Brasília: PPGAS/DAN/UnB, 2017. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/22959

missionários protestantes os encontraram naquele ano[3]. Os mais velhos contam que se surpreenderam com aquele homem muito branco (*djála kíhr*) que estava ali para falar de Deus e não para comprar borracha ou peles de animais. Afirmam que inicialmente confundiram os missionários com marreteiros[4]. Depois de perscrutar a região e localizar algumas malocas, os missionários da New Tribes Mission retornaram no ano seguinte.

Neste mesmo ano, o SPI também começou a atuar de forma mais significativa na região. Um telegrama do Inspetor Regional desse órgão, datado de 13 de junho de 1966 informa a respeito do deslocamento de uma expedição até o "tuxaua dos Gaviões" para recrutar dez índios a fim de compor a frente de atração dos Cinta Larga em Vilhena. Não descobri se os Ikólóéhj participaram desta expedição, mas suponho que havia alguma proximidade entre eles e o SPI que permitiu a delegação de tal incumbência. Especulo que este vínculo tenha se firmado nas visitas periódicas de oficiais do exército de que fala Vitor Hugo (1959).

Dez dias após esse telegrama, o mesmo inspetor, da 9ª Inspetoria Regional do SPI (ININD-9), sediada em Porto Velho, emitiu um novo documento convocando um servidor para "viajar a Vila de Rondônia[5] para instalar base de atração" no igarapé Lourdes (Museu do Índio/RJ. Acervo. Microfilme 43_2482.). Esse servidor era o senhor Constantino Marques de Almeida que, assim que tomou posse do seu cargo na aldeia Igarapé Lourdes, informou seu chefe que viajaria até Porto Velho, acompanhando os "Tuchaua Tchambete, Fernandes e Carimbéa" a fim de apresentá-los ao chefe da inspetoria, Sr. José de Mello Fiuza, para que esse ouvisse suas reclamações, quais sejam, que "suas terras estão sendo invadidas por garimpeiros e proprietários de minerações". Outro documento, um relatório do senhor Fiuza, informa sobre a situação com indígenas em fins dos anos 1960:

> Data de alguns anos passados, os índios Arara e Gaviões, vem sendo orientados, assistidos e também explorados por seringalistas da região do igarapé Lourdes, afluente do Machado. [...]
>
> Ao vizitar (sic) o aldeamento daqueles índios, o nosso representante, comunicou a esta Chefia, a necessidade da presença de um funcionário dêsse (sic) serviço no seio dos mesmos índios, para evitar que

[3] A data registrada pelos missionários deste primeiro encontro foi o dia 25 de janeiro de 1965, comemorada até hoje pelos Ikólóéhj como "o dia que a palavra de Deus chegou até nós".

[4] Marreteiros, na Amazônia, são comerciantes que sobem os igarapés trocando mercadorias por produtos extraídos por indígenas, ribeirinhos, pescadores, seringueiros, frequentemente de forma assimétrica.

[5] Vila de Rondônia era o nome de Ji-Paraná até o ano de 1977 quando se torna município e recebe o nome atual.

> continuassem sendo explorados por indivíduos inexcrupulosos (sic) e induzidos ao vício de embriaguez alcoolica (sic). (Microfilme 045_00999).

Esse relatório infere que, diante do vácuo da presença do Estado desde os primeiros contatos com os Ikólóéhj e Arara, a "assistência" e "orientação" aos índios ficara a cargo dos seringalistas, para os quais os indígenas trabalhavam extraindo caucho e seringa. O resultado disso, concluiu o inspetor, é que os índios estavam sendo "explorados por indivíduos inexcrupulosos (*sic*) e induzidos ao vício de embriaguez alcoolica (sic)".

A aproximação de funcionários do SPI junto aos Ikólóéhj teve repercussões negativas para o seringal Santa Maria. Diferente dos primeiros anos de contato com os brancos (possivelmente entre fins dos anos 1940 e início dos anos 1950), a relação entre os indígenas, seringueiros e garimpeiros não era nada amistosa em 1966, a ponto daqueles recorrerem ao SPI para expulsá-los de suas terras. Xabéhr e Fernando, que haviam morado no seringal e falavam minimamente português, eram considerados chefes pelos funcionários do SPI que os chamavam de "Tuchauas". A reclamação desses homens e de Carimbéa desencadeou um processo que resultaria anos mais tarde na demarcação da Terra Indígena Igarapé Lourdes. Por hora, nos interessa registrar que antes mesmo da ação demarcatória, houve mudanças no seringal por conta do falecimento de José Barros, o seringalista que principiou o contato com os indígenas. A empresa seringalista passou a ser intermediada por Fernando Xenepoabáh que assumiu a troca da borracha dos parentes, negociada em Vila Rondônia pelas mercadorias dos brancos. Lamentavelmente Fernando Xenepoabáh teve morte prematura depois de lutar muitos anos contra uma tuberculose.

O processo demarcatório

Embora a TI esteja completamente regularizada desde sua homologação em 1983, essa questão ainda gera alguma polêmica. Desde meus primeiros contatos com os Ikólóéhj fiquei sabendo que suas terras tradicionais, entre o rio Branco e a face oriental da Serra da Providência, haviam sido preteridas e ficaram fora da área reconhecida pelo Grupo de Trabalho e efetivamente demarcada entre 1976 e 1977. Alguns interlocutores acreditam que os mais velhos, que acompanharam as equipes de demarcação, não souberam ou não quiseram revelar o local exato das malocas ancestrais temendo os ataques dos Zoró, também chamados de Cabeças Secas.

Em outubro e novembro de 2006, durante a coleta de castanha, acompanhei parte da família extensa de Séríhr[6], filho do *zavidjaj* Xikov Pí Pòhv, até o

[6] Por ocasião da pesquisa de campo realizada pra o mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia.

local onde se encontrava a maloca de seu pai – aldeia Zav Póhj – na Serra da Providência. Naqueles dias convivi com a desolação do grupo pela exclusão desse território ancestral dos limites da área demarcada. Viajando na camionete pelas estradas que atravessavam as imensas fazendas até o acampamento, meus amigos apontaram a direção das aldeias "dos antigos", atualmente tomadas por latifúndios de criação de gado e plantação de soja. Para compreender melhor as circunstâncias da exclusão dessa área, me detive sobre a documentação do processo de identificação, demarcação e homologação da T.I. Igarapé Lourdes. Tais documentos revelaram que os indígenas que acompanharam a demarcação não tiveram nenhuma responsabilidade na exclusão das áreas ancestrais como veremos a seguir.

A partir da correspondência de 1966 para a 9ª Inspetoria Regional do SPI (ININD-9) em Porto Velho, informando que as terras dos índios estavam sendo invadidas por seringueiros, garimpeiros e donos de mineradoras, o Inspetor Regional, senhor Fiúza, solicitou ao governador do Território Federal de Rondônia para que fosse "preservada" uma área de terras "devolutas", totalizando 97.500 ha para serem futuramente demarcadas pelo SPI. O croqui entregue ao governador incluía o Rio Riachuelo que ficou de fora da área efetivamente demarcada dez anos depois.

Na sequência dessa solicitação, houve uma operação de evacuação de seringueiros e garimpeiros da área do Igarapé Lourdes (Microfilme 043_02505). E embora nem todos saíssem naquela oportunidade, foram apreendidos cinco mil quilos de caucho e doze pelas de seringa extraídas pelos indígenas por ordem do seringalista. A interferência no SPI no sentido de coibir a ação de seringueiros e exploradores de minério na região provocou a insatisfação daqueles. A presença do SPI – FUNAI a partir de 1967 – resultou na transformação da então frente de atração Igarapé Lourdes em Posto Indígena.

Em 02 de abril de 1971, foi publicada a portaria 06/N que criou o Posto Indígena Igarapé Lourdes (PIN) no então Território Federal de Rondônia para "prestar uma assistência efetiva aos grupos indígenas Suruí[7], Arara e Gavião". A criação do PIN atraiu mais ainda os grupos familiares dos indígenas dispersos pelo território, na medida em que essa aldeia se transformou em um centro de operações com escola, posto médico, rádio e gerador de energia.

Alguns anos mais tarde, em janeiro de 1974, por meio do decreto nº 73.563, a FUNAI declarou interditadas "temporariamente, para efeito de atração dos grupos indígenas Cinta Larga, Suruí, Arara, Gavião e Erikbatsa (*sic*.), as áreas situadas no Estado do Mato Grosso e no Território Federal de Rondônia". Nesta área interditada encontrava-se a terra de ocupação tradicional dos Gavião, entre a margem esquerda do Rio Branco e a Serra da Providência. A interdição dessa área deu início ao processo que culminou com a homologação da TI Igarapé

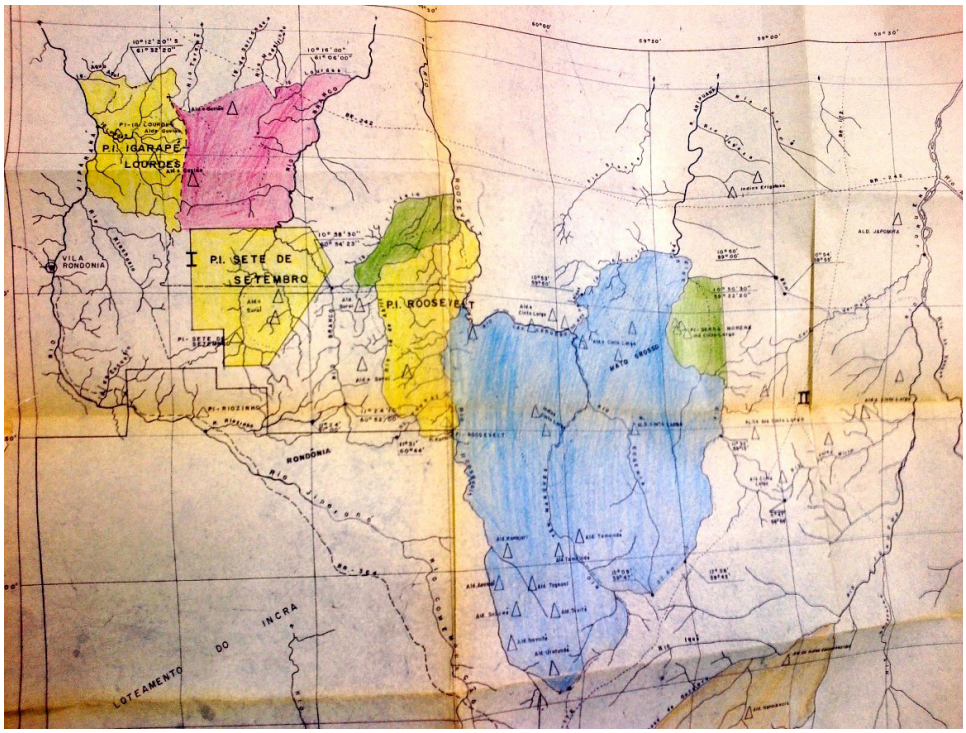
[7] Como eram chamados os Zoró na ocasião.

Lourdes em 1983.

No entanto, grande parte da área interditada não foi demarcada e, após a demarcação, o decreto 82.064 de 03 de agosto de 1978 “declara sem efeito a interdição de parte da área a que se refere o decreto nº 73.562, de 24 de janeiro de 1974...”, ou seja, exatamente a terra tradicional dos Ikólóéhj, que ficara fora da demarcação, foi desinterditada por este decreto. Trata-se da região colorida de vermelho na imagem abaixo, uma reprodução fotográfica do mapa da FUNAI que acompanha o processo de demarcação da TI Igarapé Lourdes..

O inexplicável é que, apesar das malocas dos Ikólóéhj terem sido identificadas na área em vermelho, como demonstram os triângulos ali dispostos, a demarcação ignorou as aldeias e seguiu o limite natural da Serra da Providência que identifica a divisa entre Rondônia e Mato Grosso, para fins de demarcação. O que deveria ser uma área de demarcação contínua, desde os parque Aripuanã (em azul) dos Cinta Larga, até a TI Igarapé Lourdes, passando pelas demais terras Cinta Larga, Zoró (que ainda não haviam sido contatados) e Suruí, foi fraturada pelas fazendas que hoje cobrem de bois e capim os lugares onde moravam os ascendentes dos Ikólóéhj Gavião.

Figura 1: Mapa constante do processo da T.I. Igarapé Lourdes



Fonte: Processo FUNAI/BSB/004.836/1975 de 10 de outubro de 1976.
Setor de documentação e arquivos da sede da FUNAI.

Sebirop, cacique dos Ikólóéhj Gavião, contou que nos anos 1970, ele e

outros indígenas participaram ativamente do contato com os Suruí. Foi naquele contexto que estabeleceram amizade com Apoena Meirelles, então sertanista da FUNAI. Assim que retornaram da frente de atração, perceberam que precisavam garantir sua terra, pois a fronteira agrícola estava se aproximando perigosamente das "terras dos índios". A demarcação administrativa teve início em 1976 sendo levada a efeito pela empresa PLANTEL S/A, com sede em Goiânia/GO, e foi concluída em meados de 1977. A área demarcada seguiu a orientação do grupo de trabalho instituído em 1975 para "[...] delimitar as áreas necessárias ao Posto Indígena Igarapé Lourdes, aos Postos Indígenas de Atração 7 de Setembro e Roosevelt, bem como outras áreas ocupadas por grupos indígenas porventura localizados na Área I, constante do Decreto nº 73.562, de 24 de janeiro de 1974".

Lembro que o decreto citado pela portaria de demarcação havia interditado uma área quase contínua, para fins de estudo, desde a terra dos Cinta Larga até o Rio Machado. O grupo de trabalho que elaborou os estudos para a demarcação de tais áreas era formado por cinco pessoas: o titular da 8ª Delegacia Regional da FUNAI, um antropólogo, uma engenheira agrônoma, um advogado e um agrimensor.

O relatório do delegado da 8ª Delegacia Regional da FUNAI sobre a missão do GT é substancialmente revelador sobre os conflitos de terra que já se avizinhavam na Amazônia meridional nos anos 1970 em função da afluência massiva de migrantes oriundos do sul e sudeste do país atendendo aos apelos do governo militar que ostentava o slogan "terras sem homens para homens sem terra". Tal relatório informa dos conflitos entre posseiros e índios Suruí e das ocupações ilegais por fazendas nas terras dos Cinta Larga e solicita urgente demarcação das terras desses povos a fim de garantir a integridade física e social dos índios e também dos agricultores. Repleto de detalhes sobre as visitas do GT às aldeias desses povos indígenas, no entanto, é exíguo quando trata da terra dos índios Arara e Gavião.

Replico abaixo as únicas referências que o texto faz ao então PI Igarapé Lourdes. Ao descrever o périplo percorrido, é apenas na página sete que o relator informa:

> No dia seguinte pela manhã decolamos e **sobrevoamos** (grifo meu) a área do PI IGARAPÉ LOURDES descendo o RIO MACHADO até a confluência com o Igarapé Azul. A margem direita deste Rio, consequentemente, área Indígena, existem algumas fazendas (seringais), porém mais para o interior ou mesmo próximo ao Posto nada ainda existe.
>
> Após completar o circuito retornamos a Porto Velho com a missão cumprida. Nesse mesmo dia demos início a confecção dos relatórios e Memoriais Descritivos das áreas a serem propostas para os nossos índios.

Por sua vez, o relatório de duas páginas da engenheira agrônoma que compunha o GT, registra no penúltimo parágrafo:

> Depois do P.I. ROOSEVELT fomos até o P.I. IGARAPÉ LOURDES, onde **sobrevoamos** (grifo meu) e limitamos a área de acordo com os limites anteriormente previsto (sic). A topografia de toda a reserva é formada de 50% de terrenos planos e 50% de terrenos ondulados. A área próxima ao posto, onde os índios utilizam para suas lavouras é formada de terrenos planos, as margens do Rio Lourdes.

O relatório antropológico, por sua vez, se limitou a sugerir abertura de "cantinas" pela FUNAI para desestimular o deslocamento dos indígenas aos núcleos habitacionais abertos pelos colonos, e reforçou que "tal raciocínio é válido tanto para os Suruí do Posto Sete de Setembro como para os Cinta Larga do Roosevelt e os Arara e Gavião do P.I. Igarapé Lourdes". Essa foi a única referência do relatório antropológico aos Arara e Gavião.

O Memorial Descritivo para a demarcação do P.I. Igarapé Lourdes, produzido pelo agrimensor do GT, e que acompanhou o relatório, indicou a existência de 197 indígenas, embora sem informar a origem desse dado na medida em que a equipe não esteve em solo na terra dos Arara e Gavião, mas tão somente sobrevoou a área como vimos nos relatos acima. O memorial explicitou ainda que a área a ser demarcada fosse limitada a leste pelo traçado da Serra da Providência, como podemos ver no texto do memorial que antecede o mapa:

> Partindo da confluência do Igarapé Água azul com o Rio JI-PARANÁ ou MACHADO no ponto de coordenadas aproximadas de 10º13'00"S e 61º53'30"W; segue no sentido Leste pelo Igarapé Água azul acima até sua nascente ou cabeceira, daí com o rumo de 45º00'00"NE até encontrar a fronteira RONDÔNIA MATO GROSSO, (SERRA DA PROVIDÊNCIA) (grifo meu) daí no sentido Sul pela fronteira acima até encontrar a cabeceira do Igarapé da Prainha no ponto de coordenadas aproximadas de 10º49'00"S e 61º31'15"W, daí por este Igarapé abaixo até encontrar a confluência com o Igarapé Água Azul ponto de partida.

Este documento indica que o Grupo de Trabalho, ao iniciar os procedimentos para verificar as áreas a serem demarcadas, já sabia qual seria o traçado da TI Igarapé Lourdes, antes de realizar a pesquisa *in loco*. Mesmo sabendo da interdição das terras entre a Serra da Providência e o Rio Branco pelo decreto de 1974, em nenhum momento cogitou-se uma inspeção mais detalhada dessa área. A equipe não foi até os índios e nem mesmo verificou a existência de aldeias a leste da Serra da Providência. Foi sobrevoando, ou seja, "pelo alto", que os técnicos identificaram a área a ser demarcada. E, embora os funcionários do Posto Indígena Igarapé Lourdes tenham orientado os Ikólóéhj a "falar onde

é a terra de vocês", quando a equipe de demarcação chegou até a aldeia em 1976, os limites já tinham sido determinados pelo GT em 1975. Esse GT, por sua vez, já sabia que a área que deveria constar no Memorial Descritivo era aquela em que "nada ainda existe". As terras entre o Rio Branco e a Serra da Providência, onde havia malocas dos Ikólóéhj, já estavam reservadas a outros fins pelo Estado brasileiro como comprova a instalação de grandes latifúndios na região.

Não houve insistência, na época, da parte dos Ikólóéhj, em incluir a região a leste da Serra da Providência na terra demarcada por várias razões. Uma delas é que o GT que definiu os limites não lhes deu essa oportunidade, outra era o receio de choques com o povo Zoró que já era conhecido da FUNAI desde 1973 conforme podemos constatar pela Informação nº 006/COAMA/1976[8]:

> Considerando que as informações que a COAMA possui sobre a localização dos Zoró são antigas (1973), seria oportuno efetuar-se um sobrevôo na área compreendida entre os rios Branco e Fortuna de forma a, identificando-se a posição atual dos aldeiamentos (sic) desse grupo indígena, poder-se definir sua área de ocupação.

A trama de documentos de toda ordem que envolve o processo de demarcação da Terra Indígena Igarapé Lourdes deixa transparecer que a área entre a Serra da Providência e o Rio Branco, terra tradicionalmente ocupada pelos Ikólóéhj estava, desde o início dos procedimentos, destinada a outros usos. Embora interditada em 1974, não estava nos planos do Governo Federal mantê-la para os índios. Se assim fosse, o GT instituído teria atentado para as aldeias existentes na área. Como já estava pré-determinado quais áreas deveriam ser demarcadas, não houve interesse de conversar com os Ikólóéhj para saber sobre suas aldeias e suas terras tradicionais.

Dois registros corroboram esse entendimento. O primeiro consta na introdução do "Relatório de Missão" do GT e diz o seguinte:

> Após uma explicação detalhada na área, com apresentação de vários mapas em diversas escalas, incluindo os de navegação utilizados pela F.A.B, por mim adquiridos no Rio, chegamos a um comum acordo da área necessária a sobrevivência dos índios nos Postos Indígenas: IGARAPÉ LOURDES (grifo meu), 7 de SETEMBRO e ROOSEVELT, sem nenhuma preocupação do que por ali pudesse existir, INCRA, ITAPORANGA, GRILHEIROS (sic), etc.

O segundo registro refere-se ao pedido do presidente da FUNAI ao Ministro do Interior, datado de 26/06/1978, de desinterdição da área referida acima. Em 22 de março do mesmo ano, um assistente da Procuradoria da República

[8] COAMA: Coordenação da Amazônia da FUNAI.

concedeu um parecer no sentido de que não havia provas suficientes de que a área estava apta a ser desinterditada, ou seja, havia dúvidas quanto à existência ou não de indígenas naquela região. Menos de dois meses depois, em bilhete manuscrito, o Chefe da Divisão de Registro Patrimonial da FUNAI escreveu ao diretor da DGPI (Departamento Geral de Patrimônio Indígena), em resposta ao parecer da Procuradoria da República, nos seguintes termos: "Os motivos determinantes da desinterdição da área objeto deste processo não constam do *memorandum* do sr. Presidente [...]. **Apenas cumprimos uma ordem superior**" (grifo meu). Em maio, o diretor substituto do Departamento Geral de Operações (DGO) da FUNAI se manifestou a respeito e justificou, em texto manuscrito, a desinterdição da área: "De qualquer forma, esclareço, que, quando o Exmo. Sr. Presidente determina a desinterdição de uma área, razão precípua é sempre a comprovada ausência de índios. Na falta de outra [razão], esta me parece suficiente". No dia seguinte a esse manuscrito, o chefe de gabinete da FUNAI informou que: "com a interdição da referida área, considerada necessária aos trabalhos de atração, a outra parte, (Dec. 73.562/74), ficou sem utilidade para a FUNAI (sem índios) e, por isso, deverá ser liberada".

Um breve relatório datado de 03 de fevereiro de 1978 de Apoena Meirelles, então assistente do DGO (Departamento Geral de Operações), é emblemático sobre o assunto. Referindo-se as áreas que circundam a localização das malocas dos Zoró, Apoena registra:

> Colonos: Não existem colonos, pois as terras dos Zoros estão cercadas por grandes latifúndios, que dessa forma não permitem que as frentes de colonização entrem nas suas terras, haja visto que os grandes grupos empregam mais de 300 trabalhadores nas épocas das derrubadas, e contam com bem armados 'fiscais', o que intimida os colonos.
>
> Agropecuárias: São incontáveis as existentes nas margens dos rios Branco e Roosevelt, com extensões que variam de 60.000 ha 300.000 ha, tais como a Castanhal, Roosevale, Concisa, e por aí afora. (Grifo meu)

O relato de Apoena Meirelles esclareceu que, em 1978, as margens do rio Branco, terra tradicional dos Ikólóéhj já estavam ocupadas por empresas "Agropecuárias" que eram guardadas por "bem armados 'fiscais'", o que impedia, inclusive, o avanço da frente colonizadora que invadia a terra dos Suruí naqueles anos. Ou seja, antes mesmo do decreto de desinterdição da área, a terra já estava ocupada por latifúndios. Essa foi, seguramente, a principal razão que ocasionou aos Ikólóéhj a perda do seu território tradicional.

Se, para o Estado brasileiro essa questão foi resolvida pelo decreto 82.064 de 03 de agosto de 1978 que "[d]eclara sem efeito a interdição de parte da área a que se refere o Decreto nº 73.562, de 24 de janeiro de 1974, alterado

pelo decreto nº 77.033, de 15 de janeiro de 1976, e dá outras providências", para os Ikólóéhj essa é uma questão em aberto. O deliberado desconhecimento dos agentes do Estado a respeito do seu território repercutiu na supressão das áreas tradicionalmente ocupadas e, assim, as aldeias localizadas fora da área demarcada tiveram que ser transferidas. Parece-me que essa digressão em torno desses documentos esclarece em boa medida os motivos que levaram os Ikólóéhj a perderem suas terras, ficando assim limitados aos 185 mil hectares que constituíam, em sua maior parte, território dos Arara.

Ameaça da perda da terra demarcada

Mesmo com a terra devidamente demarcada, desde 1977, colonos provenientes das regiões sul e sudeste do país, passaram ocupar a área sul da T.I. Agindo de má fé, pois sabiam tratar-se de Terra Indígena, algumas pessoas ligadas a órgãos públicos, marcaram lotes e venderam as "marcações" aos migrantes recém chegados a Rondônia. Em 1984 e 1985, sem que a FUNAI e a Polícia Federal resolvessem o assunto, os Ikólóéhj e Arara tomaram a iniciativa de expulsar os invasores. Diante da determinação dos índios em não perder parte da já exígua terra demarcada, os órgãos do Estado passaram a agir. O cadastro do INCRA informa que aproximadamente 400 famílias estavam ocupando irregularmente a T.I. Os colonos foram retirados e parte deles foi reassentada no município de Machadinho, no estado de Rondônia. Mas a ameaça de novas invasões nas picadas já abertas era uma constante. Diante dessa insegurança, os Ikólóéhj e os Arara que habitavam aldeias no interior da T.I., resolveram deslocar-se para o limite sul e assim coibir novas invasões[9].

Em decorrência desse deslocamento, a aldeia Igarapé Lourdes que até então se constituía na principal aldeia dos Ikólóéhj foi perdendo sua importância estratégica. O acesso por estrada para a cidade de Ji-Paraná tornou a área sul da T.I. mais atrativa em muitos aspectos. Nessa área foi fundada a aldeia Ikólóéhj, que em pouco tempo recebeu o *status* de "aldeia central" dos Gavião. Neste período, Sebirop já era reconhecido como cacique, e sua atuação na expulsão dos invasores, juntamente com a de seu irmão Padág, legitimou sua liderança que havia iniciado ainda na aldeia Igarapé Lourdes.

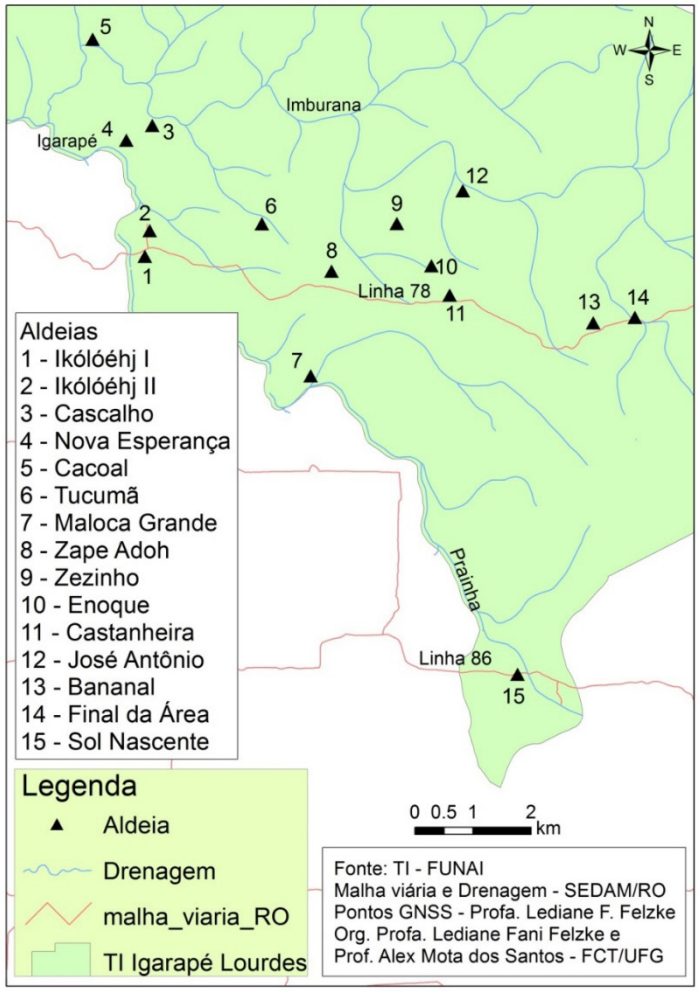
Com sua fundação a aldeia Ikólóéhj concentrou a grande parte das famílias que havia saído do Lourdes[10]. Mas essa concentração durou pouco tempo e aos

[9] Os anos 1970 e 1980 assistiram a uma violenta ocupação do Território de Rondônia. O Estado brasileiro estimulou a migração de camponeses das regiões Sul e Sudeste ~~através~~ por meio de projetos de assentamento agrícola que foram insuficientes para atender a demanda. Para detalhes sobre esse processo ver Felzke *et.al* (2014). Diante disso as terras indígenas passaram a ser alvo de indivíduos que agiam de má fé e vendiam lotes aos colonos recém-chegados.

[10] Outras ocuparam as colocações dos colonos que foram expulsos da T.I.

poucos a dinâmica residencial pautada em grupos familiares - que estrutura a organização social - voltou a operar provocando inúmeras subdivisões e o surgimento de várias aldeias. Atualmente são dezessete as aldeias Ikólóéhj, quinze delas localizadas na área sul da T.I, como mostra o mapa a seguir.

Figura 2: Aldeias da área sul da Terra Indígena Igarapé Lourdes.

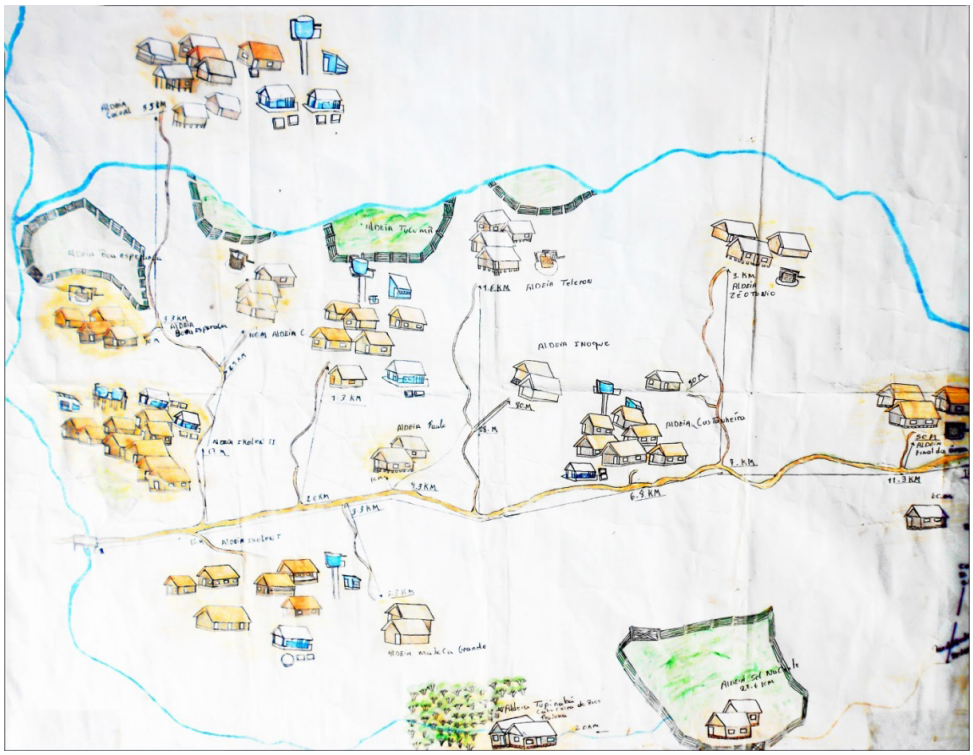


A cada ano que passa, novas famílias deixam a aldeia Igarapé Lourdes e se mudam para perto do Ikólóéhj. O principal argumento utilizado é a dificuldade de acesso. Embora haja uma estrada que ligue essa aldeia até o Ikólóéhj, ela permanece a maior parte do ano intransitável. No período chuvoso é impossível percorrer seus cinquenta quilômetros por terra, apenas a via fluvial pode ser utilizada tornando oneroso o transporte de pessoas e mercadorias. Atualmente, cerca de noventa pessoas, treze famílias nucleares, ainda residem na aldeia Igarapé Lourdes. Algumas delas, no entanto, embora mantenham suas casas e

constem no registro da SESAI como residentes nessa aldeia, passam a maior parte do ano em outros lugares.

Se por um lado, a presença do posto de saúde, da escola com ensino médio e da igreja – sede das festas – estimula a manutenção das residências no Ikólóéhj, a tendência é que os grupos domésticos se dispersem cada vez mais pelas redondezas. Conforme apontei acima, o padrão residencial em unidades pequenas e autônomas é estruturante na socialidade Ikólóéhj e leva às frequentes divisões de aldeias. O mapa abaixo, elaborado por um jovem indígena, mostra as aldeias da área que havia sido invadida.

Figura 3: Configuração das aldeias pelo ponto de vista de um jovem *ikó/óéhj*.



Fonte: Mapa das aldeias da parte sul da T.I. elaborado por Thiago Xípo, filho do senhor Madjikihr, morador da aldeia Tucumã.

Considerações finais

Com os dados documentais analisados nesse artigo, perde força a versão disseminada entre alguns indígenas de que os mais velhos não explicaram corretamente onde estavam as terras tradicionais para a equipe de demarcação, o que teria causado a perda do território tradicional. Vimos que, ao chegar às aldeias a equipe de demarcação da empresa Plantel S/A chegou às aldeias, já estava ciente de que a divisa territorial leste seria a Serra da Providência.

Os documentos indicam que isso já estava determinado antes mesmo do GT sobrevoar a área para produzir o Memorial Descritivo da Terra Indígena Igarapé Lourdes. Dessa forma os Ikólóéhj perderam a maior parte de suas terras tradicionais para os latifúndios instalados na face leste da Serra da Providência e passaram dividir o território com o povo Arara que habita as margens do rio Machado desde tempos imemoriais.

Referências

Felzke, Lediane. Dança e imortalidade. Igreja, festa e xamanismo entre os Ikólóéhj Gavião de Rondônia. Brasília: PPGAS/DAN/UnB, 2017. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/22959

_____. Os Ikólóéhj Gavião: a terra e os *outros*. São Leopoldo/RS: Oikos, 2017.

Felzke, Lediane Fani *et.al.* Memória e resistência na migração para a Amazônia: o caso de Nova Londrina em Ji-Paraná, estado de Rondônia, Brasil. *Mundo Agrário*, v. 15, n. 30, 2014.

FUNAI. Terra Indígena Igarapé Lourdes. Processo número FUNAI/BSB/004.836/1975.

Hugo, Victor. Desbravadores. Humaitá: Missão Salesiana de Humaitá. 1959.

Museu do Índio. Acervo. Microfilme 43_2482. Rio de Janeiro.

_____. Acervo. Microfilme 43_02505. Rio de Janeiro.

_____. Acervo. Microfilme 45_00999. Rio de Janeiro.

Estado da arte da língua Kinikinau: estudos descritivos, sociolinguísticos e comparativos[1]

State of the art of the Kinikinau language: descriptive, sociolinguistic and comparative studies

Andérbio Márcio Silva Martins[2]
Gabriel Barros Viana de Oliveira[3]

DOI: https://doi.org/10.26512/rbla.v10i2.20980

Recebido em junho de 2018
Aceito em julho de 2018

Resumo

Objetivamos neste estudo apresentar o estado da arte da língua Kinikinau, uma língua Aruák (cf. Aikhenvald 1999: 67) localizada atualmente no pantanal sul-matogrossense e que se encontra em estágio moribundo (menos de 7 falantes), conforme Oliveira (2017). Chamamos a atenção para a quantidade de trabalhos descritivos existentes e apresentamos alguns questionamentos acerca dos estudos comparativos, na tentativa de que sejam vistos como formas provisórias de se compreender a língua e as mudanças pelas quais passou ao longo do tempo. O artigo está dividido da seguinte maneira: na seção 1, fazemos uma pequena apresentação sobre o povo Kinikinau, sobre a situação sociolinguística crítica em que a língua se encontra e sobre a literatura linguística da língua Kinikinau; na seção 2, tratamos do que se pensava ser o único estudo dessa língua no século XIX; na seção 3, tratamos dos estudos realizados no século XX; e na seção 4, apresentamos os estudos desenvolvidos no século XXI. Por fim, na seção 5, tecemos algumas considerações finais sobre o assunto.

Palavras-chave: Língua Kinikinau. Família Aruák. Estado da arte.

---

[1] Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado de Oliveira (2017), com reflexões mais amadurecidas acerca do nível de vitalidade da língua Kinikinau e da quantidade e qualidade dos estudos linguísticos dessa língua até o presente. Não pretende, portanto, ser considerado o estado da arte da língua Kinikinau concluído, mas o início de um registro mais reflexivo sobre os estudos dessa língua, na expectativa de que novos estudos possam surgir, ampliando o nosso conhecimento acerca dela e da própria família linguística Aruák, da qual o Kinikinau faz parte.

[2] Professor do programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (PPG Letras/FACAALE/UFGD). anderbiomartins@ufgd.edu.br

[3] Doutorando no programa de Pós Graduação em Linguística da Universidade de Brasília

Abstract
The aim of this paper is to present the state of the art of the Kinikinau language, an Aruák language (Aikhenvald 1999: 67) currently located in the southern pantanal of Mato Grosso do Sul state. This language is in a moribund stage (less than 7 speakers) according to Oliveira (2017). We call attention to the amount of existing descriptive works and present some criticismes on the comparative studies, in order to show this studies as provisional forms of understanding the language and the changes which has undergone over time. The article is divided as follows. In section 1, we give a short presentation on the Kinikinau people, on the critical sociolinguistic situation in which the language actually is, and on the linguistic literature of the Kinikinau language. In section 2, we deal with what was thought to be the only study of that language in the 19th. In section 3, we deal with the studies made in the twentieth century. In section 4, we present the studies made in the 21st century. Finally, in section 5, we make some final considerations on the matter of the paper.

Keywords: Kinikinau language. Arawakan Family. State of the Art.

Sobre os índios Kinikinau

Os atuais índios Kinikinau são descendentes da grande nação Chané-Guaná, que habitou o Chaco Paraguaio até fins do século XVIII, fixando-se posteriormente na margem oriental do rio Paraguai, em terras que viriam a se constituir território da República Federativa do Brasil (cf. Souza 2008: 23). É um povo de língua Aruák (cf. Aikhenvald 1999: 67), agricultor por excelência, com grande abertura para o outro, imbuídos de grande disposição a assimilar pessoas, símbolos e discursos exógenos (cf. Castro 2011: 58, 230-231).

Atualmente o povo Kinikinau não possui um território próprio e vive espalhado em diversas localidades do estado de Mato Grosso do Sul: na aldeia São João, RI Kadiwéu, em Porto Murtinho-MS, onde se encontra a maior parte dos membros pertencentes a essa etnia; em aldeias Terena, sendo as principais a aldeia Mãe Terra, TI Cachoeirinha, em Miranda-MS; na aldeia Cabeceira, TI Nioaque, Nioaque-MS; em centros urbanos de Mato Grosso do Sul, com destaque para Campo Grande (capital do estado), Bonito e Jardim; em fazendas espalhadas pelos municípios de Bonito e Miranda; e na retomada da fazenda Pé de Cedro, ligada a TI Taunay-Ipegue, em Aquidauana-MS. Essa distribuição dos índios Kinikinau em diferentes áreas se deve a dispersão à qual eles foram submetidos pelo Estado brasileiro logo após o fim da Guerra do Paraguai (cf. Oliveira 2017: 26-27).

A falta de um território próprio ocasionou muitas perdas ao povo Kinikinau. Uma delas foi a perda gradativa da língua materna, que atualmente se encontra moribunda[4], contando com menos de 7 falantes. Há pelo menos três gerações a língua deixou de ser transmitida e hoje em dia não é a língua materna de

[4] O Kinikinau foi compreendido como língua moribunda por Oliveira (2017), seguindo a proposta de classificação de Campbell (1997) para línguas que apresentam menos de dez falantes.

ninguém com menos de 60 anos (cf. Oliveira 2017: 30). Desse modo, os Kinikinau caminham a passo largo para um monolinguismo em Português, caso nenhuma política linguística surja para tentar reverter esse processo acelerado de desaparecimento. A busca por reaver o território tradicional é uma questão prioritária para esses índios, sem território próprio e sem possibilidade alguma para implementar alguma política linguística. Esse é o próprio pensamento Kinikinau (idem).

Ao contrário do que se tem para a literatura histórica, sociológica, antropológica e etnográfica, há pouquíssimos estudos linguísticos acerca da língua Kinikinau. Para a história desse povo, temos os trabalhos de Taunay (1940, 1948, 1997), de Castro (2005, 2010, 2011), de Silva (2011) e de Roberto (2017). Na literatura antropológica, temos os trabalhos de Silva e Souza (2003, 2005, 2008, 2017), de Silva (2007, 2014), de Santos (2009) e de Souza (2012, 2017). Para a etnografia, temos os trabalhos de Canazilles (2013), Canazilles, Alves e Matias (2013, 2015), Canazilles et al. (2013) e de Santos (2011). Há também, no âmbito da Geografia Cultural, os trabalhos de Dietrich (2012, 2014, 2015). Por fim, temos os relatos de viajantes naturalistas que durante o século XIX passaram pelo sul da então província de Mato Grosso e, de alguma forma, entraram em contato com os índios Kinikinau e registraram esses momentos: Laverger (1862), Moutinho (1869), Steinen (1940) e Castelnau (1949). Para os estudos do povo Kinikinau, há de se considerar que o mesmo foi dado como extinto a partir de meados do século XX, o que provavelmente interrompeu estudos acerca de sua história, de sua organização social, de sua cultura e, consequentemente, de sua língua.

No que diz respeito à literatura linguística sobre a língua desse povo, podemos afirmar que ainda é bastante escassa. Dentro desse conjunto de estudos, podemos destacar os de Fonseca (1899)[5], Mason (1946)[6], Loukotka (1968), Payne (1991), Campbell (1997), Aikhenvald (1999), Couto (2006, 2017), Souza (2007, 2008, 2009, 2015, 2017), Carvalho (2016) e Fabre (2017).

O trabalho de Fonseca (1899) consiste numa listagem de palavras. Os de Couto (2006, 2017) são uma dissertação de mestrado e um capítulo de livro,

[5] Fonseca (1899) não é exatamente um trabalho sobre a língua em tela. Decidimos mantê-lo, porém, entre os trabalhos da língua Kinikinau devido unicamente à importância que teve para a hipótese da extinção dessa língua.

[6] Embora consideremos importante ter acesso a todos os trabalhos que apresentam informações linguísticas sobre a língua Kinikinau para a realização de um estudo que tem como propósito ser o estado da arte dessa língua, não tivemos acesso ao trabalho de Mason (1946). Entretanto, sabemos por meio de outras fontes que Mason (1946), também como posteriormente Payne (1991), não apresentou alguma proposta plausível que pudesse nos ajudar a determinar, do ponto de vista histórico-comparativo, a posição da língua Kinikinau na família Aruák, algo que foi proposto mais tarde por Aikhenvald (1999) e por Carvalho (2016).

respectivamente. Os trabalhos de Souza consistem em sua tese de doutorado (2008), três artigos (2007, 2009, 2015) e um capítulo de livro (2017). Na verdade, trata-se dos únicos estudos descritivos mais completos que temos sobre a língua Kinikinau, conforme bem pontuou Oliveira (2017). Já os trabalhos de Mason (1946), Loukotka (1968), Payne (1991), Campbell (1997), Aikhenvald (1999) e Carvalho (2016) são os trabalhos de referência no que diz respeito aos estudos histórico-comparativos, nos quais são discutidos, entre outras questões, a posição da língua Kinikinau dentro da família Aruák. Cabe destacar que o trabalho de Fabre (2017) consiste apenas em um verbete de sua proposta de dicionário etnolinguístico, o qual tem servido de guia e orientação bibliográfica de povos indígenas sul-americanos. No presente artigo, apresentamos nosso olhar sobre a literatura linguística da língua Kinikinau, a fim de tentativamente estabelecermos o estado da arte do seu conhecimento linguístico.

"Primeiro estudo": Fonseca (1899)

O estudo do coronel Severiano da Fonseca consiste em um livro memorialístico, escrito em virtude da permanência do autor na então província de Mato Grosso, devido à sua participação na Guerra do Paraguai (1864-1870) e na Comissão de Limites com a Bolívia (1875-1880). Fonseca (1899) realiza importantes descrições de Mato Grosso e de povos indígenas da região.

Sobre a língua Kikininau, apresenta uma lista com 150 palavras. Contudo, de acordo com Souza (2008), os dados lexicais coletados foram da língua Kadiwéu. Cabe ressaltar que o trabalho de Fonseca, no fim do século XIX, foi uma referência importante para a hipótese de que a língua Kinikinau tivesse desaparecido e de que seus falantes teriam passado a falar uma outra língua indígena. Em trabalho de campo realizado em 2016 entre os Kinikinau, levamos a lista de Fonseca (1899) para verificar se os últimos falantes dessa língua reconheceriam as palavras como pertencente à língua Kinikinau. Nossa iniciativa só reforçou as considerações tecidas por Souza (2008) para a questão.

Mas o fato é que Fonseca não apresentava uma formação especializada para dar conta do que hoje é o trabalho do linguista. Era médico e seu envolvimento com populações indígenas se deu em seu próprio campo de atuação. Diante disso, podemos considerar que a função de descrever a província de Mato Grosso e as populações indígenas que nela viviam foi totalmente secundária, o que lhe retirava da obrigação de realizar pesquisas de campo mais atenciosas sobre as questões linguísticas. Entretanto, isso não diminui o valor nem a genialidade e tão pouco a relevância de sua obra.

Estudos linguísticos da língua Kinikinau no século XX

Loukotka (1968)

Uma das principais obras classificatórias sobre as línguas indígenas sul-americanas, fruto de mais de trinta anos de trabalho é de autoria de Chestmir Loukotka. Seu livro surgiu por dois motivos. Primeiro, devido à insatisfação por parte desse estudioso com as classificações impressionísticas das línguas sul-americanas realizadas por seus predecessores. Segundo, pelo reconhecimento do autor em questão de uma nova abordagem metodológica iniciada por Brinton (1891). Para realizar as classificações contidas em seu livro, Loukotka se baseou numa lista de 45 palavras (possíveis cognatos). Ele colocou lado a lado as 45 palavras de línguas supostamente irmãs, comparou-as a fim de saber se tais palavras eram cognatas entre essas línguas e, de acordo com a porcentagem de possíveis cognatos compartilhados entre as mesmas, as classificou como pertencendo ou não a uma mesma família.

Estando as línguas já classificadas como pertencentes a uma mesma unidade genética, também se apoiando na contagem de palavras, o autor ainda as rotulava como "línguas puras", "línguas com vestígios estranhos", "línguas com intrusões estranhas" e "línguas mistas". As classificações desse pesquisador são, portanto, baseadas em critérios predominantemente lexicais, nas quais as correspondências sonoras em pares de possíveis cognatos nem sempre eram analisados com a devida atenção e com o rigor do método histórico-comparativo, para quem fez questão de utilizá-lo como um método mais seguro para os estudos de classificação genética de línguas.

O livro se encontra dividido em cinco partes: (1) uma "Introdução", onde Loukotka expõe as razões que o levaram a realizar a quarta edição do seu trabalho; (2) uma "Classificação", que é um catálogo de 117 troncos linguísticos, línguas ou dialetos; (3) uma "Bibliografia", com mais de 2.200 referências; (4) um "Index", organizado por ordem alfabética e com todos os nomes dos povos indígenas citados ao longo da obra; (5) um "Mapa", que aponta para a existência de 1.492 línguas, de acordo com troncos linguísticos, línguas isoladas e não-classificadas.

Em relação à língua Kinikinau (Quiniquinao/Equiniquinao), Loukotka (1968) a classifica como uma língua Aruák, pertencente ao Grupo Chané. Informa ainda que a língua foi falada nas proximidades da região de Albuquerque, mas que, à época, já era considerada uma língua de poucos falantes, usada apenas por algumas famílias no Posto Cachoeirinha em Miranda, município que atualmente faz parte do estado de Mato Grosso do Sul. Loukotka também coloca no grupo Chané as línguas Echoaladí/Choarana (extinta), Terena, faladas entre os rios Miranda e Jitui, Guaná/Layano, uma vez falada nos rios Yacaré, Galván e Paraguai, agora falada apenas no rio Miranda, e Chané/Izoceño, falada

antigamente no rio Itiyuro, Província de Salta, Argentina, mas que atualmente usa uma língua do tronco Tupí, sendo a língua Aruák ancestral apenas utilizada para cerimônias religiosas.

Payne (1991)

Trata-se de um capítulo do terceiro volume do Handbook of Amazonian Languages, livro seminal para o estudo das línguas amazônicas organizado por Desmond Derbyshire e Geoffrey Pullum. O objetivo do trabalho é propor uma classificação interna crível da família (Maipure) Aruák. Para lograr tal desiderato, Payne (1991: 356) compilou dados confiáveis de 24 línguas Aruák, representativas de cada ramo da família. Esses dados são dispostos em 203 etimologias, com reconstruções preliminares a partir de um conjunto de correspondências para cada etimologia.

Payne (1991: 356) considera suas reconstruções preliminares, devido ao fato de ele ter tratado com equidade as 24 línguas Aruák utilizadas para chegar à reconstrução. Payne almejou subagrupar as línguas Aruák, para, posteriormente, reconstruir os ramos da família de forma sucessiva até chegar ao Proto-Aruák, o que seria, em sua visão, a maneira metodológica desejável, fornecendo uma reconstrução extremamente sólida dessa unidade genética.

Vale ressaltar que o trabalho de Payne é de grande importância para o estudo histórico-comparativo da família Aruák. Em relação à língua Kinikinau, há apenas uma referência (página 364), onde o autor informa a língua Kinikinau como extinta e a classifica no ramo meridional, subgrupo Paraná, ao lado da língua Terena e Guaná.

Campbell (1997)[7]

O trabalho de Campbell (1997) consiste em um apanhado geral sobre o que existia de conhecimento sobre as línguas nativas americanas até aquele momento. Campbell esclarece no prefácio da obra que seu estudo poderia apresentar lacunas e que, portanto, não deveria ser visto como um argumento de autoridade, mas uma proposição estabelecida no que diz respeito às propostas de relacionamentos genéticos de línguas americanas. Seu trabalho é apresentado como um "modelo em construção, um projeto passível de alterações e em progresso" (Campbell, 2001, p. 8, tradução nossa)[8], que não deveria, portanto, contradizer outros especialistas, mas sim estimular pesquisas

[7] Campbell (2012), em seu trabalho classificatório das línguas indígenas sul-americanas mais recente, mantém a mesma posição em relação a língua Kinikinau encontrada aqui. Sendo este o motivo por não termos incluído seu estudo mais recente no recorte por nós realizado.

[8] No original: "(...) a working model, representative of a changing and progressing enterprise".

mais aprofundadas sobre os estudos de classificação linguística. Trata-se de um trabalho de referência para a linguística histórica das línguas americanas, sendo frequentemente recomendada para quem almeja estudá-las, do ponto de vista histórico-comparativo.

Em relação à língua Kinikinau, Campbell (1997) segue a classificação de Kaufman (1994) para a família Aruák, que a coloca como um dialeto da língua Terena. Assim, para Kaufman (1994) e Campbell (1997), a língua Kinikinau é uma variedade linguística da língua Terena, assim como Guaná e Chané. Para essa classificação interna, Campbell (1997) não explica se ela se deve a um critério puramente geográfico ou linguístico, como também verificamos em Kaufman (1994). Campbell vê a língua Kinikinau como uma suposta variação da língua Terena, mas não faz menção ao Chané e ao Guaná (também conhecida como Echoaladí, línguas já extintas. e assume ser a língua Terena como um grande *cluster*, contendo vários dialetos, dentre os quais Chané, Guaná e Kinikinau. Por fim, afirma que a mesma também é falada na Argentina e no Paraguai, mesmo que não tenhamos conhecimento seguro de que essas línguas realmente ainda estejam sendo faladas nesses países. Pelas fontes históricas, é possível supor que o uso dessas línguas na Argentina e no Paraguai não ocorre há pelo menos 120 anos (cf. Castro 2010: 97-101).

Aikhenvald (1999)

Trata-se de um capítulo do livro *The Amazonian Languages*, organizado pelos linguistas Aikhenvald e Dixon (1999). É o trabalho comparativo mais importante que se tem sobre a família Aruák, até o presente momento. Aikhenvald (1999) compara dados gramaticais de aproximadamente quarenta línguas da família, sendo que, para três línguas – Tariana, Baré e Baníwa – usa dados de primeira mão, a fim de mostrar a unidade genética dessa família e suas características. Apresenta também uma proposta de classificação interna da família Aruák, sendo grande peso para suas decisões o uso de orientações geográficas e não predominantemente linguísticas. Aikhenvald (1999) justifica que não utilizou o Método Histórico-Comparativo para realizar a classificação interna, provavelmente pelo fato de termos estudos descritivos em níveis de qualidade e quantidade ainda muito discrepantes dentro da família.

Em seu trabalho, também faz menção às línguas ameaçadas de desaparecimento, muitas delas sem uma documentação substancial. É preciso ainda levarmos em consideração que, entre os estudos descritivos disponíveis, é provável que haja lacunas e que muitas das conclusões podem ser revistas, como demonstrado para o Kinikinau por Oliveira (2017), no que diz respeito a aspectos da fonologia dessa língua. Evidentemente, isso também pode ser estendido para os aspectos gramaticais, a partir de novos dados e sob novas perspectivas de análise e descrição.

Cabe destacar que Aikhenvald (1999) traz pouca informação sobre a língua Kinikinau. Afinal, o único trabalho descritivo dessa língua ainda não havia sido escrito, o que só ocorreu oito anos depois da publicação da obra. Trata-se da tese de doutorado de Souza (2008), para o qual dedicamos uma seção neste artigo.

Por fim, Aikhenvald (1999) classifica a língua Kinikinau dentro do sub-ramo Aruák Meridional, juntamente com as línguas Terena, Guané/Layana, Chané/Izoceño, Bauré, Ignaciano, Trinitario, Paiconeca, Pauna, Apolista e Salumã (Enawenê-nawê). Além disso, fundamentada em Bendor-Samuel (1966), menciona que o Kinikinau, bem como o Terena, o Guaná e o Chané usam os processos de nasalização e harmonia vocálica para marcar as primeiras e segundas pessoas. Hoje sabemos que muitos indígenas Terena, falantes de Terena, não estão de acordo com a descrição de aspectos gramaticais realizada sobre a sua língua, o que tem motivado o desenvolvimento de novos estudos linguísticos, sobretudo por próprios pesquisadores Terena. Ademais, verificamos no trabalho de Aikhenvald (1999) uma lacuna no que diz respeito à língua Guaná/Echoaladí, para a qual não é feita nenhuma menção.

Estudos linguísticos da língua Kinikinau no século XXI

Nesta seção, consideramos a apresentação dos estudos linguísticos desenvolvidos acerca da língua Kinikinau pelo nível de relevância. Por esse motivo, iniciamos com Souza (2007, 2008, 2009, 2015, 2017), por se tratar de estudos descritivos mais completos que temos disponíveis dessa língua. Em seguida, apresentamos o estudo histórico-comparativo de Carvalho (2016), por apresentar resultados que vão de encontro às políticas linguísticas que têm sido propostas para os povos indígenas no Brasil nos últimos vinte anos. Por fim, encerramos essa breve proposta de construção do estado da arte da língua Kinikinau com os estudos de Couto (2006, 2017) e com a informação etnológica disponível em Fabre (2017), uma das referências atuais acerca das línguas dos povos sul-americanos.

Souza (2007, 2008, 2009, 2015, 2017)

O primeiro estudo de Souza foi publicado em 2007. Trata-se de um recorte de sua tese de doutorado que, naquele momento, estava em vias de finalização. Souza (2007) traz informações históricas e etnográficas sobre o povo Kinikinau, incluídos deslocamentos territoriais, tipos de contatos com as forças colonizadoras e com outras sociedades indígenas, participação na Guerra do Paraguai, contexto político atual e tipos de produção artesanal. Apresenta ainda uma discussão sobre o processo de morte da língua Kinikinau, compara a lista de palavras de Severiano da Fonseca com dados coletados por ela mesma em trabalho de campo entre os Kinikinau e aponta algumas diferenças fonético-fonológicas, lexicais e sintáticas entre Kinikinau e Terena.

A tese de doutorado de Souza (2008) deve ser considerada o mais importante entre os trabalhos que versam sobre o povo e a língua Kinikinau. Sem sombra de dúvida é o primeiro trabalho descritivo mais completo que temos sobre a língua Kinikinau. Descreve aspectos da gramática e da fonologia, além de uma descrição dos aspectos sociolinguísticos e etnográficos do povo.

A tese encontra-se dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, Souza (2008) reúne informações históricas e etnográficas sobre o povo Kinikinau que se encontram esparsas em fontes coloniais, além de apresentar vários dados etno-históricos de primeira mão. Com isso, a pesquisadora não quis apenas situar o seu leitor diante do povo com o qual trabalhou, mas sobretudo buscar respostas para a seguinte pergunta: por que a língua Kinikinau encontra-se à beira da extinção?

No segundo capítulo, a autora descreve aspectos do sistema fonológico da língua, focalizando especialmente a fonologia segmental. A complexa prosódia da língua foi tratada em uma análise provisória, provavelmente devido ao tempo de pesquisa para conclusão do doutorado. Entretanto, não deixa de apontar diversas questões que poderiam ser investigadas em pesquisas futuras, como a questão do alongamento das vogais, o tom e a mudança do acento dentro de uma palavra, que até aquele dado momento pareciam ser motivadas por regras ainda desconhecidas, o que foi retomado por Oliveira (2017).

O capítulo três da tese de Souza (2008) versa sobre a morfologia do nome e do verbo. Souza identifica os morfemas que compõem o nome e o verbo em Kinikinau, bem como descreve alguns processos morfofonológicos operantes nessa língua. Muitos aspectos da morfologia nominal e verbal, como bem observados pela própria pesquisadora, precisam ser vistos com maior cuidado, como a questão dos classificadores e dos verbos auxiliares. Uma questão que verificamos neste capítulo é o fato de Souza estabelecer como parâmetro predominante para identificar a categoria de nomes, um critério notavelmente sintático, que é a construção de sintagmas nominais. Por fim, no quarto capítulo, a autora descreve aspectos da sintaxe do Kinikinau – ordem de constituintes, tipos de predicado, de sentenças e a distinção entre sentenças simples e complexas.

Souza inclui em sua tese anexos que contêm uma lista de palavras Kinikinau-Português (com as respectivas transcrições fonéticas), resultado de seu intenso trabalho de campo, e uma lista de palavras extraída de Fonseca (1899), comparando-a com dados da língua Kadiwéu e com dados da língua Kinikinau, além de uma coletânea de histórias da literatura infantil brasileira em Kinikinau-Português, traduzidos por falantes Kinikinau.

Os trabalhos que se seguem de Souza (2009, 2015, 2017) são recortes de sua tese de doutorado. Souza (2009) trata de pesquisas produzidas nos campos dos estudos linguísticos e literários e traz informações históricas e etnográficas sobre os Kinikinau. Discute sobre o avançado processo de morte da língua e

chama atenção para a atual situação crítica do povo desprovido de suas terras tradicionais.

Em seu trabalho publicado em 2015, Souza trata do processo de marcação de concordância de pessoa e número em nomes e verbos na língua Kinikinau e descreve os morfemas de marcação de concordância com o objeto e os morfemas reflexivos.

Para Souza (2015), os nomes e verbos são marcados da mesma forma para pessoa e número: a terceira pessoa é não-marcada; a primeira pessoa do singular é marcada por um traço [+ nasal]; a primeira pessoa do plural é marcada pela prefixação de {w-} à raiz verbal e nominal; e a segunda pessoa (singular e plural) é marcada pela prefixação de {y-}. Os morfemas de marcação de concordância com o objeto: 1ª pessoa do singular {-nu}; 2ª pessoa do singular {-pi}; 2ª pessoa do plural {pi-} + hiko; 3ª pessoa do singular {a-}; 3ª pessoa do plural {a-} + hiko; e 1ª pessoa do plural {-owi}. Mostra que a língua Kinikinau distingue três morfemas reflexivos: um morfema reflexivo afirmativo {-wo}, um morfema reflexivo negativo {-pu} e um morfema recíproco {-koko}.

Em Souza (2017), temos um outro recorte de sua tese de doutorado, em que reúne diversas informações novas acerca da história recente do povo e de sua realidade atual. Chama a atenção para o nível de vitalidade crítico da língua Kinikinau (menos de 10 falantes) e para os vários problemas que esse povo atualmente enfrenta para reverter esse diagnóstico terrível, como novas migrações dos Kinikinau para diversas localidades, entre terras de outras etnias e centros urbanos, o que faz com que se torne cada vez mais difícil o estabelecimento de uma comunidade de fala e que coloca os pouquíssimos falantes da língua Kinikinau em contato com outros idiomas indígenas e com a língua portuguesa. Souza ressalta o problema da falta de um território próprio para os Kinikinau, a existência de políticas públicas pouco comprometidas com as populações indígenas, o que impacta enormemente a situação atual desse povo. Por fim, ressalta a importância de esses indígenas, principalmente aqueles que já se formaram em um curso superior, lutarem para o fortalecimento e revitalização de seu idioma ancestral, pois há muito a ser feito para que não deixe de ser falado.

Carvalho (2016)

Trata-se de um trabalho histórico-comparativo que tem como objetivo fortalecer a hipótese de que as línguas Chané-Guaná (Terena, Kinikinau, Layana e Guaná) são, na verdade, uma só língua, a qual o autor optou por denominar de Terena. Segundo Carvalho (2016), erradicando os rótulos Chané, Guaná e Kinikinau das classificações linguísticas da região Chaco-Pantanal, evitaríamos muitos problemas de análise que nos induziriam a ter um entendimento errado da história dos povos indígenas incluídos em sua proposta de trabalho.

Em seu estudo, estabelece uma comparação do Kinikinau, a partir dos dados disponíveis em Souza (2008), com a língua Terena, utilizando dados publicados por Bendor-Samuel (1961a, 1961b), Eastlack (1968), Ekdahl e Butler (1969, 1979), Rosa (2010) e Silva (2013). Entretanto, a comparação conta com poucos dados linguísticos. Mesmo já estando disponível vocabulários da língua Kinikinau, como o que consta nos anexos da tese de Souza (2008), e de propostas de dicionários da língua Terena, como o de Silva (2013). Carvalho (2017) não realiza, portanto, uma comparação lexical expressiva entre essas duas línguas. Seu foco é apresentar evidências gramaticais, restringindo o estudo aos pluralizadores. Cabe destacar que a forma de marcar a ideia de plural pode variar significativamente, mesmo entre línguas geneticamente relacionadas, como foi verificado por Martins (2011: 242-251). Entretanto, é com base nesse aspecto que Carvalho (2016) imprime um posicionamento acerca da hipótese de que Terena e Kinikinau podem ser tratados como se fossem uma única língua e tece críticas à visão defendida por Souza (2008), segundo a qual Kinikinau e Terena deveriam ser consideradas como línguas distintas.

Couto (2006, 2017)

A dissertação de mestrado de autoria de Couto (2006) consiste em um estudo sociolinguístico da língua Kinikinau, fundamentado em um levantamento da realidade sociolinguística da comunidade localizada na aldeia São João. Apresenta também uma breve descrição de aspectos da gramática e um estudo comparativo entre Kinikinau e Terena.

Sem dúvida alguma o trabalho de Couto (2006) possui mérito e importância inegáveis e foi um dos primeiros trabalhos linguísticos voltados exclusivamente para essa língua. Contudo, o estudo apresenta algumas inconsistências, como número superestimado de falantes da língua Kinikinau.

Couto (2017) contribui com um capítulo do livro *Kinikinau:* arte, história, memória e resistência, organizado por José da Silva, Bolzan e Souza (2017), uma obra que visa reunir um verdadeiro inventário investigativo sobre a sociedade indígena Kinikinau e que foi pensada para a celebração dos vinte anos da publicação de uma notícia de jornal da Tribuna Popular (Bonito, 10 de maio de 1996), que relatava a "descoberta" dos Kinikinau. O capítulo de autoria de Couto

apresenta os resultados de sua pesquisa sociolinguística e o seu vocabulário comparativo entre Kinikinau e Terena, com vistas à divulgação científica dos principais resultados de sua pesquisa de mestrado, defendida no ano de 2006.

Oliveira (2017)

Em sua dissertação de mestrado, Oliveira (2017) descreve aspectos sociolinguísticos e fonológicos da língua Kinikinau, apresenta uma etnografia

atual do povo, com vistas a mostrar a sua situação socioeconômica e política. O seu estudo sociolinguístico fundamenta-se em abordagem etnográfica, no qual focaliza questões como: Por que a língua Kinikinau está deixando de ser falada? O que a motivou chegar a esse nível crítico de vitalidade? Por que os falantes não a transmitem para as gerações mais novas? A língua Kinikinau pode voltar a ser falada em toda a sua potencialidade comunicativa? Apresenta também um estudo fonológico da língua, revisando aspectos tratados por Souza (2008), com foco no inventário de fones vocálicos e consonantais, seguido de interpretação fonológica dos sons, com destaque à análise do tom e do alongamento de vogais.

Fabre (2017)

Trata-se do mais completo e atualizado dicionário etnolinguístico e guia bibliográfico dos povos indígenas sul-americanos. Há um capítulo dedicado exclusivamente ao tronco Arawák(-Maipure), onde o autor reúne o que há de mais recente em pesquisas linguísticas envolvendo as línguas Aruák ainda faladas.

Em relação à língua Kinikinau, Fabre (2017) a coloca dentro do verbete da língua Terena. O posicionamento expresso por ela, com base provavelmente nas fontes consultadas, é que a língua Kinikinau segue como uma variante da língua Terena, tendo sido, inclusive, considerada extinta, mas que hoje sabemos que continua sendo falada por alguns anciãos Kinikinau, conforme Oliveira (2017).

Algumas observações adicionais

Verificamos que a literatura linguística sobre povo Kinikinau continua bastante escassa. Se a língua não estivesse à beira da extinção, tal fato não acarretaria uma grande preocupação. No entanto, levando em consideração o estado crítico em que ela se encontra, se nada for feito para resolver o maior problema do povo Kinikinau, que é o retorno para seu território tradicional, a língua fatalmente adormecerá (Oliveira 2017).

Trabalhos descritivos, com dados de primeira mão, frutos de trabalho de campo, disponíveis para a comunidade Kinikinau, resumem-se aos trabalhos de Souza (2008, 2009, 2015, 2017), Couto (2006, 2017) e ao de Oliveira (2017).

Os trabalhos de natureza histórico-comparativa que fazem menção à língua Kinikinau não se referenciam em estudos comparativos aprofundados que contemplem um conjunto de dados relevantes da língua Kinikinau, além de considerá-la como extinta (Mason 1946; Loukotka 1968; Payne 1991; Campbell 1997).

Vimos também outros trabalhos, baseados em alguns indícios, resultantes de estudos comparativos, estes fundamentados nos trabalhos descritivos disponíveis, tanto para a língua Kinikinau quanto para o Terena, o que tem sido

constatado pelos próprios Terena nos últimos anos. À prova disso é o interesse de indígenas dessa etnia em realizar estudos linguísticos que possam ampliar os estudos descritivos de sua própria língua.

Não podemos deixar de mencionar que estudos científicos foram utilizados como discurso de autoridade para fundamentar a extinção do povo Kinikinau, conforme destaca Oliveira (2017). Por quase meio século essa língua foi dada por extinta, ideia reforçada por opiniões de antropólogos na década de 1970, que compreendiam o ser indígena como um estágio transitório e defendiam a ideologia da aculturação.

Mas o caso do Kinikinau é bastante peculiar. O povo está vivo, há falantes, o povo possui uma identidade, o que o torna único, embora esteja fragmentado (Oliveira 2017). Considerar a língua Kinikinau uma mera variedade da língua Terena é repetirmos na ciência o que a sociedade parece fazer em todas as situações quando nos referimos a povos indígenas.

Além disso, o povo Kinikinau quer voltar a falar a língua na sua plenitude, conforme constatou Oliveira (2017), e o estudo sociolinguístico realizado recentemente demonstra haver a possibilidade, ainda que remota, de uma revitalização. Assim, ao invés de sufocar o que está tentando sobreviver, é necessário lutar por políticas que viabilizassem a revitalização dessa língua.

Referências

Aikhenvald, Alexandra Y. 1999. The Arawak language family. In R.M.W. Dixon; Alexandra Y. Aikhenvald (eds.). *The Amazonian Languages*, pp. 65-105. Cambridge: Cambridge University Press.

Anchieta, Joseph de. 1595. *Arte de grammatica da lingua mais usada na Costa do Brasil*. Coimbra: Antonio de Mariz.

Bendor-Samuel, John. 1961a. An outline of the gramatical and phonological structure of Terêna. (Part 1. Arquivo Linguístico 090). Brasília: Summer Institute of Linguistics (SIL).

Bendor-Samuel, John. 1961b. An outline of the gramatical and phonological structure of Terêna. (Part 2. Arquivo Linguístico 091). Brasília: Summer Institute of Linguistics (SIL).

Bendor-Samuel, John. 1966. Some prosodic features in Terena. In R. H. Robins (ed.). In memory of J. R. Firth, pp. 348-355. Londres: Longmans.

Brinton, Daniel. 1891. *The American race*. Nova York: Hodgges Publisher.

Campbell, Lyle. 1997. *American Indian Languages: The historical linguistics of Native America*. Oxford: Oxford University Press.

Campbell, Lyle. 1998. *Historical Linguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Campbell, Lyle. 2012. Classification of the indigenous languages of South America. In Lyle Campbell; Verónica Grondona (eds.). *The indigenous of South America: a*

comprehensive guide, pp. 59-166. Berlim: Mouton de Gruyter.

Canazilles, Karolinne Sotomayor A.. 2013. A produção e comercialização do artesanato Kinikinau em Mato Grosso do Sul. (Dissertação de mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional). Campo Grande, Mato Grosso do Sul: UNIDERP.

Canazilles, Karolinne Sotomayor A.; Santos, Karen Silva; Matias, Rosimary; Bono, José Antônio M.; Alves, Gilberto L.. 2013. Qualidade da água empregada na confecção do artesanato cerâmico Kinikinau, Mato Grosso do Sul. *Anais do V Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade*, pp. 52-62, Campo Grande, Mato Grosso do Sul: Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

Canazilles, Karolinne Sotomayor A.; Alves, Gilberto L.; Matias, Rosimary. 2013. Os Kinikinau: trajetória histórica e a reinvenção do artesanato. *Albuquerque* 5: 99-120.

Canazilles, Karolinne Sotomayor A.; Alves, Gilberto L.; Matias, Rosimary. 2015. Comercialização do artesanato Kinikinau na cidade ecoturística de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Pasos* 13: 1171-1182.

Carvalho, Fernando Orphão. 2016. Terena, Chané, Guaná and Kinikinau are one and the same language: Setting the Record Straight on Southern Arawak Linguistic Diversity. *LIAMES*. Línguas Indígenas Americanas 16: 39-57.

Castelnau, Frasncis. 1949. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2 v.

Castro. Iara Quelho de. 2005. Nas lutas pela defesa de direitos, as alianças possíveis: os Kinikinau no movimento indígena. Londrina: Simpósio.

Castro, Iara Quelho de. 2010. De Chané-Guaná a Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência. (Tese de doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Castro. Iara Quelho de. 2011. Os Chané-Guaná e os europeus na constituição do Gran Chaco Colonial. *Anais do Simpósio Nacional de História*, pp. 6-11. São Paulo: ANPUH.

Couto, Valéria Guimarães de Carvalho. 2006. A língua Kinikinau: estudo do vocabulário e conceitos gramaticais. (Dissertação de mestrado em Letras). Três Lagoas, Mato Grosso do Sul: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Couto, Valéria Guimarães de Carvalho. 2017. KINIKINAU: um recorte sociolinguístico. In Giovanni José da Silva; Ayla Vilela Bolzan; Rosaldo A. Souza (eds.). *Kinikinau: arte, história, memória e resistência*, pp. 115-134. Curitiba: Editora CRV.

Dietrich, João Evaldo Ghizoni. 2012. A identidade Kinikinau como máquina de guerra para a ocupação e manutenção territorial no Mato Grosso do Sul. (Monografia de graduação em Geografia). Jardim, Mato Grosso do Sul: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Dietrich, João Evaldo Ghizoni. 2014. Territorialidade Kinikinau: estudo sobre a desterritorialização/territorializanteda etnia. *Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Vitória, Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo.

Dietrich, João Evaldo Ghizoni. 2015. Identidade Kinikinau como máquina de guerra para a ocupação e manutenção territorial no Mato grosso do Sul. (Dissertação de mestrado em Geografia). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados.

Eastlack, Charles. 1968. Terema (Arawakan) pronouns. *International Journal of American Linguistics* 34: 1-8.

Ekdahl, Muriel; Butler, Nancy. 1969. Terêna dictionary. (Arquivo Linguístico 069). Brasília: Summer Institute of Linguistics (SIL).

Ekdahl, Muriel; Butler, Nancy. 1979. Aprenda Terêna. Brasília: Summer Institute of Linguistics (SIL).

Fabre, Alain. 2005. Diccionario etnolingüístico e guía bibliográfica de los pueblos indígenas sudamericanos. Disponível em (http://www.ling.fi/Entradas%20 diccionario/Dic=Arawak.pdf). (Acesso 11/03/2017).

Figueira, Luis. 1687. *Arte de grammatica da lingua brasilica*. Lisboa: Miguel Deslandes.

Fonseca, João Severiano da. 1899. *Voyage autour du Brésil*. Edition pour les Américanistes. Rio de Janeiro: Librairie A. Lavignasse Filho & C..

Hock, Hans Henrich. 1991. *Principles of historical linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter.

José da Silva, Giovanni. 2007. Ressurgidos, emergentes, resistentes: reflexões sobre as presenças indígenas Atikum, Kamba e Kinikinau em Mato Grosso do Sul. *Anais da 5ª Semana de História*, pp. 87. Três Lagoas, Mato Grosso do Sul: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

José da Silva, Giovanni. 2014. *Histórias de admirar: os Kinikinau*. Aquidauana, Mato Grosso do Sul: Jornal O Pantaneiro.

José da Silva, Giovanni.; Souza, José Luis. 2003. O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em MS. *Sociedade e Cultura* 6(2): 50-60.

José da Silva, Giovanni.; Souza, José Luis. 2005. O Curso de Formação de Professores Kadiwéu e Kinikinau: limites e avanços de uma experiência pedagógica intercultural. *Anais do 15º Congresso de Leitura do Brasil*, pp. 30. Campinas: Unicamp.

José da Silva, Giovanni.; Souza, José Luis. 2008. História, etnicidade e cultura em fronteiras: os Kinikinau em Mato Grosso do Sul. In Luís M Rocha; Sérgio G. Baines (eds.). *Fronteiras e espaços interculturais*, pp. 33-50. Goiânia: UCG.

José da Silva, Giovanni.; Souza, José Luis. 2017. A diáspora Kinikinau: a trajetória histórica de um grupo indígena "extinto" (Séculos XX e XXI). In Giovanni José da Silva; Ayla Vilela Bolzan; Rosaldo A. Souza (eds.). *Kinikinau: arte, história, memória e resistência*, pp. 167-177. Curitiba: Editora CRV.

Kaufman, Terrence. 1990. Language history in South America: what we know and how to know more. In David Payne (ed.). *Amazonian Linguistics – studies in lowland South American languages*, pp. 13-73. Austin: University of Texas Press.

Laverger. 1862. Diário do reconhecimento do rio Paraguai desde a cidade de Assunção até o Paraná, 1845. *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* 25: 222.

Loukotka, Chestmir. 1932. La família Kamakan del Brasil. *Revista del Instituto de Etnología de la Universidad Nacional de Tucumán* 1(2): 493-524.

Loukotka, Chestmir. 1968. *Classification of South American Indian languages*. (Reference Series 7). Los Angeles: University of California.

Mason, John Alden.1946. The languages of South American indians. In Julian Steward (ed.). *Handbook of South American Indians*, pp. 157-317. Washington: Government Printing Office.

Montoya, Antonio Ruiz de. 1639. *Tesoro de la lengua guarani*. Madrid: publicado por Luan Sánchez.

Montoya, Antonio Ruiz de. 1640. *Arte, y bocabulario de la lengua guarani*. Madrid: publicado por Luan Sánchez.

Moutinho, Joaquim Ferreira. 1869. *Noticia sobre a província de Matto Grosso: seguida d'um roteiro da viagem da sua xcapital a' S. Paulo*. São Paulo: Typografia de Henrique Schroeder.

Payne, David L.. 1991. A classification of maipuran (Arawakan) languages based on shared lexical retentions. In Desmond Derbyshire; Geoffrey K. Pullum (eds.). *Handbook of amazonian languages*, vol. III, pp. 355-499. Berlin: Mouton de Gruyter.

Roberto, Inácio. 2017. Povo Indígena Kinikinau. In Giovanni José da Silva; Ayla Vilela Bolzan; Rosaldo A. Souza (eds.). *Kinikinau: arte, história, memória e resistência*, pp. 161-165. Curitiba: Editora CRV.

Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 1999. Macro-Jê. In R.M.W. Dixon; Alexandra Y. Aikhenvald (eds.). *The Amazonian Languages*, pp. 164-206. Cambridge: Cambridge University Press.

Rosa, Andréa M.. 2010. Aspectos morfológicos do Terena (Aruák). (Dissertação de Mestrado em Linguística). Belo Horizonte, Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais.

Santos, Lucicleide Gomes (2009). Os Kinikinawa: uma etnia em processo de afirmação étnica. *Anais do IV Congresso Internacional de História*, pp. 4705-4716. Maringá, Paraná: CHICHETC.

Silva, Denise. 2013. Estudo lexicográfico da língua Terena. (Tese de Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Araraquara, SP: UNESP, Faculdade de Ciências e Letras.

Silva, Verone Cristina da. 2001. Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre os Albuquerque e Cuiabá. (Dissertação de Mestrado em História). Cuiabá, Mato Grosso: Universidade Federal de Mato Grosso.

Souza, Ilda de. 2007. *Índios Kinikinau: aspectos etnolinguísticos*. Tellus 7: 103-133.

Souza, Ilda de. 2008. Koenukunoe Emo 'u: a língua dos índios Kinikinau. (Tese de doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

Souza, Ilda de. 2009. Kinikinau: uma língua à beira da extinção. *Guavira Letras* 8: 149-165.

Souza, Ilda de. 2015. Concordância: verbos e nomes na língua Kinikinau. Web-Revista *SOCIODIALETO* 5: 112-134.

Souza, Ilda de.. 2017. KINIKINAU: a língua silenciada. In Giovanni José da Silva; Ayla Vilela Bolzan; Rosaldo A. Souza (eds.). *Kinikinau: arte, história, memória e resistência*, pp. 71-96. Curitiba: Editora CRV.

Souza, Rosaldo A.. 2012. Sustentabilidade e processo de reconstrução identitária entre o povo indígena Kinikinau (Koinukunôen em Mato Grosso do Sul). (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável, modalidade: Sustentabilidade junto a Povos e Terras Indígenas. Brasília: Universidade de Brasília.

Souza, Rosaldo A. Sustentabilidade na reconstrução identitária do povo indígena Kinikinau. In Giovanni José da Silva; Ayla Vilela Bolzan; Rosaldo A. Souza (eds.. *Kinikinau: arte, história, memória e resistência*, pp. 135-160. Curitiba: Editora CRV.

Steinen, Karl von der. 1940. *Entre os aborígenes do Brasil Central*. São Paulo: Dep. De Cultura.

Taunay, Alfredo D'Escragnolle. 1940. *Entre nossos índios: Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurus, Caingangs*. São Paulo: Companhia Melhoramentos.

Taunay, Alfredo D'Escragnolle. 1948. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo: IPE.

Taunay, Alfredo D'Escragnolle. 1997. *A Retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras.

Thomason, Sarah G.; Kaufman, Terrence. *Language contact, creolization and genetic linguistics*. 1988. Los Angeles: University California Press.

Aspectos sociolinguísticos do ensino e do uso da língua Sabanê na aldeia Sowaintê, da Terra Indígena Parque do Aripuanã - RO. Relatório de pesquisa

Sociolinguistic aspects of the teaching and use of the Sabane language in the Sowaintê village, of the Indigenous Land Aripuanã-RO Park. Research report

Fábio Pereira Couto[1]
Ivonete Sabanês[2]

DOI: https://doi.org/10.26512/rbla.v10i2.20981

Recebido em abril de 2018
Aceito em junho de 2018

Resumo

O presente trabalho reúne resultados de uma pesquisa de abordagem sociolinguística que demostra a atual situação do uso e do ensino da língua Sabanê, na aldeia Sowaintê. Os dados para pesquisa foram registrados em várias viagens a campo realizadas nos anos de 2016 e 2017 e revelam que a língua Sabanê se encontra em sério risco de extinção, contando com poucos falantes nativos, sendo que na comunidade foco de nossa investigação, só há dois falantes. Além disso, a língua praticamente não é ensinada na escola, mesmo com o esforço de alguns professores Sabanê em promover o ensino de sua língua nativa. O estudo foi desenvolvido à luz de Dorian (1989) "Investigating obsolescence: studies in language contraction and death", e em Thomason (2015) "Endangered languages. An introduction." Consideramos, também, os estudos de Braga e Telles (2014) e de Telles (2002) sobre as línguas da família Nambikwára. Os resultados do estudo mostram o estado avançado de redução de falantes do Sabanê e a urgência da implementação de uma política linguística que possa dar suporte linguístico e pedagógico à revitalização dessa língua.

Palavras-chave: Língua Sabanê. Sociolinguística. Revitalização. Educação Escolar Indígena.

Abstract

The present work brings together results of a sociolinguistic research that demonstrates the current situation of the use and teaching of the Sabanê language in the Sowaintê village. The data for were recorded during several field trips conducted in the years 2016 and 2017 and reveal that the Sabanê language is in serious danger of extinction, with few native speakers,

[1] Professor da Universidade Federal de Rondônia. Coordenador do Laboratório de Línguas e Culturas Indígenas da Unir de Ji-Paraná.

[2] Professora indígena Sabanê da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sabanê da aldeia Sowaintê.

and in the community focus of our investigation, there are only two speakers. In addition, the language is practically not taught in school, even with the efforts of some Sabanê teachers in promoting the teaching of their native language. The study was developed in the light of Dorian (1989) "Investigating obsolescence: studies in language contraction and death", and in Thomason (2015) "Endangered languages. An introduction. "We have also considered the studies of Braga and Telles (2014), Telles (2002) and Araújo (2004) on the languages of the Nambikwára family. The results of the study show the advanced state of reduction of speakers of Sabanê and the urgency of the implementation of a linguistic policy that can give linguistic and pedagogical support to the revitalization of that language.

Keywords: Language Sabanê. Sociolinguistics. Revitalization. Indigenous School Education.

Contextualizando o estudo

O presente trabalho tem como objetivo principal reunir resultados da pesquisa sociolinguística desenvolvida nos anos de 2016 e 2017, em colaboração com professores Sabanê, junto a sua comunidade da aldeia Sowaintê, localizada no estado de Rondônia. Nosso foco principal é o de identificar a situação de uso da língua Sabanê, de forma a contribuir com a construção de estratégias que propiciem o resgate do máximo de dados da língua nativa a serem usados no seu ensino às novas gerações, a partir da escola e dela para outros contextos do dia a dia da comunidade Sowaintê.

Foram motivadores iniciais do presente estudo questões como: (i) qual a situação do ensino e do uso da língua pela comunidade?; (ii) qual a real situação do ensino da língua Sabanê na Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sowaintê, situada na aldeia Sowaintê da Terra Indígena Parque do Aripuanã (TIPA); (iii) há materiais didáticos de apoio pedagógico para o ensino da língua materna?; (iv) a formação dos professores da comunidade Sowaintê contribui para uma práxis que fortaleça não só o ensino da língua, mas também a cultura do povo Sabanê?

O problema da perda da língua nativa é uma questão recorrente em várias partes do mundo. O Brasil, que tem em seu território aproximadamente 180 línguas indígenas (Cf. Rodrigues 2002), se configura hoje como o país da América do Sul com maior quantidade e diversidade de línguas indígenas. Porém, esse cenário encontra-se ameaçado, já que grande parte dessas línguas está seriamente em situação de perigo de extinção, muitas delas contando com menos de 100 falantes e outras com menos de 10 falantes, como é o caso da Língua Sabanê (Price 1978; Sabanê 2016).

Esse contexto desfavorável à vitalidade das línguas atesta a urgência de ações que possam reverter ou pelo menos minimizar o cenário negativo quanto às suas respectivas continuidades. Nesse contexto, entendemos que as escolas indígenas têm grande responsabilidade nas tentativas de reverter esse quadro, principalmente por ser um lugar de ensino, aprendizagem e reflexão passível

de exercer forte influência na manutenção e no resgate linguístico, como defendem D'Angelis (1997, 2012) e Monserrat (2006, 2018). Considerando essa possibilidade, iniciamos uma pesquisa na escola da aldeia Sowaintê, buscando verificar como a escola, nas pessoas de seus agentes educacionais, estão lidando com a realidade linguística de seu povo.

Para atingir nosso propósito, procuramos desenvolver a pesquisa à luz de estudos que reúnem reflexões sobre a vitalidade de línguas indígenas, políticas e planejamentos linguísticos para o fortalecimento do uso de línguas minoritárias (Dorian 1989; Tomason 2015) e sobre a produção de materiais didáticos e paradidáticos de apoio ao ensino dessas línguas (D'Angelis 1997, 2012; Monserrat 2006). Considerou-se também estudos sobre as língua e culturas dos povos Nambikwára, principalmente sobre o Sabanê (Price 1978; Telles 2002; Braga e Telles 2014; Araújo 2004; Reesink 2015; Sabanê 2016; Tarallo1985; Araújo 2004).

O presente estudo contempla aspetos sociolinguísticos e socioculturais do povo Sabanê da Aldeia Sowaintê; apresenta a metodologia em seguida; contextualiza a pesquisa desenvolvida e apresenta os resultados obtidos. Com esse estudo, esperamos contribuir com algumas reflexões sobre o estado da arte da vitalidade da língua Sabanê e sobre caminhos para o seu fortalecimento.

Alguns aspectos socioculturais do povo Sabanê

O povo Sabanê conserva ainda suas práticas culturais milenares, como a pesca tradicional, em que se utiliza uma espécie de flecha, chamada de "sá galho", feita de palmeira de bassiúba (uma planta semelhante ao bambu) e com arame apontado. Na atividade da pesca, utilizam também o timbó e/ou a linha.

Segundo contam os mais velhos entrevistados em nossa pesquisa, antigamente o povo Sabanê caçava somente com arco e flecha, porém essa forma tradicional de caça foi substituída pela caça por meio de arma de fogo, principalmente espigada.

Os alimentos do povo Sabanê são, na sua grande maioria, alimentos tradicionais coletados na floresta, como o coró (o gongo de patuá), a bacaba, o buriti e outros frutos. Plantam mandioca e milho e, com o contato, foram introduzidos alimentos industrializados como, por exemplo, óleo, sal, açúcar, arroz e biscoitos.

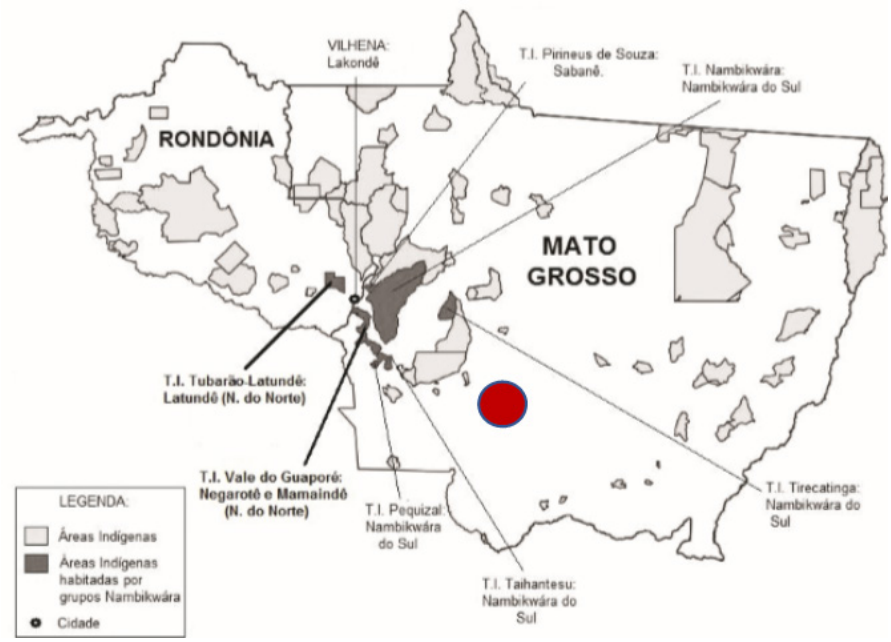
Os anciões da aldeia relatam que as festas típicas do povo Sabanê ainda são fortes, pois há grande esforço para que estas se mantenham, principalmente a "Festa da Menina Moça" e a "Festa de Guerra", que são as mais praticadas, sendo que a "Festa da Menina Moça" é considera a principal entre todas. Esta festa ocorre quando a menina Sabanê menstrua pela primeira vez. Nessa ocasião, os mais velhos da aldeia fazem uma reunião com os pais da menina para que ela fique em reclusão, que pode durar de cinco a oitos meses, em média. Ao sair da

reclusão é, então, considerada mulher, pronta para casar.

O Sabanê na família linguística Nambikwára

De acordo com a classificação de Rodrigues (2002), a família linguística Nambikwára pode ser dividida em três grandes grupos de línguas faladas em diferentes regiões: Sabanê, Nambikwára do Norte e Nambikwára do Sul. Reesink (2015: 116) considera que essa classificação é baseada em diferenças linguísticas evidentes, e que os Nambikwára do Sul se dividem em subconjuntos do Campo (ou do cerrado), da Chapada dos Parecis e do Vale do Guaporé. Braga e Telles (2014) e Telles (2002) afirmam que são quinze as línguas da família Nambikwára, a saber: (1) Hahãintesú, (2) Alãntesú, (3) Waikisú, (4) Wasúsu, (5) Kithãulhú, (6) Saxuentesú, (7) Halotesú, (8) Wakalitesú, (9) Siwxaisú e (10) Nesú, pertencentes ao grupo do Sul; (1) Latundê, (2) Lakondê, (3) Mamaindê e (4) Negarotê, pertencentes ao grupo do Norte, e o Sabanê, que, sozinho, constitui um sub-ramo da família.

Imagem 1 – Mapa da localização atual da família linguística Nambikwára, adaptado de Braga e Telles (2014).



Com exceção da língua Sabanê, que conta hoje com menos de 20 falantes, dentre os quais falantes proficientes e semi-falantes (Dorian 1989); as outras línguas Nambikwára encontram-se bem preservadas, mas sendo o português falado por todos os Nambikwára do Sul e pela grande maioria dos Nambikwára

do Norte[3].

Em meados dos anos 90, ainda existiam falantes da língua Sabanê e do Nambikwára do Norte capazes de falar as três línguas Nambikwára, além do Português. Havia, portanto, uma situação de multilinguíssimo, decorrente da intensa relação de contato entre estes povos e entre eles e os não-indígenas.

Nambikwára do Norte

Segundo consta na literatura sobre a língua Nambikwára do Norte, os seus falantes habitavam os vales do rio Roosevelt e do rio Tenente Marques e também a região mais ao noroeste, que inclui a área banhada pelos rios Cabixi e Piolho. Esses grupos são conhecidos como Da'wandê, Da'wendê, Âlapmintê, Yâlãkuntê (Latundê), Yalakalorê, Mamaindê e Negarotê.

Price (1978) afirma que todos os dialetos do Nambikwára do Norte são mutuamente compreensíveis, apesar das pequenas variações observadas na variedade falada na região dos rios Tenente Marques e Roosevelt e na região do rio Cabixi, habitada tradicionalmente pelos Mamaindê. O autor sugere que o dialeto falado pelos Negarotê, grupo localizado nas margens do rio Piolho, seria um dialeto intermediário em relação aos outros dois. Entretanto, estudos recentes feitos por linguistas do SIL indicam que o dialeto falado pelos Negarotê é muito similar àquele falado pelos Mamaindê.

Nambikwára do Sul

A língua classificada como Nambikwára do Sul é falada no restante do território Nambikwára, que pode ser dividido em três áreas dialetais: a do vale do Juruena, a da região formada pelos rios Galera e Guaporé e a do vale do Sararé (Price 1978).

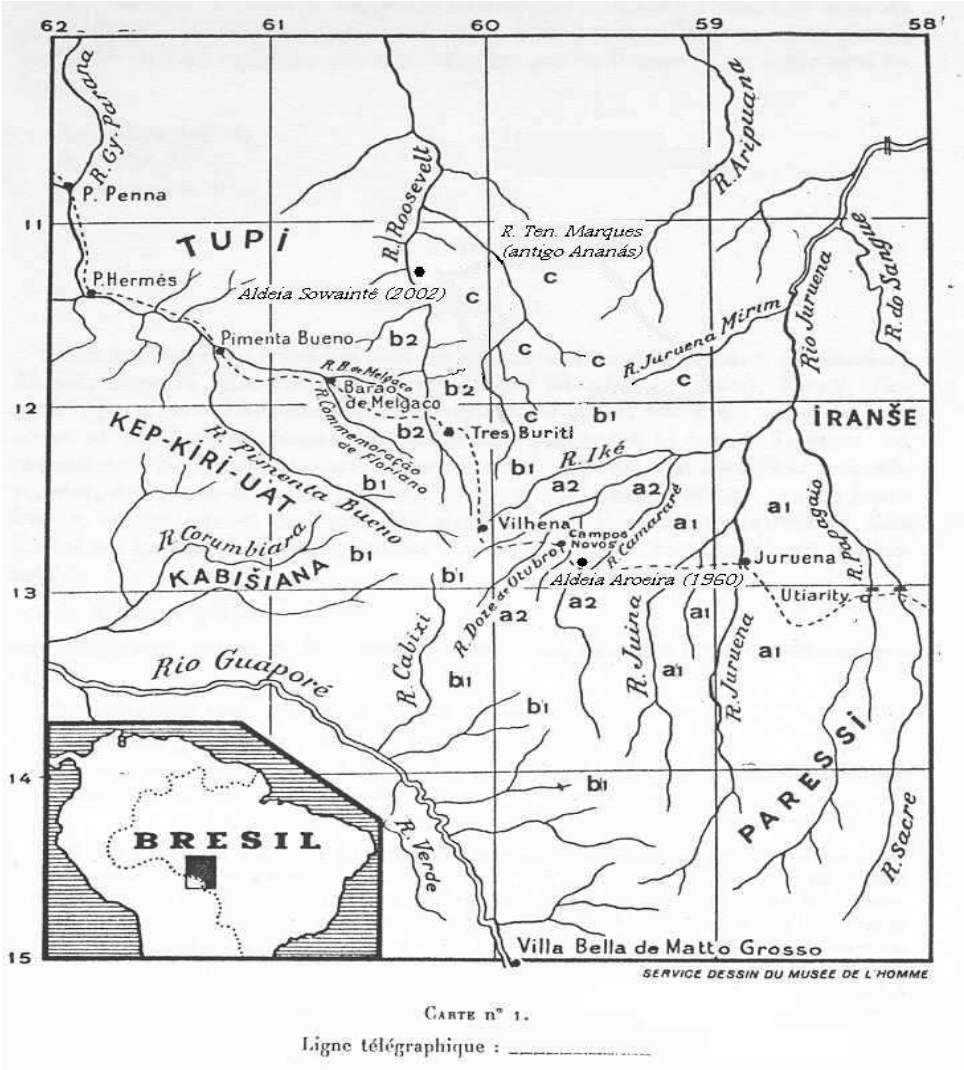
Na região do vale do Juruena, encontram-se os grupos que são referidos na bibliografia como Nambikwára do cerrado ou Nambikwára do campo, os quais se situam no nordeste da chapada dos Parecis e são designados como Halotésu, Kithaulhu, Sawentésu, Wakalitesu e Alakatesu.

A língua Sabanê e local de pesquisa

A nossa pesquisa concentrou as ações na Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sowaintê, que está situada no Parque Indígena Aripuanã/ Reserva Roosevelt, em Vilhena – RO e foi criada pelo Decreto nº 17. 890 de 29/05/13. (ver Mapa 1 e 2), município de Vilhena, estado de Rondônia. Na aldeia vivem 11 famílias que somam 42 pessoas, sendo que a maioria da população é composta por indivíduos até 30 anos.

[3] Informações disponíveis no site: <https://www.socioambiental.org/pt-br>.

Imagem 2 – Mapa da região habitada pelos Sabanê elaborado por Lévi-Strauss (1948), apud Araújo (2004, p. 5)



Consoante Price (1978), a língua Sabanê é falada por grupos que habitavam o extremo norte do território Nambikwára, ao norte do rio Iquê, na região entre os rios Tenente Marques e Juruena. Como já mencionado anteriormente, o autor afirma que a língua Sabanê apresenta grandes diferenças em relação às outras duas línguas da família Nambikwára.

Em estudos comparativos, Price (1978), Araújo (2004) e Reesink (2015) mencionam o alto número de cognatos observados entre o Sabanê e as outras duas línguas Nambikwára, e observam que, mesmo havendo diferenças entre elas, a língua Sabanê apresenta características linguísticas suficientes para ser considerada como pertence à mesma família linguística. Exemplos de cognatos que mostram ser o Sabanê pertencente à família Nambikwára são dados por Rodrigues (2002), repetidos aqui na Tabela 1, seguinte:

Tabela 1 – Dados comparativos de línguas da família linguística Nambikwára (Rodrigues, 2002:75)

	Sabanê	**N. do Norte**	**N. do Sul**
Dente	wi	wi:	w'i
língua	pai:l	hen'	hel'
Ovo	no	nã:	nau
Terra	nu	nũ:	nu
Criança	mais	wet	wet
Lombriga	y'o:y'o	yayut	yũyũn
Fumo	hais	'et	'et
Você	w'al	wai:na	w'ãin
Teu	ma	wa	w'ã
Arco	po:k	huk	hukk'
Branco	pa:n	hãn	hãn
Beber	na:	na:	na:
Vir	ma:	wa:	w'ãn
Cantar	pãi:n	hain	hain

Segundo Price (1978) e Araújo (2004), os grupos falantes de Sabanê foram severamente afetados pelas epidemias decorrentes do contato e muitos deles foram extintos. Atualmente, a maioria dos remanescentes desses grupos encontra-se na Terra Indígena Pireneus de Souza e alguns dos Sabanê vivem com os Mamaindê, sendo que algumas famílias migraram para a cidade de

Vilhena (RO). Reesink (2015: 114) observa sobre os Sabanê, que:

> (...) se destacam no conjunto da *etnia* usualmente conhecido por Nambikwára por sua maior diferença linguística e, ao que tudo indica, também por sua diferenciação sociocultural. Ou seja, posicionado fora dos grandes ramos dos Nambikwára do Norte e do Sul, o povo Sabanê é aquele povo com uma língua ininteligível para com as outras línguas e com certos traços socioculturais particulares que o põem um tanto à margem das grandes linhas socioculturais normalmente pensadas como características dos Nambikwára.

O Sr. Manoel Sabanê de 95 anos e a Sra. Ivone Sabanê de 68 anos, pais de Ivanete Sabanê, coautora deste estudo, afirmam, em entrevista que nos concederam, que hoje em dia a língua Sabanê é falada quase que exclusivamente em contexto familiar. Ressaltou que a língua é falada por ele, por sua esposa e por outras 12 pessoas (aproximadamente) que vivem na Terra Indígena Pirineus de Souza, mas que apenas cerca de oito destas falam a língua de forma tradicional e proficiente.

Contextualização da pesquisa

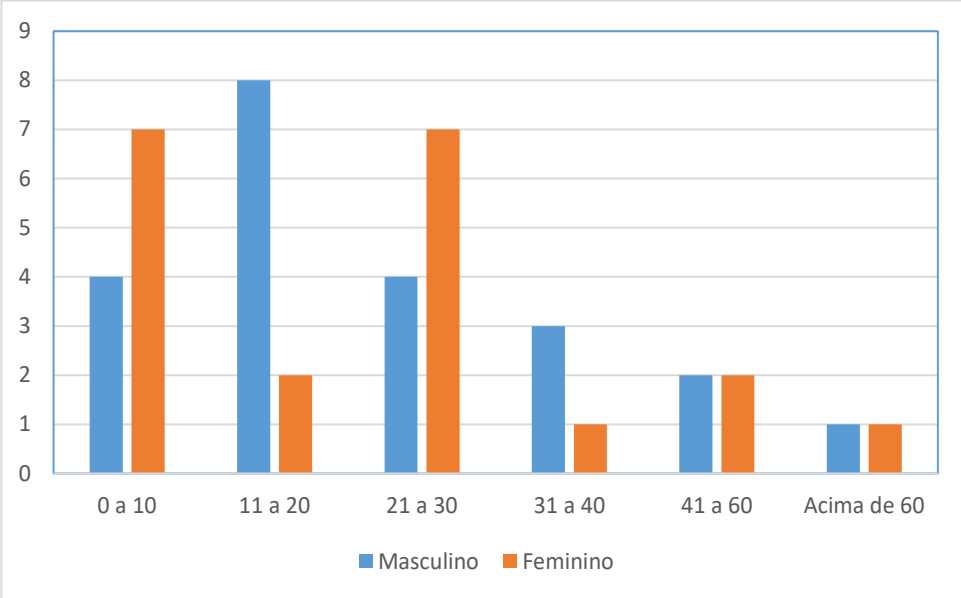
A proposta de investigação foi elaborada em função da preocupação de alguns professores Sabanê com o fato de que a língua e vários elementos da cultura do seu povo não estavam sendo trabalhados de forma efetiva na escola, o que teria provocado grande inquietação por parte da comunidade. A metodologia adotada para a pesquisa considerou, dessa forma, a fundamental participação dos professores indígenas.

No que se refere à natureza da pesquisa, trata-se de uma pesquisa que tem procurado identificar as características socioculturais e sociolinguísticas dos alunos, professores e demais membros da comunidade, por meio da aplicação de procedimentos padronizados de coleta de dados, seguindo Tarallo (1985), tais como questionários e entrevistas, os quais permitem obter informações referentes à idade, sexo e conhecimento e uso da língua nativa e do Português, por exemplo, por parte dos entrevistados. Entrevistamos um grupo significativo de pessoas, e os dados obtidos foram analisados quantitativamente e qualitativamente.

A realidade sociolinguística da aldeia Sowaintê

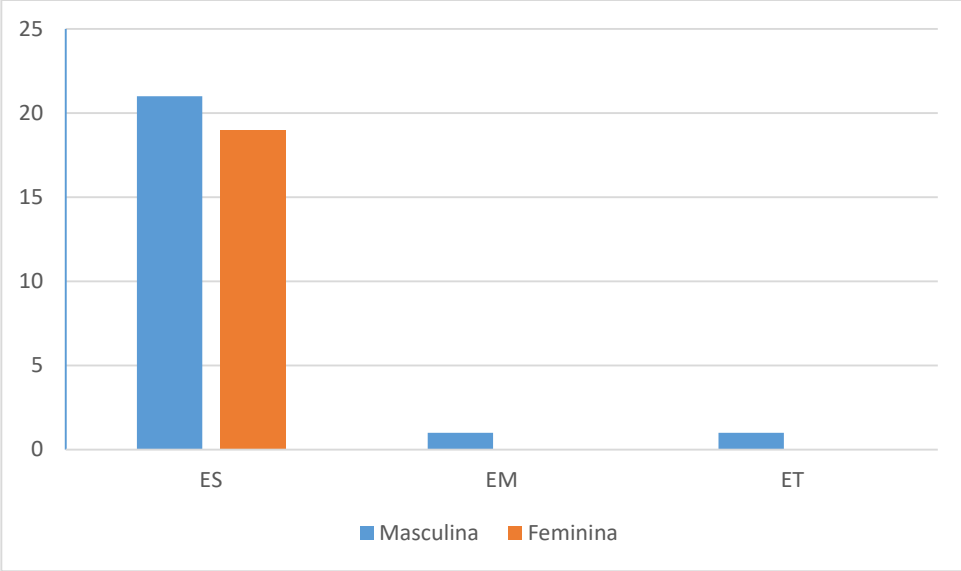
Segundo o último censo do IBGE (2010) a população Sabanê era constituída, até essa data, de 262 indivíduos, sendo 125 homes e 137 mulheres. Durante a última etapa de nossa pesquisa (jan. 2017), verificamos que 42 indivíduos vivem na aldeia Sowaintê (Gráfico 1).

Gráfico 1 – População da Aldeia Sowaintê de acordo com a idade e sexo



Os dados do Gráfico (1) evidenciam que a maioria da população que vive na Aldeia Sowaintê é do sexo masculino (22 no total de 44) e composta por jovens, principalmente com idade que varia de 11 a 30 anos. Isso indica que a situação da língua é preocupante, uma vez que a população é de maioria jovem e, como a investigação mostrou, essa maioria não fala a língua nativa Sabanê (ver Gráfico 3). Nesse sentido, seria importante fazer um trabalho, que se inicia na escola (Cf. D'Ángelis 1987, Brasil 1998) e que proponha estudos e práticas de uso da língua, pois do contrário elementos da língua como nome de plantas, de animais, insetos, dentre outros, acabarão em desuso; se perdendo, caso não sejam implementadas políticas linguísticas que possam, de alguma forma, contribuir para a revitalização da língua. Outras ações também merecem atenção, como, por exemplo, elaboração de materiais pedagógicos e descritivos da língua para que sirvam como fonte de conhecimento para o seu ensino e uso para além da escola, em outros ambientes na aldeia, inclusive dentro de casa, no dia-dia com a família, e durante festas tradicionais e demais eventos culturais, que ainda são praticados pelo povo.

Gráfico 2 – População da Aldeia Sowaintê: etnia Sabanê (ES), Manduka (EM) e Tawandê (ET)



A população da aldeia é composta por indivíduos de três grupos Nambikwára, Manduka (1), Tawantê (1) e Sabanê. Os dados demostram que há uma situação multiétnica nessa aldeia, a qual já foi muito mais intensa em outros lugares e momentos, conforme relatado por Price (1978) e confirmado pelos entrevistados, o que evidencia que esse cenário multiétnico e inicialmente multilíngue acabou acelerando o processo de diminuição do uso da língua indígena Sabanê, proporcionando ainda o processo de substituição dessa língua pela língua portuguesa, que hoje é a língua falada pela maioria dos Sabanê.

Tudo o que vimos até o momento mostra que o cenário linguístico é preocupante, por isso há de se encontrar meios pedagógicos e linguísticos que possam estimular professores, alunos e comunidade a buscar e desenvolver coletivamente estratégias de documentação e ensino-aprendizagem da língua nativa, visando a sua revitalização.

A atual realidade da Escola Indígena de Ensino Fundamental e Médio Sowaintê

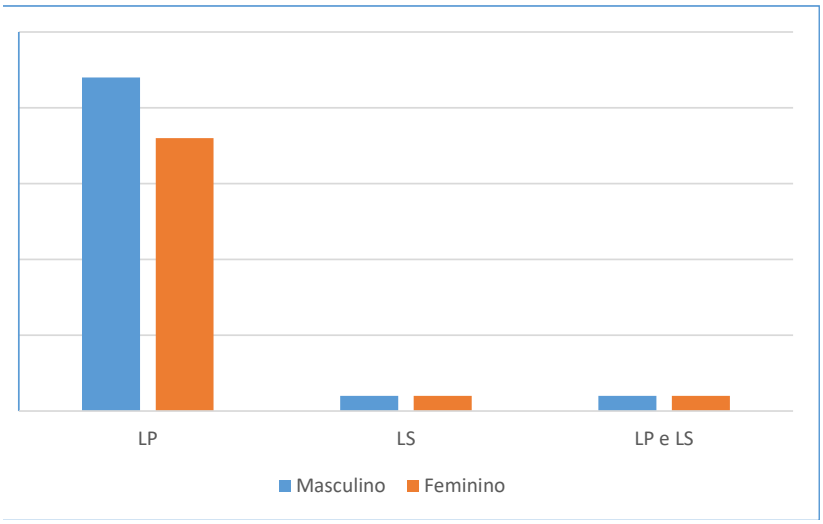
Segundo informaram os professores, antes da criação oficial, atividades pedagógicas já eram realizadas desde de julho de 2003 com nove 9 alunos matriculados nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Já em abril de 2005, passaram a atender dezenove alunos de 5ª à 8ª série, no âmbito do Projeto Telensino. Até 2007, só era oferecido o ensino fundamental até a 4ª série e, em 2008, com as Portarias nº 562 e 563/08 – GAB/SEDUC, passou-se a ofertar a 9ª série; em 2010, a escola volta a atender da 1ª à 9ª série do ensino fundamental.

Em 22 de Maio de 2009, são publicados o Decreto de Criação nº 14.302/09 e a Portaria nº 1030/10 – GAB/SEDUC que autorizam o funcionamento da Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Sowaintê. Em 2013, a escola passa a oferecer o Ensino Fundamental e o Ensino Médio respaldada pelo decreto nº. 17.890 de 29/05/13 (Cf. PPP, 2014).

Imagem 3 – Foto da sala de aula com alunos de todas as séries na aula de arte (arquivo pessoal de Ivonete Sabanês, 2016).

Imagem 4 – Foto da visão externa lateral da Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sowaintê (Arquivo pessoal de Ivonete Sabanês, 2016).

Gráfico 3 – Proficiência em língua oral: língua portuguesa (LP), língua Sabanê (LS), Língua Sabanê e Língua portuguesa (LS e LP) e outras línguas.



Os dados do Gráfico (3) demostram claramente a real situação da língua Sabanê na comunidade investigada, evidenciado que se não fossem os dois falantes da língua nativa Sabanê que vivem nesta comunidade, o Sr. Manoel Sabanê de 95 anos e a Sra. Ivone Sabanê de 68, a língua na aldeia Sowaintê já estaria completamente extinta.

Uso e ensino da língua nativa indígena Sabanê na escola

A língua Sabanê é um dos exemplos de "dormência de língua, ou seja, morte de língua a menos e até a língua é trazida de volta para vida" (Thomason 2015:42). Este é um dos momentos finais do declínio de uma língua que a leva à situação de ameaça e de desaparecimento; um estágio em que as crianças não aprendem mais a sua língua de herança como primeira língua, de forma que o número de falantes fluentes encolhe no âmbito das novas gerações até que não reste nenhum deles. Thomason acrescenta que, nesse processo, os contextos em que a língua nativa é falada se contrai até que se torne estritamente uma língua falada em casa.

Na escola, a disciplina 'Língua Materna' é ministrada por Ivonete Sabanês, que produz seu próprio material, constituído principalmente de listas de vocabulários que organiza com a ajuda de seu pai, suprindo, assim, a falta de materiais específicos para se trabalhar a língua materna, mesmo constando essa disciplina no Projeto Político Pedagógico da escola (PPP, 2014). Segundo Ivonete, a ausência de materiais de apoio prejudica muito o ensino da língua materna. Além do problema da falta de materiais, há o fato a língua portuguesa ser a primeira língua (L1) da professora e dos alunos e não a língua Sabanê.

E foi justamente a situação de vitalidade da língua Sabanê, que não é mais transmitida para as novas gerações, sendo falada apenas pelos mais velhos e em alguns contextos familiares que nos levou a pensar estratégias para revitalizá-la a partir da escola, estimulando a sua transmissão nos núcleos familiares que contam com falantes da língua.

Sabemos que é necessário um conjunto de ações para que os alunos se conscientizem da importância da língua nativa e queiram aprendê-la, o que não é uma tarefa fácil. Por outro lado, há conhecimento de casos de sucesso de revitalização de línguas indígenas em outras partes do mundo, o que alimenta as esperanças dos professores Sabanê de lutarem para que a língua de seus ancestrais volte a ser transmitida e ensinada também na escola.

Os dados obtidos com a pesquisa realizada junto aos alunos do ensino fundamental da 6ª a 8ª série mostram que todos eles moram na comunidade Sowaintê e que há um certo equilíbrio entre a quantidade de alunos do sexo masculino (total de 7) e alunos do sexo feminino (total de 9). Os dados mostram também que os alunos aprenderam a ler com um atraso de dois a três anos e que, com uma exceção de um aluno, os demais não falam a língua indígena e não há ambiente familiar que possibilite a aprendizagem da língua, já que as famílias desta comunidade não falam mais a língua Sabanê, salvo duas únicas pessoas que conversam na língua nativa. São esses falantes que estão preocupados com os jovens, no sentido de que estes precisam estudar e falar um pouco da língua e aprender as músicas cantadas em rituais tradicionais.

Os dados mostram ainda que, na visão dos alunos, a língua vai desaparecer, e que gostariam que existissem respostas mais positivas, quanto às possibilidades de retomada da língua nativa. Apesar do cenário completamente adverso à retomada da língua Sabanê, os relatos individuais colhidos na pesquisa revelam um grande esforço por parte dos professores indígenas de produzirem materiais pedagógicos para o ensino da língua na escola, mesmo que estes se reduzam a listas de palavras relativas à fauna e à flora. Os professores também têm programado atividades de campo para valorização de elementos da cultura. Como pudemos diagnosticar, por meio de nossa pesquisa, todos os indígenas têm uma boa proficiência na língua portuguesa, inclusive os dois únicos falantes nativos do Sabanê, que são os únicos bilíngues da aldeia, o que demostra que o contato com falantes de língua portuguesa ocorreu e permaneceu desde muito tempo, ou a tempo suficiente para fazer predominar a língua portuguesa como língua majoritária e dominante no contexto Sabanê. Outro ponto importante verificado na pesquisa é de que a população da Aldeia Sowaintê, como ocorre na maioria das populações indígenas de Rondônia e do Brasil (D'Angelis 2007, Monserrat 2006, Brasil 2008), não tem a tradição da escrita, e não há, consequentemente, uso efetivo e eficiente da língua nativa escrita.

Nosso estudo evidenciou um quadro preocupante em relação à língua

Sabanê, pois a população jovem não fala a língua. Faz-se necessário, portanto, um conjunto de ações que possam proporcionar o ensino da língua, seja por meio de um ninho linguístico, tendo à frente Manoel Sabanê e Ivone Sabanê, seja por meio de oficinas para a documentação e estudo da língua com a participação de todos os falantes da língua, seja por meio da escola, mesmo que inicialmente o ensino da língua Sabanê se dê por meio dos materiais confeccionados até o presente, constituídos de palavras e frases. Mas a ideia é promover a documentação máxima da língua e dar continuidade ao seu estudo linguístico, já iniciado por Araújo (2004) e estimular a participação efetiva dos falantes da língua a encontrar estratégias que possam usar para que transmitam o seu conhecimento maximamente aos mais jovens.

Algumas considerações adicionais

O presente estudo teve como objetivo principal verificar qual a real situação do uso da língua Sabanê, com foco especial na prática de seu ensino-aprendizagem na escola da Aldeia Sowaintê, como forma de fomentar ações linguísticas de resgate e revitalização da língua.

Os resultados da pesquisa mostram que a situação sociolinguística atual da comunidade é preocupante. Verificamos que os alunos, que são representados pela população mais jovem, não falam a língua Sabanê e tão pouco têm interesse sobre o tema, uma vez que a língua portuguesa é a que eles consideram a língua de prestígio, o que torna a tarefa de ensino da língua ainda mais difícil. Contudo, encontramos nas falas dos professores e da população mais velha a vontade de que se possa resgatar e revitalizar a língua Sabanê, pois para essas pessoas só a língua indígena é capaz de expressar a verdadeira cultura e identidade do povo. A esse respeito, D'Angelis (2012: 201) afirma ser "indispensável que os educadores indígenas tenham real apreço por sua língua materna e uma atitude efetivamente positiva face a elas".

Ressaltamos que, nesse primeiro momento, a nossa opção foi iniciar a pesquisa na comunidade Sowaintê na T.I. Parque do Aripuanã, uma vez que a coautora deste trabalho é professora e indígena Sabanê, embora pretendamos juntos dar continuidade à pesquisa, ampliando a investigação para as demais comunidades Sabanê. Também focamos a investigação na escola, pois entendemos que o espaço escolar é um ambiente propício ao fortalecimento tanto da língua como de outras práticas culturais dos povos (Sabanês 2016).

Fruto dos esforços dos professores tem sido a elaboração de um dicionário ilustrado, realizado com assessoria de linguistas da UNIR e que já conta com aproximadamente 1000 entradas. A continuidade da construção do dicionário levará em conta sugestões dadas por Thomason (2015) para elaboração de dicionários, como, por exemplo, solicitar definições de palavras na própria língua, de forma a reunir entradas monolíngues.

Naturalmente, a documentação da língua primará pela coleta de textos, músicas, recitas, descrições de práticas culturais. Há necessidade de documentação máxima e urgente e da análise linguística da língua com a participação efetiva dos professores Sabanê.

Esperamos ampliar a documentação e estudo da língua Sabanê com a participação ativa dos seus últimos falantes de forma a não deixar a língua indígena esvair-se, buscando os meios possíveis para revitalizá-la.

Referências

Araújo, G. A. de. 2004. *A Grammar of Sabanê, a Nambikwaran Language*. Utrecht: LOT.

Braga, A. G.; Telles, Stella. 2014. O comportamento do traço laringal em línguas Nambikwára do Norte: comparação entre o Latundê e o Negarotê. Universidade Federal do Rio de Janeiro: *Linguística,* vol. 10, n. 2.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. 1998. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/SEF.

D'Ángelis, W.; Veiga, J. (Orgs.). 1997. *Leitura e Escrita em escolas indígenas*. Campinas/São Paulo: ALB/Mercado das Letras.

_____. 2012. *Aprisionando sonhos*: a educação escolar indígena no Brasil. Campinas, SP: Curt Nimuendajú.

Dorian, Nancy C. 1989. *Investigating Obsolescence*: studies in language contraction and death. Cambridge: Cambridge University Press.

Gil, A. C.. 2008. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Monserrat, R. M. F. 2006. *Política e Planejamento Linguístico nas sociedades indígenas do Brasil hoje*: o espaço e o futuro das línguas indígenas. In: Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Luís Donisete Benzi Grupioni (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 131-154.

Projeto Político Pedagógico Da Escola Indígena De Ensino Fundamental E Médio Sowaintê. 2014.Vilhena – RO: SEDUC.

Price, P. D.. 1978. The Nambiquara linguistic family. In: *Anthropological Linguistics*, vol. 20, n. 1, p. 14-37.

Reesink, E.. 2015. Os Sabanê e os povos do Nambikwara do Norte: etno-histórias das ruínas da história e de recriações tardias. Campo Grande, MS: *Tellus*, ano 15, n. 29, p. 113-133, jul./dez.

Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 2002. *Línguas Brasileiras*: para o conhecimento das línguas indígenas. 4. Ed. São Paulo: Loyola.

Sabanês, Ivonete. 2016. *A atual situação do ensino e do uso da língua Sabanê na escola e na comunidade da aldeia Sowaintê*: uma investigação sociolinguística para revitalização da língua tradicional indígena. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Ji-Paraná, RO: Unir, p. 110.

Tarallo, F. 1985. *A pesquisa sociolinguística.* São Paulo: Ática.

Thomason, S. G. 2015. Endangered Languages. an Introduction. Cambridge Textbooks in *Linguistcis*. United Kingdom: Cambridge University Press.

Telles, Stella. 2002. *Fonologia e Gramática Latundê/Lakondê*. Tese (Doutorado em Letras). Amsterdam: Vrije Universiteit Amsterdam.

Notas sobre a voz causativa-comitativa em Kaiowá e Guajajára

Notes on the causative-comitative voice in Kaiowá and Guajajára

Rosileide Barbosa de Carvalho[1]
Marina Cintia da Silva Guajajára[2]

DOI: https://doi.org/10.26512/rbla.v10i2.20982

Recebido em setembro de 2018
Aceito em outubro de 2018

Resumo

Focaliza-se a expressão da voz causativa-comitativa em Kaiowá e em Guajajára, uma das cinco expressões de voz típicas da família Tupí-Guaraní. A análise da voz causativa-comitativa nessas duas línguas foi inspirada em Rodrigues (1953), o linguista que descreveu pela primeira vez e apropriadamente a função do morfema cognato em uma língua Tupí-Guaraní, o Tupinambá. No presente estudo, mostramos que o morfema causativo-comitativo em Kaiowá e em Guajajára possui mais alomorfes do que o reportado até o presente nos estudos sobre essas duas línguas. Como descrito em Barbosa (2017), o morfema causativo-comitativo em Kaiowá possui 11 alomorfes: *ero-*, *ro-*, *no-*, *era-*, *ra-*, *er-*, *r-*, *gwer-*, *gwero-*, *gwera-*, gweno-; já o causativo-comitativo em Guajajára possui 9 alomorfes: *eru-*, *ru-*, e*nu-*, *era-*, *ra-*, *er-*, *r-*, *wera-*, *weru-*. A alomorfia do morfema causativo Kaiowá e do Guajajára deve ser considerada na documentação e descrição linguística que se quer voltada para o fortalecimento do uso dessas línguas.

Palavras-chave:. Guajajára. Kaiowá. Tupí-Guaraní. Voz. Causativo-comitativo. Alomorfia.

Abstract

The expression of the causative-comitative voice in Kaiowá and Guajajára is described. It is one of the five typical Tupi-Guarani voice expressions. The analysis of the causative-comitative voice in these two languages was inspired by Rodrigues (1953), the linguist who described for the first time and properly the function of the cognate morpheme in a Tupi-Guaraní language, Tupinambá. In the present study, we have shown that the causative-comitative morpheme in Kaiowá and Guajajára has more allomorphs than the ones reported to date in the studies on these two languages. As described in Barbosa (2017), the causative-comitative morpheme in Kaiowá has 11 allomorphs: ero-, ro-, no-, era-, ra-, er-, r-, gwer-, gwero-, gwera-, gweno -; already the causative-comitative in Guajajára has 9 allomorphs: eru-, ru-, enu-, era-, ra-, er-, r-, wera-, weru-. The allomorphism of the Kaiowá and the Guajajára causative-comitative morpheme must be considered in the documentation and

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília.

[2] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília.

linguistic description that is aimed at strengthening the use of these languages.

Keywords: Guajajára. Kaiowá. Tupí-Guaraní. Voice. Causative-comitative. Alomorphy.

Um pouco de história

Tratamos aqui de alguns dos resultados de nossa pesquisa linguística sobre a expressão de voz em nossas respectivas línguas maternas, o Kaiowá e o Guajajára. A língua Kaiowá é uma das línguas que integram o subramo I da família linguística Tupí-Guaraní, subramo este também conhecido como subramo Guaraní. A língua Guajajára, por sua vez, pertence ao subramo IV da mesma família linguística (Rodrigues 1984-1985). A língua Kaiowá é falada em reservas, fazendas, acampamentos e em comunidades de periferias de cidades, localizadas no estado do Mato Grosso do Sul. O Guajajára é falado em oito Terras Indígenas (TI), distribuídas em oito municípios, no Estado do Maranhão – TI Araribóia (Amarante, Grajaú e Santa Luzia), TI Morro Branco (Grajaú), TI Pindaré (Bom Jardim e Monção), TI Bacurizinho (Barra do Corda e Grajaú), TI Caru (Municio de Bom Jardim), TI Governador (Amarante), TI Krikatí (Amarante, Morros Altos e Sítio novo), TI Lagoa Comprida (Barra do Corda), TI Morro Branco (Grajaú), TI Rodeador (Barra do Corda) TI Urucu-Juruá (Grajaú). Os Kaiowá somam aproximadamente 44.000 indivíduos e os Guajajára, juntamente com os Tembé são aproximadamente 26.000 indivíduos.

Apesar da distância geográfica entre os Kaiowá e os Guajajára, as duas línguas compartilham vários traços de interesse para os estudos histórico-comparativos da família Tupí-Guaraní. Focalizamos aqui a expressão da voz causativa-comitativa, que é uma das cinco expressões de voz encontradas em Kaiowá e em Guajajára, típicas da família Tupí-Guaraní. A análise da voz causativa-comitativa nessas duas línguas foi inspirada em Rodrigues (1953), o linguista que descreveu pela primeira vez e apropriadamente a função do morfema cognato em uma língua Tupí-Guaraní, o Tupinambá. A voz causativa-comitativa no Tupinambá, segundo Rodrigues (1953, p.136), é aquela em que:

> o sujeito faz outrem exercer a ação, praticando-a ele também; portanto o sujeito e o objeto direto praticam ação conjuntamente, em companhia, sendo ambos agentes imediatos. (Rodrigues 1953:136)

Ao conceber o morfema *ero-* do Tupinambá como expressão da voz causativa-comitativa, Rodrigues acentuou a associação de uma mudança de valência, naturalmente com implicações sintáticas, bem como a função comitativa do morfema. Essa associação têm-se mostrado fundamental em descrições que procuram dar conta das funções linguísticas como expressões dos modo de ser dos povos Tupí. E o "fazer junto" é fundamental para os povos Kaiowá e Guajajára. A voz causativo-comitativa em Kaiowá e em Guajajára

apresenta-se como em Tupinambá, exceto quanto ao fato de que neste último, o morfema causativo-comitativo além de combinar-se com verbos intransitivos, combinava-se também com nomes. No Kaiowá e no Guajajára, esta combinação não foi atestada.

Dos estudos linguísticos sobre o Kaiowá, Cardoso (2008) descreve dois alomorfes para o morfema causativo-comitativo Kaiowá, *-gwere* ~ *-re* que se combinam com o verbo ko. A autora considera esse morfema pouco produtivo em relação aos outros dois morfemas causativos do Kaiowá, os morfemas mo- 'causativo simples' e -uka 'causativo prepositivo'. Mejia (2017: 98-99) descreve quatro alomorfes para o morfema 'causativo-comitativo' do Kaiowá: *era-, ra-, er-, r-.*

Quanto aos estudos linguísticos sobre o Guajajára, Harrison e Harrison (2013), embora apresentem exemplos com alguns alomorfes do morfema em pauta, põem em evidência como informação na segmentação dos exemplos das entradas do Dicionário da Língua Guajajára, o alomorfe *eru-*. Castro (2013) e Camargos (2017) tratam o morfema causativo-comitativo como morfema aplicativo, à luz da Morfologia Distribuída. Seguindo Halle & Marantz (1993), Harley & Noyer (1997, 1999), Camargos parte do princípio de que "as formações de palavras e de sentenças são vistas como o produto de um mesmo mecanismo derivacional sintático, constituindo-se, por consequência, como uma proposta derivacional não lexicalista."(p. 35). Silva (2014), segue a análise de Rodrigues para o Tupinambá e demais línguas da Família Tupí-Guaraní, tratando o morfema causativo-comitativo como um morfema derivacional ativo na formação de verbos transitivos a partir de verbos intransitivos, modificando, assim, a valência original do verbo base da derivação. Silva (p. 680-681) apresenta o morfema causativo comitativo do Guajajára como tendo quatro alomorfes – *eru-*, *er,* e *ru- nu-* –; já Camargos (2017) e Castro (2013) apresentam uma única forma do desse morfema.

Ressaltamos que, em alguns dialetos Guajajára, começam a surgir raros exemplos de combinação do morfema causativo-comitativo com verbos transitivos, mas que correspondem a uso eventual na fala de poucos indivíduos.

A riqueza alomórfica do morfema causativo

No presente estudo, mostramos que o morfema causativo em Kaiowá e em Guajajára possui mais alomorfes do que o reportado até o presente nos estudos sobre essas duas línguas. Em Kaiowá, segundo Barbosa (2017), o morfema causativo possui 11 alomorfes, como reiterado aqui : *ero-*, *ro-*, *no-*, *era-*, *ra-*, *er-*, *r-*, *gwer-*, *gwero-*, *gwera-*, *gweno-*; já o causativo-comitativo em Guajajára possui 9 alomorfes: *eru-*, *ru-*, e*nu-*, *era-*, *ra-*, *er-*, *r-*, *wera-*, *weru-*. Nas duas línguas esses alomorfes são bem distribuídos e produtivos.

Apresentamos, em seguida, exemplos ilustrativos dos contextos em que se

dão os usos dos alomorfes do morfema causativo-comitativo em Kaiowá e em Guajajára.

O alomorfe *ero-*

Kaiowá

1) a-ero-sẽ
1-CC-sair
'eu o/a faço/fiz sair no terreiro comigo'

2) ere-ero-sẽ oka-pe
2-CC-sair terreiro-LOC
'você o/a faz/fez sair no terreiro com vocês'

3) oro-ero-sẽ oka-pe
1excl-CC-sai terreiro-LOC
'nós o/a fazemos/fizemos sair no terreiro conosco'

4) pe-ero-sẽ
2p-CC-sai'
'vocês o/a fazem/fizeram sair com vocês'

5) o-ero-sẽ
3- CC-sai'
'ele o/a faz/fez sair no terreiro consigo'

Guajajára

6) kuzà w-eru-ata u-memyr a'e
mulher 3-CC-andar 3-filho(a) esse
'a mulher anda levando seu filho'

7) tuwihaw w-eru-ze'eg-atu w-emi-aihu wə
chefe 3-CC-falar-bem 3CORR-NOM-amar 3PL
'o chefe aconselha bem o seu povo' (Harrison e Harrison 2013:213)

Este último exemplo ilustra nuances semânticas do morfema causativo-comitativo em Guajajára. Aconselhar, nessa língua, não é apenas falar bem, mas fazer com que o ouvinte fale bem com alguém. Aconselhar já inclui o ouvinte como sujeito da ação.

O alomorfe *-ro*

Kaiowá

8) a-ro-ike nde xe Ø-ndiwe
1-CC-entrar 2 1 R[1]-ASSOC
'eu faço/fiz você entrar comigo'

9) re-ro-wa nde mena ne Ø-ndiwe
2-CC-mudar 2 marido 2 R[1]-ASSOC
'você faz/fez seu marido mudar com você'

10) o-ro-wa nde xe Ø-ndiwe
3-CC-mudar 2 1 R[1]-ASSOC
'ele fizeram vocês mudarem comigo'

Guajajára

11) u-ze-ru-kwahy-kar Milton ywyrá i-puhyj pe
3-ref-CC-doença-prep Milton madeira' R[2]-pesado dat
'Milton se fez adoecer pelo peso da madeira'

12) ere-ru-hem 'y amokatú-pe
2-CC-sair água lá.fora-loc
'você derrama a água lá fora (saindo com ela)'

13) a-ru-itʃe amo teko uken-pe
1-CC-entrar uma pessoa porta-loc
'eu fiz entrar uma pessoa na porta (pela)'

Alomorfe *-gwer*

Kaiowá

14) a-gwer-u xe Ø-ndiwe
1-CC-vir 1 R[1]-ASSOC
'eu o/a faço/fiz vim comigo'

15) ere-gwer-u ne Ø-ndiwe
2-CC-vir 2 R[1]-ASSOC
'você o/a faz/fez vir com você'

16) oro-gwer-u a-py
1excl-CC-vir este-loc
'nós o/a fazemos/fizemos vir conosco aqui'

17) o-gwer-u a-py
3-CC-vir este-loc
'ele fêz/faz vir Guajajára

Não foi encontrado em Guajajára cognato do alomorfe *gwer-* do Kaiowá.

O alomorfe *-gwera*

Kaiowá

18) a-ipyhy i-jywa r-e a-gwera-ha
1-pegar R^2-braços R^2-REL ir-CC-ir
'eu seguro/segurei nos braços dele/dela e o/a faço/fiz ir comigo'

19) ere-gwera-ha ne Ø-NDIWE
2-CC-vir 2 R^1-ASSOC
'você o/a faz /fez ir com você' ou 'você o/a leva/levou com você'

20) xe Ø-gwera-ha ne Ø-ndiwe
1 R^1-CC-ir 2 R^1-ASSOC
'você me leva/levou com você'

21) o-ipyhy i-jywa r-e a-gwera-ha-wy
3p-pegar R^2-braços R^2-rel ir-CC-ir-GER
'ele segurou no braço e o fez ir consigo'

Guajajára

22) he Ø-wera-ha
1 R^1-CC-ir
'levarm-me consigo'

O alomorfe *gwero-*

Kaiowá

23) ere-gwero-ike nde Ø-mena ne Ø-ndiwe
2-CC-entrar 2 R^1-marido 2 R^1-ASSOC
'você faz/fez seu marido entrar com você'

24) pe-gwero-mo-sẽ ko'ãnga
2pl-CC-sair agora
'voces o fez sair consigo agora' ' voces a faz sair consigo agora'

O alomorfe wer- ~ er-

Guajajára

25) u-wer-uwak
3-CC-virar
'ele o/a faz virar-se consigo'

26) a-wer-uak
1-CC-virar
'eu o/a faço virar-se comigo'

27) w-er-uwak kwaharer zawazyr ita iwy-pe a'e wà
3-CC-vira-se menino escorpião pedra embaixo-LOC esse 3pl
'os meninos procuravam escorpiões virando pedras' (Harrison e Harrison 2013:183)

O alomorfe *no-*

Kaiowá

28) ere-no-hẽ-rõ jety e-h-esy
2p-CC-sair-COND batata doce 2p-R[2]-assar
'voce fez sair a batata doce para você assar'

29) pe-no-hẽ-rõ jety pe-mo-mimõi
2p-CC-sair-COND batata doce 2p-CC-cozer '
'voces fizeram sair batata doce para voces cozinharem'

30) o-no-hẽ-rõ jety e-h-esy
3-CC-sair-COND batata doce 2-R[2]-assar
'eles fizerem sair batata doce e você assou'

O alomorfe *gueno-*

Kaiowá

31) a-gweno-hẽ 'y-gwi mitã
1-CC-sair água-ABL criança
'eu faço sair a criança da água'

32) ere-gweno-hẽ y-gwi
2-CC-sair água-ABL
'você o fez sair água'

33) já-gweno-hẽ y-gwi
1INCL-CC-sair água água-ABL
'nós o fazemos sair da água'

34) o-gweno-hẽ y-gwi
3-CC-sair água-ABL
'ele fez sair água'

O alomorfe enu-

Guajajára

35) w-enu-hem h-era-ha
3-CC-sair R^2-CC-ir
'ele o/a fez sair e o/a levou consigo'

O alomorfe *ra-*

Kaiowá

36) a-ra-ha nde h-egwi ne Ø-mena
1-CC-ir 2 R^2-ABL 2 R^1-marido
'eu levo de você, o seu marido'

37) ere-ra-ha nde h-egwi po'y
2-CC-ir 2 R^2-ABL colar
'voce leva dele, o colar'

38) oro-ra-ha xugwi i-jagwa
1excl-CC-ir 3.ABL R^2-cachorro
'nós faz o cachorro ir dele' 'nós faz o cachorro ir dele'

39) o-ra-ha nde-wy kagwĩ
3-CC-ir 2-DAT sopa
'levou a sopa com ele para você'

Guajajára

40) a-ra-ha ne r-apyj-pe
1-CC-ir 2 R[1]-casa-LOC
'eu o/a levo na sua casa'

41) a-ra-ha maper
1-CC-ir papel
'eu levei papel'

42) tʃi-ra-ha maper
1incl-CC-ir papel
'nós (incl.) levamos papel'

43) uru-ra-ha maper
1excl-CC-ir papel
'nós(excl.) levamos papel'

O alomorfe *era-*

Kaiowá

44) Maria o-i-pyhy h-era-ha-wy i-mena
Maria 3-R[2]-pegar R[2]-CC-ir-GER R[2] -marido
'Maria segurou o marido dela e o fez ir consigo'

45) kuña o-i-pyhy mbayru=ndururu h-era-ha-wy
mulher 3-R[2]-pegar condução=rolar R[2]-CC-ir-GER
'a mulher pegou a bicicleta e a levou consigo'

46) tagwato o-i-pyhy rygwasu ogw-era-ha-wy
gavião 3-R[2]-pegar galinha 3-CC-ir-GER
'gavião agarrou a galinha e a fez ir consigo'

Guajajára

47) w-era-ha-paw
3-CC-ir-COMPL
'ele leva/levou tudo'

48) w-era-ha tuira u-memyr
3-CC-ir Tuira 3CORR-filho(a)
'Tuira levou seu filho consigo'

O alomorfe *r-*

Kaiowa

49) a-r-u xe pehẽngue
1-CC-vir 1 família
'eu trago/trouxe minha família 'ou 'eu faço/fiz vir minha família comigo'

50) ere-r-u ao-potĩ
2-CC-vir roupa-limpa
'voce trouxe/trago roupa limpa'

51) pe-r-u moã i-xupe
2-CC-vir FRUST R^2-DAT
'voces iá fazer ele vir'

52) o-r-u y ne Ø-ndiwe
3-CC-vir água 2 R^1-ASSOC
'ele traz/trouxe água com voce'

Guajajára

53) a-r-ur putar t-emi-'u pixik pe-me nehe no
1-CC-ir poder R^4-NOM-ingerir pouco 2pl-dat inten novamente
nezewe mehe pe-kàgaw u-zewyr putar pe-me nehe
assim SUB 2pl-força 3-voltar bem 2pl-dar INTEN
'também vou trazer um pouco de comida, e assim as suas forças vão voltar'
(Harrison e Harrison 2013:121)

A importância de uma descrição linguística detalhada

Mostramos nestas notas que os morfema causativo-comitativo do Kaiowá e o do Guajajára são bastante produtivos e que ambos possuem uma rica alomorfia.

Não foi possível identificar os condicionamentos dos alomorfes do morfema causativo-comitativo em Kaiowá e em Guajajára, entretanto chama a atenção a correspondência desses alomorfes e a distribuição dos mesmos em duas línguas geograficamente tão distantes. Há a possibilidade de que haja uma variedade de alomorfes do morfema cognato em outras línguas Tupí-Guaraní e sua documentação é fundamental para o conhecimento e ensino dessas línguas nas escolas das aldeias. É necessário, portanto, que as descrições linguísticas que servem de base para a escrita dessas línguas considerem todos os alomorfes desses e dos demais morfemas das línguas, caso contrário podem, ao invés de contribuir para o fortalecimento do uso das línguas, reduzí-las, empobrecendo-as.

Referências

Cardoso, V. Aspectos Morfossintáticos da Língua Kaiowá (Guarani). Tese de Doutorado. Campinas, SP: Unicamp. 2008.

Castro, Ricardo Campos. O epifenômeno da alternância de valência na língua Tenetehára (Tupí-Guaraní). *Revista da ANPOLL*, n. 34, p. 347-391, jan./jun. 2013.

Halle, Morris; Marantz, Alec. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In:

Hale, Kenneth; Keyser, Samuel Jay. 1993. *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press, p. 111-176.

Harley, Heidi; Noyer, Rolf. Distributed morphology. *Glot International*, v. 4, n. 4, p. 3-9, 1999.

Harley, Heidi & Rolf Noyer. 1998. Mixed nominalizations, short verb movement, and object shift in English. *Proceedings of NELS 28*, edited by Pius N. Tamanji and Kiyomo

Kusumoto, 143-157. Amherst: GLSA, University of Massachusetts, Amherst.

Harrison, Carl; Harrison, Carole. 2013. Associação Internacional de Linguística SIL – Brasil Anápolis – GO.

Mejia, Blanca Flor Demenjour Munoz. 2017. Verbos em Kaiowá: uma descrição morfológica. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Grande Dourados.

Camargos, Q. F. 2017. Aplicativização, causativização e nominalização: uma análise unificada de estruturas argumentais em Tenetehára-Guajajára (Família Tupí-Guaraní). Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais.

Rodrigues, Aryon D. Morfologia do verbo tupi. *Letras* 1:121-152. Curitiba, 1953.

Rodrigues, Aryon D. 1985. Relações internas na família lingüística Tupí-Guaraní. *Revista de Antropologia*, 27/28:33-53. São Paulo.

Segunda Conferência Internacional Sobre Revitalização de Línguas Indígenas e Minorizadas Outubro 1 – 4, 2019, Universidade de Brasília

Second International Conference on Revitalization of Indigenous and Minoritized Languages October 1 – 4, 2019, University Of Brasília

O Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas da Universidade de Brasília (LALLI), a Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Campus de Araraquara, o Grup d'Estudi de Llengües Amenaçades (GELA) na Universitat de Barcelona, a Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), o Departamento de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia-Ji-Paraná (UNIR-JI-PARANÁ), a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) convidam a apresentar painéis, artigos individuais, mesas redondas, oficinas interativas, sessões de pôsteres e mostras de tecnologia instrucional a serem apresentadas na Segunda Conferência Internacional sobre Revitalização de Línguas Indígenas e Minorizadas.

Como o ano de 2019 foi declarado o Ano Internacional das Línguas Indígenas pela UNESCO, a segunda edição do evento, que acontecerá no Brasil, é dedicada às línguas indígenas, todas ameaçadas de extinção em menor ou maior extensão.

Seguindo a primeira edição da Conferência (Barcelona, 2017), a missão da Segunda Conferência Internacional sobre Revitalização de Línguas Indígenas e Minorizadas (2018) é reunir instrutores, praticantes, ativistas, líderes indígenas, acadêmicos e alunos que falam e estudam essas línguas. Esta conferência internacional inclui pesquisa, pedagogia e prática sobre as diversas línguas e culturas das populações indígenas e minoritárias em todo o mundo. A conferência envolve os participantes em um diálogo global e também serve como um fórum para uma rede e troca de ideias, experiências e pesquisas sobre questões de revitalização da língua a partir de perspectivas interdisciplinares. Em outras palavras, sua missão é trocar ideias e experiências diferentes que transcenderão os muros da academia e encontrarão espaço na comunidade mundial mais ampla, dando a todos os participantes uma oportunidade de compartilhar seus múltiplos modos de ser, ver, conhecer e aprender.

Primeiro encontro de linguistas Indígenas do Brasil

Realizou-se de 14-16 de novembro de 2018 o Primeiro Encontro de Linguistas Indígenas do Brasil, na Universidade de Brasília. O encontro, promovido pelo Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, reuniu doutorandos, mestrandos e graduados das etnias Baníwa, Yawalapíti, Guajajára, Gavião (Mondé), Suruí-Paitér, Xerente, Tapirapé, Xavante e Kaiowá, representando programas de graduação e de pós-graduação da Universidade Federal de Goiás, Universidade de Brasília, Universidade Federal do rio de Janeiro e Universidade de Rondônia-Ji Paraná apresentaram resultados de suas pesquisas. Durante o evento, foi criada a Rede de Pesquisadores de Indígenas Linguistas do Brasil.

Assinaturas

A Revista Brasileira de Linguística Antropológica é uma publicação semestral que pode ser adquirida no Brasil pelos preços abaixo indicados:

Para instituições e indivíduos fora do Brasil, os valores incluindo custos de correio são:

assinatura anual	US$ 130.00
números avulsos	US$ 65.00

Pagamento a partir do exterior deve ser feito por cheque ou por ordem bancária.

Para aquisição no Brasil, os valores são:

assinatura anual	US$ 140.00
números avulsos	US$ 70.00

Para instituições brasileiras e estrangeiras, estimula-se a permuta de revistas. Para aquisição de exemplares, os interessados deverão contatar os diretores da revista pelo e-mail: lalli.rbla@gmail.com

Perguntas sobre assinaturas, mudanças de endereço, e outros assuntos comerciais deverão ser encaminhadas à:

Revista Brasileira de Linguística Antropológica
Instituto de Letras
Campus Universitário Darcy Ribeiro
ICC Sul CEP 70.910-900 Brasília – DF
Brasília DF
Fax: 55 61 32730255
Tel.: 55 61 331077218

Subcriptions

Revista Brasileira de Linguística Antropológica is a semi-annual publication which may be acquired outside Brazil by the following prices, including shipping costs:

annual subscription	US$ 130.00
single issue	US$ 65.00

Payment outside Brazil should be made by check or postal money order.

In Brazil, the Revista Brasileira de Linguística Antropológica may be acquired by the following prices:

annual subscription	US$ 140.00
single issue	US$ 70.00

All inquires about subscriptions, change of address, and other business communications should be directed to: lalli.rbla@gmail.com

Revista Brasileira de Linguística Antropológica
Instituto de Letras
Campus Universitário Darcy Ribeiro
ICC Sul CEP 70.910-900 Brasília – DF
Brasília DF
Fax: 55 61 32730255
Tel.: 55 61 331077218

Instruções para submissão de trabalhos

A Revista Brasileira de Linguística Antropológica aceita textos em português, espanhol, francês ou inglês. Os artigos devem ser submetidos unicamente por meio de e-mail em formato doc (Word for Windows) com cópia em pdf.

Manuscritos de artigos, relatórios de viagem, diários de campo e vocabulários: três cópias em formato doc e três cópias em pdf.

Recensões de livros: duas cópias em formato doc e duas cópias em pdf.

Traduções de artigos: duas cópias em formato doc e duas cópias em pdf, acompanhados de cópia em pdf do trabalho na língua original.

Formato dos manuscritos

Tamanho do papel: 8,5 x 11 ou A4

Texto principal:
- fonte: Times New Roman
- tamanho da fonte: 12
- espaço entre linhas: 1,5

Citações e notas de rodapé:
- fonte: Times New Roman
- tamanho da fonte: 10
- espaço entre linhas: simples

Todos os quadros, mapas e figuras devem ser colocados em uma página separada, com indicação dos respectivos pontos de inserção.

A página zero do manuscrito deve conter o título do trabalho, nome(s) do(s) autor(es), filiação, assim como o endereço postal, o endereço eletrônico e o número de telefone de um dos autores.

Resumos

Cada artigo deverá conter no alto da página 1, três linhas após o título, dois resumos com no máximo 150 palavras, um na língua em que foi escrito e outro em inglês. Entretanto, sendo o artigo escrito em inglês, um resumo em português será adicionado.

Palavras-chave

Cada resumo deverá ser seguido de cinco palavras-chave separadas por vírgula.

Texto

A Revista Brasileira de Linguística Antropológica segue The Chicago Manual of Style.

Citações

As referências no texto devem ser indicadas entre parênteses. Quando o nome de um autor for mencionado no texto, datas e páginas seguem imediatamente o nome deste, por exemplo, Thomason and Kaufman (1988:40-45). Citações de autores e de seus respectivos trabalhos devem figurar entre parênteses, por exemplo: (Thomason and Kaufman 1988:87).

Notas de rodapé

Notas explicativas devem ser feitas em notas de rodapé numeradas em sequência única.

Referências

Todas as referências feitas deverão figurar na seção Referências bibliográficas, ao final do trabalho, e devem seguir The Chicago Manual of Style.

Fontes especiais

É necessário enviar as fontes especiais usadas no manuscrito, junto com as cópias deste.

Recensões

Recensões não devem exceder sete páginas.

Traduções

Cada volume da Revista Brasileira de Linguística Antropológica poderá publicar apenas uma tradução, exceto em eventuais volumes especiais.

Os artigos serão avaliados por dois membros do conselho editorial (e por um terceiro, em caso de pareceres discordantes). Autores e consultores permanecerão anônimos durante a análise dos trabalhos.

Manuscritos para publicação devem ser enviados para:

lalli.rbla@gmail.com

Guidelines for submitted materials

Revista Brasileira de Linguística Antropológica accepts texts in Portuguese, Spanish, French, or English. Articles may only be submitted by e-mail in doc (Word for Windows) format and a pdf copy.

Manuscript articles, research reports, field reports, and vocabularies should be submitted in three copies, book review manuscripts in two copies.

Book reviews: two copies in doc format and two copies in pdf format.

Translations: two copies in doc format and two copies in pdf format, plus a pdf copy of the original work.

Manuscripts

Paper size : 8,5 x 11 or A4

Main text :

- font: Times New Roman
- font size: 12
- space between lines: 1,5

Citations and foot notes:

- font: Times New Roman
- font size: 10
- space between lines: single

All tables, maps and figures should be placed on a separate page with indication of their respective place of insertion.

The zero page of a manuscript should have the title of the work, the autor(s) name(s) and affiliation(s), as well as mailing address, e-mail address and tehlephone number of one of the autors.

Abstract

Each manuscript must have at the outset of page 1, three lines after the title, two abstracts no longer than 150 words each, summarizing the conceptual content of the article. The abstracts should be written in the language of the text and in English. If the language of the text is English, then the abstract will be translated into Portuguese.

Keywords

The abstracts must be followed by five keywords separated by commas.

Text

Revista Brasileira de Linguística Antropológica follows The Chicago Manual of Style.

Citations

References in the text are indicated parenthetically. When an author's name is mentioned in the text, dates and pages immediately follow the author's name, e.g., Thomason and Kaufman (1988:40-45) and citations to authors and their works appear within parentheses (Thomason and Kaufman 1988).

Notes

Explanatory notes should appear as footnotes in increasing sequence.

References

Complete references to all works cited in the manuscript should appear in a bibliography at the end of the manuscript, under the title References, following The Chicago Manual of Style.

Special fonts

Special fonts must be sent together with the manuscript.

Reviews

Critical and informative reviews should not exceed seven pages.

Translations

Only one translation of a previously published paper will be accepted for each journal issue, except in special cases.

Articles will be reviewed by two members of the editorial board (and a third reviewer in the case of disagreement). During the reviewing process, authors and reviewers will remain anonymous.

Manuscripts for publication should be sent to: lalli.rbla@gmail.com

Este livro foi composto em UnB Pro, tamanhos variados, para pré-textuais e Times New Roman, 11,5pt, para textos. Miolo impresso em papel couchê fosco 90 g/m². Capa impressa em papel cartão supremo 250 g/m², com acabamento em verniz.